UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas

Carlos Alves do Nascimento

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada, sob a orientação do Professor Dr. José Graziano da Silva.

Campinas, Maio de 2005.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
N17p
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 65100
PROC. 16-86-05
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 4-18-05
Nº CPD
bib-id 359254

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Nascimento, Carlos Alves do.
N17p Pluriatividade, pobreza rural e politicas publicas / Carlos Alves do Nascimento -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Jose Graziano da Silva.
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Pluriatividade agricola. 2. Politicas publicas. 3. Pobreza rural. 4. Agricultura familiar. I. Silva, Jose Graziano da, 1949- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

A dois nordestinos muito especiais na minha vida:
minha Mamãe, Alzerira, que constantemente reza para que eu seja capaz de me aproximar de Deus na minha existência; e meu Papai, Adalberto (*in memoriam*), que não pôde estar aqui, fisicamente, para acompanhar minha luta. De ambos aprendi sentir e identificar Deus no rosto e no olhar de quem quer que seja marginalizado e oprimido nesta sociedade que insiste em ser absurdamente desigual e, por isso mesmo, desumana. Não somente me ensinaram a sentir e identificar o Deus dos vilipendiados, mas, sobretudo, indignar-me e reagir a tal situação. Se não fosse assim, eu não teria tido força para romper as muitas barreiras, que a maioria dos nordestinos do Semi-Árido enfrentam, para vir a realizar essas duas proezas, o mestrado e o doutorado na Unicamp. Dois títulos (e dois trabalhos) que só terão sentido se de alguma forma contribuírem, através da minha vida, ou de alguma outra, para combater as dores de Deus neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. José Graziano da Silva um agradecimento especial pela confiança, constante estímulo e presteza com que orientou esta tese.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pela concessão da bolsa de estudo, a qual me permitiu dedicação exclusiva para lograr concluir a tese de doutoramento no prazo de três anos.

Ao Instituto de Economia da Unicamp, pelo apoio e o tratamento dispensado.

Um agradecimento especial aos funcionários da secretaria do IE/Unicamp, Alberto, Cida e Regina, pela disponibilidade, apoio e atenção sempre muito carinhosos.

Ao Professor Dr. Marcelino Souza, da UFSM, pelos constantes estímulos e opiniões valiosos nos primeiros passos da construção da tese.

Ao Professor Rodolfo Hoffmann pela constante disponibilidade e prestatividade com que solucionava minhas dúvidas de estatística (durante o mestrado e o doutorado), além de também ter lido e feito comentários valiosos ao meu primeiro texto a partir do qual construí o restante da tese. Agradeço também pela agradável gentileza de ter participado da minha banca de defesa.

Ao Professor Flávio Sacco dos Anjos, da UFPEL, por dois motivos especiais: primeiro, por ter sempre se colocado à disposição para me ajudar a pensar o projeto inicial da tese; segundo, por ter sido muito coerente com seu papel de acadêmico na sua argüição na banca de defesa da minha tese, uma vez que essa tese defendia conclusões divergentes da sua.

Ao Professor Aldenor Gomes, da UFRN, pela leitura muita atenta que fez da minha tese e pelas considerações feitas sobre a mesma na banca de defesa.

Ao Professor Dr. Pedro Ramos, pela gentileza de ler duas versões da tese, uma para a qualificação e, outra, para a defesa final.

À minha família pelo constante e carinhoso apoio que sempre me dispensou durante todo o tempo que o mestrado e o doutorado exigiram ficar distante dela.

Finalmente, quero externar um agradecimento mais do que especial à minha companheira, Soraia, por ter me proporcionado o equilíbrio necessário para realizar esta tese.

ÍNDICE

Introdução 1

Capítulo 1 **Política Agrícola no Brasil – desfavorável ao crescimento da pluriatividade**. 13

1.1. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)..... 13

1.2. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF..... 21

1.3. Algumas considerações finais..... 28

Capítulo 2 **Pluriatividade e Pobreza Rural – Dois traços da agricultura familiar nordestina**..... 33

2.1. Introdução..... 33

2.2. Um primeiro esclarecimento: o reprocessamento dos microdados das PNADs (1992/1999) e a evolução das famílias rurais no Nordeste e no Sul..... 35

2.3. A pluriatividade na literatura nacional e internacional: um breve resgate..... 40

2.4. Pluriatividade e Pobreza Rural: persistência e crescimento em meio à pobreza.... 46

Capítulo 3 **Pluriatividade, Agricultura Familiar e Políticas Públicas**..... 73

3.1. Introdução..... 73

3.2. Pluriatividade e Agricultura Familiar..... 74

3.3. Famílias Rurais, Pluriatividade e Agricultura Familiar: construções políticas..... 86

3.4. O caráter transitório da pluriatividade no Sul do Brasil..... 106

3.5. O autoconsumo como uma alternativa à pluriatividade e a baixa expressividade desse tipo familiar na regiões Sul e Nordeste..... 108

3.6. As condições materiais de vida dos domicílios rurais agropecuários nas regiões Nordeste e Sul..... 112

3.7. Primeiros anos do século XXI (2001 a 2003): confirma-se a tendência de crescimento da pluriatividade no seio da pobreza rural da região Nordeste..... 114

3.7.1. Confirma-se a tendência de crescimento da pluriatividade na pobreza 116

rural nordestina – 2001/2003.....

3.8 Últimas considerações..... 122

Capítulo 4 A raiz estrutural da "crise" agrícola nos anos 90 e do declínio da pluriatividade no Sul do Brasil..... 125

4.1. Introdução..... 125

4.2. Pluriatividade e o modelo agrícola capitalista..... 131

4.3. Efeitos das políticas macroeconômicas brasileiras dos anos 90 sobre a agricultura familiar..... 141

4.4. 2001 a 2003: atenuação dos efeitos negativos da contradição intrínseca ao modelo agrícola capitalista sobre os pequenos produtores da região Sul..... 159

4.5. Últimas Considerações..... 162

Considerações Finais e Conclusões..... 165

Referências Bibliográficas..... 181

Anexo Metodológico..... 189

Anexo Estatístico..... 205

RELAÇÃO DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1. Distribuição (%) do crédito declarado na amostra segundo classificação das fazendas pelo crédito do INCRA, 1978..... 16

Tabela 2. Brasil: Estabelecimentos Agropecuários, VBP e crédito rural concedido a produtores e cooperativas por região, 2001..... 17

Tabela 3. Crescimento do número de estabelecimentos totais e de estabelecimentos com menos de 10 ha, segundo regiões e Brasil, 1970/1975..... 18

Tabela 4. Distribuição dos imóveis por categoria e suas respectivas taxas de crescimento (% ao ano), Estado do Paraná, 1967/1972/1976..... 19

Tabela 5. Estabelecimentos potenciais beneficiários do PRONAF no Brasil e Regiões, 1995/1996..... 23

Tabela 6. Distribuição dos recursos do crédito rural do PRONAF alocados por regiões e estados brasileiros entre 1995 e 2001 e da safra 2001/2002..... 24

Capítulo 2

Tabela 1. Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: 1992/1999..... 37

Tabela 2. Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: 1995/1999..... 38

Tabela 3. Composição da estrutura de ocupação segundo os ramos de atividade *não agrícola*: Nordeste, 1999..... 39

Tabela 4. Proporção (%) e taxas de crescimento dos tipos de famílias *pobres* segundo o local de domicílio e região: 1992/1999 (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de ½ s.m. em R$ de set/1999)..... 48

Tabela 5. Proporção (%) e taxas de crescimento dos tipos de famílias *não pobres* segundo o local de domicílio e região: 1995/1999 (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de ½ s.m. em R$ de set/1999)..... 49

Tabela 6. Proporção (%) de famílias pobres sobre o total de famílias conta-próprias (agrícolas mais pluriativos), 1999 (linha de pobreza: renda

média *per capita* familiar de ½ s.m. em R$ de set/1999)..... 51

Tabela 7. Evolução dos tipos de famílias extensas de conta-próprias *pobres* segundo o local de domicílio e tamanho de estabelecimento. 1995/99 (½ s.m. em R$ de set/1999)..... 51

Tabela 8. Proporção (%) dos tipos de famílias residentes nas áreas não metropolitanas *rurais agropecuárias* de municípios com menos de 50 mil habitantes sobre o total das famílias residentes nas áreas *rurais totais* não metropolitanas: Nordeste e Sul, 2000..... 54

Tabela 9. Renda *per capita* familiar média, segundo tipos de famílias, faixas de tamanho de população municipal e regiões, 2000..... 56

Tabela 10. Demanda da força de trabalho agrícola anual, em Equivalentes-Homem-Ano – Brasil e Regiões: 1990-2000..... 57

Tabela 11. Distribuição e taxas de crescimento da população ocupada segundo a área censitária, situação do domicílio, ocupações principais agregadas. PEA restrita: 1992-1999, 1995-1999..... 57

Tabela 12. População ocupada e procurando emprego segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios, ramos de atividades e regiões. 1992-1999. População de 10 anos ou mais..... 64

Tabela 13. Renda *per capita* familiar média, segundo faixas de tamanho de população municipal e regiões, 2000..... 65

Tabela 14. Distribuição e proporção (%) das famílias com algum membro ocupado em emprego formal, segundo faixas de tamanho de população municipal e regiões: 2000..... 66

Tabela 15. Renda *per capita* familiar média e taxa de formalidade* dos tipos de famílias, segundo faixas de tamanho de população municipal: São Paulo, 2000..... 67

Tabela 16. Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio e regiões: 1992/1999 e 1995/1999..... 70

Capítulo 3

Tabela 1. Agricultores familiares – Estabelecimento, área, VBP, segundo as regiões..... 77

Tabela 1a. Agricultores familiares, segundo as regiões, em 1999..... 78

Tabela 2. Estrutura dos tipos de acesso à terra, segundo o tipo de família e faixas

de tamanho de área: Nordeste, 1999..... 78

Tabela 3. Estrutura dos tipos de acesso à terra, segundo o tipo de família e faixas de tamanho de área: Sul, 1999..... 79

Tabela 4. Evolução dos tipos de famílias de conta-próprias segundo o local de domicílio e faixa de área, 1992/1999 e 1995/1999..... 80

Tabela 5. Evolução dos tipos de famílias de conta-próprias segundo o local de domicílio e faixa de área, 1992/1999 e 1995/1999..... 81

Tabela 6. Evolução das famílias *proprietárias*, segundo local de domicílio, faixas de tamanho do estabelecimento e região: 1992/1999 e 1995/1999..... 82

Tabela 7. Taxas de crescimento da renda média das famílias proprietárias, segundo local de domicílio, faixas de tamanho do estabelecimento e região, 1995/1999..... 85

Tabela 8. Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 1992/1999 e 1995/1999..... 88

Tabela 9. Evolução da participação (%) da agricultura familiar (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos, sem e com empregadores – agrícolas e pluriativos – com até 2 empregados) no total das famílias rurais agropecuárias, segundo as regiões: 1992/1999 e 1995/1999..... 96

Tabela 10. Participação (%) da agricultura familiar (conta-próprias agrícolas e pluriativos) no total de famílias rurais agropecuárias em análise, por região: 1981/1990..... 98

Tabela 11. Evolução da participação (%) das famílias não agrícolas, pluriativas e agrícolas no conjunto de famílias rurais agropecuárias (conta-próprias, assalariados e não ocupados), segundo as regiões: 1992/1999 e 1995/1999..... 101

Tabela 12. Participação (%) dos tipos de famílias no total de famílias rurais agropecuárias, em análise, por região: 1981/1990..... 102

Tabela 13. Participação (%) das famílias de conta-próprias pluriativas no total de famílias rurais agropecuárias em análise, por região: 1981/1990..... 102

Tabela 14. Evolução da participação (%) das famílias de conta-próprias pluriativas no total de famílias rurais em análise, por região: 1992/1999 e 1995/1999..... 103

Tabela 15. Evolução do total das famílias extensas e das famílias de não ocupados, segundo as regiões Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999..... 106

Tabela 16. Taxas de crescimento do número de pessoas ocupadas por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio e o ramo de atividade: 1992/1999 e 1995/1999..... 107

Tabela 17. Distribuição e evolução dos tipos de famílias *com* autoconsumo, e proporção das mesmas sobre o total de cada tipo familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999..... 110

Tabela 18. Distribuição e evolução dos tipos de famílias *sem* autoconsumo, e proporção das mesmas sobre o total de cada tipo familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999..... 111

Tabela 19. Porcentagem (%) de famílias com algum tipo de infra-estrutura domiciliar e com algum tipo de posse de bens, segundo o local de domicílio e a região: 1999..... 113

Tabela 20. Renda familiar *per capita* média das famílias rurais agropecuárias, segundo a região: 1999..... 114

Tabela 21. Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio e Regiões, 2001/2003..... 117

Tabela 22. Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias conta-próprias (agricultura familiar), segundo o local de domicílio, Região e Estratos de tamanho de estabelecimento, 2001/2003..... 118

Tabela 23. Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias conta-próprias *pobres* (agricultura familiar), segundo o local de domicílio, Região e Estratos de tamanho de estabelecimento, 2001/2003 (linha de pobreza: renda *per capita* familiar média de ½ s.m. em R$ de set/2003)..... 119

Tabela 24. Taxas de crescimento da proporção (%) de famílias de conta-próprias *pobres* no total de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), segundo faixas de tamanho de estabelecimentos e regiões, 2001/2003 (linha de pobreza: renda *per capita* familiar média de ½ s.m. em R$ de set//2003)..... 121

Tabela 25. Taxas de crescimento da proporção (%) de famílias de conta-próprias *pobres* no total de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), segundo faixas de tamanho de estabelecimentos e regiões, 1995/1999 (linha de pobreza: renda *per capita* familiar média de ½ s.m. em R$ de set/1999)..... 121

RESUMO

A presente tese teve como questão central a discussão acerca de qual seja a perspectiva de futuro da pluriatividade no seio da agricultura familiar no Brasil. Por esta razão, privilegiou-se a análise sobre as duas macrorregiões do país (Nordeste e Sul) que concentram quase 80% do total da agricultura familiar nacional. O estudo das especificidades da pluriatividade em si mesma não foi o ponto central da tese, senão qual será seu futuro no Brasil, particularmente nas duas regiões em foco. A conclusão mais geral consiste em que a pluriatividade, no Brasil, só tem perspectivas de crescimento em áreas rurais de regiões pobres como o Nordeste. E, pior, nessas áreas a pluriatividade cresce, mas sem contribuir para que os produtores familiares sejam alçados para cima da linha de pobreza estipulada (renda *per capita* familiar média de ½ salário mínimo). Na região Nordeste, portanto, a pluriatividade cresce combinando proletarização com pobreza. Na região Sul, por seu lado, a pluriatividade apresenta uma tendência (sentido estatístico) de declínio, juntamente com o conjunto da agricultura familiar da região. Defende-se que nessa região a pluriatividade só apresentará uma trajetória de crescimento se houver políticas públicas que a promovam, e que essa promoção passa não somente pelo fomento de oportunidades ocupacionais não-agrícolas nos entornos rurais, mas, sobretudo, pelo incentivo ao não abandono das atividades agrícolas "tradicionais" por parte dos inúmeros pequenos produtores familiares que se vêem alijados do processo acelerado de modernização das atividades agrícolas. A tese mostra que na região Sul os pequenos produtores familiares agrícolas e pluriativos estão se tornando, paulatinamente, em famílias não agrícolas. Ou seja, nessa região a pluriatividade não tem evitado o processo de proletarização completa de parcelas crescentes de pequenos produtores familiares. Esse processo fica mais patente à medida que o mercado, e não o Estado, confirma-se como a instituição privilegiada para organizar o setor agrícola.

"Se nós, economistas, prestássemos menos atenção aos nossos próprios desejos e mais aos fatos, imediatamente surgiriam dúvidas quanto às virtudes realistas de uma teoria que nos levasse a esperar um resultado muito diferente".

(Joseph A. Schumpeter – Capitalismo, Socialismo e Democracia)

Introdução

No cenário atual de crise urbano-industrial (desemprego, superpopulação urbana, violência, poluição, etc.), provocada pelas transformações capitalistas ocorridas nas três últimas décadas, instituições e governos de países desenvolvidos passaram a compreender que políticas voltadas para o meio rural podem surtir reflexos positivos sobre o meio urbano. Sob esta compreensão os problemas urbanos passaram a ser vistos como problemas rurais, e vice-versa (Grupo de Brugge, 1996).

As famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não agrícolas (no interior ou fora do estabelecimento), denominadas famílias pluriativas, encontram-se no palco das discussões contemporâneas sobre o futuro do mundo rural – este compreendido de forma ampla envolvendo também a questão sobre o futuro de toda a sociedade (rural e urbana).

Diante dessa nova realidade desafiadora, a pluriatividade passou a ser vista como uma forte aliada no esforço de resolução dos dilemas comuns às áreas urbana e rural. A pluriatividade, por esse prisma, significaria, principalmente para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente, além da possibilidade de permanecer ligado à terra (e a uma atividade agrícola), uma maior estabilidade na reprodução familiar em face das incertezas do mercado de trabalho.

Dessa maneira, evitar-se-iam potenciais fluxos migratórios dessas populações para as áreas urbanas, cumprindo assim um duplo e simultâneo efeito: de um lado, seria evitado o risco de despovoamento de áreas rurais; e, de outro, como contrapartida do primeiro, seria evitado o amontoamento de pessoas nas periferias das médias e grandes cidades, atenuando a crise de desemprego destas.

Ademais, estudos mostram que, em termos comparativos, os níveis de renda e qualidade material de vida das famílias pluriativas têm se mostrado superiores aos das famílias exclusivamente agrícolas (Projeto Rurbano – IE/Unicamp).

Convém ressalvar, todavia, que a importância da pluriatividade como um instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, especialmente a partir dos anos 70, tem sido reconhecida, de forma crescente e diferenciada, pelas autoridades políticas e econômicas da Comunidade Econômica Européia (CEE), em virtude da sua histórica preocupação em preservar a sua estrutura agrária baseada na agricultura familiar. Esse reconhecimento encontra-se explicitado não apenas em trabalhos acadêmicos, mas, sobretudo, em seus documentos oficiais (CEE, 1988; Parlamento Europeo, 1998).

No Brasil, ao contrário, a pluriatividade só tem encontrado relativa importância entre alguns pesquisadores acadêmicos que se interessam pelo tema – cuja origem remonta aos estudos dos *part-time farmers*, no contexto da modernização da agricultura na CEE e da especialização produtiva do trabalho, os quais depois evoluíram para a noção de pluriatividade (Fuller, 1990; Graziano da Silva, 1999; Mattei, 1999; Sacco dos Anjos, 2003).

Na CEE, a pluriatividade é, a nosso juízo, claramente uma *construção política*, no sentido de que as políticas agrícolas da Comunidade criam as condições necessárias para proliferação de casos de pluriatividade e a sua sustentação ao longo do tempo. O objetivo explícito, desde a origem da Política Agrícola Comum (PAC), no final dos anos 50, de preservar a estrutura agrária preexistente de caráter familiar, ao mesmo tempo em que a economia européia se reconstruía dos escombros da Segunda Guerra Mundial, criou as condições para configuração de uma verdadeira "cultura da pluriatividade" na Comunidade (Nascimento, 2005).

A conotação da idéia de uma *construção política* de uma cultura da pluriatividade na CEE torna-se explícita com as reformas da PAC, de 1988 e 1992. Essas reformas foram realizadas com o intuito de promover o desenvolvimento rural – sendo este compreendido como bem mais amplo do que o espaço da agricultura produtora de alimentos. É nesse contexto que a pluriatividade ganha mais notoriedade entre acadêmicos e políticos, tornando-se uma esperança para resolver parte dos problemas rurais e urbanos da atualidade. Para se ter uma noção do porquê de considerarmos uma *construção* política, basta ter em mente que com as reformas de 1988 e 1992 os agricultores da Comunidade

passaram a receber, além dos benefícios da política de preços administrados e do princípio da "Preferência Comunitária", ajudas diretas à renda agrícola – as chamadas ajudas compensatórias, com as quais, em vários casos, os agricultores passam a desfrutar dessas ajudas sem dar em contrapartida nenhum acréscimo de produção (Etxezarreta *et al.*, 1995).

No Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política agrícola de modernização da agricultura, conduzida através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Em virtude disso, excluiu do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares. Só recentemente, meados dos anos 1990, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a *agricultura familiar* como a *base social* sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país (MA, 1996; Carneiro, 2000).

Contudo, diferentemente da PAC da CEE, o PRONAF não tem a ambição de atingir todos os segmentos de agricultores familiares existentes no país, deixando de lado os estabelecimentos classificados como *periféricos*. Além disso, mesmo para aqueles que são o seu público-alvo (os *em transição* e os *consolidados*), o Programa não tem sido bem-sucedido em atingir a todos, apenas a uma pequena parte deles (Bittencourt, 2003).

Assim, a pretensa *base social* de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil fica cindida entre famílias de agricultores viáveis e famílias de agricultores inviáveis – do ponto de vista da orientação da sua produção para o mercado. O PRONAF se encarregaria dos primeiros e a pluriatividade poderia vir a ser – segundo o ponto de vista acadêmico – um instrumento de apoio para ambos os segmentos.

Além do mais, em virtude de essa base social se concentrar nas regiões Nordeste e Sul (praticamente quase 80% do total nacional, sendo mais da metade do total nacional na região Nordeste), a questão do desenvolvimento rural no Brasil torna-se uma questão "regional" (Wanderley, s.d.).

É, em parte, nesse sentido que ganha relevo o estudo da pluriatividade neste trabalho. Ou seja, conforme mencionado acima, a pluriatividade é vista na literatura especializada como uma espécie de baluarte para a agricultura familiar (evitando o êxodo

rural e a proletarização com empobrecimento), especialmente para aqueles segmentos mais desestruturados (descapitalizados, não integrados aos circuitos mercantis e produtivos, sem acesso a inovações tecnológicas, etc.). Nesses termos, o reconhecimento e o incentivo à pluriatividade podem representar uma importante alternativa de reprodução para os milhões de produtores familiares que povoam e estruturam as áreas rurais do país e que não têm a possibilidade de se tornar viáveis para o mercado.

Os problemas sociais (rurais e urbanos) – os quais a pluriatividade poderá enfrentar como uma forte aliada no esforço para sua resolução – são crescentes e, portanto, para a pluriatividade cumprir a função a ela atribuída deverá acompanhar mencionado crescimento. É incoerente, portanto, esperar que a pluriatividade contribua no esforço de reduzir o desemprego rural e de amenizar o drama social dele decorrente se ela apresentar um crescimento negativo – contrário à trajetória dos problemas que deve enfrentar. Dessa forma, a pluriatividade só servirá para um contingente de famílias rurais progressivamente reduzido, resultado que frustrará as expectativas em relação a ela.

Nesse sentido, para inferir se a pluriatividade está cumprindo sua função *de forma crescente* no seio da agricultura familiar a fim de esta se consolidar realmente como a base social de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, importa acompanhar a evolução da pluriatividade nas diferentes regiões do Brasil.

Esse é o objetivo do presente trabalho. As ponderações anteriores justificam investigar a evolução da pluriatividade em distintas regiões com o intuito de responder às seguintes indagações: em qual região a pluriatividade tem mais perspectiva de crescer e servir de apoio à agricultura familiar? No mesmo sentido, em qual região do país a pluriatividade tem contribuído para ampliar ou pelo menos sustentar a base social (agricultura familiar) do novo modelo de desenvolvimento rural para o país? Em acréscimo, qual o tipo familiar, segundo a tipologia adotada, que mais cresce nas áreas rurais brasileiras? Representa esse tipo a *base familiar* do novo modelo de desenvolvimento rural sugerido pelo PRONAF?

Nossa hipótese é a de que a pluriatividade persiste ao longo do tempo, e até mesmo cresce, justamente em regiões mais pobres como o Nordeste e que, contrariamente ao que alguns trabalhos procuraram demonstrar (Schneider, 2001 e 2003; Sacco dos Anjos, 2003),

o conjunto de famílias pluriativas existente na região Sul tende a regredir e, junto com ela, a agricultura familiar da região.

Pretendemos demonstrar que, no Brasil, a pluriatividade tende a crescer e persistir em áreas rurais pobres como as da região Nordeste, e na região Sul, com entornos rurais (economias locais) mais dinâmicos do ponto de vista não agrícola, a pluriatividade tende a declinar, especialmente em períodos de dificuldades econômicas para os pequenos agricultores familiares.

Para tanto, julgamos ser necessário abordar a *evolução* da pluriatividade – no caso da região Sul, por exemplo – levando em consideração o contexto político (políticas agrícolas). Vale dizer, deve-se levar em consideração, na realidade, o histórico descaso das políticas agrícolas no que toca aos pequenos segmentos de produtores familiares. Quanto à região Nordeste, deve-se considerar, a despeito do descaso das políticas agrícolas para com a imensa massa de produtores familiares "inviáveis", a própria dinâmica de reprodução histórica da pobreza e atraso econômico e tecnológico da região.

Uma segunda hipótese, complementar às anteriores, é a de que, principalmente na região Sul – para a qual mostraremos existir uma trajetória declinante da pluriatividade –, as famílias rurais de trabalhadores conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) estão se tornando, de forma acelerada, famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariadas) ou famílias de não ocupados. Pretendemos mostrar essa alteração na composição das famílias rurais sulinas, especialmente na década de 1990 (também analisamos a década de 1980), a qual representou uma fase de inúmeras dificuldades econômicas para a grande maioria de pequenos agricultores familiares.

A pluriatividade é um fenômeno social *encontrável* em todo o território nacional. Em cada subespaço territorial regional haverá uma explicação para cada especificidade local da existência (estática) da pluriatividade. No entanto, para abordá-la inserida na questão mais ampla de um esforço nacional de implementação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, é necessário conhecer sua *dinâmica* em termos de tendência (evolução) com vistas a se construir um quadro também dinâmico de suas tendências regionais, com o intuito de subsidiar futuras opções de políticas públicas para o

rural – assim como também, nesses termos, faz-se importante conhecer a evolução dos demais tipos de famílias que estruturam as áreas rurais.

Isso posto, buscaremos demonstrar que no caso da região Sul do país, não obstante a pluriatividade aí continuar a existir entre seus produtores familiares, a tendência é de declínio – ou seja, correspondente a um universo de famílias pluriativas cada vez mais estreito. Por outro lado, a questão subjacente nesse trabalho é se existe a possibilidade da pluriatividade se conformar como uma alternativa de reprodução familiar para milhões de agricultores que jamais encontrarão seu lugar ao sol no agronegócio.

É nesse sentido que consideramos de extrema relevância investigar a *evolução* da pluriatividade em diferentes contextos regionais. Não pretendemos estudar suas especificidades enquanto categoria social diferenciada no meio rural. O estudo da pluriatividade em si mesma não é o objeto de investigação neste trabalho.

Nesses termos, entendemos que se os formuladores de políticas públicas (*policy makers*) para o rural brasileiro passarem a considerar a pluriatividade como uma importante forma de combater o desemprego e conter as populações rurais em seu lugar de origem, assegurando a sua reprodução social – especialmente no que respeita a grande parcela de agricultores pobres, conforme já mencionado –, então, apenas nesses termos, ganha sentido a discussão que ora nos propomos fazer sobre a *possibilidade de crescimento* de uma cultura da pluriatividade em contextos distintos – na região Sul e na região Nordeste.

Transformações econômicas nos entornos rurais podem provocar reações por parte das famílias rurais e daí resultar em proliferação de casos de pluriatividade. Porém, o que garantirá a persistência e o crescimento desses casos de pluriatividade não serão simplesmente as especificidades intrínsecas a cada região e/ou as decisões internas das famílias desprovidas de estímulos externos para tal.

Entendemos que o crescimento da pluriatividade não é um resultado *automático* decorrente de transformações em economias locais provocadas pelo progresso técnico e da reação das famílias rurais a tais transformações.

A nosso ver, somente o elemento político é capaz de explicar a razão de hoje se poder considerar que existe uma trajetória de crescimento da pluriatividade na Comunidade Econômica Européia. Naquela Comunidade o Estado foi capaz de *construí-la*, ao defender

milhares de pequenos agricultores familiares ("inviáveis" para o mercado) dos efeitos adversos do "moinho satânico"[1] da revolução verde materializado no avanço das relações capitalistas sobre a agricultura daquele continente (Nascimento, 2005).

Nesse sentido, objetiva-se incorporar, no presente trabalho, o elemento político para a compreensão da evolução da pluriatividade na região Sul, e o elemento pobreza para a evolução da pluriatividade na região Nordeste.

Nas áreas rurais não metropolitanas da região Sul – em que a "modernização dolorosa" da agricultura se fez mais intensa do que na região Nordeste – as pesquisas do Projeto Rurbano (IE/Unicamp) indicam uma persistente queda da População Economicamente Ativa – PEA – agrícola e, por outro lado, o sistemático crescimento da PEA não agrícola e de desempregados. Enquanto na região Nordeste a PEA agrícola permaneceu estável ao longo dos anos 90 (1992/1999), na região Sul, mais rica e modernizada, a PEA rural agrícola sofreu uma significativa queda de 3,8% ao ano, no mesmo período. Na região Sul, no início da década (1992) a PEA agrícola era formada por 2.512 mil trabalhadores, caindo para 1.925 mil, em 1999 (IBGE/PNAD, Projeto Rurbano: tabulações especiais).

Em relação ao desemprego aberto, trágica característica do mercado de trabalho do Brasil dos anos 90, constata-se esse fenômeno em todas as regiões rurais em análise, sendo mais intenso na região Sul do que no Nordeste. Enquanto na área rural do Nordeste o crescimento dos desempregados atingiu a taxa de 4,4% a.a., no Sul girou em torno dos 18% a.a. – todas as taxas significativas do ponto de vista estatístico (IBGE/PNAD, Projeto Rurbano: tabulações especiais). Esses dados são apenas alguns sinais que corroboram nossas hipóteses.

Considerando que esse breve quadro sobre a evolução da PEA rural no período 1992/1999 se reflete sobre o comportamento das famílias rurais, procuraremos investigar a validade das hipóteses levantadas analisando a evolução das famílias rurais pluriativas nas regiões Nordeste e Sul (lembrando que ambas respondem por praticamente 80% do universo da agricultura familiar do país). Faz parte das hipóteses levantadas a de que a tendência no meio rural, em vez de ser o crescimento das famílias pluriativas (assim como

[1] Utilizando a feliz expressão de K. Polanyi ("A Grande Transformação").

também das famílias agrícolas), será a do crescimento de famílias completamente não agrícolas e/ou de não ocupados – considerando, em especial, o contexto de crise na agricultura nos anos 90 e a ausência de políticas públicas que promovam as condições para o crescimento da pluriatividade. Por essa razão analisaremos também a evolução de um conjunto mais amplo de tipos de famílias rurais.

Para cumprir esse objetivo utilizaremos a tipologia de famílias construída pelo Projeto Rurbano (IE/Unicamp). Convém esclarecer que os *tipos de famílias* aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não ocupado)[2] e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo)[3].

O conceito de *pluriatividade* adota a família como unidade de análise[4] introduzindo no centro das atenções as atividades não agrícolas exercidas pelos membros da família – independentemente de serem desempenhadas dentro ou fora da exploração agrícola. O termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *stricto sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda*,* referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, *grosso modo,* da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da unidade familiar – dentro ou fora do estabelecimento.

[2] Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família a mesma é considerada como família de não ocupados.

[3] Se, por exemplo, numa família de conta-próprias tiver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerada família de conta-própria pluriativa "tradicional" no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa "tradicional" a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

[4] Sobre a discussão acerca da unidade de análise da pluriatividade sugerimos ver, entre outros, Fuller (1990), Del Grossi & Graziano da Silva (1998), Nascimento (2001), Schneider (2003).

Os tipos de famílias pluriativas adotados neste trabalho estão formados pelas seguintes combinações de ramos de atividades: 11 deles combinam atividade agrícola[5] com um ramo específico de atividade não agrícola[6]; e um outro tipo de família pluriativa que concilia atividade agrícola com mais de um ramo de atividade não agrícola (agrícola *com* mais de um ramo não agrícola). Portanto, 12 tipos de famílias pluriativas *intersetoriais*, além da pluriatividade tradicional (agrícola *com* agrícola, entre as famílias de conta-próprias), cujo resultado são 13 tipos de famílias pluriativas: i) agrícola *com* agrícola; ii) agrícola *com* mais de um ramo não agrícola; iii) agrícola *com* indústria de transformação; iv) agrícola *com* indústria da construção; v) agrícola *com* outras atividades industriais; vi) agrícola *com* comércio de mercadorias; vii) agrícola *com* transporte e comunicações; viii) agrícola *com* serviços auxiliares da atividade econômica; ix) agrícola *com* prestação de serviços (*sem* SDR – serviço doméstico remunerado); x) agrícola *com* serviço social; xi) agrícola *com* administração pública; xii) agrícola *com* outras atividades (não agrícolas); xiii) agrícola *com* SDR (serviço doméstico remunerado).

As análises ficarão restritas ao conjunto de famílias 'conta-próprias' e 'assalariados' residentes nas áreas rurais não metropolitanas denominadas *rural agropecuário*[7]. Justifica-se isso pelo fato de que para o Brasil como um todo e para as regiões em particular (especialmente Nordeste e Sul), todos os tipos de famílias definidas pela posição na ocupação (empregadoras, conta-próprias, assalariadas e não ocupadas) declararam residência (PNAD, 1999), em sua grande maioria (uma média que varia entre 65% e 80%), nas áreas não metropolitanas. Por outro lado, foi nas áreas *rurais agropecuárias* que se

[5] Agrícola entenda-se por agropecuária.

[6] Os ramos de atividade não agrícolas correspondem aos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – agrega nas seguintes categorias descritivas: i) indústria de transformação; ii) indústria de construção; iii) outras atividades industriais; iv) comércio de mercadorias; v) prestação de serviços (*sem* SDR – serviço doméstico remunerado); vi) serviços auxiliares da atividade econômica; vii) transporte e comunicação; viii) serviços sociais; ix) administração pública; x) outras atividades; xi) o crescimento e expansão do número de casos de emprego doméstico no país tem se revelado um fenômeno tão expressivo e relevante que o próprio IBGE resolveu classificá-lo, a partir das novas PNADs de 1992 em diante, como uma posição na ocupação em separado da categoria de trabalhadores ocupados. Por essa razão consideramos também a combinação 'agrícola *com* SDR (serviço doméstico remunerado)'.

[7] As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural (núcleo); 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusive aglomerado rural. O *rural agropecuário*, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A idéia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

concentraram as famílias rurais não metropolitanas (variando a proporção, na média, em torno de 83%, no total geral das áreas rurais não metropolitanas das regiões). A maior concentração de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias é das famílias conta-próprias e assalariadas (variando entre as regiões numa média de, ambas somadas, 84% do total de famílias), em 1999.

Considera-se como o universo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de 'empregadores' (com até 2 empregados) e de 'conta-próprias' – ambos agrícolas e pluriativos. No entanto, em virtude de este trabalho se concentrar nos dois tipos 'conta-próprias' e 'assalariados', nosso universo identificado com a agricultura familiar restringe-se ao conjunto de famílias conta-próprias (agrícolas e pluriativas). A discussão posteriormente realizada sobre "agricultura familiar e pluriatividade" não ficará comprometida, já que o percentual de famílias de 'empregadores com até 2 empregados' sobre o total ('empregador com até 2 empregados' mais 'conta-próprias') corresponde na média nacional a apenas 1,03%, e nas regiões aqui em análise (Nordeste e Sul), a porcentagem média gira em torno de 2,4%. O que equivale a dizer que o percentual de famílias conta-próprias no universo da *agricultura familiar* gira em torno de 98%, isto é, um contingente altamente representativo das análises a serem realizadas.

Segundo essa classificação, do universo da agricultura familiar presente nas áreas rurais agropecuárias não metropolitanas de todo o Brasil (3,1 milhões de famílias), 56,6% residiam na região Nordeste e 20,8% na região Sul. Portanto, essas duas regiões abarcavam juntas 77,4% de todo o conjunto da agricultura familiar do país, em 1999. Por essa razão, os argumentos desenvolvidos ao longo do texto terão por base a comparação dessas duas regiões.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma. Além desta introdução, foram produzidos mais quatro capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo discorremos sobre a política agrícola brasileira que modernizou a agricultura de algumas regiões do país em detrimento de outras, calcada no favorecimento da grande propriedade patronal, sem nenhum apoio a uma enormidade de agricultores familiares, ao contrário do que ocorreu na CEE com a PAC. Defende-se que a política agrícola levada a cabo no país, a partir dos anos 60, financiada pelo Estado através

do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), logrou, por um lado, criar as condições para o crescimento da pluriatividade nas regiões mais atingidas, mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, criou também as condições para o não-crescimento (até mesmo para o declínio) da mesma. Isso fica evidente nos momentos de crise do setor agrícola – à semelhança do que ocorreu nos anos 90. Observa-se também que o único programa estatal criado, em meados dos anos 90, para atender os segmentos familiares de produtores rurais (PRONAF), continua a reproduzir as mesmas condições, criadas pela *modernização dolorosa* da agricultura, para o não-crescimento da pluriatividade na região Sul. Enfim, o intuito do capítulo é fornecer elementos para as análises dos demais capítulos mostrando que em virtude da completa indiferença do Estado brasileiro, expressa nas suas políticas agrícolas, em relação aos agricultores familiares incapacitados historicamente de atenderem às exigências mínimas do Capital para se integrarem às correntes mercantis e produtivas, consideramos difícil consolidar de forma ampliada (e crescente) a pluriatividade como um importante instrumento para o novo modelo de desenvolvimento rural na região Sul.

No segundo e terceiros capítulos são apresentados os dados estatísticos que evidenciam o crescimento da pluriatividade entre as famílias rurais da região mais pobre, Nordeste. Por outro lado, comprova-se que na região Sul a tendência é de declínio da pluriatividade. As explicações para essas constatações estão associadas à realidade de pobreza historicamente reproduzida na região Nordeste. E, no caso da região Sul, o declínio da pluriatividade acha-se associado, por um lado, à ausência de políticas públicas estimulando o não-abandono das atividades agrícolas por parte dos pequenos produtores familiares; e, por outro lado, à existência de economias locais dinâmicas espalhadas pelo interior da região – *vis-à-vis* a região Nordeste. Mostra-se nesses capítulos que essa combinação – ausência de políticas públicas e redes urbanas dinâmicas – explica o rápido crescimento de famílias sulinas não agrícolas, em vez de resultar em crescimento da pluriatividade.

O quarto e último capítulo procura mostrar que a raiz da redução do contingente da agricultura familiar e das famílias pluriativas na região Sul reside no modelo agrícola especificamente capitalista largamente difundido nessa região. Nos anos 1990 isso ficou mais evidente em virtude da organização desse modelo agrícola passar a ser sistematicamente conduzida por critérios de mercado. As mudanças macroeconômicas

ocorridas nesse período agudizaram a contradição interna a esse modelo agrícola que, por um lado, exige a modernização dos produtores rurais e, por outro, exclui do processo os inaptos à corrida modernizante. A conseqüência desse processo contraditório – na ausência de políticas públicas capazes de compensar os "ineficientes" – é a tendência não apenas à redução da demanda por mão-de-obra, mas também de redução do número de produtores familiares, reduzindo, em uníssono, o número de famílias pluriativas.

CAPÍTULO 1

Política Agrícola no Brasil – desfavorável ao crescimento da pluriatividade

1.1. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

Uma característica histórica da sociedade brasileira desde sua origem colonial tem sido a permanente exclusão social dos empobrecidos do país – sem sombra de dúvida uma parcela significativa da população. Esse é um traço marcante da realidade brasileira que permeia todos os espaços regionais, rural e urbano.

No que respeita ao mundo rural, a exclusão social esteve posta desde a fundação colonial do país, assentada na grande propriedade da terra, a qual foi – na fase transitória da colônia para a República (fase imperial) – legitimada juridicamente pela Lei de Terras de 1850, que instituiu pela primeira vez no país o acesso a terra mediado pelo mercado, dificultando a obtenção de terras pelo trabalhador livre, tornando-se proibida a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra *"colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras através de posses e através de doações da Coroa"* (Viotti da Costa, 1987). Depreende-se disso que, desde as origens do Brasil, aos pobres foi negado o direito à propriedade da terra e que foi

> *"sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processaram as transformações históricas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial"* (Graziano da Silva, 1982: 30).

Quando finalmente o progresso técnico capitalista entranhou-se de forma intensa na agropecuária do país, na década de 1960, em algumas regiões, notadamente Sudeste e Sul, desvelou-se o caráter *descartável* que milhões de agricultores brasileiros – que viviam nas propriedades de outrem – possuíam com a terra, e o país assistiu ao intenso êxodo rural-urbano (30 milhões de pessoas) nas décadas de 1960 e 1970.

Referido processo foi financiado pelo Estado brasileiro, através do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – criado em 1965[8]. Processo que provocou rápidas e profundas alterações na estrutura produtiva e econômica do setor rural das regiões que o vivenciaram – Sudeste e Sul.

O SNCR serviu de alicerce para as transformações na agricultura. Tais transformações, todavia, estiveram calcadas no objetivo explícito da modernização da agricultura, traduzido em termos de adoção de novas tecnologias utilizadoras de pesados insumos modernos. Os recursos subsidiados destinados à agricultura objetivavam cumprir o desiderato da modernização desse setor.

Além de crédito farto e barato e garantia de preços, o Estado realizou um grande esforço para difundir as modernas tecnologias junto aos agricultores, consolidando uma grande estrutura operacional de apoio e suporte ao novo modelo a ser implantado para a agropecuária do país. Nesse contexto, instituições foram criadas e fortalecidas, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural – Embrater – e a Companhia Brasileira de Silos e Armazéns – Cibrazem. Em uníssono a esse processo, a assistência técnica desempenhou um importante papel na difusão dos "pacotes tecnológicos" por todo o país (Ichikawa, 2000).

Cabe aqui ressaltar que a política agrícola, a despeito de não excluir formalmente nenhum segmento, teve como resultado um forte favorecimento principalmente aos latifundiários e segmentos de agricultores familiares que se encontravam mais estruturados para acessar os recursos do SNCR, ou, ainda, que detinham maior acesso à informação e à assistência técnica, ficando à margem do processo – este é o ponto que mais importa ao nosso trabalho – a maioria dos agricultores familiares (Sorj, 1980; Graziano da Silva, 1982; Spolador, 2001; entre outros).

A exclusão ocorria na prática por meio dos procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. As concessões de crédito privilegiavam as transações de

[8] A origem do crédito rural formal no Brasil remonta a 1931 quando o governo federal, através do Banco do Brasil e da criação do Departamento do Café, passou a financiar compras de café. Depois, com a crise financeira dos anos 30, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil – CREAI – se tornou o primeiro grande mecanismo de crédito agrícola no Brasil. A partir de 1965, através da Lei 4.289, a política de crédito agrícola se consolidou no Brasil com a criação do SNCR (Spolador, 2001).

maior volume e de menor custo administrativo. Dentro desse esquema administrativo do setor bancário repassador do crédito rural,

> *"aproximadamente 80% dos estabelecimentos rurais não tiveram acesso ao crédito subsidiado, em contrapartida 1% dos tomadores do crédito (cerca de 10 mil grandes produtores) receberam 40% do total dos recursos"* (Bittencourt, 2003: 62).

Entre os diversos impactos da adoção dessas políticas, importa sublinhar o aprofundamento das diferenças entre as classes sociais produtivas do meio rural. Ou seja, acentuaram-se as diferenciações existentes entre os produtores denominados patronais e os familiares. Sendo que, também no interior do universo da agricultura familiar, o processo de modernização da agricultura agravou o distanciamento entre os mais estruturados ligados às cadeias produtivas agroindustriais e os agricultores "atrasados" do ponto de vista da integração ao novo modelo[9].

Nesse sentido, pode-se afirmar que os segmentos mais favorecidos pela política do Estado de modernização da agricultura foram aqueles que representavam a menor fração do conjunto dos produtores rurais do país – agricultores patronais e uma pequena parcela da agricultura familiar associada às agroindústrias. Esse favorecimento decorria de falhas no mecanismo de distribuição do crédito rural levando-o a se concentrar nas mãos daqueles grupos de produtores com maior acesso a informações e maior influência política, de modo que o crédito se concentrou nas mãos de poucos agricultores e foi destinado a poucas culturas (Goldin & Rezende, 1993).

Quanto aos pequenos produtores rurais e os sem-terra, estes permaneceram severamente marginalizados do processo. Dentre os diferentes segmentos sociais na agricultura brasileira, encontra-se o grupo que foi inteiramente negligenciado pelo padrão de financiamento vigente na década de 1970, assim como no padrão emergente nos anos 80

[9] GOODMAN *et al.* (1985: 45) ressaltam os conflitos gerados pela diferenciação crescente entre os produtores – de um lado, os produtores integrados aos circuitos dos capitais agroindustriais e, de outro lado, os não integrados. Os produtores integrados lutam continuamente para atenderem às exigências tecnológicas mínimas (em constante modificação) das agroindústrias, a ponto de suas reivindicações centrais desfocarem das questões tradicionais (históricas: luta pela terra) para se concentrarem nos termos do *"crédito, custos dos insumos, preços e acesso a mecanismos institucionais"*, expressando assim seu caráter corporativista. Aos produtores não integrados aos circuitos dos CAIs, sua luta ainda concentra-se na exigência de terra (Reforma Agrária). Entretanto, *"com um mercado de terras mais desenvolvido e com mecanismos institucionais que facilitam a sua compra, o acesso à terra tenderá cada vez mais a ser encarado como uma questão individual, e menos como um objeto de luta coletiva*", sentenciam os autores.

– trata-se da imensa *"parcela de cerca de 4 milhões ou mais de microestabelecimentos rurais, totalmente incapacitados para uma inserção no sistema financeiro privado ou mesmo estatal"* (Delgado, 1985). Em relação ao precário acesso desse imenso segmento de produtores rurais ao sistema de crédito oficial, Bittencourt (1997: 131) oferece uma noção da dimensão da exclusão dos pequenos agricultores ao afirmar que em 1979 *"foram realizados 1.375.417 contratos de custeio. Considerando apenas um contrato por produtor, atingiria menos de 27% do total de agricultores do país"*.

No período de aceleração inflacionária, após 1974, o subsídio implícito[10] no crédito rural elevava-se vigorosamente e a proporção dos produtores que obtinham crédito formal não ultrapassava, em 1978, a 20% do total de agricultores do país e, além disso, entre os que obtinham crédito, a maioria era formada de médios e grandes proprietários de terra, conforme atesta a Tabela 1. Pode-se observar na tabela que a forte exclusão também ocorria dentro desse conjunto dos tomadores de crédito, uma vez que os pequenos produtores que logravam participar dos recursos do SNCR não chegavam a atingir 20% do total do crédito declarado em 1978.

Tabela 1: Distribuição (%) do crédito declarado na amostra segundo classificação das fazendas pelo crédito do INCRA, 1978.

	Crédito Total	**Crédito de Curto Prazo**	**Crédito de Longo Prazo**
Minifúndios	19,5	15,9	21,2
Empresas Rurais	29,9	45,2	19,9
Latifúndios por Exploração	52,8	39,1	59,1
Total	100	100	100

Fonte: SAYAD (1978) *apud* SPOLADOR (2001).

A política de crédito rural não era neutra em relação à classificação social dos agricultores e o crédito era direcionado e concentrado para alguns produtos, regiões e categorias de produtores (Sorj, 1980). Na atualidade, percebe-se ainda de maneira muito marcante a herança dessa política agrícola excludente. Ainda hoje, independentemente do número de estabelecimentos agropecuários em uma dada região, a distribuição do crédito rural concentra-se, a exemplo das décadas anteriores, nas regiões e unidades da federação onde a agricultura tornou-se mais desenvolvida e se aproxima mais da participação de cada

[10] Ao passo que a taxa de inflação se elevava, a taxa de juros nominal não a acompanhava, tornando negativa a taxa de juros real – que é a taxa que importa para o tomador de crédito – configurando-se um subsídio implícito.

região no Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBP – do que do número de estabelecimentos.

Essa realidade fica explicitada na Tabela 2, a qual mostra que a região Nordeste, a despeito de abrigar 47,2% dos estabelecimentos agropecuários do país (responsáveis por 14,6% do VBP), é a mais prejudicada respondendo por apenas 19,3% dos contratos, ficando tão-somente com 6% do valor aplicado. Diferentemente, os 21,2% dos estabelecimentos pertencentes à região Sul detêm 31,6% do VBP e ficam com 53,4% dos contratos e 40,9% do valor total aplicado.

Tabela 2: Brasil: Estabelecimentos Agropecuários, VBP e crédito rural concedido a produtores e cooperativas por região, 2001.

REGIÃO	Estab. Agropec.		VBP		Crédito Rural (2001)			
	Número (*)	%	Valor (R$ mil)	%	Número Contratos	%	Valor (R$ mil)	%
Norte	414.386	8,8	2.209.120	4,7	56.990	3,9	653.918	3,6
Nordeste	2.216.698	47,2	6.885.528	14,6	283.808	19,3	1.072.830	6,0
Sudeste	835.711	17,8	16.449.351	34,8	250.615	17,1	5.374.992	30,0
Sul	994.543	21,2	14.935.946	31,6	783.765	53,4	7.334.499	40,9
Centro-Oeste	232.532	5,0	6.777.629	14,3	93.734	6,4	3.505.879	19,5
BRASIL	4.693.532	100,0	47.257.575	100,0	1.468.912	100,0	17.942.118	100,0

(*) Número total de estabelecimentos familiares e patronais, desconsiderados os demais formados por "Entidades Públicas", "Instituição Pia ou Religiosa" que somam 165.994 estabelecimentos em todo o país.
Fonte: Bacen – Anuário Estatístico do Crédito Rural, ano 2001;
IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996 – Projeto FAO/INCRA
In Bittencourt (2003).

Percebe-se que a opção clara do Estado foi pela grande propriedade em detrimento da grande maioria dos pequenos produtores rurais e não, ao contrário da opção da CEE, de apoio também à fração da estrutura produtiva rural mais fragilizada (descapitalizada, desconectada dos circuitos mercantis e das agroindústrias, etc.).

O SNCR foi (e continua sendo) excludente, concentrador de renda, além de muito caro para a União. É excludente porque só atende a uma demanda restrita aos grandes proprietários. É concentrador de renda porque os subsídios são vinculados ao valor financiado e não aos produtores – de modo que poucos produtores com empréstimos de elevado valor ficam com grande parcela dos subsídios. É muito caro porque utiliza fontes de elevado custo e paga aos bancos operadores um *spread* relativamente alto (Bittencourt, 2003).

Sob o suporte dessa política de subsídios estatal o capitalismo avançou no meio rural brasileiro de uma forma completamente desigual, conforme as regiões do país, transformando as relações de produção em algumas e, em outras, deixando-as quase que intocadas. Além disso, provocou também, naquelas regiões mais atingidas, uma alteração na estrutura agrária a favor dos médios e grandes estabelecimentos.

Pode-se ver na Tabela 3 que nas regiões onde mais se verificou o processo de modernização da agricultura (Sudeste e Sul), nos anos 60 e 70, observou-se uma expressiva redução do número de estabelecimentos rurais no período analisado (1970/1975), sendo que essa alteração ocorreu de forma mais rápida entre o estrato com menos de 10 ha em relação ao conjunto de estabelecimentos, evidenciando um dos efeitos da política de incentivo à modernização tecnológica que foi a concentração da (média e grande) propriedade possibilitada pela expansão da mesma através do crédito subsidiado e pela compra de terras (dos pequenos pelos grandes) como mecanismo de defesa diante de uma economia inflacionária (terra como um ativo de valorização).

Tabela 3: Crescimento do número de estabelecimentos totais e de estabelecimentos com menos de 10 ha, segundo regiões e Brasil, 1970/1975.

REGIÕES	Estabelecimentos com menos de 10 ha			Estabelecimentos totais		
	1970	1975	Variação (%)	1970	1975	Variação (%)
Norte	108.125	150.913	9,57	261.145	337.515	29,24
Nordeste	1.503.280	1.651.325	9,85	2.206.788	2.361.047	6,99
Sudeste	311.802	280.325	**-10,10**	928.945	881.041	**-5,16**
Sul	537.803	462.448	**-14,01**	1.274.009	1.158.093	**-9,10**
Centro-Oeste	63.912	71.654	12,11	253.132	269.473	6,46
BRASIL	2.524.982	2.616.575	3,63	4.924.019	5.007.169	1,69

Fonte: Adaptado de SORJ (1980: 139-140).

A Tabela 4 ilustra o efeito desse processo ocorrido no estado do Paraná. Pode-se ver nessa tabela que no período compreendido entre 1967 e 1976 houve uma clara tendência de alteração da composição da estrutura agrária do estado do Paraná em favor da média e grande propriedade, especialmente a categoria "Empresa Rural"[11].

[11] Considera-se, de acordo com o Cadastro de Imóveis Rurais, *minifúndio* o imóvel rural com área inferior a um módulo (que é fixado para cada região e tipo de exploração); *latifúndio de dimensão* o imóvel rural com área superior a 600 módulos; *empresa rural* o imóvel explorado econômica e racionalmente que tenha área de um módulo até 600 vezes esse valor; *latifúndio de exploração* o imóvel rural que, mantidos os mesmos

Tabela 4: Distribuição dos imóveis por categoria[a] e suas respectivas taxas de crescimento (% ao ano), Estado do Paraná, 1967/1972/1976.

Categorias Legais	Número de imóveis (%)			Variação (%)
	1967	1972	1976	1967/1976
Minifúndio	76,2	68,7	68,6	-0,3
Empresa rural	3,1	7,9	8,0	12,1
Latif. de Exploração	20,8	23,5	23,4	2,2
Latif. de Dimensão	-	-	-	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	0,9

[a] Excluídos os imóveis com inconsistência da área total. O traço indica valor inferior a 0,1%.
Fonte: Adaptado de GRAZIANO DA SILVA (1982: 95-97).

Diante dessas breves considerações acerca da política de financiamento da agricultura brasileira das décadas anteriores aos anos 90, cabe lembrar que até a primeira metade da década de 1990 não havia uma política específica orientada para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Além do mais, não existia nem mesmo o conceito de agricultura familiar. Como esclarece Belik (2000), o agricultor familiar era considerado miniprodutor para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. De acordo com as normas desse Manual, o produtor familiar não somente tinha que disputar o crédito com os demais produtores, mas também era obrigado a seguir a mesma rotina bancária cujas modalidades de empréstimo atendiam basicamente o perfil do grande produtor.

Para tentar superar esses problemas e compensar os efeitos desestruturadores da política econômica sobre os pequenos produtores – e mediante pressão de entidades representativas dos trabalhadores rurais –, em 1995, o governo federal lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar. Um ano depois, através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir o *status* de programa governamental, assumindo uma maior abrangência e uma concepção diferente (Bittencourt, 2003).

Antes de fazer alguns comentários a respeito do PRONAF e, a nosso ver, de sua incapacidade para ser um instrumento de estímulo ao crescimento da pluriatividade no seio da agricultura familiar, resta ainda dizer que essas rápidas ilustrações do efeito da política agrícola brasileira dos anos 60 e 70 sobre a estrutura agrária das regiões atingidas têm, primeiramente, o intuito de tentar sucintamente situar o ambiente dentro do qual foi criada

limites da empresa rural, seja inexplorado (...) com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado (Graziano da Silva, 1982).

a primeira política governamental de alcance nacional destinada exclusivamente ao segmento de produtores rurais historicamente alijados das políticas agrícolas federais, os agricultores familiares. Ou seja, o objetivo de, em parte, contextualizar os antecedentes do PRONAF, do ponto de vista da exclusão desse amplo segmento de agricultores familiares, assim como apontar para a incapacidade do Programa de sustentar uma cultura da pluriatividade no país.

O segundo intuito é resgatar a compreensão de que a forma específica do desenvolvimento capitalista na agricultura no Brasil, ao reafirmar a grande propriedade como um de seus baluartes, engendrou, do ponto de vista das relações de produção, um tipo de desenvolvimento capitalista no meio rural extremamente desigual entre as regiões do país (Graziano da Silva, 1981). E, em terceiro lugar, a conjugação dessas duas realidades – a coexistência entre pequenos produtores familiares "desamparados" pelas políticas e um modelo de produção agrícola especificamente capitalista cada vez mais regido por regras de mercado – dificulta, trava mesmo, o crescimento de casos de famílias pluriativas – pior, leva ao seu declínio.

A partir dessa percepção, importa-nos reter a idéia de que na região Sul – mais atingida pelo avanço capitalista no campo (através do processo de modernização dolorosa, excludente e concentrador de capital) do que a região Nordeste – referido processo criou uma situação paradoxal:

a) de um lado, engendrou as condições para a proliferação de casos de pluriatividade entre as famílias rurais daquela região, quais sejam: i) o aumento da produtividade do trabalho e da terra, liberando mão-de-obra familiar das tarefas agrícolas; ii) ampliou as oportunidades ocupacionais não agrícolas para os residentes rurais. Esses dois elementos, complementares entre si, são importantes para a família agrícola se tornar pluriativa;

b) de outro lado, ao perpetuar o favorecimento à grande propriedade *vis-à-vis* a pequena agricultura familiar – entregue à própria sorte –, criaram-se as condições para que, especialmente em tempos de crise agrícola, como foram os anos 90 (notadamente para os pequenos produtores familiares descapitalizados), configure-se um quadro de tendência à *redução* do contingente de famílias

pluriativas e de famílias agrícolas e à conversão delas em famílias não agrícolas ou em famílias de não ocupados.

Em outras palavras, a própria política modernizante, fundada na grande propriedade e na busca obsessiva por elevação da produtividade na agricultura, criou as bases para o surgimento de uma cultura da pluriatividade – nas condições pensadas por Carneiro (1997: 94)[12] – na região mais atingida por esse processo (Sul, em comparação com o Nordeste). Entretanto, esse mesmo modelo de agricultura, consolidado na região Sul, relegando aos excluídos do processo as regras de mercado (indiferença por parte do Estado), criou também, em simultâneo, as condições para que, em momentos de crise na agricultura (à semelhança do que ocorreu no Brasil dos anos 90), passe a ocorrer um visível declínio do número de famílias pluriativas (e famílias agrícolas) na referida região – traduzido em termos de conversão acelerada de famílias agrícolas e pluriativas em famílias rurais não agrícolas e/ou de famílias de não ocupados. Mais adiante, ao final deste capítulo, retomaremos essa ponderação. Os dados apresentados nos capítulos seguintes, comparativos entre as regiões Nordeste e Sul, e entre as décadas de 1980 e de 1990, podem apoiar tal observação.

1.2. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Antes de qualquer coisa, cabe esclarecer que não se pretende aqui fazer uma análise pormenorizada do PRONAF, nem uma avaliação de seu desempenho enquanto política pública. Para esse propósito, os autores nos quais este tópico se ampara podem atender muito melhor.

O que interessa extrair dos estudos já publicados sobre o PRONAF são apenas as avaliações de todos eles, sem exceção, de que esse programa, a despeito de sua suma importância e ineditismo histórico no Brasil, não tem sido capaz de estender seu alcance

[12] Segundo esta autora, a pluriatividade de hoje é diferente da pluriatividade do período pré-capitalista – no qual o mercado ainda não atendia a todas as necessidades materiais das populações agrícolas – pelo fato de o recurso às atividades não agrícolas, pelas famílias agrícolas de hoje, constituir-se em uma *recriação* por uma parte da população rural em reação às próprias transformações capitalistas modernizantes da agricultura. É, portanto, no contexto da política agrícola de especialização da produção e do trabalho na agricultura que a noção de pluriatividade ganha um sentido moderno, novo.

para aquela imensa fração, já mencionada no tópico anterior, do universo de agricultores familiares secularmente marginalizados pelas políticas públicas federais. Nesse sentido, serão brevemente pontuadas as razões apontadas pelas pesquisas para as fortes limitações do Programa.

Partimos da premissa empírica, alardeada pelos analistas, de que o PRONAF reproduz, na prática, o caráter excludente do modelo agrícola especificamente capitalista vigente nas décadas que o precederam. Capitalista, porque permanece incentivando o uso de tecnologias da "revolução verde", dando prosseguimento ao processo histórico de proletarização do "campesinato". Excludente, porque dentro do próprio universo de "agricultores familiares" somente uma parcela menor é beneficiada pelos recursos do Programa.

Portanto, quais as razões para isso? Em seguida, discorreremos sobre os diversos argumentos registrados por diferentes analistas do PRONAF para atender a essa indagação. Nosso único propósito é expor a completa ausência de possibilidade de fomento e de impulso ao crescimento de uma cultura da pluriatividade presente nas regiões mais beneficiadas pelo crédito agrícola do PRONAF (ou de qualquer outro do SNCR, em vigor).

Segundo Aquino *et al.* (2004), ao definir quem seria beneficiado pelo PRONAF, o governo seguiu a recomendação do Projeto FAO/INCRA (1994/1995), a respeito do público-alvo a ser atingido pelas políticas públicas. O PRONAF-C (crédito) foi criado, então, para atender o conjunto dos agricultores familiares, porém, com prioridade para os agricultores familiares "em transição", dados os riscos de os produtores dessa modalidade regredirem para a condição de agricultores familiares "periféricos", e o seu potencial para serem alçados para o modelo da agricultura familiar "consolidada"[13].

[13] Pelo critério da diferenciação da renda monetária bruta (RMB) do estabelecimento, medida em salários mínimos, subdividiu-se o conjunto dos estabelecimentos familiares em três categorias, a saber: i) a agricultura familiar *consolidada*, com 1,5 milhão de estabelecimentos; ii) a agricultura familiar *de transição*, com 2,5 milhões de estabelecimentos; e iii) a agricultura familiar *periférica*, com 2,5 milhões de estabelecimentos. Segundo essa classificação, os estabelecimentos enquadrados nesta última categoria foram considerados simplesmente como "*locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada, do que propriamente empresas do setor agropecuário*" (FAO/INCRA, 1995: 6 *apud* Aquino *et al.,* 2004).

Somente os agricultores que se enquadrarem em determinados parâmetros[14], aplicados uniformemente em todo o território nacional, poderão se tornar beneficiários do PRONAF-C. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, sabe-se que esse número ultrapassa os 3,8 milhões de propriedades rurais. Desse total, como pode ser observado na Tabela 5, 52% estão concentrados na região Nordeste (mais da metade, portanto), seguida das regiões Sul (21,2%) e Sudeste (13,6%). Já as regiões Norte e Centro-Oeste abrigam, respectivamente, somente 9,8% e 3,4% dos estabelecimentos potenciais beneficiários do programa.

Tabela 5: Estabelecimentos potenciais beneficiários do PRONAF no Brasil e Regiões, 1995/1996.

REGIÕES	ESTABELECIMENTOS	
	Total	%
Norte	375.385	9,8
Nordeste	1.983.950	52,0
Sudeste	518.218	13,6
Sul	809.559	21,2
Centro-Oeste	128.421	3,4
BRASIL	3.815.533	100,0

Fonte: Sabbato (2000) *apud* Aquino *et al.* (2004).

Ao ser analisado em termos regionais, descobre-se que o PRONAF mantém a mesma distribuição desigual dos demais programas de crédito rural do Brasil. As regiões Sul e Sudeste são as mais favorecidas, concentrando 71% do valor aplicado na safra 2001/2002, segundo mostra a Tabela 6. Essa tabela mostra que a despeito de a região Nordeste abrigar a maior fração do universo de estabelecimentos familiares do país (cerca de 50% do total nacional[15]), essa região tem sido uma das mais prejudicadas no que concerne à apropriação dos recursos aplicados do PRONAF; teve uma participação no acesso aos recursos aplicados do PRONAF claramente bem inferior à da região Sul, que detém menos da metade dos estabelecimentos familiares da região Nordeste (22% do total nacional). O crédito nesta região se concentra em investimentos, com muito pouca presença

[14] Tais parâmetros são: i) que explorem parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros; ii) que mantenham até dois empregados permanentes, sendo admitido o recurso eventual da ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; iii) que não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; iv) que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária e/ou extrativa; v) que residam na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

[15] Cf. MDA/INCRA/FAO (2000).

do crédito de custeio em função dos problemas climáticos inerentes ao Semi-Árido (Bittencourt, 2003).

Tabela 6: Distribuição dos recursos do crédito rural do PRONAF alocados por regiões e estados brasileiros entre 1995 e 2001 e da safra 2001/2002.

REGIÕES / ESTADOS	1995 a 2001			Safra 2001/2002	
	Total (R$)	% Regional	% Nacional	(R$ mil)	% Nacional
Região Norte	**254.991.802,50**	**100,0**	**3,3**	**99.353**	**4,6**
Acre	3.108.293,11	1,2	0,04	5.078	0,2
Amapá	1.253.277,21	0,5	0,02	1.424	0,1
Amazonas	2.382.370,20	0,9	0,03	4.516	0,2
Pará	46.378.322,47	18,2	0,59	15.646	0,7
Rondônia	165.194.814,07	64,8	2,11	48.642	2,2
Roraima	1.076.166,01	0,4	0,01	1.326	0,1
Tocantins	35.598.559,43	14,0	0,45	22.722	1,0
Região Nordeste	**1.073.654.262,59**	**100,0**	**13,7**	**323.960**	**14,9**
Alagoas	56.060.844,27	5,2	0,7	29.487	1,4
Bahia	346.648.286,01	32,3	4,4	111.888	5,1
Ceará	120.338.709,86	11,2	1,5	26.838	1,2
Maranhão	92.697.469,08	8,6	1,2	41.725	1,9
Paraíba	81.590.114,21	7,6	1,0	16.284	0,7
Pernambuco	132.140.561,40	12,3	1,7	12.804	0,6
Piauí	110.499.638,17	10,3	1,4	29.243	1,3
R. G. do Norte	55.352.981,34	5,2	0,7	21.230	1,0
Sergipe	78.325.658,25	7,3	1,0	34.462	1,6
Região Sudeste	**1.346.928.154,41**	**100,0**	**17,2**	**374.168**	**17,2**
Espírito Santo	187.401.448,37	13,9	2,4	70.487	3,2
Minas Gerais	816.180.167,24	60,6	10,4	214.080	9,8
Rio de Janeiro	55.455.859,59	4,1	0,7	18.847	0,9
São Paulo	287.890.679,21	21,4	3,7	70.753	3,2
Região Sul	**4.790.945.210,65**	**100,0**	**61,2**	**1.174.980**	**53,9**
Paraná	1.201.720.094,82	25,1	15,3	301.098	13,8
R. G. do Sul	2.272.658.565,04	47,4	29,0	600.606	27,5
Santa Catarina	1.316.566.550,79	27,5	16,8	273.276	12,5
Região Centro-Oeste	**367.766.994,44**	**100,0**	**4,7**	**207.998**	**9,5**
Distrito Federal	5.989.650,07	1,6	0,1	713	0,0
Goiás	120.640.349,53	32,8	1,5	56.058	2,6
M. G. do Sul	120.173.304,58	32,7	1,5	34.444	1,6
Mato Grosso	120.963.690,26	32,9	1,5	116.784	5,4
TOTAL BRASIL	**7.834.286.424,59**	**100,0**	**100,0**	**2.180.459**	**100,0**

Fonte: SAF/MDA/PRONAF *apud* Aquino *et al.* (2004) e Bittencourt (2003).

Até dezembro de 1998, o PRONAF teve uma pequena participação diante do universo de produtores familiares a serem atingidos. Foram beneficiados apenas 958.995 agricultores familiares (IBASE, 1999 *apud* Aquino *et al.*, 2004). Esse montante representa somente 25% dos 3.815.533 estabelecimentos familiares que compõem seu público potencial (Tabela 5). Dessa forma, pode-se ter uma idéia mais concreta do alcance do programa, ficando evidente que é realmente atingida apenas uma pequena parte dos agricultores familiares. Além do seu pequeno alcance, o PRONAF-C não chega aos agricultores familiares de forma homogênea. Dos 958.995 produtores que tiveram acesso ao crédito, aproximadamente dois terços podem se caraterizar como integrantes de uma

agricultura familiar em processo de consolidação, e um terço como agricultores mais fragilizados (IBASE, 1999 *apud* Aquino *et al.*, 2004).

Esses dados permitem identificar o perfil dos beneficiários do crédito rural destinado à agricultura familiar, demonstrando o seu caráter discriminatório materializado no privilégio dos agricultores mais bem estruturados economicamente, geralmente ligados à atividade agroindustrial. Na região Sul, tem-se concentrado a maior fatia dos recursos aplicados do PRONAF (53,9%, na safra de 2001/2002, Tabela 6).

Bittencourt (2003) considera que a elevada participação da região Sul nos recursos aplicados do PRONAF pode ser atribuída a uma série de fatores, destacando-se os seguintes:

a) A forte organização social dos agricultores familiares, apoiados pelos três principais movimentos sociais representativos dos agricultores familiares no Brasil – Fetags/Contag, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/CUT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);

b) A assistência técnica estatal ainda tem uma forte atuação entre os agricultores familiares da região, contribuindo na elaboração de projetos técnicos;

c) O grande número de cooperativas de crédito (Sicredi, Sicoob, Cresol e Crehnor);

d) A presença de muitas agências bancárias na região, especialmente do Banco do Brasil;

e) A concentração de muitas agroindústrias que mantêm contratos de integração com muitos agricultores familiares, facilitando e intermediando o acesso aos financiamentos (fumo, aves, suinocultura e sericicultura);

f) A grande participação da agricultura familiar da região no VBP agropecuário nacional, respondendo por 50% do VBP da agricultura familiar do país, evidenciando seu grau maior de estruturação.

Abramovay & Veiga (1998) associam a concentração dos recursos na região Sul ao fato de esta possuir, fundamentalmente, estados e municípios onde existe maior tradição dos agricultores familiares em realizar operações bancárias e onde *"a agricultura familiar*

tem maior força econômica. Oeste e Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina, Alto Uruguai no Rio Grande do Sul e Sul de Minas são as regiões onde mais a agricultura familiar conseguiu ligar-se a mercados dinâmicos" (p. 29).

Outro problema enfrentado pelo PRONAF tem sido a enorme dificuldade de atender à larga demanda (reprimida) por crédito por parte do conjunto dos produtores familiares, principalmente nas regiões mais atrasadas economicamente, como é o caso da região Nordeste, que detém 50% dos estabelecimentos familiares.

Bittencourt (2003) defende que a dificuldade do PRONAF para fazer chegar seus recursos às mãos de um contingente mais amplo de agricultores familiares reside, em primeiro lugar, na completa ausência de instituições bancárias próximas dos potenciais contratantes do crédito. Para se ter uma idéia disso, nos pequenos municípios e no meio rural do país, mais de 85% da população está excluída do sistema bancário. Segundo o autor, em dezembro de 2002, dos 5.658 municípios brasileiros, 1.665 não contavam com nenhuma instituição financeira e 654 contavam com atendimento de apenas um Posto Avançado de Atendimento, de alguma cooperativa de crédito ou banco.

Em segundo lugar, Bittencourt levanta a questão do elevado custo de transação envolvido na operacionalização bancária do repasse dos recursos do Programa, do Tesouro Nacional para os tomadores do crédito, intermediados pela rede bancária. O PRONAF foi constituído dentro do SNCR, estando, portanto, submetido às mesmas regras e limitações impostas pelos agentes financeiros para operar os demais financiamentos rurais. O autor sustenta que o PRONAF, por ser um Programa dentro do SNCR, enfrenta dificuldades para operar com o público para o qual se destina, uma vez que as instituições que o operam não estão preparadas para essa função. E, por essa razão, o envolvimento dessas instituições acarreta custos elevados para o Tesouro Nacional, o qual cobre os custos de transação e a equalização de juros, e esses custos são, em última análise, responsáveis pela menor abrangência do PRONAF.

Para Aquino *et al.* (2004), o peso de todos esses aspectos limitantes da capacidade de alcance do PRONAF deve ser encarado como resultado e não como ponto crítico do Programa. Isso porque as razões do favorecimento das regiões e dos agricultores mais abastados dizem respeito a uma questão distinta. Em outras palavras, para esse autor

embora existam razões operacionais para explicar as limitações do Programa, a questão central se encontra na própria concepção fundante do mesmo. Ou seja, na visão do autor, a reprodução do caráter excludente da política governamental implícita no PRONAF encontra-se na sua própria concepção metodológica, cujo caráter seletivo e excludente é fundamentado em um viés setorial.

Seguindo essa ótica de análise, entende-se que o PRONAF não foi concebido para atender todos os agricultores familiares, uma vez que o mesmo foi elaborado para responder às necessidades dos agricultores familiares "em transição", ou seja, *"aqueles que apresentariam potencialidades de serem transformados em 'empresas familiares viáveis', através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltada para as demandas do mercado"* (Carneiro, 2000: 133-134). De acordo com essa autora, o programa incorporou uma visão da agricultura familiar como um segmento produtivo "atrasado", porém com "potencialidade", levando à formulação de propostas que se limitam à modernização tecnológica e ao acesso a formas modernas de produção. Em outros termos, à medida que se arroga à não-utilização de tecnologias modernas o ponto central do "atraso" do desenvolvimento da agricultura familiar, o problema fica restrito a apenas uma questão de ordem técnica. Desse modo, as propostas e políticas são orientadas ao segmento que apresenta melhores condições (objetivas e subjetivas) de superar o referido "atraso".

Dessa forma, acaba por se eleger um único tipo de agricultor familiar – aquele capaz de sobreviver e se reproduzir sustentado basicamente numa única atividade econômica (ligada preponderantemente à agricultura) – como o "verdadeiro agricultor" a ser atendido pelas limitadas verbas públicas. Assim sendo, associando progresso técnico ao aumento da capacidade produtiva e à imagem de agricultor viável, o PRONAF

> *"(...) assegura um enquadramento técnico-ideológico do agricultor familiar que se torna referência para a implementação de metas e, sobretudo, um critério para a avaliação da eficácia das medidas adotadas e do desempenho do próprio agricultor"* (Carneiro, 1999: 332).

A partir desse modelo, a classificação dos beneficiários do programa é feita levando em conta a capacidade de competitividade da unidade de produção, traduzida em taxas de rentabilidade e de produtividade alcançáveis pela absorção de tecnologias e de saberes tidos como "modernos". Em conseqüência disso, são selecionados como agricultores "viáveis"

um número reduzido de produtores que se enquadram na perspectiva do modelo agrícola capitalista, excluindo do horizonte do Programa uma grande massa considerada "atrasada" ou "periférica".

Em outras palavras, a incapacidade de agricultores familiares nordestinos – quase 50% do total nacional de agricultores familiares – de obterem o grosso de sua renda das atividades agropecuárias é vista como evidência clara da impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar uma lógica que se oriente pelas demandas do mercado e pela incorporação das inovações tecnológicas. Por conseguinte, o seu enquadramento em uma categoria social periférica acaba por reforçar e cristalizar a marginalização desse grande contingente da população rural

> *"(...) que terá a sua sobrevivência dependente de políticas sociais sem que lhe seja atribuída a oportunidade de participar do desenvolvimento rural, aprofundando mais ainda o abismo entre as camadas sociais no campo"* (Carneiro, 1997: 8).

1.3. Algumas considerações finais

Em Nascimento (2005), procuramos mostrar que a Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Econômica Européia (CEE) construiu, a partir do final da década de 1950 e início da década seguinte, o desenvolvimento rural da Comunidade assentado na estrutura agrária familiar preexistente de uma forma especial; ou seja, conservando a referida estrutura, assegurando a realização de toda a produção de todos os seus produtores familiares, grandes e pequenos, eficientes ou não – segundo a ótica do mercado.

No Brasil, conforme vimos anteriormente, o PRONAF pretende também construir um novo modelo de desenvolvimento rural para o país tendo por base social a agricultura familiar. A diferença, no entanto, entre o PRONAF e a PAC é que, diferentemente desta, o PRONAF, logo na sua origem, na sua formulação, excluiu do seu horizonte de atuação uma expressiva parcela de produtores familiares considerados *irrecuperáveis* para o mercado, os agricultores familiares "periféricos".

Conquanto, independentemente dessa exclusão institucionalmente assumida, o PRONAF tenha a pretensão de atingir, além dos segmentos de produtores familiares *consolidados*, o segmento dos *em transição*, deve-se destacar que, mesmo entre esses

eleitos, ainda existe uma elevada porcentagem que permanece aguardando o "bonde da história" – lembrando que no corrente ano o PRONAF completa uma década de existência.

Tanto a política agrícola levada a cabo através do SNCR, quanto a política do PRONAF resultam em modelos excludentes. Tal conclusão distancia-se por completo da experiência da CEE[16], na qual a preservação da estrutura produtiva familiar, preexistente, foi eleita como o alicerce para o modelo de desenvolvimento rural da Comunidade, o qual resultou, por conseguinte, na construção de uma cultura da pluriatividade, crescente e *sustentável* (Arkleton Trust Project, 1992).

A diferença da CEE em relação ao Brasil é que, naquela Comunidade, a despeito de também a Política Agrícola Comum (PAC) favorecer as grandes propriedades, houve desde a sua constituição, em fins dos anos 50, a preocupação explícita e *efetiva* de apoiar a preservação também das estruturas consideradas ineficientes, as não competitivas à luz dos critérios de mercado. Lá como cá, os grandes proprietários foram (e continuam a ser) os mais beneficiados. Porém, no velho continente existe um mínimo de preocupação com a questão *social* envolvida na preservação dos pequenos produtores familiares. Por essa razão, a pluriatividade na CEE é passível de crescimento. No Brasil, como não existe esse tipo de preocupação por parte das velhas e novas políticas voltadas para o setor, a pluriatividade é uma cultura a ser constantemente esvaída pelo progresso econômico, conduzido nos moldes da "modernização dolorosa", em simultâneo às crises pelas quais passam constantemente os pequenos produtores desprovidos dos aportes públicos para enfrentá-las.

No Brasil, na região onde se concentram os aportes da política agrícola voltada para os segmentos patronal e familiar mais estruturado (região Sul), o que existe de pluriatividade no seio da agricultura familiar está cedendo lugar para as famílias rurais de assalariados e/ou não agrícolas e de não ocupados, como procuraremos mostrar neste trabalho.

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento desigual do capitalismo no meio rural do país criou, em algumas regiões mais atingidas (no nosso caso, a região Sul), as condições para a proliferação de casos de pluriatividade no seio das famílias rurais, foram

[16] Conforme pode ser verificado em Nascimento (2005).

criadas, a um só tempo, também as condições para a impossibilidade de continuar crescendo essa cultura pluriativa, especialmente em momentos de crise na agricultura.

O desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro engendrou na região Sul (mais atingida pelo processo de modernização agrícola do que a região Nordeste) o aumento da produtividade do trabalho e da terra, possibilitando com isso a liberação de parte da força de trabalho agrícola familiar para que pudesse se ocupar ou em outros estabelecimentos como assalariada (permanente e/ou temporária) ou em atividades não agrícolas que foram surgindo como oportunidade de ocupação para a população rural em decorrência do progresso econômico mais intenso nessa região – seja pelo aumento das oportunidades ocupacionais oriundas dos Complexos Agroindustriais (CAIs) em consolidação, seja pelo processo de interiorização de indústrias (industrialização difusa).

Além dessas dinâmicas econômicas geradoras de ocupações rurais não agrícolas (ORNA), outras dinâmicas (imobiliárias, etc.) também potencializaram a proliferação de casos de pluriatividade nessas regiões modernizadas. Contudo, não é o caso de aqui discorrer sobre elas[17].

Na região Nordeste, na qual o desenvolvimento capitalista no campo foi introduzido de forma ainda muito parcial (Hoffmann, 1992; Souza & Khan, 2001), a pluriatividade também proliferou, porém, de forma mais intensa do que na região Sul, não apenas em termos absolutos em virtude de ser uma região que abriga a maior população rural do país, mas também em termos relativos. Nesse caso, contudo, afirmamos no presente trabalho que no Nordeste tem-se consolidado uma cultura da pluriatividade, que vem se sustentando há duas décadas (1980 e 1990) – ao contrário da região Sul –, derivada de uma outra cultura, a cultura de resistência à pobreza.

Não que na região Sul, mais abastada economicamente do que o Nordeste, uma parcela da pluriatividade não possa ser associada à pobreza. O fato é que, no Nordeste, essa relação é bem mais patente, conforme indicam os dados apresentados neste trabalho.

A pluriatividade está presente em todas as regiões do país – nas ricas e nas pobres, nas modernizadas e nas atrasadas tecnologicamente. Todavia, o que procuramos sublinhar com o breve resgate da literatura que analisa a política pública para o meio rural, em vigor

[17] A esse respeito sugere-se a leitura de Graziano da Silva (1999); Del Grossi (1999).

ao longo das últimas quatro décadas, é a percepção de que, por um lado, o processo de avanço desigual do capitalismo no campo criou as condições para a proliferação de casos de pluriatividade entre as famílias rurais em várias partes do país. Mas, por outro lado, pela forma como foi realizado esse processo – subordinado ao grande capital, elegendo a grande propriedade como o baluarte da modernização e do progresso econômico, em detrimento sistemático dos pequenos produtores (que representam a esmagadora parcela dos estabelecimentos rurais do país) – foram criadas também, paralelamente, as condições para a retração contínua da pluriatividade na região Sul (de agricultura mais modernizada do que a região Nordeste) ao longo do tempo, especialmente em momentos de aprofundamento das dificuldades no setor. Acrescente-se a esses elementos o permanente descaso das políticas públicas para com a maioria da população rural de pequenos produtores familiares.

A partir dessa compreensão procuraremos mostrar nos capítulos seguintes as razões pelas quais consideramos que a pluriatividade na região Sul tende a um constante declínio, contrariamente ao que ocorre na região Nordeste, que se apresenta persistente nas duas décadas analisadas. Entendemos que na região Sul a coexistência entre um modelo agrícola capitalista predominante e entornos rurais dinâmicos do ponto de vista não agrícola, juntamente com a completa ausência do Estado amparando os pequenos produtores nos momentos de crise do setor – semelhantemente ao que ocorreu nos anos 90 – leva as famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas a paulatinamente converter-se em famílias não agrícolas ou de não ocupados. Na região Nordeste, como os entornos rurais (economias locais) são precários e ainda predomina a prática de uma agricultura de subsistência, essa combinação é que leva à proliferação crescente de casos de pluriatividade, que se confunde com a luta diária de resistência à pobreza.

CAPÍTULO 2

Pluriatividade e Pobreza Rural – Dois traços da agricultura familiar nordestina

2.1. Introdução

Os dados que serão apresentados mais adiante revelam que, no Brasil, a pluriatividade prolifera muito mais em regiões pobres (caso do Nordeste) do que em regiões que passaram por processos de modernização tecnológica e crescimento econômico (caso da região Sul). É no Nordeste que a pluriatividade tem cumprido o papel de conter o declínio da agricultura familiar. Mais ainda, numa futura conjuntura de crescimento econômico e modernização das estruturas agrícolas no Nordeste, a tendência apontada pelos dados não autoriza aguardar um maior crescimento da pluriatividade (e da agricultura familiar). Pelo contrário, a não ser que o Estado, através de políticas públicas específicas, intervenha evitando o abandono das atividades agrícolas pelos produtores familiares.

Antes, contudo, convém recordar que os *tipos de famílias* aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não ocupado)[18] e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo)[19]. Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP).

[18] Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não ocupados.

[19] Se, por exemplo, numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa "tradicional" no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa "tradicional" a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

As análises seguintes ficarão restritas ao conjunto de famílias 'conta-próprias' e 'assalariados' residentes nas áreas rurais não metropolitanas denominadas *rural agropecuário*[20]. Justifica-se isso pelo fato de que para o Brasil como um todo e para as regiões em particular (especialmente Nordeste e Sul), todos os tipos de famílias definidas pela posição na ocupação (empregadoras, conta-próprias, assalariadas e não ocupadas) declararam residência, em sua grande maioria (uma média que varia entre 65% e 80%), nas áreas não metropolitanas. Por outro lado, foi nas áreas *rurais agropecuárias* que se concentraram as famílias rurais não metropolitanas (variando a proporção, na média, em torno de 83%, no total geral das áreas rurais não metropolitanas das regiões). A maior concentração de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias é das famílias conta-próprias e assalariadas (apresentando uma média de 84% do total das famílias, com pequenas variações entre as regiões), em 1999.

Considera-se como o universo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de 'empregadores' (com até 2 empregados) e de 'conta-próprias' – ambos agrícolas e pluriativos. No entanto, em virtude de este trabalho se concentrar nos tipos 'conta-próprias' e 'assalariados', nosso universo identificado com a agricultura familiar restringe-se ao conjunto de famílias conta-próprias (agrícolas e pluriativas). A discussão posteriormente realizada sobre "agricultura familiar e pluriatividade" não ficará comprometida, já que o percentual de famílias de 'empregadores com até 2 empregados' sobre o total ('empregador com até 2 empregados' mais 'conta-próprias') corresponde na média nacional a apenas 1,03%, e nas regiões aqui em análise (Nordeste e Sul), a porcentagem média gira em torno de 2,4%. O que equivale a dizer que o percentual de famílias conta-próprias no universo da *agricultura familiar* gira em torno de 98%, isto é, um contingente altamente representativo das análises realizadas a seguir.

[20] As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusive aglomerado rural. O *rural agropecuário*, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A idéia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

2.2. Um primeiro esclarecimento: o reprocessamento dos microdados das PNADs (1992/1999) e a evolução das famílias rurais no Nordeste e no Sul

Tomando como referência a sugestão enunciada em nosso trabalho anterior (Nascimento, 2002) de que é importante estudar a pluriatividade de forma desagregada o mais detalhadamente possível, reprocessamos com mais detalhes os microdados das PNADs dos anos 90 em busca de uma maior precisão no tratamento da evolução da pluriatividade.

No presente trabalho, desdobramos a tipologia de famílias do Projeto Rurbano em 11 tipos de famílias pluriativas *intersetoriais*: 10 deles combinam atividade agrícola[21] com **um** ramo específico de atividade não agrícola[22]; e um outro tipo de família pluriativa que concilia atividade agrícola com **mais de um** ramo de atividade não agrícola[23] (agrícola *com* mais de um ramo não agrícola). Portanto, 11 tipos de famílias pluriativas derivadas do segundo tipo trabalhado em Nascimento (2002), além dos dois outros (concebidos inicialmente), cujo resultado são 13 tipos de famílias pluriativas: i) agrícola *com* agrícola; ii) agrícola *com* mais de um ramo não agrícola; iii) agrícola *com* indústria de transformação; iv) agrícola *com* indústria da construção; v) agrícola *com* outras atividades industriais; vi) agrícola *com* comércio de mercadorias; vii) agrícola *com* transporte e comunicações; viii) agrícola *com* serviços auxiliares da atividade econômica; ix) agrícola *com* prestação de serviços; x) agrícola *com* serviço social; xi) agrícola *com* administração pública; xii) agrícola *com* outras atividades (não agrícolas); xiii) agrícola *com* serviço doméstico remunerado.

Observando a série 1992 a 1999 com o referido nível de desagregação da pluriatividade, observa-se nas áreas rurais agropecuárias da região Nordeste, como elemento novo, uma tendência de crescimento (11,2% a.a.) do tipo de família pluriativa que combina atividade agrícola com atividade do ramo de 'transporte e comunicação' –

[21] Agrícola entenda-se por agropecuária.
[22] Os ramos de atividades não agrícolas correspondem aos que as PNADs agregam nas seguintes categorias descritivas: i) indústria de transformação; ii) indústria de construção; iii) outras atividades industriais; iv) comércio de mercadorias; v) prestação de serviços; vi) serviços auxiliares da atividade econômica; vii) transporte e comunicação; viii) serviços sociais; ix) administração pública; x) outras atividades.
[23] A este novo tipo **com mais de um ramo** de atividade foi somado o quarto tipo de Nascimento (2002), o tipo 'agrícola *com* não agrícola *com* serviço doméstico remunerado'.

conforme pode ser visto na Tabela 1 –, o que dá uma indicação de uma relativa divergência com a afirmação conclusiva em Nascimento (2002).

Quando tomamos o subperíodo 1995/1999, as Tabelas 1 e 2 revelam expansão significativa[24] da pluriatividade intersetorial na região Nordeste. A Tabela 2 ainda traz a tipologia adotada em Nascimento (2002) e a Tabela 1 apresenta a nova tipologia construída para o presente trabalho. Na Tabela 1[25] observa-se o crescimento significativo da pluriatividade *intersetorial* total (agrícola *com* não agrícola) nordestina (8,5%), paralelamente à estabilidade da pluriatividade tradicional (agrícola *com* agrícola). Desagregando a pluriatividade *intersetorial* nordestina, observa-se também, na Tabela 1, a expansão significativa de quatro tipos de famílias pluriativas *intersetoriais*: combinação de atividade agrícola com os ramos da 'construção civil' (31,6% a.a.), dos 'transportes e comunicação' (18,5% a.a.), dos 'serviços sociais' (7,2% a.a.) e, também, com mais de um ramo de atividade não agrícola (13% a.a. para as famílias de conta-próprias, e 24,9% a.a. para as famílias de assalariados). A Tabela 2 igualmente mostra elevadas taxas positivas e significativas de crescimento, no agregado, de famílias nordestinas pluriativas *intersetoriais*, de conta-próprias e de assalariados, no período em foco.

Comparando a evolução dos diferentes tipos de famílias pluriativas nordestinas com suas congêneres sulinas, constata-se ainda – reforçando a confirmação da nossa hipótese central – que no período 1995 a 1999 – período de intensificação da crise agrícola que recaiu sobre os pequenos produtores rurais, especialmente sulinos (conforme Capítulo 4 adiante) – houve maior expansão de diferentes tipos de famílias conta-próprias pluriativas *intersetoriais* na região Nordeste do que no Sul do país (Tabelas 1 e 2). Na verdade, na região Sul nenhum tipo de família conta-própria pluriativa (que faz parte do contingente da agricultura familiar da região) apresentou tendência positiva de crescimento, nos períodos 1992/1999 e 1995/1999; pelo contrário, quase todas as taxas de crescimento são negativas, ainda que algumas sejam não significativas (no sentido estatístico).

[24] Esse qualificativo – *significativo* – refere-se ao sentido estatístico, que corresponde ao nível de significância do teste. Sempre que doravante falarmos em crescimento *significativo* é nesse sentido que estaremos tratando.
[25] Para evitar o acúmulo de dados no corpo da tabela, optamos por deixar todos os respectivos números absolutos em tabelas, em anexo, no final da tese.

Tabela 1: Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: 1992/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE Mil fam 1999	Sul Mil fam 1999	Nordeste tx cresc. (% aa.) 1992/99 a	Sul tx cresc. (% aa.) 1992/99 a	Nordeste tx cresc. (% aa.) 1995/99 a	Sul tx cresc. (% aa.) 1995/99 a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	1799	671	1,6 **	-2,0 ***	1,9	-2,0 ***
Agrícola	1015	467	1,7	-2,9 ***	-0,4	-2,6 ***
Pluriativo	653	138	0,7	-2,2 **	5,4	-2,8
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	199	27	1,8	-4,0 ***	-0,5	-5,5 ***
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	455	109	0,5	-1,8	8,5 *	-2,5
Agrícola com mais de um ramo N-Ag	239	51	2,5	1,5	12,0 ***	1,8
Agrícola com indústria transformação	19	15	-10,9 ***	-5,1	-7,1	-3,8
Agrícola com indústria construção	48	5	8,1	- -	31,6 ***	- -
Agrícola com out atividade industrial	6	2	- -	- -	- -	- -
Agrícola com comércio	21	6	-5,6 *	-5,8	-6,2	-6,8
Agrícola com transp e comunicação	6	2	11,2 ***	- -	18,5 *	- -
Agrícola com serv aux ativ econôm	1	2	- -	- -	- -	- -
Agrícola com prestação serviços	22	4	-6,7 *	-10,3 ***	-1,2	-16,0 *
Agrícola com serviço social	55	8	-1,4	-10,7 ***	7,2 *	-15,9 ***
Agrícola com administração pública	11	3	6,2	- -	7,7	- -
Agrícola com outras atividades	1	1	- -	- -	- -	- -
Agrícola com SDR	26	13	4,5 **	2,5	-1,2	0,5
Não-agrícola	131	67	5,9 ***	9,4 ***	3,9	5,9
Empregados	852	428	-0,1	3,2 ***	2,6 *	4,4 ***
Agrícola	462	185	-2,6 *	0,5	-4,8	1,3
Pluriativo	161	42	1,4	-1,0	16,9 *	-3,8
Agrícola com mais de um ramo N-Ag	71	18	4,6	0,9	24,9 *	-1,0
Agrícola com indústria transformação	9	5	-2,3	-3,0	14,9	0,6
Agrícola com indústria construção	25	0	3,6	- -	48,3	- -
Agrícola com out atividade industrial	2	0	- -	- -	- -	- -
Agrícola com comércio	3	1	- -	- -	- -	- -
Agrícola com transp e comunicação	1	0	- -	- -	- -	- -
Agrícola com serv aux ativ econôm	2	1	- -	- -	- -	- -
Agrícola com prestação serviços	3	1	- -	- -	- -	- -
Agrícola com serviço social	20	2	-6,0	- -	2,8	- -
Agrícola com administração pública	3	1	-10,2	- -	-6,7	- -
Agrícola com outras atividades	1	0	- -	- -	- -	- -
Agrícola com SDR	23	14	4,2 *	3,4	-1,7	-2,0
Não-agrícola	230	201	5,8 *	7,6 ***	12,5 *	10,1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações
Os "- -" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).
SDR: Serviço Doméstico Remunerado
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Convém esclarecer que a soma das famílias conta-próprias pluriativas *intersetoriais* nordestinas (455 mil)[26] era igual a 4,1 vezes o total de suas congêneres sulinas (109 mil), em 1999. Essa diferença ganha mais significado para os propósitos deste trabalho quando se considera que o efetivo da agricultura familiar (composto pelas famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos) no Nordeste (1,7 milhão de famílias) possui diferença relativamente menor (2,8 vezes) em relação ao efetivo da agricultura familiar da região Sul

[26] Lembrando que as tabelas com toda a seqüência dos números absolutos de famílias encontram-se no anexo estatístico.

(605 mil famílias). Esses números demonstram, para o que nos interessa mais de perto, que a pluriatividade intersetorial (no seio da agricultura familiar) no Nordeste é mais expressiva do que no Sul, não porque o universo populacional rural da agricultura familiar é maior no Nordeste. Pelos números apresentados, essa afirmação está descartada. Adiante exporemos outras explicações para isso.

Somando os quatro grupos de famílias pluriativas conta-próprias *intersetoriais* nordestinas que apresentaram taxas positivas e significativas de crescimento[27], chegou-se a 80,7% do conjunto de famílias conta-próprias *intersetoriais* nordestinas, cujo total também cresceu significativamente (8,5%), no período 1995/1999, conforme mostrado acima.

Tabela 2: Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	Mil fam	tx cr. (% aa.)	Mil fam	tx cr. (% aa.)
	1999	1995/99 a	1999	1995/99 a
NÃO METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
Conta-Própria	1.799	1,9	671	-2,0 ***
Agrícola	1.015	-0,4	467	-2,6 ***
Pluriativo	653	5,4	138	-2,8
Agrícola com Agrícola	199	-0,5	27	-5,5 ***
Agrícola com não-agrícola	414	**9,5** *	95	-2,0
Agrícola com SDR	26	-1,2	13	0,5
Agríc.com não-agríc. com SDR	15	-1,0	-	- -
Não-agrícola	131	3,9	67	5,9
Não-agrícola sem SDR	124	3,0	62	5,6
Não-agrícola com SDR	7	- -	5	9,2 *
Empregados	852	2,6 *	428	4,4 ***
Agrícola	462	-4,8 *	185	1,3
Pluriativo	161	**16,9** *	42	-3,8
Agrícola com não-agrícola	136	**21,9** *	24	-4,5
Agrícola com SDR	23	-1,7	14	-2,0
Agríc.com não-agríc. com SDR	3	- -	3	- -
Não-agrícola	230	12,5 **	201	10,1 ***
Não-agrícola sem SDR	204	13,3 **	165	10,0 ***
Não-agrícola com SDR	26	6,6	35	10,6 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações
Os "- -" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).
SDR: Serviço Doméstico Remunerado
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp

A título de informação adicional, a Tabela 3 apresenta a composição dos diferentes tipos de famílias nordestinas pluriativas e não agrícolas segundo o ramo de atividade *não*

[27] Os quais são: 'construção civil', 'transportes e comunicação', 'serviços sociais' e 'agrícola *com* mais de um ramo não agrícola'.

agrícola em que seus membros encontravam-se ocupados em 1999. Para cada tipo de família foi contado o número de pessoas ocupadas em cada um dos ramos de atividades *não agrícolas*. Foi contado também o total das pessoas ocupadas (em todos os possíveis ramos não agrícolas) dentro de cada família[28].

Tabela 3: Composição da estrutura de ocupação segundo os ramos de atividade *não agrícola*: Nordeste, 1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	A %	B %	C %	D %	E %	F %	G %	H %	I %	J %	K %	L %
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO												
Conta-Própria	14,0	16,5	2,9	17,9	4,1	0,8	15,5	15,2	3,9	1,2	7,9	100,0
Pluriativo	13,3	16,9	2,0	13,8	3,1	0,8	12,9	21,7	5,0	0,1	10,3	100,0
Agrícola com mais de um ramo N-Ag	15,0	16,2	2,1	18,3	4,0	1,7	15,4	21,1	6,0	0,2	0,0	100,0
Agrícola com indústria transformação	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com indústria construção	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com out atividade industrial	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com comércio	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com transp e comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serv aux ativ econôm	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com prestação serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serviço social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com administração pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com outras atividades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Agrícola com SDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Não-agrícola	15,4	15,9	4,5	25,7	6,0	0,7	20,5	2,8	1,8	3,3	3,5	100,0
Empregados	14,1	31,8	4,9	3,6	2,5	1,2	3,8	18,1	6,2	0,4	13,3	100,0
Pluriativo	9,4	25,7	3,9	3,1	1,5	1,6	3,6	23,5	7,3	0,7	19,7	100,0
Agrícola com mais de um ramo N-Ag	14,0	25,1	5,9	4,3	2,5	0,9	4,1	31,6	11,5	0,0	0,0	100,0
Agrícola com indústria transformação	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com indústria construção	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com out atividade industrial	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com comércio	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com transp e comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serv aux ativ econôm	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com prestação serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com serviço social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com administração pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Agrícola com outras atividades	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Agrícola com SDR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Não-agrícola	16,6	35,0	5,4	3,9	2,9	1,0	3,9	15,3	5,7	0,3	10,0	100,0

Legenda: as letras referem-se à % (porcentagem) de pessoas ocupadas nos seguintes ramos de atividades: A – indústria de transformação; B – indústria construção; C – outras atividades industriais; D – comércio; E – transporte e comunicação; F – serviços auxiliares da atividade econômica; G – prestação de serviços (exclusive o serviço doméstico remunerado); H – serviço social; I – administração pública; J – outras atividades; K – serviço doméstico remunerado; L – total de ocupados no domicílio.

Fonte: PNAD (1999) - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Cada uma das colunas (Tabela 3) corresponde à porcentagem de pessoas ocupadas por ramo de atividade no total de pessoas ocupadas por grupo de tipo de família. Pode-se ver que os ramos onde mais as famílias conta-próprias pluriativas intersetoriais 'agrícola *com* não agrícola' se ocuparam, em 1999, foram: indústria de transformação, indústria da construção, comércio, prestação de serviço e serviço social.

[28] Representado pela coluna L.

Os dados resultantes do reprocessamento dos microdados das PNADs, com a nova tipologia de famílias mais detalhada por ramos de atividade, revelaram, portanto, o crescimento da pluriatividade *intersetorial* nas áreas rurais agropecuárias da região Nordeste, ao contrário da região Sul, embora na média da década (1992/1999) a pluriatividade *intersetorial* como um todo no Nordeste tenha ficado estabilizada (com exceção dos tipos de famílias que combinam atividade agrícola *com* 'serviço doméstico remunerado' e *com* 'transporte e comunicação').

Em suma, até aqui o mais importante de todas essas observações preliminares é apreender que esses resultados estão sugerindo a existência de uma relação forte entre *entorno rural pobre* (caso do Nordeste) e crescimento de famílias pluriativas *intersetoriais*.

É sobre essa relação – pobreza rural e pluriatividade – que as próximas seções irão se ocupar.

2.3. A pluriatividade na literatura nacional e internacional: um breve resgate

O tratamento mais detalhado dos dados mostrou que não existe uma explicação única (universal) para a existência e reprodução da pluriatividade, no Brasil.

A literatura internacional e nacional acerca desse segmento social já demonstrou que ele não é um caso exclusivo de determinadas áreas rurais. Pelo contrário, a pluriatividade é uma realidade generalizada por todas as áreas rurais de todas as regiões e países pesquisados. Nesse aspecto, o que nos interessa mais de perto neste trabalho é realçar que os estudos já realizados sobre o tema, tanto nacionalmente como no exterior, procuram apontar as especificidades da pluriatividade em cada realidade regional na qual ocorre. Em virtude da enorme heterogeneidade regional (dentro e fora do Brasil), o resultado das pesquisas registra também uma grande heterogeneidade de fatores explicativos da *existência* da pluriatividade nas distintas regiões.

À guisa de exemplo, a OECD (1998) relata que em regiões da Comunidade Econômica Européia – CEE – com acesso a maiores centros urbanos e industriais e com um setor produtor de alimentos modernizado, é mais comum a pluriatividade como um meio de manter a atividade agrícola, sendo a renda não agrícola usada para apoiar a atividade

agrícola; em regiões caracterizadas por apresentarem dificuldades na produção agrícola – seja em virtude de terem uma força de trabalho velha ou por serem bastante isoladas e terem dificuldade de diversificar suas atividades produtivas – a pluriatividade pode ser vista como um meio de diversificar os negócios, sendo o *link* entre as atividades agrícolas e não agrícolas dado pela utilização das rendas não agrícolas.

Nesse sentido, a pluriatividade pode refletir uma variedade de estratégias familiares: a busca por inserção em novos mercados em resposta às dificuldades financeiras; uma tentativa de reduzir os riscos da atividade agrícola; ou ainda uma resposta às oportunidades surgidas nos mercados de trabalho e de produtos (OECD, 1998).

Como assinala Fuller (1990), a pluriatividade representa a segunda etapa de um processo de reconceitualização que acontece desde o final dos anos 80 a partir do conceito de agricultura a tempo parcial (*part time farming*). A adoção do termo pluriatividade obedece a seu mais amplo significado ao estar referido a uma unidade econômica que realiza outras atividades além da agricultura, tanto dentro como fora da exploração, e pelas quais obtém distintos tipos de remuneração. Para esse autor, entre as atividades realizadas pela unidade familiar agrária em adição à agricultura, incluem-se as seguintes: a) o emprego em outras explorações agrárias; b) as atividades denominadas paraagrárias, no interior do estabelecimento, como a transformação de alimentos; c) as atividades não agrárias realizadas na exploração, como o turismo e o artesanato; e d) o emprego fora da exploração e do setor agrário.

Os determinantes que levam as unidades familiares agrárias a empreenderem novas atividades dependem de um conjunto de variáveis tanto internas como externas à própria unidade familiar e à exploração.

Dentre os fatores externos destacam-se principalmente as características de mercado de trabalho. Fuller (1990) assinala a percepção de que as estratégias e condutas das unidades familiares agrárias estão determinadas de uma forma crescente pelas oportunidades de trabalho fora da exploração. Nesse sentido, o entorno de núcleos de população maiores ou o seu nível de desenvolvimento são aspectos que incidem diretamente nas oportunidades de emprego. As infra-estruturas das economias locais, os

recursos naturais, culturais e humanos são também aspectos a serem levados em conta ao analisar o maior ou menor êxito da pluriatividade em um determinado território.

Como determinantes internos da unidade familiar se encontram tanto as características dos membros da unidade familiar como as da exploração agrária. Entre os primeiros, a idade tem se revelado como uma das variáveis mais determinantes: as maiores capacitação e formação dos mais jovens se unem às suas maiores necessidades econômicas; a idade dos membros da unidade familiar, fundamentalmente do titular da exploração agrária e do cônjuge, mostra-se um dos fatores que mais incidem na disposição a empreender novas atividades; a idade também influi no tipo da nova atividade empreendida. Os resultados da pesquisa do *Arkleton Trust Project*[29] assinalam a existência de uma relação inversa entre o tamanho da exploração e o trabalho realizado fora da mesma (Bardají & Gimenez, 1995)[30].

Alguns trabalhos recentes desenvolvidos no Brasil *também* apresentam explicações distintas para a *existência* da pluriatividade no país, em geral, e na região Sul, em particular. Por um lado, sua existência é atribuída às transformações ocorridas no macroambiente socioeconômico onde estão imersas as famílias rurais, de modo que o novo ambiente que se configura oferece alternativas de ocupação e renda às famílias rurais, alternativas estas estranhas ao universo estritamente identificado com a agropecuária.

O conjunto de características observadas por Mattei (1999) em um estudo de caso sobre a pluriatividade no município de Blumenau/SC levou-o à conclusão de que a *"incidência da pluriatividade no município de Blumenau guarda <u>menos</u> correspondência com as variáveis relacionadas às estruturas internas das famílias e está <u>mais</u> articulada ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão da pluriatividade"* (*op. cit.*: 149; grifos meus).

Convergindo com Mattei (1999), o resultado que Souza (2000) apreende, ao realizar um estudo de caso sobre a pluriatividade no distrito de Itaiacoca (município de Ponta

[29] Trata-se de uma ampla pesquisa desenvolvida no âmbito dos países componentes da CEE, realizada por uma equipe interdisciplinar, no período 1987/1991, com o intuito de abordar questões que ultrapassassem os limites estreitos do estabelecimento agrícola – tais como, por exemplo, as diferentes fontes de renda da família (não apenas do estabelecimento), etc.

[30] Para uma lista mais extensa de exemplos de estudos de casos sobre as diferentes determinações da pluriatividade em diferentes contextos nacionais e regionais, consultar Kageyama (1998); Schneider (2000).

Grossa/PR), é de que uma *"análise pormenorizada das famílias que combinam atividades mostra que: a explicação não pode ser derivada da família em si, mas no processo de reprodução social por elas empreendido, bem como pelos aspectos externos à unidade familiar (...) [de modo que] as características do entorno social rural desempenham um papel fundamental nas formas de reprodução social e econômica das famílias consolidando um tipo de desenvolvimento e de integração particular"* (*op. cit.*: 300-301; grifos meus).

Por outro lado, depois de fazer um extenso esforço de revisão da literatura internacional sobre a pluriatividade, Schneider (2003) atribuiu ao tipo de explicação aludida acima (Mattei e Souza) uma determinação menor à compreensão do "fenômeno" da pluriatividade no Sul do Brasil. À luz do arcabouço teórico chayanoviano, esse autor procura enfatizar mais os aspectos microssociológicos intrínsecos às unidades familiares agrícolas com certo detrimento da importância das transformações no ambiente externo à unidade produtiva familiar (mercado de trabalho, mercado de produtos, etc.).

Para Schneider (2003), a pluriatividade deve ser estudada a partir da dinâmica interna da família, além de terem que ser apreendidas suas reações ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. A dinâmica das famílias e sua relação com a estrutura agrária é que tem a supremacia em modificar a estratégia da pluriatividade, e não o ambiente exterior.

O autor aceita a idéia de que a industrialização difusa e a flexibilização das relações de trabalho podem estimular a geração e expansão da pluriatividade no Sul do Brasil. Porém, ele considera difícil aceitar que a pluriatividade decorre diretamente dos referidos processos sociais e econômicos que são externos às unidades produtivas familiares, sem implicar qualquer tipo de reação dos sujeitos afetados, resultando estes apenas em simples coadjuvantes, não contribuindo, em alguma medida, para a afirmação e significação da pluriatividade.

Do ponto de vista de Schneider (2003), os aspectos macrossociológicos pelos quais se explica o recurso dos agricultores às atividades não agrícolas *têm muito pouco a dizer* sobre as motivações dos indivíduos, seja sobre tomadas de decisões de dispêndio ou investimento, seja sobre seus projetos alternativos de reprodução social. Portanto, defende o autor que é preciso descer ao ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos

pelos quais uma família se torna pluriativa e de que maneira ela exerce essa pluriatividade. Somente com base nessas informações, pondera o autor, é que se pode discutir o que ele considera a questão teórica central, isto é, a possibilidade da pluriatividade constituir-se em uma *nova* estratégia de reprodução social das unidades agrícolas familiares.

Ao final de seu livro, Schneider (2003) conclui que a pluriatividade não pode ser confundida com a dinâmica do mercado de trabalho, nem pode ser tomada como efeito das transformações nesse mercado. Tem-se que apreender as dinâmicas microssociais intrínsecas às famílias em interação com o meio ambiente econômico e social em modificação. Essa é, para o autor, a chave explicativa para a não-identificação da pluriatividade com a dinâmica dos mercados de trabalho.

Há também autores que, por seu lado, procuram mostrar a importância de considerar ambas as determinações. Sacco dos Anjos (2003) se aproxima da compreensão de Kageyama (1998) de que certos elementos internos à unidade produtiva familiar não são por si só suficientes para definir a pluriatividade. Para Sacco dos Anjos, devem-se

> *"incluir outros aspectos para chegar a um conceito integrado. A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modelo de produção capitalista. Mas, por outra parte, sua consolidação nos distintos países adquire especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais (...) Em definitivo, parece igualmente lógico que não é possível interpretá-la sem levar em conta o contexto amplo que lhe engendrou"* (Sacco dos Anjos, 2003: 91; grifo meu).

Para Kageyama (1998), dependendo do nível analítico em que seja investigada (micro, meso, macro), a pluriatividade tem significados distintos conforme o estágio de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto.

> *"No nível micro, a unidade de análise pode ser a família. Mas a 'segunda atividade' não se exerce em abstrato ou deslocada do resto da economia, e sim num mercado de trabalho, que deve constituir um outro nível analítico. Este não é propriamente macro, mas talvez 'mesoeconômico' (contexto), pois a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes."* (Kageyama, 1998: 21)

A par dessas referências, que na sua maioria ancoram em estudos de casos específicos de algumas localidades da região Sul do Brasil (exceção de Kageyama, cujo

texto é respaldado em grande parte em resultados de trabalhos sobre a pluriatividade em outros países), entretanto, as informações até aqui apresentadas – extraídas dos microdados das PNADs, conforme apresentadas na seção anterior – sugerem, por seu turno, que é importante distinguir duas coisas: a *existência* da pluriatividade, de um lado, e a sua *reprodução/evolução*, de outro.

As explicações arroladas acima procuram dar conta da *existência*, no Brasil, da pluriatividade. Entretanto, parece-nos não serem suficientes para explicar a *evolução* (e o significado) da mesma nas diferentes regiões brasileiras, nos anos 90. Esse ponto nos parece ficar claro ao compararmos a evolução (expressa pelas taxas de crescimento) das famílias pluriativas nordestinas e sulinas, nas tabelas da seção precedente. Pelas ponderações contidas nos trabalhos dos citados autores, era de esperar uma maior expansão da pluriatividade intersetorial na região Sul do país, mas não no Nordeste, uma vez que é no Sul que se encontram mais bem reunidas as condições mais profícuas para o desenvolvimento da pluriatividade intersetorial, como por exemplo: processos mais intensos de transformações produtivas e de relações de produção e trabalho, assim como processos de industrialização difusa, criando economias locais mais dinâmicas; maiores PIBs (setores e *per capita*)[31]; cultura camponesa (imigrantes europeus) e de pequena propriedade; concentração de recursos de financiamento para a agricultura familiar[32]; etc. Contudo, a despeito de todos esses elementos, os dados mostram que é justamente na região em que cada um desses fatores se mostra mais "precarizado", ou mesmo inexistente, (região Nordeste) que se encontra a maior proporção e se desenvolve com mais força a pluriatividade intersetorial (expressa em diferentes tipos de famílias pluriativas), além da pluriatividade tradicional (conta-própria agrícola *com* assalariamento agrícola).

A nosso juízo, a despeito da pluriatividade ocorrer em todas as regiões do Brasil[33], observar e analisar sua evolução é mais importante do que simplesmente atestar a sua existência. Existência que certamente possui significados diferenciados entre as diversas regiões do país, mas, como procuraremos discorrer em seguida, no que concerne ao futuro das famílias rurais das distintas regiões do Brasil, essa existência diferenciada da

[31] Ver tabelas (ao final do trabalho, em anexo).
[32] Ver informações fornecidas no Capítulo 1.
[33] Lembrando que as tabelas com os números absolutos dos tipos de famílias encontram-se em anexo no final da tese.

pluriatividade (em contextos distintos) poderá vir a apresentar um *destino comum*: a contração do seu universo e, junto com ele, o não-cumprimento da função que lhe é atribuída – ou seja, sustentar a parcela mais desestruturada do conjunto da agricultura familiar e, com isso, servir de instrumento para solucionar boa parte dos problemas comuns ao rural e ao urbano. Diante disso, acredita-se que falta agregar outros componentes explicativos para o declínio da pluriatividade na região mais abastada economicamente (Sul), e o substancial crescimento significativo dela na região Nordeste. Esse componente já foi explicitado anteriormente: trata-se de considerar a ação do Estado consubstanciada em políticas públicas para o setor (ou sua ausência) e a pobreza recorrente no Nordeste.

Do que foi apresentado até aqui, pode-se apreender que os dados (apresentados na seção precedente) estão *contradizendo* qualquer idéia no sentido de se fazer associação direta entre o crescimento da pluriatividade e contextos rurais com economias locais dinâmicas, sem a mediação de outros fatores explicativos. A pluriatividade no Brasil, não obstante ocorra em todas as regiões do país – seja no interior da agricultura familiar, seja entre famílias de assalariados ou de unidades patronais –, parece ser mais característica, tanto em termos absolutos como em termos de evolução/reprodução (crescimento), em *regiões pobres*. É, como pudemos ver, na região Nordeste que a pluriatividade tem encontrado o ambiente propício para expandir-se de forma bem mais expressiva do que nas regiões do Brasil com economias mais dinâmicas e mais modernizadas tecnologicamente, como é o caso da região Sul. É o que veremos, mais ainda, em seguida.

2.4. Pluriatividade e Pobreza Rural: persistência e crescimento em meio à pobreza

A Tabela 4 procura dar respaldo empírico às considerações acima. Ela compara, respectivamente, a evolução (1995/1999)[34], em termos de taxas de crescimento, e a proporção[35] das famílias pobres residentes nas áreas rurais agropecuárias das regiões

[34] O deflator usado é o INPC (restrito), o mesmo índice deflator que é utilizado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs. Importa notificar que optamos por considerar apenas a série 1995/1999 e desconsiderar os anos 1992 e 1993, para as tabelas de famílias *pobres*, com a intenção de evitarmos incorrer em erros graves, posto que parte do crescimento das rendas captado pelas PNADs de 1992 a 1995 se deve ao fato de que o deflator utilizado pode não ter captado adequadamente a inflação da época da implantação do Plano Real no ano de 1994.

[35] Proporção sobre o total de cada tipo familiar.

Nordeste e Sul (com uma linha de pobreza correspondente à renda média familiar *per capita* de ½ s.m. em R$ de set/1999)[36], em 1999. A Tabela 4 mostra que é na região Nordeste que predominam as famílias pobres sobre o total de famílias (de cada tipo), para praticamente todos os tipos de famílias apresentados. Observe-se que no Nordeste, de maneira quase generalizada, as proporções de famílias pobres constituem, em média, 64% dos seus respectivos totais (por tipo de família), enquanto no Sul esse percentual médio fica abaixo dos 30%.

Também é no Nordeste que as famílias rurais agropecuárias conta-próprias (agricultura familiar) pobres pluriativas *intersetoriais,* no agregado, mais crescem significativamente (9,4%; Tabela 4). Note-se nessa região o crescimento significativo e acelerado entre três desses tipos familiares (coluna 1): 'agrícola com mais de um ramo não agrícola' (14,4%), 'agrícola com indústria da construção' (49,2%) e 'agrícola com serviço social' (6%). Convém dizer que esses três tipos familiares correspondem juntos a 75,3% do total das famílias pluriativas *intersetoriais* nordestinas. Um dado interessante de se perceber também na Tabela 4 é que no Nordeste, a despeito do crescimento significativo das famílias de conta-próprias pluriativas 'agrícola com SDR'[37] (Nascimento, 2002), a parcela pobre dessas mesmas famílias diminuiu, o que pode significar que o SDR contribuiu para alçar parte dessas famílias para cima da linha de pobreza adotada (Nascimento, 2004a).

Em relação ao Sul, diferentemente, a Tabela 4 evidencia basicamente a redução significativa do efetivo das famílias conta-próprias pluriativas tradicionais (agrícola *com* agrícola) pobres, segundo a linha de pobreza adotada. Considerando que a Tabela 1 mostrou que houve uma queda significativa das famílias conta-próprias pluriativas sulinas como um todo, pode-se cogitar que a pluriatividade não está evitando o aprofundamento da proletarização dessas famílias, na região Sul, uma vez que essas famílias não estão se tornando famílias conta-próprias 'não pobres'[38], as quais apresentaram taxas negativas de crescimento, embora não significativas, conforme mostra a Tabela 5. Aquelas famílias podem estar deixando de ser conta-próprias e se tornando assalariadas.

[36] O salário mínimo em set/1999 era de R$ 136,00.
[37] Serviço doméstico remunerado.
[38] As famílias não pobres da Tabela 5 são o resultado da diferença entre o total de famílias (de cada tipo) e as famílias pobres (segundo a linha de pobreza de ½ salário mínimo *per capita* familiar).

Tabela 4: Proporção (%) e taxas de crescimento dos tipos de famílias *pobres* segundo o local de domicílio e região: 1992/1999 (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de ½ s.m. em R$ de set/1999).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste	Sul	Nordeste		Sul	
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil fam pobres	% fam pobres s/ total	Mil fam pobres	% fam pobres s/ total
	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1999	1999	1999	1999
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	1,7	-5,8 ***	1072	59,6	179	26,6
Agrícola	-1,1	-6,4 ***	616	60,7	151	32,4
Pluriativo	6,5	-4,7	392	60,1	18	13,1
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	1,1	-15,5 *	124	62,6	5	17,2
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	9,4 *	1,2	268	59,0	13	12,1
Agrícola com mais de um ramo N-Ag	14,4 ***	- -	139	57,6	6	13,1
Agrícola com indústria transformação	0,9	- -	13	67,5	2	11,5
Agrícola com indústria construção	49,2 ***	- -	29	60,3	0	0,0
Agrícola com out atividade industrial	- -	- -	4	67,2	0	0,0
Agrícola com comércio	-14,5	- -	9	41,1	1	10,0
Agrícola com transp e comunicação	- -	- -	2	33,0	0	0,0
Agrícola com serv aux ativ econôm	- -	- -	1	100,0	0	0,0
Agrícola com prestação serviços	-4,2	- -	13	60,0	0	0,0
Agrícola com serviço social	6,0 **	- -	34	61,1	1	15,2
Agrícola com administração pública	- -	- -	8	69,5	0	0,0
Agrícola com outras atividades	- -	- -	0	0,0	0	0,0
Agrícola com SDR	-2,1	- -	17	66,2	3	26,3
Não-agrícola	2,7	2,1	63	48,4	9	13,7
Empregados	2,3 *	1,6	570	66,9	129	30,2
Agrícola	-5,7	-0,9	324	70,1	82	44,3
Pluriativo	16,5	-1,3	105	65,3	9	20,9
Agrícola com mais de um ramo N-Ag	25,1	- -	48	66,0	2	8,1
Agrícola com indústria transformação	- -	- -	5	58,4	0	0,0
Agrícola com indústria construção	73,8 **	- -	16	63,2	0	-
Agrícola com out atividade industrial	- -	- -	0	0,0	0	-
Agrícola com comércio	- -	- -	3	100,0	1	100,0
Agrícola com transp e comunicação	- -	- -	1	100,0	0	-
Agrícola com serv aux ativ econôm	- -	- -	1	33,3	1	49,4
Agrícola com prestação serviços	- -	- -	2	59,1	1	100,0
Agrícola com serviço social	-0,3	- -	12	63,7	0	0,0
Agrícola com administração pública	- -	- -	2	44,6	0	0,0
Agrícola com outras atividades	- -	- -	1	100,0	0	-
Agrícola com SDR	-4,9 *	4,0	16	72,7	5	37,5
Não-agrícola	15,8 **	9,6 ***	141	61,4	38	19,1

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações
Os "- -" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).
SDR: Serviço Doméstico Remunerado
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp

A esse respeito, importa considerar também que, voltando a análise às famílias conta-próprias pluriativas pobres da região Nordeste na Tabela 4, nesta região o registro do crescimento significativo das famílias conta-próprias pluriativas *intersetoriais* pobres (Tabela 4), conforme já mencionado, indica que a pluriatividade não está contribuindo para retirar essas famílias de debaixo da linha de pobreza estipulada. Ou seja, a pluriatividade

intersetorial ou *tradicional*, além de ser um sinal claro do processo de proletarização das unidades agrícolas familiares nordestinas, não está evitando o empobrecimento dessas famílias.

Em suma, no Sul a pluriatividade não está evitando o aprofundamento do processo de proletarização das famílias conta-próprias pobres – a sua conversão em famílias assalariadas; e, no Nordeste, a pluriatividade entre as famílias conta-próprias pobres não consegue reverter a combinação 'proletarização *com* empobrecimento' em 'proletarização *com* superação do empobrecimento' – ou seja, essas famílias se proletarizam, tornando-se pluriativas, permanecendo pobres.

Tabela 5: Proporção (%) e taxas de crescimento dos tipos de famílias *não pobres* segundo o local de domicílio e região: 1995/1999 (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de ½ s.m. em R$ de set/1999).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste	Sul	Nordeste		Sul	
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil fam não pobres	% fam não pob. s/ total	Mil fam não pobres	% fam não pob. s/ total
	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1999	1999	1999	1999
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	2,2	-0,4	727	40,4	493	73,4
Agrícola	0,7	-0,5	398	39,3	315	67,6
Pluriativo	3,9	-2,6	261	39,9	120	86,9
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-2,8	-2,0	74	37,4	23	82,8
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	8,0	-2,7	182	41,0	97	87,9
Não-agrícola	4,9 *	6,6	68	51,6	58	86,3
Empregados	3,2	5,7 **	283	33,1	299	69,8
Agrícola	-3,1 *	3,5	138	29,9	103	55,7
Pluriativo	17,8 ***	-4,2	56	34,7	33	79,1
Não-agrícola	8,0	10,2 ***	89	38,6	163	80,9

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Desse modo, podemos concluir que não basta a família agrícola se tornar pluriativa para deixar de ser pobre; tem que se tornar pluriativa numa região não pobre. Porém, se na região não pobre (ou menos pobre) predomina um modelo agrícola capitalista que exclui pequenos produtores rurais, e se, na mesma região, existem redes urbanas com economias dinâmicas espalhadas pelo território regional, as famílias agrícolas (pobres ou não pobres)

tenderão a se proletarizar tornando-se não agrícolas em vez de pluriativas. Esse é o caso da região Sul, que, na falta de políticas públicas compensatórias destinadas a evitar o abandono das atividades agrícolas "tradicionais" por parte dos pequenos produtores, está vendo esses pequenos produtores familiares se tornarem não famílias pluriativas, mas famílias não agrícolas ou de não ocupados.

Voltando o olhar exclusivamente para o conjunto que aqui denominamos por agricultura familiar (famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas), nas Tabelas 6 e 7[39] podem-se notar a proporção de famílias pobres (linha de pobreza: renda média familiar *per capita* de ½ s.m. em R$ de set/1999) sobre o total dos respectivos tipos de famílias de conta-próprias (agrícolas e pluriativas) e as taxas de crescimento das referidas famílias, segundo faixas de área dos estabelecimentos onde são exercidas as atividades agropecuárias. Corroborando com a idéia de que é em regiões pobres que, no Brasil, mais prolifera a pluriatividade intersetorial, verifica-se nessas tabelas, novamente, que é no Nordeste onde se registram as maiores proporções de famílias pobres (uma média da ordem de 65% do total de cada tipo de família), segundo a linha de pobreza adotada, para todos os tipos de famílias e grupos de tamanho de área (Tabela 6).

Além disso, a Tabela 7 mostra que é na região Nordeste, e somente nela, que se observa que a pluriatividade *no agregado*, em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos, apresenta taxas de crescimento positivas e significativas (no sentido estatístico). Observe-se ainda que o crescimento significativo da pluriatividade no agregado se deve exclusivamente ao crescimento significativo das famílias nordestinas pluriativas *intersetoriais*, em quase todas as faixas de tamanho de estabelecimentos, uma vez que a pluriatividade tradicional (conta-própria agrícola *com* assalariamento agrícola) permaneceu estabilizada, no mesmo período.

A Tabela 6 mostra que no Sul, além de as proporções de famílias pobres, segundo a linha de pobreza adotada, se mostrarem largamente inferiores às do Nordeste, em muitos casos chegam a ser nulas. Além do mais, a Tabela 7 mostra que no Sul não se registra nenhum caso de crescimento significativo de famílias pobres no interior da agricultura

[39] Em virtude da abertura por grupos de tamanhos de estabelecimentos reduzir a representatividade das amostras, optamos por não mostrar, nesse tipo de tabela, toda a desagregação dos tipos de famílias pluriativas.

familiar. Pelo contrário, todas as taxas significativas são de crescimento *negativo* na região Sul.

Tabela 6: Proporção (%) de famílias pobres sobre o total de famílias conta-próprias (agrícolas mais pluriativos), 1999 (linha de pobreza: renda média *per capita* familiar de ½ s.m. em R$ de set/1999).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10 ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
NÃO METROPOLITANO							
RURAL AGROPECUÁRIO							
Nordeste							
% total por faixa de área	66,6	60,2	56,2	70,4	67,1	60,1	56,2
Agrícola	65,9	61,4	51,4	73,9	66,1	60,3	51,4
Pluriativo	67,7	56,4	66,3	65,3	69,5	59,8	66,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	67,3	63,5	71,2	59,6	72,8	59,9	71,2
Intersetorial (Agrícola com Não-agrícola)	67,2	48,9	62,5	59,0	69,9	56,2	62,5
Sul							
% total por faixa de área	29,6	30,1	19,7	50,4	32,1	29,4	19,7
Agrícola	38,7	33,7	21,6	75,0	39,5	34,2	21,6
Pluriativo	10,3	11,4	9,3	0,0	14,4	11,4	9,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	12,5	20,3	14,4	0,0	16,8	16,8	14,4
Intersetorial (Agrícola com Não-agrícola)	10,4	11,6	0,0	0,0	16,5	10,4	0,0

Fonte: PNAD (1999) - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Tabela 7: Evolução dos tipos de famílias extensas de conta-próprias *pobres* segundo o local de domicílio e tamanho de estabelecimento. 1995/99 (½ s.m. em R$ de set/1999).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20 ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)	(% aa.)
	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]
NÃO METROPOLITANO							
RURAL AGROPECUÁRIO							
Nordeste							
total fam por faixa de área	-0,7	8,9 **	8,3	-3,5	-0,3	5,6 *	8,3
Agrícola	-4,1	7,5	4,2	-5,1	-3,4	3	4,2
Pluriativo	5,1	13,2 *	18,4 ***	-1,3	8,3 *	11,2 ***	18,4 ***
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-0,5	8,6	6,8	-8,6	3,1	3,3	6,8
Intersetorial (Agrícola com Não-agrícola)	8,4 *	13,2 *	22,2 ***	3,1	8,3 *	14,8 ***	22,2 ***
Sul							
total fam por faixa de área	-12,2 ***	-4,4 *	0,6	- -	-15,5 *	-6,2 ***	0,6
Agrícola	-10,8 **	-5,1 **	0,5	- -	-15,7 *	-6 ***	0,5
Pluriativo	-20,1 ***	4,1	- -	- -	- -	-8,4	- -
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	- -	- -	- -	- -	- -	-18,7 *	- -
Intersetorial (Agrícola com Não-agrícola)	-15,2	4,1	- -	- -	- -	-2,4	- -

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações na amostra
Os "- -" indicam que o tamanho da amostra não é significativo (menos de 6 casos).
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Mais uma vez, os dados estão apontando para a seguinte constatação: tanto a pluriatividade *intersetorial* como a *tradicional* no Nordeste, além de serem ambas sinais de proletarização dos produtores familiares, não evitam o empobrecimento das famílias rurais da região. Ou seja, a pluriatividade no Nordeste do Brasil não está cumprindo o papel de evitar a combinação entre proletarização e empobrecimento.

No Sul, as famílias pluriativas pobres apresentam tendência de declínio, sobretudo, em decorrência da tendência de redução das famílias pluriativas *tradicionais* pobres (conta-própria agrícola com assalariamento agrícola). Ou seja, em virtude do aumento do uso intensivo de mecanização da produção agrícola – decorrente do acirramento da concorrência entre os diferentes capitais individuais, provocado pelas reformas macroeconômicas ocorridas na década de 1990, conforme será tratado no Capítulo 4 – houve uma queda acentuada no assalariamento agrícola na região Sul (Belik *et al.*, 2003), de modo a afetar negativamente as taxas de crescimento das famílias pluriativas tradicionais sulinas. Importa destacar também que as famílias conta-próprias agrícolas sulinas também tiveram queda significativa, o que pode sugerir que as famílias sulinas conta-próprias pluriativas tradicionais, além de não se tornarem pluriativas *intersetoriais* (porque estas não cresceram), também não voltaram à condição de exclusivamente famílias agrícolas. Isso indica que tais famílias podem estar se proletarizando completamente como não agrícolas ou tornando-se famílias de não ocupados.

As explicações plausíveis para esses resultados, assim como também para os dados apresentados nos próximos capítulos, não são, nem poderiam ser, idênticas para as duas regiões em análise, Nordeste e Sul. No caso da região Nordeste, o crescimento da pluriatividade está associado ao atraso econômico da maior parte da região e à pobreza disseminada no interior da mesma. Quanto à região Sul, a tendência de declínio da pluriatividade pode ser explicada, em parte, por razões opostas às que dizem respeito ao Nordeste – ou seja, não se deve ao atraso econômico, mas ao fato de ter uma economia regional mais rica e moderna, com atividades econômicas dinâmicas mais espalhadas pelo seu território (Santos, 1993; IPEA/IBGE/NESUR, 2001); não se deve ao predomínio de uma agricultura tradicional, mas a um modelo de produção especificamente capitalista,

moderno e predominante na região[40] – e, em parte, pelo completo desamparo de um largo segmento de pequenos produtores familiares no que respeita a políticas de incentivo à agricultura familiar.

Ao contrário da região Sul, onde predomina o modelo agrícola através do qual modernas tecnologias são aplicadas na agricultura (em todos os estratos de tamanhos, físicos e econômicos, de estabelecimentos, segundo apresentado no Capítulo 4), no Nordeste ainda predomina a prática de uma agricultura tradicional ou mesmo rudimentar (Hoffmann, 1992; Figueiredo & Hoffmann, 1998). De uma maneira geral, a despeito da presença de certas ilhas de modernização de uma agricultura não tradicional como a agricultura irrigada nos "novos sertões" (Maia Gomes, 2001), ainda é predominante o atraso tecnológico da agricultura da região Nordeste, *"mesmo quando se trata de unidades da Federação que apresentam condições edáficas propícias à exploração de vários tipos de culturas agrícolas e regime pluviométrico regular na maior parte da sua extensão territorial, como é o caso do Estado do Maranhão"* (Souza & Khan, 2001).

É, em grande medida, essa situação de atraso tecnológico que explica a capacidade que a agricultura de subsistência tem para absorver a mão-de-obra excedente no campo nordestino. É sob essas condições que a pobreza se reproduz entre as famílias das áreas rurais da região. E é essa pobreza que induz as famílias a diversificarem suas atividades; porém, as possibilidades de diversificação de atividades existem, mas em economias locais também bastante precarizadas.

Segundo os microdados do Censo Demográfico 2000, 84% das famílias rurais agropecuárias nordestinas residem em municípios com menos de 50 mil habitantes (Tabela 8)[41], e é nesses municípios que o IPEA/IBGE/NESUR (2001) observa que suas funções urbanas são precariamente exercidas e com a maioria da população ocupada em atividades agrícolas rudimentares ou em serviços de baixa qualificação. O estudo intitulado *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil – Redes Urbanas Regionais (2001)*, organizado pela Coordenação Geral de Política Urbana do IPEA e desenvolvido nacionalmente em parceria com o Departamento de Geografia (Degeo) do IBGE e o Núcleo de Economia Social e Urbana (NESUR), do Instituto de Economia da UNICAMP, fornece

[40] Conforme mostrado pelas Tabelas 2, 3 e 4 do Capítulo 4.
[41] Na região Sul essa porcentagem chega a 86%.

informações sobre as redes urbanas do país, ressaltando suas especificidades em cada região geográfica, de forma a relacionar a trajetória econômica regional e a estruturação da rede urbana. O trabalho está organizado em 6 volumes, os quais trazem a configuração da rede urbana no Brasil, assim como a caracterização da economia e da rede urbana regional. O último trabalho sobre o tema havia sido publicado em 1984, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Tabela 8: Proporção (%) dos tipos de famílias residentes nas áreas não metropolitanas *rurais agropecuárias* de municípios com menos de 50 mil habitantes sobre o total das famílias residentes nas áreas *rurais totais* não metropolitanas: Nordeste e Sul, 2000.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	(Mil fam)	(Em %)	(Mil fam)	(Em %)
NÃO METROPOLITANO				
RURAL AGROPECUÁRIO				
Conta-Própria	782	84,4	530	87,8
Agrícola	505	84,8	379	88,8
Pluriativo	172	84,2	108	87,7
Não-agrícola	105	82,8	43	80,0
Empregados	687	82,5	238	82,4
Agrícola	418	83,1	119	83,5
Pluriativo	71	83,0	26	83,2
Não-agrícola	198	81,1	92	80,9
Não-ocupados na semana	659	85,2	127	85,7
TOTAL	2128	84,0	895	86,0

Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

Uma observação que nos interessa destacar desse estudo (volume 4) é que o tratamento dado pelo mesmo aos municípios nordestinos com população inferior a 50 mil habitantes é de completo *descaso* por considerar que são municípios cujas características os desqualificam para efeito das análises das dinâmicas econômicas das redes urbanas regionais, assim como para a análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana. Afirma o referido estudo que o universo de municípios nordestinos com menos de 50 mil habitantes (92% do total de municípios da região)

> *"caracteriza-se pela presença de pequenos centros urbanos cujas funções urbanas são precariamente exercidas, a maioria da população concentrada em atividades agrícolas ou em serviços de baixa qualificação, tendo baixíssima escolaridade e possuindo, por conseqüência, baixos índices de renda familiar. Nessa categoria de municípios, existe uma tendência significativa de perda de população total, que se apresenta dispersa em todo o território regional, embora mais acentuadamente em alguns estados (como no Piauí e no Ceará), e em municípios do semi-árido, como se poderia esperar (...) Nesses municípios*

> *reside, portanto, a grande parcela da dívida social, recorrentemente mencionada na literatura acadêmica e no debate político nacional"* (IPEA/IBGE/NESUR, *op. cit.*: 80, v. 4).

Em sintonia com o diagnóstico do estudo do IPEA/IBGE/NESUR (2001) em relação aos pequenos municípios da região Nordeste, Clementino assevera que

> *"a maioria dos municípios do Nordeste tem uma frágil estrutura produtiva. A tradição agrícola regional definiu uma estrutura urbana deficitária, formada essencialmente por pequenos municípios, com função de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo 'mandonismo local', cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra"* (Clementino, 1997 *apud* Wanderley, s.d.: 39).

Essas informações permitem supor que os desafios do desenvolvimento rural da região Nordeste encontram barreiras na própria "fragilidade" da sua urbanização expressa nas evidências acima descritas, as quais põem em relevo a diminuta presença (quase ausência) de centros urbanos dinâmicos no interior da região capazes de gerar processos de descentralização de oportunidades econômicas (investimentos produtivos e o rol de serviços que os acompanha). Essa situação pode ser ilustrada pelo indicador social da renda média familiar *per capita* dos diferentes tipos de famílias residentes nas áreas não metropolitanas rurais agropecuárias dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, conforme mostra a Tabela 9. Pode-se ver nessa tabela a relativa desproporção das rendas desfavoravelmente à região Nordeste. Perceba-se que não estão sendo comparadas as áreas rurais agropecuárias não metropolitanas como um todo, mas somente dos pequenos municípios (menos de 50 mil hab.). Pode-se verificar que a menor renda de qualquer um dos tipos de famílias sulinas, em qualquer um dos grupos de municípios, é sempre maior (mais de duas vezes maior) do que a maior renda de qualquer um dos tipos familiares nordestinos.

Segundo os dados da Fundação SEADE-SP, entre 1990 e 2000 o Nordeste sofreu uma redução da demanda por força de trabalho da ordem de 590 mil Equivalentes-Homem-Ano (Belik *et al.*, 2003). Por outro lado, as Tabulações Especiais do Projeto Rurbano mostram um crescimento significativo de trabalhadores nordestinos por conta-própria (1,5% a.a. em 1992/1999). Isso pode estar indicando que quando a agricultura comercial perde dinamismo, ocorre um retorno à atividade de subsistência, na região Nordeste. Essas informações podem ser conferidas nas Tabelas 10 e 11. Diferentemente, na região Sul há

uma redução significativa (sentido estatístico) e generalizada da PEA agrícola, compensada em parte pelo crescimento significativo da PEA não agrícola – informações que reforçam, pelo lado da PEA rural, a argumentação central do presente texto de que a tendência na região Sul reside na gradual substituição da força de trabalho (familiar e pessoal) agrícola pela não agrícola, fruto da contradição interna do padrão produtivo agrícola, conforme já mencionado.

Tabela 9: Renda *per capita* familiar média, segundo tipos de famílias, faixas de tamanho de população municipal e regiões, 2000.

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R$)	Nordeste (R$)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (R$)	Nordeste (R$)
RURAL AGROPECUÁRIO					
Até 5000			**De 10001 a 20000**		
Conta-própria	220,74	70,12	Conta-própria	208,22	77,90
Agrícola	205,41	61,22	Agrícola	192,44	67,93
Pluriativo	250,81	78,27	Pluriativo	238,32	88,32
Não-agrícola	295,13	100,47	Não-agrícola	269,72	109,46
Assalariado	141,51	62,92	Assalariado	134,83	60,17
Agrícola	108,43	49,40	Agrícola	101,50	51,00
Pluriativo	157,92	65,86	Pluriativo	158,68	69,65
Não-agrícola	185,58	78,87	Não-agrícola	172,99	82,02
Não-ocupado	137,77	63,96	Não-ocupado	131,72	58,48
Total	194,25	65,65	Total	176,83	66,59
RURAL AGROPECUÁRIO					
De 5001 a 10000			**De 20001 a 50000**		
Conta-própria	205,66	76,62	Conta-própria	234,32	75,35
Agrícola	190,98	66,81	Agrícola	214,02	65,23
Pluriativo	231,54	87,49	Pluriativo	271,83	87,36
Não-agrícola	281,62	106,74	Não-agrícola	291,28	103,83
Assalariado	130,32	61,34	Assalariado	139,08	59,46
Agrícola	103,10	49,86	Agrícola	113,53	49,52
Pluriativo	133,89	67,02	Pluriativo	151,01	67,27
Não-agrícola	168,10	85,69	Não-agrícola	178,25	85,31
Não-ocupado	129,01	59,95	Não-ocupado	132,45	57,59
Total	177,07	66,86	Total	187,06	65,37
			De 0 a 50000	182,78	66,05

Fonte: IBGE - Microdados Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

Tabela 10: Demanda da força de trabalho agrícola anual, em Equivalentes-Homem-Ano – Brasil e Regiões: 1990-2000.

Brasil e Regiões	EHA (1000)				Índice 1990 = 100	
	1990	1995	2000	2000 (%)	1995	2000
Brasil	7641	7500	5996	100	98	78
Nordeste	3150	3162	2561	43	100	81
Sul	1502	1457	810	14	97	54

Fonte: Adaptado de Belik *et al.* (2003)

Tabela 11: Distribuição e taxas de crescimento da população ocupada segundo a área censitária, situação do domicílio, ocupações principais agregadas. PEA restrita: 1992-1999, 1995-1999.

LOCAL DE DOMICÍLIO	Nordeste			Sul		
	1999 (1.000)	1992/99 (% aa)	1995/99 (% aa)	1999 (1.000)	1992/99 (% aa)	1995/99 (% aa)
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Agrícola *	4.869	-0,5	0,1	1.899	-3,8 ***	-4,0 ***
Trabalhador rural	3.044	-1,0	-0,3	1.115	-4,5 ***	-4,3 ***
Agricultor Conta-Própria	1.661	1,5 *	2,2	642	-2,8 ***	-2,8 ***
Diversos	28	-1,8	6,3	26		
Operador agrícola	11	0,0	-6,5	61	-1,9	-8,1 **
Empregador agrícola	72	-3,3 **	1,1	36	-5,9	-12,9
Gerentes e administradores	22	-5,3 ***	-8,2 *	7	7,3 *	1,0
Não-agrícola *	1.215	2,1	7,2 *	685	3,9 ***	5,1 ***

(*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas à produção para o autoconsumo

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais Projeto Rurbano - NEA/IE/UNICAMP.

É, portanto, essa combinação de setores econômicos precarizados (geradores de ocupações e empregos também precarizados) que, do nosso ponto de vista, faz a pluriatividade crescer (e persistir crescendo ao longo das duas últimas décadas e dos primeiros anos da atual[42]) na região Nordeste, contrariamente ao que ocorre na região Sul. Ou seja, no Nordeste o enfrentamento das famílias rurais agropecuárias às condições de pobreza[43] leva-as à diversificação de suas fontes de ocupação e renda em setores de atividade de baixo dinamismo econômico. Portanto, a pluriatividade resultante dessa luta

[42] Como será visto no capítulo seguinte.

[43] Em torno de 65% dessas famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza definida pela renda familiar média *per capita* de ½ salário mínimo em R$ de setembro de 1999.

cotidiana, recorrente, é uma pluriatividade que se adapta a uma realidade que continuamente é reproduzida por fatores externos e, a um só tempo, se auto-reproduz. É uma pobreza adaptativa às condições econômicas da região que secularmente se reproduz sem grandes saltos – pelo menos quanto aos seus efeitos irradiadores para o interior da região (Carvalho, 2001). Nesse mesmo sentido, a pluriatividade, enquanto estratégia de sobrevivência nessa realidade de pobreza, também é adaptativa a essa economia estática (no sentido schumpeteriano), adaptativa à pobreza recorrente. Uma economia de numerosos pequenos municípios com uma pobreza generalizada (IPEA/IBGE/NESUR, 2001), marcados pela ausência de descontinuidades na sua dinâmica reprodutiva.

Desse modo, é essa longa continuidade, perpetuando o sistema econômico da região, com a predominância de grandes frações dos setores econômicos em estado precário (arcaicos, rudimentares), que faz crescer adaptativamente a pobreza entre as famílias da região e, junto com ela, a pluriatividade com que se confunde. Portanto, pluriatividade e pobreza andam de mãos dadas nas áreas rurais da região Nordeste.

Quanto à região Sul, as explicações para a tendência de declínio da pluriatividade nessa região podem ser extraídas, em parte, das argumentações tecidas nos Capítulos 1 e 4 deste trabalho. Em primeiro lugar, atribuímos ao efeito da contradição inerente ao padrão hegemônico[44] de produção agrícola presente na região Sul, cuja expressão mais importante – para os propósitos deste trabalho – reside na *redução do número de produtores familiares*, na medida em que o setor agrícola como um todo é pressionado a se ajustar para elevar a eficiência do seu sistema produtivo. Esse processo ocorreu com mais força nos anos 90 em resposta à maior exposição à concorrência dos sistemas produtivos externos, provocada pela abertura da economia ao comércio internacional. Esse é o aspecto da "crise" agrícola que nos importa aqui realçar: a exclusão de parcelas de produtores familiares que não lograram acompanhar a nova rodada de modernização do aparato produtivo agrícola, exigida pelo ambiente mais hostil dos anos 90.

Por esse prisma, queremos insistir numa idéia central deste trabalho que é a de que a tendência de declínio da pluriatividade no Sul do Brasil, assim como a tendência de crescimento da mesma na região Nordeste do país, não se devem a razões meramente

[44] Hegemônico porque difundido em todos os estratos de tamanhos de estabelecimentos, conforme mostrado no Capítulo 4.

conjunturais, senão a razões estruturais. A pobreza no Nordeste é um problema estrutural e que, por estar a pluriatividade intimamente imbricada a essa pobreza, deve ser tratada como resultante desse elemento estrutural. Da mesma forma, a tendência de declínio da pluriatividade na região Sul está ligada à questão de ser o modelo capitalista agrícola um dado estrutural (predominante na região Sul), assim como também está associada à própria dinâmica econômica da região que também é outro elemento estrutural – diferentemente do que se poderia julgar, os processos de industrialização difusa (descritos por Schneider, 1999 para explicar a pluriatividade das famílias de alguns municípios da região) e a malha de redes urbanas mais dinâmicas espalhada pelo território da região criaram, no nosso entender, juntamente com os demais fatores abordados, as condições não para o *crescimento* do número de famílias pluriativas, mas para o *crescimento* do contingente de *famílias não agrícolas*, nos anos 90.

O estudo do IPEA/IBGE/NESUR (2001) mostra, no volume 6, que em decorrência da sua dinâmica econômica[45], a dinâmica populacional da região Sul difere da dinâmica de outros estados brasileiros. Em alguns estados do Norte, Nordeste, assim como no Rio de Janeiro, aproximadamente mais da metade da população urbana reside nas capitais; no Sul, ao contrário, Porto Alegre concentrava 16,5%, Curitiba, 21,1% e Florianópolis, 7% dessa população em 1996. O estudo *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* destaca que os centros com população superior a 50 mil habitantes são fundamentais na organização da rede urbana da região Sul. Entretanto, há conjuntos de pequenos

[45] Não cabe neste trabalho descrever a economia dos estados da região Sul. Portanto, vale fazer um sintético esboço do que se pode encontrar no estudo do IPEA/IBGE/NESUR (2001). Por exemplo, no tocante à economia paranaense, o setor secundário é responsável por 50% da renda gerada. A agricultura vem perdendo participação no Valor Adicionado Fiscal, mas mantém sua importância dado o encadeamento intersetorial que esta apresenta: muitos produtos são *commodities* e base para o segmento agroindustrial. A grande participação do setor agroindustrial é a maior responsável pela dinâmica da economia, em especial no interior do estado. Santa Catarina apresenta um perfil diversificado e desconcentrado da indústria, com polaridades econômicas desconcentradas no território estadual. É de grande importância para a economia catarinense a agroindústria de aves e suínos, que apresenta relação com o rural e imprime à agropecuária forte dinâmica. No Rio Grande do Sul observam-se sinais de extravasamento dos limites da Região Metropolitana de Porto Alegre por parte das novas localizações industriais. Podem-se destacar outras áreas de concentração industrial fora da RMPA, tais como as aglomerações polarizadas por Caxias do Sul e Pelotas-Rio Grande. É importante ressaltar que *"outras áreas do estado demonstram, no período estudado, sinais evidentes da formação de eixos de desenvolvimento. É o caso do espaço constituído pelas cidades de Erechim, Passo Fundo e Carazinho e diversos pequenos centros localizados entre elas e no seu entorno, todos na parte norte do planalto rio-grandense. O processo repete-se no espaço formado e liderado pelas cidades de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, situadas no noroeste do Rio Grande Do Sul"* (IPEA/IBGE/NESUR, 2001: 48-49).

municípios (com população inferior a 50 mil habitantes) situados nas aglomerações (espaços qualificados como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por um conjunto de municípios com crescimento elevado e contínuo), integrados à dinâmica destas. O estudo mostra, para a região Sul, vários aglomerados urbanos de dinamismo espalhados no interior dos estados (alguns serão citados nos parágrafos seguintes), ao contrário do que se observa para o Nordeste, região que, conforme já mencionamos, *caracteriza-se pela presença de pequenos centros urbanos cujas funções urbanas são precariamente exercidas.*

No estado do Paraná podem-se encontrar as aglomerações urbanas de Londrina e Maringá, que consistem no conjunto de cidades mais importante do interior do estado com grande peso de atividades urbanas tais como comércio e serviços, um segmento industrial caracterizado por uma estrutura diversificada, com predominância da agroindústria. Nessas aglomerações, cerca de 50% dos municípios apresentam população com menos de 50 mil habitantes.

No estado de Santa Catarina, encontram-se as aglomerações de Joinvile e Blumenau. Nesse conjunto de cidades, 75% dos municípios têm população menor que 50 mil habitantes. A aglomeração de Joinvile tem uma estrutura nitidamente industrial, com presenças de setores modernos, com a presença dos pólos de metal-mecânico e plástico de Santa Catarina. Por outro lado, a aglomeração de Blumenau tem sua dinâmica pautada principalmente nas atividades da indústria têxtil e de confecções.

No estado do Rio Grande do Sul destacam-se as aglomerações urbanas de Pelotas, que compreende a cidade de Rio Grande, importante cidade portuária do estado, e a aglomeração urbana de Caxias do Sul. Essa aglomeração possui uma estrutura industrial relativamente diversificada com destaque para o pólo metal-mecânico e consiste, juntamente com a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, no mais importante eixo industrial do estado. Cerca de 64% das cidades que compõem essas duas aglomerações possuem menos de 50 mil habitantes.

Com 3 estados, a região Sul apresenta 3 regiões metropolitanas. Importa detalhar as diferentes categorias da hierarquia da rede urbana da região Sul. São 6 as aglomerações urbanas de maior porte, que consistem em aglomerações urbanas com abrangência regional

e se distinguem da aglomeração metropolitana em virtude do menor contingente populacional, a distribuição de bens e serviços está mais voltada para a própria região Sul ou o estado. As aglomerações urbanas de menor porte se distinguem da aglomeração urbana de maior porte por apresentarem relativamente menor peso econômico e pela não-obrigatoriedade de contigüidade de mancha de ocupação. Existem 4 na região. São 4, também, as aglomerações descontínuas, que se caracterizam pela elevada população e densidade demográfica, alto grau de urbanização, têm peso econômico comparativamente menor ao das categorias anteriores, inexistência de mancha contígua de ocupação, porém centros envolvidos na mesma dinâmica econômica. Os eixos articulados, por sua vez, integram centros de menor porte, fortemente integrados, em localizações próximas, porém descontínuas. Possuem uma menor população e menor densidade e são 5 na região. São 2 as ocupações contínuas de fronteira e 3 litorâneas, que consistem em um conjunto de municípios urbanizados, com crescimento populacional acima da média estadual. Existem também 3 centros regionais e 11 sub-regionais, que polarizam regiões com base agropecuária ou desempenham atividades terciárias relevantes, sem apresentar aglomerações.

Essa hierarquia dos centros urbanos dinâmicos mostra uma rede de municípios, com grande importância econômica, desconcentrada pelo território da região. Dentro dessa hierarquia de cidades, cerca de 57% dos municípios possuem menos que 50 mil habitantes[46].

Contrariamente, o Nordeste apresenta uma situação bastante distinta – é importante lembrar a falta de dinamismo dos municípios com menos de 50 mil habitantes, já mencionada anteriormente. Nesse sentido, observa-se que na região Nordeste o caráter seletivo dos investimentos privilegia espaços específicos que correspondem *"a alguns pólos e complexos industriais, às zonas de expansão recente de fronteiras agrícolas e às áreas de irrigação. Enquanto isso, parcelas importantes do território nordestino encontram-se excluídas de*

[46] A metodologia adotada pelo estudo considera, por exemplo, a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que compreende as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Lajeado, Estrela e Montenegro, que não fazem parte da região metropolitana oficial de Porto Alegre. Os municípios de Vera Cruz, Estrela e Montenegro possuem menos de 50 mil habitantes, são não metropolitanos e estão inseridos em uma aglomeração de abrangência nacional com grande importância econômica.

tal processo, não apresentando interesse econômico, salvo se houver uma ação deliberada do Estado com vistas à sua reestruturação" (IPEA/IBGE/NESUR, 2001: 145, v. 4).

Na região Nordeste, embora as áreas mais dinâmicas tenham assumido proporções crescentes no cenário econômico regional, tais "manchas" de dinamismo (as *especializações regionais*) não logram exercer maiores repercussões sobre a diversificação das demais atividades econômicas e, sobretudo, sobre a oferta de empregos. Para Carvalho (2001), esses espaços regionais devem ser vistos criticamente. *"Em primeiro lugar, porque têm beneficiado diretamente uma parcela relativamente pequena da população. Em segundo lugar, porque em sua maioria estão voltados para o mercado internacional, gerando poucos efeitos no interior da economia e internalizando pouco a renda ali gerada"* (Carvalho, 2001: 117).

Segundo o IPEA/IBGE/NESUR (2001), a organização espacial do Nordeste tende a ser desequilibrada, em virtude da intensificação do processo de urbanização em direção a determinados espaços sub-regionais e ao processo de *litorização*. A região Nordeste apresenta 3 regiões metropolitanas. São as demais capitais, situadas majoritariamente na zona litorânea, que formam aglomerações urbanas com grande dinamismo.

As diferentes características das redes urbanas da região Sul e Nordeste têm sua origem na forma como se deram, historicamente, a ocupação econômica do espaço e sua exploração. Como explica Milton Santos, *"a diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, ou, em outras palavras, pela maneira como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho"* (Santos, 1993: 60).

Segundo esse autor, na última fase do processo de integração do território nacional as atividades dinâmicas e modernas difundiram-se por todo o país. Entretanto, é nas regiões onde se concentra a atividade econômica do país, formadas pelos estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), São Paulo e Rio de Janeiro, que a divisão do trabalho é mais intensa e apresenta um conjunto maior de variáveis modernas contínuas em toda a região. Por outro lado, no restante do território nacional, essas variáveis mais modernas estão presentes também, porém de forma mais dispersa, mais seletiva. Segundo o

autor, *"o meio técnico-científico[47] é o terreno da eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico se organiza de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas [Sul, SP, RJ], e de modo disperso no restante do país"* (Santos, 1993: 40).

Nesse sentido, a análise de Milton Santos sobre a difusão do meio técnico-científico no território brasileiro pode ser interpretada como uma explicação possível acerca da configuração das redes urbanas das regiões Sul e Nordeste. A região Sul faz parte da região concentradora da atividade econômica e do meio técnico-científico, com uma divisão do trabalho mais intensa, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro, que no restante do país, ou seja, com uma *modernização generalizada*. No Nordeste, o meio técnico-científico aparece de forma mais pontualizado, ou seja, de forma predominante, nas capitais, nas três regiões metropolitanas e em outros espaços selecionados.

Portanto, na região Sul a combinação de uma dinâmica seletiva de produtores agrícolas "eficientes", com a presença de economias locais mais dinâmicas do ponto de vista não agrícola, leva a que os pequenos produtores familiares que se vêem incapacitados de se integrar às cadeias do agronegócio possam "optar" pelo recurso às ocupações não agrícolas e não pela diversificação característica da pluriatividade intersetorial, convertendo-se em famílias não agrícolas – ou, então, engrossando as fileiras das famílias de não ocupados (dos sem-opção).

Há que se considerar aqui, no entanto, que, a despeito do maior dinamismo econômico do interior da região Sul *vis-à-vis* a região Nordeste, conforme apontado pelo estudo do IPEA/IBGE/NESUR (2001), esse mesmo estudo também fornece evidências de existência de áreas urbanas da região Sul que vivenciam processos de declínio populacional associados a problemas econômicos locais. Nesses termos, deve-se ter em mente que nem todas as famílias de produtores agrícolas que estão abandonando as atividades do setor estão se convertendo em famílias não agrícolas, uma vez que aumenta o contingente de famílias de não ocupados e, do ponto de vista da PEA rural, aumenta aceleradamente o

[47] Quando o autor utiliza o conceito de meio técnico-científico está se referindo à maior presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território e de organização da produção. A informação é considerada essencial para facilitar a circulação desse meio técnico-científico.

número de pessoas procurando emprego (desemprego aberto), conforme pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12: População ocupada e procurando emprego segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios, ramos de atividades e regiões. 1992-1999. População de 10 anos ou mais.

LOCAL DE DOMICÍLIO / RAMO DE ATIVIDADE	Nordeste			Sul		
	1999 (1.000)	1992/99 % aa	1995/99 % aa	1999 (1.000)	1992/99 % aa	1995/99 % aa
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Procurando Emprego	94	3,1	6,4	64	17,3 ***	18,3 ***
População ocupada *	6.083	0,0	1,5	2.584	-2,2 ***	-2,0 ***
Agrícola	4.869	-0,5	0,1	1.899	-3,8 ***	-4,0 ***
Não-agrícola	1.215	2,1	7,2 *	685	3,9 ***	5,1 ***

(*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação, exclusivamente dedicadas à produção para o autoconsumo
Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais Projeto Rurbano, NEA/IE/UNICAMP

Não obstante essa realidade de crescimento do desemprego na população rural agropecuária sulina, as Tabelas 13 e 14, por sua parte, fornecem indicadores sociais que servem para dar uma idéia da importância de se ter ou não redes urbanas espalhadas pelo território regional que estimulam o dinamismo econômico da região. A Tabela 13 mostra a renda *per capita* familiar média dos diferentes tipos de famílias residentes nas áreas 'urbanas urbanizadas'[48] dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, segundo grupos de municípios por faixas de tamanho da população. A Tabela 14 mostra a proporção de famílias, sobre o total de cada tipo, com pelo menos um membro empregado formalmente (com carteira assinada), que chamaremos de *taxa de formalização familiar*.

A Tabela 13 mostra que a renda *per capita* familiar média do total das famílias de todas as áreas urbanas urbanizadas dos municípios com menos de 50 mil habitantes da região Sul é mais de duas vezes (R$ 186,62, acima do salário mínimo de R$ 160,00 na

[48] Áreas 'Urbanas Urbanizadas' são áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. A PNAD assim as classifica: i) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores. Áreas 'Urbanas Não Urbanizadas' são áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens i e ii, acima).

Tabela 14: Distribuição e proporção (%) das famílias com algum membro ocupado em emprego formal, segundo faixas de tamanho de população municipal e regiões: 2000.

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (Nr fam)	Sul (%)	Nordeste (Nr fam)	Nordeste (%)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (Nr fam)	Sul (%)	Nordeste (Nr fam)	Nordeste (%)
URBANO URBANIZADO									
Até 5000					**De 10001 a 20000**				
Conta-própria	9963	24,75	2885	10,39	Conta-própria	38247	29,23	31197	11,66
Agrícola	0	0,00	0	0,00	Agrícola	0	0,00	0	0,00
Pluriativo	3244	40,28	933	17,47	Pluriativo	6894	48,63	9410	21,13
Não-agrícola	6719	25,75	1952	10,70	Não-agrícola	31353	29,57	21787	12,67
Assalariado	42254	59,73	12245	29,96	Assalariado	180070	68,30	123259	33,18
Agrícola	4536	44,10	875	15,51	Agrícola	12122	50,33	12474	22,04
Pluriativo	4263	65,94	978	31,47	Pluriativo	11512	71,48	9678	37,76
Não-agrícola	33455	61,97	10393	32,36	Não-agrícola	156436	70,01	101106	34,95
Total	52217	38,77	15130	15,59	Total	218317	45,08	154456	17,31
URBANO URBANIZADO									
De 5001 a 10000					**De 20001 a 50000**				
Conta-própria	19361	24,76	9767	10,11	Conta-própria	51276	29,76	56553	13,09
Agrícola	0	0,00	0	0,00	Agrícola	0	0,00	0	0,00
Pluriativo	4901	42,90	3184	17,96	Pluriativo	7408	55,16	12808	22,01
Não-agrícola	14460	25,02	6583	11,15	Não-agrícola	43867	29,25	43745	13,94
Assalariado	87772	61,62	39809	30,64	Assalariado	255802	71,34	229508	38,56
Agrícola	8712	46,66	3130	15,40	Agrícola	13778	59,43	18479	26,15
Pluriativo	8707	68,93	3306	33,15	Pluriativo	13895	80,28	14118	40,62
Não-agrícola	70353	63,30	33373	33,50	Não-agrícola	228129	71,72	196911	40,20
Total	107132	39,37	49576	15,47	Total	307078	47,16	286062	20,47
					De 0 a 50000	684744	44,40	505224	18,66

Fonte: IBGE - Microdados Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

A Tabela 15 serve de parâmetro para as Tabelas 13 e 14. A Tabela 15 apresenta os mesmos dados das Tabelas 13 e 14, porém em relação a São Paulo. Os dados se referem à mesma população 'urbana urbanizada' de pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes. Escolhemos São Paulo por parâmetro por ser o Estado mais rico da Federação e que apresenta as menores medidas de pobreza e de desigualdade da renda *per capita* familiar[49]. Em termos da *taxa de formalização* familiar, as famílias sulinas ficam muito pouco atrás das famílias paulistas, ou seja, 44,4% das famílias sulinas têm algum membro ocupado formalmente contra 49,05% das famílias paulistas nas mesmas condições. A distância entre essas duas populações cresce quando se comparam as rendas *per capita* familiares médias. Contudo, essa distância é bem menor entre as famílias de São Paulo e as famílias do Sul do que entre as famílias deste e as famílias do Nordeste, de modo que se pode supor que existe uma maior proximidade entre as capacidades de geração de renda desses pequenos municípios sulinos e paulistas do que entre os municípios sulinos e

[49] Hoffmann (1999).

Tabela 14: Distribuição e proporção (%) das famílias com algum membro ocupado em emprego formal, segundo faixas de tamanho de população municipal e regiões: 2000.

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (Nr fam)	Sul (%)	Nordeste (Nr fam)	Nordeste (%)	Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Sul (Nr fam)	Sul (%)	Nordeste (Nr fam)	Nordeste (%)
URBANO URBANIZADO									
Até 5000					**De 10001 a 20000**				
Conta-própria	9963	24,75	2885	10,39	Conta-própria	38247	29,23	31197	11,66
Agrícola	0	0,00	0	0,00	Agrícola	0	0,00	0	0,00
Pluriativo	3244	40,28	933	17,47	Pluriativo	6894	48,63	9410	21,13
Não-agrícola	6719	25,75	1952	10,70	Não-agrícola	31353	29,57	21787	12,67
Assalariado	42254	59,73	12245	29,96	Assalariado	180070	68,30	123259	33,18
Agrícola	4536	44,10	875	15,51	Agrícola	12122	50,33	12474	22,04
Pluriativo	4263	65,94	978	31,47	Pluriativo	11512	71,48	9678	37,76
Não-agrícola	33455	61,97	10393	32,36	Não-agrícola	156436	70,01	101106	34,95
Total	52217	38,77	15130	15,59	Total	218317	45,08	154456	17,31
URBANO URBANIZADO									
De 5001 a 10000					**De 20001 a 50000**				
Conta-própria	19361	24,76	9767	10,11	Conta-própria	51276	29,76	56553	13,09
Agrícola	0	0,00	0	0,00	Agrícola	0	0,00	0	0,00
Pluriativo	4901	42,90	3184	17,96	Pluriativo	7408	55,16	12808	22,01
Não-agrícola	14460	25,02	6583	11,15	Não-agrícola	43867	29,25	43745	13,94
Assalariado	87772	61,62	39809	30,64	Assalariado	255802	71,34	229508	38,56
Agrícola	8712	46,66	3130	15,40	Agrícola	13778	59,43	18479	26,15
Pluriativo	8707	68,93	3306	33,15	Pluriativo	13895	80,28	14118	40,62
Não-agrícola	70353	63,30	33373	33,50	Não-agrícola	228129	71,72	196911	40,20
Total	107132	39,37	49576	15,47	Total	307078	47,16	286062	20,47
					De 0 a 50000	684744	44,40	505224	18,66

Fonte: IBGE - Microdados Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

A Tabela 15 serve de parâmetro para as Tabelas 13 e 14. A Tabela 15 apresenta os mesmos dados das Tabelas 13 e 14, porém em relação a São Paulo. Os dados se referem à mesma população 'urbana urbanizada' de pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes. Escolhemos São Paulo por parâmetro por ser o Estado mais rico da Federação e que apresenta as menores medidas de pobreza e de desigualdade da renda *per capita* familiar[49]. Em termos da *taxa de formalização* familiar, as famílias sulinas ficam muito pouco atrás das famílias paulistas, ou seja, 44,4% das famílias sulinas têm algum membro ocupado formalmente contra 49,05% das famílias paulistas nas mesmas condições. A distância entre essas duas populações cresce quando se comparam as rendas *per capita* familiares médias. Contudo, essa distância é bem menor entre as famílias de São Paulo e as famílias do Sul do que entre as famílias deste e as famílias do Nordeste, de modo que se pode supor que existe uma maior proximidade entre as capacidades de geração de renda desses pequenos municípios sulinos e paulistas do que entre os municípios sulinos e

[49] Hoffmann (1999).

nordestinos – a favor dos municípios sulinos –, sem falar da existência de maiores oportunidades de ocupação formal oferecidas para as famílias do Sul e de São Paulo.

Tabela 15: Renda *per capita* familiar média e taxa de formalidade* dos tipos de famílias, segundo faixas de tamanho de população municipal: São Paulo, 2000.

Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Renda per capita (R$)	Formalidade		Grupos de municípios por faixas de tamanho da população / Tipos de famílias	Renda per capita (R$)	Formalidade	
		(Mil fam)	% sobre o total de famílias por tipo			(Mil fam)	% sobre o total de famílias por tipo
URBANO URBANIZADO							
Até 5000				**De 10001 a 20000**			
Conta-própria	358,13	6007	25,79	Conta-própria	413,34	21992	29,99
Agrícola	379,21	0	0,00	Agrícola	530,21	0	0,00
Pluriativo	310,14	1972	50,78	Pluriativo	370,13	4203	55,05
Não-agrícola	366,05	4035	23,85	Não-agrícola	411,52	17789	28,74
Assalariado	204,34	44075	64,18	Assalariado	251,75	130214	70,80
Agrícola	126,05	8786	54,23	Agrícola	139,61	19109	65,54
Pluriativo	169,61	7559	74,42	Pluriativo	187,87	16513	81,33
Não-agrícola	247,46	27729	65,53	Não-agrícola	286,52	94592	70,35
Não-ocupado	195,65	0	0,00	Não-ocupado	249,90	0	0,00
Total	235,36	50081	43,38	Total	289,16	152206	48,07
URBANO URBANIZADO							
De 5001 a 10000				**De 20001 a 50000**			
Conta-própria	398,25	10714	27,96	Conta-própria	435,62	57213	32,74
Agrícola	457,27	0	0,00	Agrícola	568,44	0	0,00
Pluriativo	344,82	2553	52,21	Pluriativo	399,35	7911	60,31
Não-agrícola	402,02	8160	26,35	Não-agrícola	433,51	49303	31,69
Assalariado	231,57	68173	69,13	Assalariado	279,61	307028	74,59
Agrícola	138,58	13434	65,09	Agrícola	152,67	31914	71,01
Pluriativo	181,07	10605	78,54	Pluriativo	206,46	28024	85,44
Não-agrícola	265,73	44134	68,46	Não-agrícola	305,24	247090	74,01
Não-ocupado	244,01	0	0,00	Não-ocupado	276,09	0	0,00
Total	269,37	78887	46,70	Total	317,76	364241	50,96
				De 0 a 50000	297,43	645415	49,05

(*) Formalidade: representada pela proporção de famílias com algum membro ocupado em um trabalho formal (com carteira assinada) sobre o total de cada tipo familiar.

Fonte: IBGE - Microdados Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

Enfim, todos os elementos levantados até aqui poderiam não ser suficientes para gerar uma situação de declínio do número de famílias pluriativas na região Sul, se o Estado, através de políticas públicas específicas, interviesse – à semelhança da PAC da CEE (Nascimento, 2005) – compensando o impacto do "moinho satânico", provocado pela contradição interna ao modelo agrícola especificamente capitalista, sobre os agricultores mais desprotegidos. É nesse sentido que, no tocante à evolução da pluriatividade na região Sul, suscitamos a relevância de inserir esse componente político (que no caso em apreço revela-se como a falta dele – o histórico descaso das políticas públicas para com os

pequenos produtores). A fragilidade dos pequenos agricultores perante a dinâmica interna excludente do modelo agrícola capitalista força-os a migrarem para outras atividades ou para a desocupação. Esse processo leva consigo parte das famílias pluriativas (assim como também da agricultura familiar em geral). Na CEE, diferentemente, numerosos pequenos produtores são protegidos dos efeitos perversos da concorrência predatória conduzida pelo *tread mill* do modelo agrícola capitalista. No Brasil, são relegados à própria sorte. Na CEE, a referida proteção possibilita o crescimento da pluriatividade. No Sul do Brasil, a ausência dessa proteção (ou de alguma alternativa de proteção) conduz a um declínio da pluriatividade.

Uma explicação complementar – também pertinente – é a de que a concentração na região Sul dos recursos para o financiamento da 'agricultura familiar' (conforme mostrado no Capítulo 1) pode estar contribuindo para um processo de concentração e centralização da produção agropecuária familiar[50], sobrando àquelas unidades produtivas familiares "ineficientes" – já combalidas pela "crise" agrícola anteriormente mencionada – o recurso às atividades não agrícolas constituindo-se, conseqüentemente, em famílias plenamente não agrícolas ou mesmo de não ocupados. Mais à frente, quando tratarmos da relação entre agricultura familiar e pluriatividade, desenvolveremos alguns pormenores dessa temática. Veremos, portanto, que não é sem motivo que o número de famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas na região Sul diminui rápida e significativamente nos estratos de tamanho de estabelecimento com menos de 100 ha.

Agregue-se ainda o fato de que, conforme apontou Schneider (2003), para muitos jovens das áreas rurais sulinas que já experimentam ocupar-se em atividades não agrícolas, o trabalho nas atividades agrícolas é visto como algo muito penoso e pouco rentável e para as quais não pretendem retornar mesmo se vierem a perder seus postos de trabalho não agrícolas.

Em suma, os dados até aqui apresentados estão indicando que a pluriatividade cresce na região mais pobre – Nordeste. Na região Sul, onde ocorreu com mais intensidade a "modernização dolorosa" (ou "conservadora", como se queira denominar) da agricultura *vis-à-vis* a região Nordeste, e que apresenta economias locais mais dinâmicas, o verdadeiro

[50] Serão vistos mais adiante alguns dados que indicam estar havendo um processo de concentração das famílias rurais sulinas em estabelecimentos agrícolas com tamanho a partir de 100 ha.

"fenômeno" das áreas rurais agropecuárias, nos anos 90, parece ser muito mais o extraordinário crescimento das *famílias não agrícolas*.

Pode-se ver na Tabela 16, a seguir, que as famílias não agrícolas rurais agropecuárias cresceram de forma mais acelerada do que seus pares urbanos ('urbano urbanizado'), nos dois períodos tratados. Esse fato, acrescido dos já discorridos anteriormente, leva-nos a cogitar que intensificar a modernização da agricultura e promover o crescimento da economia das pequenas e médias cidades da região Nordeste, assim como também da região Sul, não necessariamente redundará naquilo que a princípio poder-se-ia esperar, vale dizer, a expansão da pluriatividade intersetorial. Para que esse seja o resultado efetivo, necessita-se da intervenção de políticas públicas específicas para garanti-lo, o que significa disponibilizar mais recursos em programas que consigam abranger o enorme leque de pequenos produtores familiares historicamente alijados das políticas públicas, no sentido de incentivá-los a não abandonar a atividade agrícola, ao mesmo tempo que lhes aumenta a oferta de oportunidades ocupacionais não agrícolas.

Interessante mencionar ainda que a Tabela 16 mostra que até entre os residentes das áreas urbanas urbanizadas é somente no Nordeste onde cresce o número de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar). Na região Sul, diferentemente, observa-se uma queda significativa do número de famílias pluriativas, no período 1992-1999.

Enfim, essas são tendências bastante plausíveis que se podem aguardar como conseqüência da ausência do Estado intervindo como agente promotor (ou "construtor") de uma *cultura da pluriatividade*, através de políticas públicas específicas. Na falta dessa intervenção forjadora de uma "cultura da pluriatividade", a resultante do modelo agrícola pautado em critérios de mercado será menos pluriatividade e mais famílias plenamente não agrícolas e também mais famílias eminentemente compostas de não ocupados, especialmente em se tratando da região Nordeste onde está abrigada praticamente quase a metade (46,4%) das famílias rurais do país e mais da metade da agricultura familiar nacional (56%).

Tabela 16: Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio e regiões: 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul
	Mil fam 1999	Mil fam 1999	tx cr. (% aa.) 1992/99 [a]	tx cr. (% aa.) 1992/99 [a]	tx cr. (% aa.) 1995/99 [a]	tx cr. (% aa.) 1995/99 [a]
NAO METROPOLITANO URBANIZADO						
Conta-Própria	1981	1015	2,8 ***	3 ***	2,5 **	1,5 *
Agrícola	227	43	3,2 **	0,7	3	-0,7
Pluriativo	333	65	1,2 *	-4,2 **	2,6 *	-4,8
Não-agrícola	1421	908	3,1 ***	3,8 ***	2,3 **	2,2 ***
Empregados	2109	1975	2,1 ***	2,1 ***	2,1 ***	2,1 ***
Agrícola	151	103	-2	-0,1	-7,5 **	0
Pluriativo	111	67	-2,9 **	-1,5	-4,8	-8,7 ***
Não-agrícola	1847	1806	2,8 ***	2,3 ***	3,6 ***	2,8 ***
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	1799	671	1,6 **	-2 ***	1,9	-2 ***
Agrícola	1015	467	1,7	-2,9 ***	-0,4	-2,6 ***
Pluriativo	653	138	0,7	-2,2 **	5,4	-2,8
Não-agrícola	131	67	5,9 ***	9,4 ***	3,9	5,9
Empregados	852	428	-0,1	3,2 ***	2,6 *	4,4 ***
Agrícola	462	185	-2,6 *	0,5	-4,8	1,3
Pluriativo	161	42	1,4	-1	16,9 *	-3,8
Não-agrícola	230	201	5,8 *	7,6 ***	12,5 *	10,1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Importa chamar a atenção para o fato de que, se a sociedade vier a decidir pelo incentivo ao crescimento da pluriatividade no Sul do país, serão necessárias políticas públicas a fim de *forjá-la*. Isso não significa que se propõe implementar políticas exclusivas de fomento à criação de ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) – embora estas sejam necessárias –, mas, sobretudo, devem-se implementar políticas capazes de evitar o abandono gradual dos pequenos produtores familiares das suas "tradicionais" atividades agrícolas. A razão disso reside no fato de que os dados apresentados neste trabalho indicam que as tendências de crescimento ou de decrescimento da pluriatividade estão mais em função da dinâmica agrícola do que da dinâmica das atividades não agrícolas, uma vez que não haverá pluriatividade sem produtores agrícolas.

Por outro lado, sem negar a fundamental relevância de se "construir" uma "cultura da pluriatividade" entre inúmeras famílias de produtores rurais nordestinos (herdeiros da parcela – maior – da agricultura familiar mais desestruturada do país: alijados dos circuitos econômicos dos diferentes complexos agroindustriais, com reduzido aporte de recursos financeiros... Enfim, os "inviáveis"), as políticas orientadas para um novo modelo de

desenvolvimento rural mais socialmente includente devem reservar espaço importante para aquela fração de famílias rurais em ascensão. Trata-se das famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariados), embora seu crescimento seja relativamente mais forte e mais destacado na região Sul do que no Nordeste.

CAPÍTULO 3

Pluriatividade, Agricultura Familiar e Políticas Públicas

3.1. Introdução

O presente capítulo incorpora o componente político na discussão sobre a relação existente entre agricultura familiar e pluriatividade na região Sul do Brasil. O componente político, que vem sendo colocado ao longo deste trabalho, é de crucial importância para a compreensão da evolução da pluriatividade no Sul do Brasil e, subseqüentemente, da sua função junto à agricultura familiar da região. Sem esse componente parece ser possível atribuir explicações somente para a *existência/especificidade* da pluriatividade em determinados contextos locais. Todavia, será mostrado o quanto ele é crucial para a explicação da *trajetória evolutiva* (de expansão ou de involução) e do significado das tendências da pluriatividade (e da agricultura familiar) em um contexto econômico como o da região Sul do país.

Na região Nordeste, segundo nosso entendimento expresso no capítulo anterior, a persistência e o crescimento da pluriatividade se explicam pela sua relação com o próprio quadro predominante de pobreza na região, resultante de um sistema econômico regional marcado pela ausência de descontinuidades nos seus processos de reprodução econômica.

Neste capítulo apresentaremos dados e argumentações que divergem de alguns autores – já citados anteriormente (Sacco dos Anjos, 2003; Schneider, 2003) – cujos estudos ressaltaram a imbricação entre agricultura familiar e pluriatividade no Sul do Brasil – e que, além disso, propuseram-se evidenciar o papel da pluriatividade na persistência da agricultura familiar em um contexto econômico continuamente adverso e em constantes alterações como o da região Sul.

3.2. Pluriatividade e Agricultura Familiar

Muito embora tenhamos o intuito de mostrar, apoiados nos dados reprocessados das PNADs, que na região Sul do Brasil a pluriatividade *não* tem cumprido a contento o papel que estamos ressaltando – ou seja, o de conter o declínio do contingente de agricultores familiares –, isso não significa que negamos por completo essa função alternativa que a mesma pode representar à parcela da agricultura familiar não integrada aos canais produtivos e mercantis das agroindústrias, absolutamente – especialmente em se tratando do universo de famílias rurais pobres da região Nordeste.

Nosso real desígnio, todavia, é mostrar que as tendências apontadas pelos dados sugerem que a pluriatividade tem cumprido referida função (alternativa de sobrevivência e resistência da agricultura familiar, e também de muitas famílias de assalariados), no Brasil, muito *mais* no Nordeste e bem *menos* na região Sul, que tem descentralizado em seus espaços interioranos (economias locais) mais oportunidades econômicas não agrícolas.

Em Sacco dos Anjos (2003) e Schneider (1994; 2003) há uma certa tentativa de identificar o contexto sociocultural das famílias rurais da região Sul do Brasil com o contexto sociocultural das famílias rurais européias, tanto do ponto de vista da existência da industrialização difusa (à semelhança da "Terceira Itália") no interior daquela região, como também do caráter camponês dos imigrantes colonizadores das terras do Sul do Brasil[51].

Para esses autores, é particularmente a região Sul do Brasil que reúne as condições mais propícias para o surgimento e a expansão da pluriatividade no interior do que se convencionou chamar de *agricultura familiar*, de tal sorte que a associação entre pluriatividade e agricultura familiar no Sul do Brasil

> *"não pode ser compreendida sem vincular, pelo menos, quatro grandes elementos que condicionam sua emergência e expansão. São eles: a) o processo histórico de colonização*

[51] Consideramos, entretanto, inapropriado transpor para o Brasil exemplos de uma realidade completamente diferente, sem levar em consideração aspectos relevantes que marcam a diferença entre uma realidade e outra. Essa é uma das razões que nos fizeram escrever um texto sobre a PAC da CEE (Nascimento, 2005). No caso da pluriatividade, o aspecto relevante diferenciador entre as distintas realidades em questão é a própria PAC. Conforme mostrado em Nascimento (2005), a PAC – e não questões tais como a existência de uma "cultura camponesa secular", processos de industrialização difusa, etc. – faz toda a diferença na explicação de por que a pluriatividade **cresce** na CEE.

que teve lugar nessas regiões; b) os traços culturais de um setor de produtores familiares constituído a partir do assentamento de imigrantes europeus (alemães, italianos e poloneses fundamentalmente); c) a forte presença de pequenas explorações cujo processo de sucessão conduziu a uma crescente subdivisão das propriedades e a crescente busca de estratégias alternativas de reprodução social; d) a existência e consolidação de um dinâmico mercado de trabalho industrial, assim como de certas condições de infra-estrutura que permitam a absorção da mão-de-obra rural sem a necessidade de deslocá-la de seu sítio de origem, o que, alternativamente, favoreçam o processo de descentralização industrial" (Sacco dos Anjos, *op. cit.*: 100; grifo nosso).

Possivelmente os referidos autores devem ter se entusiasmado com as possibilidades associadas à pluriatividade no tocante ao combate ao desemprego no campo e na cidade, além de se apresentar como uma estratégia importante a somar forças para potencializar um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, um modelo mais socialmente includente, assentado na *agricultura familiar*. Provavelmente em razão desse entusiasmo esses autores concentraram seus esforços em ressaltar as virtudes da pluriatividade[52] – com as quais também concordamos –, mas que, em razão disso, não abordaram o que no presente trabalho estamos destacando. As observações que pretendemos desenvolver, no entanto, não intencionam ser pretensiosas. As eventuais discordâncias que ressaltamos a um ou outro ponto do trabalho desses autores em nenhum momento pretendem desconhecer o mérito de suas contribuições voltadas a enfatizar as virtudes da pluriatividade no tocante a certos segmentos de agricultores familiares da região Sul do país. Ou seja, queremos destacar que os referidos autores não perceberam que, por mais que a região Sul do Brasil apresente todas as características por eles levantadas, a pluriatividade, nessa região, não tende a crescer.

Significa dizer que na vigência das condições ressaltadas em distintos momentos deste trabalho (especialmente no Capítulo 4) – larga adoção de um modelo agrícola de produção especificamente capitalista, organizado por regras de mercado, inserido numa economia globalizada, sem políticas públicas compensatórias ("sociais") suficientes para alcançar os milhares de produtores familiares "inviáveis", incentivando grande parte deles a permanecer com alguma atividade agrícola, dentre os quais uma parcela crescente encontra

[52] As virtudes da pluriatividade podem ser resumidas nos seguintes pontos: elevar a renda familiar no meio rural; estabilizar a renda em face da sazonalidade dos ganhos na agricultura; estratégia de diversificação das fontes de renda; reduzir as migrações campo-cidade; estimular os mercados locais e desenvolver os territórios rurais; contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero; modificar o sentido da terra e do rural (Graziano da Silva, 1999; Schneider, 2003; Sacco dos Anjos, 2003).

alternativas de ocupação (e de geração de renda) não agrícolas nos entornos rurais – a *base social* de um novo modelo de *desenvolvimento rural*, no que diz respeito à região Sul, será cada vez *menos* determinada pelo contingente de agricultores familiares – atingindo também as famílias pluriativas – e cada dia *mais* pelos outros tipos de famílias (conta-próprias não agrícolas, assalariados[53] e não ocupados).

Considerando que o *desenvolvimento rural* é um *processo a ser construído*, insistimos na importância de não somente estudar as especificidades e virtudes da pluriatividade, mas, sobretudo, analisá-la numa perspectiva evolutiva. Mais do que saber sobre suas qualidades, importa saber o que será dela daqui a alguns anos; ou seja, importa saber se a pluriatividade tem futuro, no Brasil, à medida que o novo modelo de desenvolvimento rural for sendo construído, e se ela realmente ajudará a conter o declínio da população familiar agrícola no meio rural (suposta *base social* de um novo modelo de desenvolvimento rural). Essa é uma questão. Outra questão – também de igual relevância – seria investigar e identificar qual tipo de família seria mais indicada para receber os recursos da sociedade para seu crescimento e desenvolvimento. Os dados apontam para o rápido crescimento das famílias rurais *não agrícolas* e que estas apresentam melhores indicadores de renda e de condições materiais de vida[54]. Qual desses tipos a sociedade estaria disposta a incentivar – pode ser que o ideal seja incentivar ambos os tipos – é uma questão pertinente, que não nos cabe responder, mas se quisermos fornecer conhecimento para subsidiar futuras políticas públicas voltadas a esta questão, num contexto de processo de construção do *desenvolvimento rural*, ganha importância o estudo da evolução dos diferentes tipos de famílias.

Nesse sentido, primeiramente, convém esclarecer que a *agricultura familiar* representa uma camada social predominante, em termos da dicotomia familiar-patronal, não apenas na região Sul do país[55]. Pelo contrário, em todas as demais regiões, a proporção

[53] Lembrando que os assalariados *agrícolas* também são um segmento social em franco declínio.
[54] Esses indicadores serão apresentados mais adiante.
[55] Respondendo a Alentejano (1999), que discorda da hipótese esgrimida por Schneider (1999) de que a pluriatividade associada à agricultura familiar, no Brasil, é uma característica exclusiva da região Sul, Sacco dos Sacco dos Anjos (2003) reitera a concepção de Schneider (*op. cit.*), enfatizando que se *"a indústria supostamente transfere-se para outras regiões do país marcadas pela concentração da terra e pela majoritária presença da agricultura patronal, estamos falando de outros fenômenos que pouco ou nada têm a ver com o que estamos analisando [a associação entre pluriatividade e agricultura familiar], senão com a reprodução de velhos esquemas de exploração da força de trabalho em setores específicos e em sistemas que*

maior de estabelecimentos agrícolas está associada ao segmento de produtores familiares, conforme mostra a Tabela 1. Embora a região Sul detenha a maior proporção (90,5%) de estabelecimentos familiares, é seguida bem de perto pela região Nordeste, na qual 88,3% dos seus estabelecimentos rurais pertencem à agricultura familiar, segundo a metodologia do INCRA/FAO (2001), baseado no Censo Agropecuário 1995/1996.

Do ponto de vista da tipologia de famílias desenvolvida pelo Projeto Rurbano (NEA/IE/UNICAMP), a agricultura familiar é proporcionalmente predominante na região Nordeste (56,5% do total nacional), seguida de longe pela região Sul (20,8% do total nacional), conforme atesta a Tabela 1a. Como a base de dados é a PNAD, não se computa a participação das áreas rurais da região Norte. Pode-se ver ainda que dentro de cada região o contingente de produtores familiares é altamente preponderante em relação aos totais 'agricultura familiar[56] *mais* famílias de empregadores[57] com mais de dois empregados'. Todavia, a participação relativa do contingente da agricultura familiar em relação aos totais de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias (empregadores *mais* conta-próprias *mais* assalariados *mais* não ocupados), só ultrapassa os 50% nas regiões Nordeste e Sul (Tabela 1a).

Tabela 1: Agricultores familiares – Estabelecimento, área, VBP, segundo as regiões.

REGIÃO	Estab. Total	% Estab. s/ total	Área Total (Em ha)	% Área s/ total	VBP (mil R$)	% VBP s/ total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1
BRASIL	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96, *in*: INCRA/FAO (2001: 22)

tradicionalmente refletem a marcada precariedade dos mercados de trabalho regionais" (Sacco dos Anjos, *op. cit.*: 254; grifo nosso).

[56] Famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas.

[57] Empregadores agrícolas e pluriativos.

Tabela 1a: Agricultores familiares, segundo as regiões, em 1999 (1.000 famílias).

REGIÃO	Número de Famílias	Em % sobre o total nacional	A	B
Nordeste	1734	56,5	99,7	57,4
Centro-Oeste	208	6,8	98,1	37,8
Sudeste	488	15,9	97,2	29,1
Sul	638	20,8	98,9	50,4
BRASIL	3068	100,0	99,0	47,1

A: % sobre o total regional 'agricultura familiar *mais* empregadores com mais de 2 empregados'.
B: % sobre a soma total das famílias de 'empregadores, conta-próprias, assalariados e não-ocupados'.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais Projeto Rurbano - NEA/IE/UNICAMP

Em segundo lugar, as Tabelas 2 e 3 retratam a proporção dos diferentes tipos de condição de acesso à terra[58] de distintos produtores familiares *conta-próprias* agrícolas e pluriativos (agricultura familiar) residentes nas áreas rurais agropecuárias, segundo os tipos de famílias e faixas de tamanho de área dos estabelecimentos (Nordeste e Sul). Pode-se ver que, não obstante a região Sul apresentar as maiores proporções de proprietários rurais entre os diferentes tipos de famílias (pluriativas e agrícolas), fato que expressa sua reconhecida característica de agricultura familiar de pequenos proprietários, na região Nordeste também a maior presença é de proprietários rurais em todas as faixas de tamanho de área, o que demonstra que é claramente possível a associação entre agricultura familiar e pluriatividade em uma região (pobre e chagada pelo latifúndio) como a nordestina.

Tabela 2: Estrutura dos tipos de acesso à terra, segundo o tipo de família e faixas de tamanho de área: Nordeste, 1999.

NÃO METROPOLITANO	A	B	C	D	E	F	G
RURAL AGROPECUÁRIO	%	%	%	%	%	%	%
Famílias de conta-próprias							
menos de 20 ha	9,6	10,8	8,6	20,0	**48,8**	2,2	100,0
Agrícola	9,0	9,9	9,8	18,6	**50,1**	2,5	100,0
Pluriativo	10,6	12,2	6,5	22,5	**46,4**	1,8	100,0
de 20 a menos de 100 ha	6,5	3,1	2,0	13,2	**72,8**	2,4	100,0
Agrícola	6,1	2,9	2,1	12,6	**73,9**	2,4	100,0
Pluriativo	7,5	3,4	1,7	14,5	**70,3**	2,6	100,0
de 100ha a mais	9,2	6,4	0,9	10,7	**71,7**	1,0	100,0
Agrícola	9,1	6,0	0,7	10,7	**72,0**	1,4	100,0
Pluriativo	9,4	7,1	1,5	10,8	**71,1**	0,0	100,0

Legenda: A - parceiro; B - arrendatário; C - posseiro; D - cessionário; **E - proprietário**; F - outra condição; G - todas as condições
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

[58] Parceiro, arrendatário, posseiro, cessionário, proprietário e outra condição (PNAD, 1999).

Tabela 3: Estrutura dos tipos de acesso à terra, segundo o tipo de família e faixas de tamanho de área: Sul, 1999.

NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO	A %	B %	C %	D %	E %	F %	G %
Famílias de conta-próprias							
menos de 20 ha	15,8	7,1	0,4	5,1	**71,2**	0,4	100,0
Agrícola	17,1	7,3	0,5	5,1	**69,3**	0,6	100,0
Pluriativo	12,8	6,6	0,0	5,0	**75,6**	0,0	100,0
de 20 a menos de 100 ha	8,7	5,5	0,0	3,6	**81,9**	0,3	100,0
Agrícola	9,2	5,2	0,0	3,5	**81,6**	0,4	100,0
Pluriativo	6,4	6,5	0,0	4,1	**83,0**	0,0	100,0
de 100ha a mais	7,6	5,1	0,0	3,2	**82,2**	1,9	100,0
Agrícola	8,3	6,1	0,0	2,3	**81,0**	2,3	100,0
Pluriativo	4,0	0,0	0,0	7,8	**88,3**	0,0	100,0

Legenda: A - parceiro; B - arrendatário; C - posseiro; D - cessionário; **E - proprietário**; F - outra condição; G - todas as condições

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

As Tabelas 4 e 5[59] apresentam taxas de crescimento das famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) com algum membro com algum tipo de acesso à terra, segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos, onde exercem as atividades agropecuárias, nos períodos analisados (1992/1999 e 1995/1999). Nessas tabelas, pode-se ver que, com exceção da faixa de 'menos de 2 ha', em todas as demais faixas é na região Nordeste que mais ocorrem expressivas taxas positivas e significativas (no sentido estatístico) de crescimento de diferentes tipos de famílias pluriativas – sobretudo, a pluriatividade *intersetorial* das famílias nordestinas –, em ambos os períodos abordados, reforçando as observações tecidas até aqui[60].

No Sul, por sua vez, não se nota um único caso de crescimento da pluriatividade, em nenhum dos dois períodos analisados. Há dois registros de queda significativa (no sentido estatístico) da pluriatividade sulina total puxada tanto pela pluriatividade tradicional como pela pluriatividade *intersetorial* como um todo (Tabela 5). Em geral, as taxas de crescimento das famílias conta-próprias sulinas são negativas.

[59] Conforme já esclarecido na nota 22 do Capítulo 2, em virtude da abertura por grupos de tamanhos de estabelecimentos reduzir a representatividade das amostras, optamos por não mostrar, nesse tipo de tabela, toda a desagregação dos tipos de famílias pluriativas.

[60] No final do trabalho, no anexo estatístico, constam as tabelas originais com todos os números absolutos de toda a série de anos.

Uma outra observação, de suma importância para o propósito deste trabalho, pode ainda ser extraída das Tabelas 4 e 5. Ambas as tabelas mostram que no Nordeste, em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos familiares (conta-próprias agrícolas e pluriativos), o contingente da agricultura familiar cresceu significativamente nos dois períodos em análise (1992/1999 e 1995/1999). Essa mesma observação pode ser feita em relação às famílias nordestinas pluriativas, especialmente a pluriatividade *intersetorial* ('agrícola *com* não agrícola'). E, o que é mais notável, essas observações são registradas em ambos os períodos em apreço.

Tabela 4: Evolução dos tipos de famílias de conta-próprias segundo o local de domicílio e faixa de área, 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 2 ha	de 2 ha a menos de 10ha	de 10 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1992/99 [a]	1992/99 [a]	1992/99 [a]	1992/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]	1995/99 [a]
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-próprias (agrícolas mais pluriativos)								
Nordeste								
Faixa de área	1,4	2,0 *	4,3 ***	5,9 ***	-4,6	-0,3	6,3 ***	6,9 *
Agrícola	0,5	2,6	4,6 **	6,7 ***	-6,7	-3,2	4,9	7,2
Pluriativo	2,6	0,9	3,9 *	4,0 ***	-1,5	7,9 **	9,1 **	6,9 **
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	3,8	6,1 ***	2,5	- -	-6,5	2,3	0,8	-4,2
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	1,9	0,9	4,8 *	3,3	1,5	7,9 **	12,9 **	11,3 *
Sul								
Faixa de área	-7,6	-6,8 ***	-2,8 ***	2,9 **	3,0	-9,0 **	-3,1 ***	5,3 *
Agrícola	- -	-8,6 ***	-3,3 ***	5,3 ***	- -	-9,7 **	-3,3 ***	7,6 **
Pluriativo	- -	-1,0	-1,0	-9,4 ***	- -	-7,0	-2,0	-8,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	- -	- -	-4,1 ***	- -	- -	- -	-7,0 ***	- -
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	- -	-1,0	-0,1	- -	- -	-7,0	-0,7	- -

Notas: i) exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
ii) Os (- -) significam que a amostra não é significativa (tem menos de 6 observações)
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Essas observações sugerem duas coisas: i) a agricultura familiar no Nordeste ("ainda") cresce com o apoio da pluriatividade (coloca-se o "ainda", porque se pode cogitar que vindo a ocorrer nessa região um processo de crescimento econômico nos moldes da modernização conservadora, a pluriatividade poderá tender a perder esse papel de evitar o declínio do número de produtores familiares nordestinos – a exemplo do que ocorre na região Sul –, caso não sejam elaboradas e postas em prática políticas públicas objetivando compensar aqueles produtores que não se modernizarem); ii) a análise agregada da pluriatividade no Nordeste, do ponto de vista das famílias conta-próprias (agricultura

familiar), ocultava o que a análise por estratos de tamanho de estabelecimentos rurais revelou: a expansão da pluriatividade na região mais pobre do país, em ambos os períodos abordados (1992/1999 e 1995/1999).

Por outro lado, as Tabelas 4 e 5 ainda mostram que – como questão central para a discussão do trabalho – na região Sul a agricultura familiar (o total de famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas, correspondente à linha 'faixa de área'), em quase todos os estratos de tamanho de estabelecimentos, reduz-se sistemática e significativamente em ambos os períodos analisados. Na maioria desses casos, a pluriatividade sulina não contribuiu para evitar essa queda. Pelo contrário, em alguns casos a pluriatividade sulina apresentou também taxas de crescimento negativas e significativas. Esses dados do Sul apontam para o que se pode esperar que ocorra no Nordeste em uma conjuntura de modernização conservadora na região.

Tabela 5: Evolução dos tipos de famílias de conta-próprias segundo o local de domicílio e faixa de área, 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	menos de 20ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais	menos de 20ha	de 20 ha a menos de 100 ha	de 100 ha e mais
	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1992/99 a	1992/99 a	1992/99 a	1995/99 a	1995/99 a	1995/99 a
NÃO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-próprias (agrícolas mais pluriativos)						
Nordeste						
Faixa de área	2,3 *	5,7 ***	5,9 ***	0,0	7,7 ***	6,9 *
Agrícola	2,0	6,0 ***	6,7 ***	-3,1	6,7 *	7,2
Pluriativo	2,7 *	5,0 *	4,0 ***	5,3	10,7 *	6,9 **
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	5,1 **	1,8	- -	0,4	-0,6	-4,2
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	1,8	5,0 *	3,3	8,0 *	10,7 *	11,3 *
Sul						
Faixa de área	-7,1 ***	-1,7 ***	2,9 **	-6,3 **	-2,5 **	5,3 *
Agrícola	-8,0 ***	-2,2 ***	5,3 ***	-6,8 ***	-3,0 **	7,6 **
Pluriativo	-4,7 ***	1,4	-9,4 ***	-5,1	-0,1	-8,3
Tradicional (Agrícola com Agrícola)	-8,7 ***	-2,8	- -	-5,3	-7,8	- -
Intersetorial total (Agr. com Não-agríc.)	-3,4 *	1,4	-9,4 ***	-4,8	-0,1	-8,3

Notas: i) exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
ii) Os (- -) significam que a amostra não é significativa (tem menos de 6 observações)

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Outro dado importante é que está também registrado nas Tabelas 4 e 5 um processo de concentração de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) pertencentes ao estrato superior de tamanho do estabelecimento (100 ha e mais), nitidamente na região Sul. Diferentemente desta, na região Nordeste, embora tenha havido

um aumento do número de famílias nos estratos médios e superiores de tamanho de estabelecimentos, não foi registrada nenhuma redução de famílias nos estratos inferiores.

Se observarmos a evolução apenas das famílias de *proprietários*, conforme mostra a Tabela 6, reforçam-se as observações feitas até aqui, por dois lados. Primeiro, confirmando a queda pronunciada do conjunto da agricultura familiar na região Sul, ao passo que na região Nordeste ocorre o contrário, amplia-se. Segundo, confirma-se a evidência de um processo de concentração dos produtores familiares em estratos de tamanho de estabelecimentos a partir de 100 hectares. Todavia, esse processo apresenta-se mais nítido na região Sul e, note-se, em um contexto de redução do número total de produtores familiares.

Tabela 6: Evolução das famílias *proprietárias*, segundo local de domicílio, faixas de tamanho do estabelecimento e região: 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste			Sul		
	Mil fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1999	1992/99 a	1995/99 a	1999	1992/99 a	1995/99 a
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO						
menos de 20 ha	496	1,1	1,7	93	-5,6 ***	-4,8 ***
Agrícola	324	1,2	-0,9	62	-6,4 ***	-5,7 ***
Pluriativo	172	1,0	7,6	30	-3,3 *	-4,6
de 20 a menos de 100 ha	231	4,8 ***	8,0 **	269	-1,6 ***	-2,8 ***
Agrícola	182	5,1 ***	7,8 *	227	-1,7 **	-3,3 ***
Pluriativo	49	3,8	8,9	42	-1,0	-2,2
de 100 ha e mais	71	5,8 ***	9,1 **	66	5,2 ***	7,2 **
Agrícola	49	6,4 ***	7,6 *	54	7,9 ***	9,9 *
Pluriativo	22	4,7 *	12,8 ***	12	-4,9 *	-4,6
TOTAL	798	2,6 ***	4,1 *	427	-1,7 ***	-2,3 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

A Tabela 6 mostra que na região Sul registrou-se uma forte e altamente significativa redução do número de famílias dos dois estratos inferiores a 100 hectares e, em contraste, um aumento também significativo do número de famílias pertencentes ao estrato superior (100 ha e mais) – esse movimento pode ser visto em ambos os períodos em análise. No Nordeste, o número de famílias do estrato inferior (menos de 20 ha) permaneceu estável e o

grupo de famílias do estrato médio (de 20 a 100 ha) também cresceu juntamente com o grupo de famílias do estrato superior (mais de 100 ha).

Vale a pena repetir a observação de que, na região Sul, o aumento do número de famílias de conta-próprias no estrato superior ocorreu em simultâneo ao declínio significativo do total de famílias de conta-próprias, em ambos os períodos analisados. Além disso, em todos os estratos de tamanho de estabelecimento as taxas de crescimento das famílias pluriativas são negativas, embora nem todas sejam significativas do ponto de vista estatístico. Ou seja, a pluriatividade não evitou a contração do universo da agricultura familiar na região Sul – o crescimento do número de famílias no estrato superior só não foi maior porque houve um decréscimo significativo justamente das famílias pluriativas desse estrato. Isso significa que*, embora a pluriatividade permaneça importante, sua importância se restringe a um universo cada vez mais estreito da agricultura familiar.*

Qual a explicação para esse processo? Qual a relação desse processo com a hipótese central deste trabalho?

Em primeiro lugar, entendemos que esse processo de concentração está intimamente associado a duas dinâmicas econômicas em que uma influencia a outra. Tais dinâmicas estão esboçadas nos Capítulos 1 e 4 e dizem respeito: i) à contradição intrínseca ao modelo agrícola[61], engendrado de forma mais generalizada entre os produtores agrícolas sulinos do que entre os agricultores nordestinos; e ii) às políticas macroeconômicas dos anos 90 que impuseram uma queda na rentabilidade, que incidiu principalmente sobre muitos pequenos produtores familiares (estabelecimentos com menos de 100 ha)[62]. Ademais, tais políticas tiveram como um de seus efeitos aguçar as exigências por um aprofundamento das práticas do modelo agrícola capitalista, na medida em que o ambiente econômico dos anos 90 tornou-se excessivamente mais adverso e competitivo, por esta razão mesma, mais arriscado para os investimentos produtivos do setor. A ação de ambas as dinâmicas é contrária ao crescimento do número das famílias pluriativas na região Sul do Brasil.

Em segundo lugar, o modelo agrícola difundido na região Sul – *vis-à-vis* a região Nordeste – age no sentido de selecionar os produtores mais eficientes e capazes de

[61] Conforme será discutido no Capítulo 4.
[62] Conforme H. Melo (1999) e Helfand & Rezende (2001).

competir, relegando aos "ineficientes" (pequenos produtores familiares agrícolas e pluriativos) a busca por outras alternativas de reprodução familiar (uma delas a conversão plena em famílias não agrícolas), uma vez que as políticas agrícolas no Brasil não contêm nenhuma forma de compensar sua "ineficiência", como o faz, por exemplo, a PAC da CEE (Nascimento, 2005). Acrescente-se a isso a existência, na região Sul, de redes urbanas (entornos rurais) mais dinâmicas do ponto de vista das atividades não agrícolas – e mais espalhadas pelo território dessa região, comparativamente à região Nordeste (IPEA/NESUR, 2001) – capazes de estimular a conversão de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas em famílias não agrícolas (de conta-próprias e de assalariados)[63]. O ambiente mais competitivo dos anos 90, exacerbado pelas políticas macroeconômicas de abertura comercial e câmbio defasado, acirrou a "seleção dos mais eficientes", à medida que aguçou a lógica interna do modelo agrícola de obsessão por aumento de produtividade, em detrimento de setores marginalizados desse mesmo processo, sem haver, em contrapartida, a ação do Estado (de uma política pública específica) para compensar os maiores danos sofridos por estes últimos, evitando seu abandono das atividades agrícolas.

Em suma, a explicação para o processo de concentração do número de famílias de conta-próprias nos estabelecimentos com tamanho a partir de 100 ha na região Sul, concentração esta que ocorre dentro de um universo total de estabelecimentos familiares que se contrai, revela que o impacto negativo das referidas políticas macroeconômicas recaiu mais intensamente sobre os pequenos produtores familiares (até 100 ha) da região Sul, conforme será discorrido no Capítulo 4. A comparação da Tabela 6 (acima) com a Tabela 7 (abaixo) fornece, mais concretamente, uma explicação que reforça as anteriores. A Tabela 7 mostra a evolução da renda média das famílias de conta-próprias (agrícolas e pluriativas) nordestinas e sulinas, por grupos de tamanhos de estabelecimentos, no período 1995/1999.

Pode-se ver na Tabela 7 que na região Sul a renda média das famílias com menos de 100 ha mostrou-se estável (no sentido estatístico). No entanto a Tabela 6 mostra, por seu

[63] A despeito dessas condições, não se pode perder de vista também aquelas famílias rurais em que nenhum de seus membros acha-se ocupado. Esse tipo de família cresceu acentuadamente nas áreas rurais agropecuárias da região Sul. Ou seja, o crescimento de pessoas (e famílias) ocupadas em atividades não agrícolas não está sendo suficiente para compensar a redução das pessoas (e famílias) em atividades agrícolas, assim como também não compensa o crescimento dos desempregados, na região Sul.

lado, que houve uma forte redução do número dessas famílias. A comparação de ambas as informações justifica a estabilidade da renda média dessas famílias, na medida em que certamente as famílias que permaneceram nesses estratos (inferior a 100 ha) foram aquelas que lograram ajustar-se às novas condições do ambiente econômico – as "selecionadas".

Tabela 7: Taxas de crescimento da renda média das famílias proprietárias, segundo local de domicílio, faixas de tamanho do estabelecimento e região, 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	Renda média	tx cresc. (% aa.)	Renda média	tx cresc. (% aa.)
	1999	1995/99 a	1999	1995/99 a
NÃO METROPOLITANO RURAL				
AGROPECUÁRIO				
menos de 20 ha	254,27	0,5	468,83	-0,2
Agrícola	213,43	-0,5	372,12	0,5
Pluriativo	316,86	0,1	676,26	-1,7
de 20 a menos de 100 ha	286,58	-2,5	524,13	-0,2
Agrícola	244,30	-1,7	427,22	-2,1 *
Pluriativo	378,13	-3,7	935,28	3,8
de 100 ha e mais	332,28	-11,1	667,54	-3,6 ***
Agrícola	298,61	-13,6	622,57	-2,8 *
Pluriativo	403,27	-6,1	914,46	-1,4

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Por outro lado, registrou-se também na Tabela 7 uma queda significativa da renda média das famílias em estabelecimentos com tamanho a partir de 100 ha. Nesse estrato houve crescimento do número das famílias (Tabela 6), conforme já comentado. Tais dados mostram que, a despeito da queda da renda média dessas famílias, as mesmas mantiveram-se "no ramo" e até cresceram (com exceção das pluriativas, que diminuíram). A "depuração" (a seleção dos mais eficientes) verificada nos estratos menores não se verificou no estrato de 100 ha e mais, provavelmente em virtude do fato de o impacto negativo sobre os preços dos produtos desses produtores ter sido menor do que sobre os produtos dos produtores com menos de 100 ha (conforme a análise de Homem de Melo, 1999, resumida no Capítulo 4 do presente trabalho).

Acrescente-se a essas ponderações o fato de que a produção dos estabelecimentos com menos de 100 ha, mais comercializada no mercado doméstico, estava enfrentando a

concorrência da produção externa, fortemente subsidiada nos países de origem e barateada pelo câmbio defasado e pela redução das barreiras tarifárias (abertura comercial)[64]. Agreguem-se também a esses fatores desfavoráveis aos pequenos produtores ("ineficientes" e descapitalizados) o elevado custo do crédito bancário (política monetária contracionista), maior rigor na seleção dos empréstimos bancários, o processo de desmonte das instituições oficiais de pesquisa e assistência técnica rural (únicas às quais os pequenos produtores têm acesso)[65] – enfim, todos elementos apresentados no Capítulo 4.

3.3. Famílias Rurais, Pluriatividade e Agricultura Familiar: construções políticas

Nitidamente, os dados até aqui apresentados enfatizam que a agricultura familiar tem resistido *mais* no Nordeste e *menos* no Sul do Brasil. Nessa região a pluriatividade *não* está cumprindo seu papel de sustentáculo da agricultura familiar, uma vez que as famílias de conta-próprias estão diminuindo ano a ano. Na região Nordeste ainda se percebe o efeito positivo da evolução da pluriatividade tanto sobre as famílias de conta-próprias (agricultura familiar) quanto sobre as famílias de assalariados.

Essas informações estão sugerindo que a modernização da agricultura e o crescimento econômico consoante ocorreu na região Sul (nos moldes da "modernização dolorosa"), fizeram com que a *agricultura familiar*, na ausência do poder público estimulando deliberadamente o crescimento de casos de famílias pluriativas – quer dizer, evitando o declínio do número de pequenos produtores familiares e, junto com eles, do número de famílias pluriativas –, cedesse espaço, sistematicamente, para as famílias não agrícolas de conta-próprias e de assalariados.

É difícil aceitar o argumento de que uma das explicações para a queda da pluriatividade nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul seja a perda de plantas industriais dos setores de *"calçados e confecção, os quais optaram por suspender parcial ou totalmente o funcionamento de unidades de produção instaladas na zona rural dos municípios e/ou em pequenas localidades"* (Sacco dos Anjos, 2003: 305). Schneider e Navarro também

[64] Homem de Melo (1999), Helfand & Rezende (2001).
[65] Graziano da Silva & Del Grossi (2000).

procuram explicar a diminuição do contingente de famílias pluriativas nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, nos anos 90, atribuindo-a ao *"estancamento das atividades da indústria calçadista no estado, grandemente promotora desse tipo de ocupação e combinação com domicílio rural..."* (Schneider e Navarro, 2000: 39).

Em primeiro lugar, a dificuldade de aceitar referidos argumentos reside na constatação de que, embora tenham ocorrido transformações produtivas nas indústrias calçadistas e de vestuário da região Sul, com deslocamento de plantas industriais para outras regiões, Oliveira (2003) mostra, com base nas informações da RAIS/MT, que não houve perdas no emprego nesses setores da região Sul. O mesmo pode ser confirmado pelas tabelas, no *anexo estatístico*[66] deste trabalho, que apresentam as taxas de evolução da população (residente nas áreas rurais agropecuárias dos estados do PR, SC e RS e da região Sul em geral) ocupada em diferentes setores de atividade não agrícola. Pode-se conferir nessas tabelas que na região Sul como um todo houve forte crescimento significativo (no sentido estatístico) da ocupação na 'indústria do vestuário' (taxas de crescimento de 17,8% a.a. e 27,4% a.a., nos períodos de 1992/1999 e 1995/1999, respectivamente) e na 'indústria de calçados' (14,2% a.a., em 1995/1999); no RS houve um crescimento significativo da ocupação na 'indústria de calçados' na ordem de 15,5% a.a. (1995/1999); em SC, as taxas de crescimento significativo do número de pessoas ocupadas na 'indústria do vestuário' foram de 18,9% a.a. (1992/1999) e 27,3% a.a. (1995/1999).

Em segundo lugar, outro dado que dificulta aceitar referidos argumentos concerne ao acelerado crescimento das famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariados) no rural agropecuário de toda a região Sul, uma vez que o suposto efeito negativo da redução das atividades do setor calçadista e têxtil sobre as famílias pluriativas deveria ter-se refletido também sobre as famílias rurais não agrícolas dessa região, porém, não é, em absoluto, o que os dados revelam. A Tabela 8[67] confirma essa observação.

[66] São quatro tabelas grandes que não convém apresentar no corpo do texto, uma vez que ocupariam quatro páginas seguidas.
[67] A Tabela 1 do Capítulo 2 também confirma para o Sul como um todo.

Tabela 8: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1999 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 1992/99 [a]		tx cresc. (% aa.) 1995/99 [a]	
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO					
RIO GRANDE DO SUL					
Conta-Própria	286	-1,2	*	-2,7	**
Agrícola	190	-1,3		-3,0	*
Pluriativo	58	-4,6	***	-4,7	*
Não-agrícola	37	10,4	***	3,1	
Empregados	169	3,3	***	7,7	***
Agrícola	71	0,7		7,2	
Pluriativo	23	-0,2		4,1	
Não-agrícola	75	7,0	***	9,5	***
Não-ocupados na semana	50	5,1	***	4,8	*
TOTAL	505	0,6	***	0,9	*
PARANÁ					
Conta-Própria	218	-2,9	***	-0,9	
Agrícola	161	-4,2	***	-1,6	
Pluriativo	44	0,2		-1,6	
Não-agrícola	12	8,0	**	17,4	**
Empregados	144	2,0	*	3,0	
Agrícola	82	-0,9		-1,0	
Pluriativo	13	1,7		-1,6	
Não-agrícola	49	8,5	***	13,0	**
Não-ocupados na semana	30	6,6	***	9,1	***
TOTAL	392	-0,6		1,2	*
SANTA CATARINA					
Conta-Própria	168	-1,9	***	-2,2	***
Agrícola	115	-3,7	***	-3,4	***
Pluriativo	35	0,3		-1,0	
Não-agrícola	17	8,6	**	5,2	
Empregados	115	4,6	***	1,9	
Agrícola	33	3,4		-2,2	
Pluriativo	6	-8,1	*	-21,5	***
Não-agrícola	77	7,5	***	8,6	**
Não-ocupados na semana	29	8,7	***	18,8	***
TOTAL	312	0,9	*	0,6	

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Tendo em mente que os dados da PNAD carregam um limite amostral quando se desagrega a análise por unidades da Federação, pode-se ver na Tabela 8 que nas áreas rurais agropecuárias de todos os estados da região Sul a pluriatividade não cresceu nos anos 90 – no Rio Grande do Sul ela declinou significativamente – e que, diferentemente, em todos eles o número de famílias não agrícolas (de conta-próprias e por assalariamento) cresceu rápida e significativamente, no mesmo período.

A Tabela 8 também registra que não houve redução dos números totais de famílias; que as alterações na composição das famílias são favoráveis ao aumento da participação

das famílias não agrícolas: no RS, em 1992, havia 1,8 família pluriativa para cada família não agrícola, mas em 1999, essa relação caiu para 0,7 família pluriativa para cada família não agrícola (essas mesmas relações caem de 1,4 para 0,9 – no PR – e de 0,9 para 0,4 – em SC –, em período idêntico); que cresceu, também, rápida e significativamente o número de famílias de não ocupados, significando que, não obstante ressaltarmos a importância de haver na região Sul entornos rurais (economias locais) mais dinâmicos *vis-à-vis* a região Nordeste – o que do nosso ponto de vista favorece a conversão de famílias pluriativas em famílias não agrícolas –, isso não pode ser entendido em termos ideais nem se pode desconsiderar que o crescimento das taxas de desemprego aberto é um traço geral do país como um todo nos anos 90.

A tendência de declínio da pluriatividade na região Sul deve ser tratada como resultante de um elemento *estrutural* e não decorrente simplesmente de fatores conjunturais. Mais adiante mostraremos que a tendência de declínio (e impossibilidade de crescimento) da pluriatividade no Sul do Brasil não é exclusiva dos anos 90. A queda da pluriatividade no Sul decorre de um elemento estrutural objetivado no próprio modelo agrícola[68] difundido na região. Sacco dos Anjos (2003) atribui, com muita propriedade, a queda da pluriatividade no Rio Grande do Sul, como sua segunda explicação, à profunda reestruturação sofrida pelo conjunto da agricultura familiar nos anos 90. No presente trabalho, entretanto, queremos reforçar ainda a idéia de que a "crise" agrícola (que levou à reestruturação do setor) nos anos 90 deve ser tratada como decorrente, uma manifestação, daquele elemento estrutural (o modelo agrícola capitalista). E que, portanto, esse é 'o' elemento que, na ausência de políticas compensatórias, impede a pluriatividade de crescer, levando-a até mesmo ao declínio, na região Sul. Cabe dizer, havendo ou não crise no setor, a lógica interna do modelo agrícola (elemento estrutural) permanece disciplinando o setor e ameaçando (de expulsão) os produtores ineficientes e, entre eles, muitos pequenos produtores familiares pluriativos.

Por essa razão, julgamos imprescindível uma ação pública abrangente, no sentido de compensar os segmentos de pequenos produtores familiares dos efeitos negativos da lógica

[68] Essa questão será melhor explorada no Capítulo 4.

interna do modelo agrícola, caso a sociedade decida promover o crescimento de casos de famílias pluriativas no Sul do país.

Nesse sentido, afirmar que é importante um futuro crescimento econômico das redes urbanas (de pequenas e médias cidades) de regiões pobres (caso do Nordeste) – pode-se afirmar mesmo que seja indispensável – para se gerar novas oportunidades econômicas em seus entornos rurais, é válido e faz-se necessário que ganhe ressonância cada vez mais em todos os segmentos da sociedade[69]. Por outro lado, diferentemente disso, é esperar que dessa futura dinâmica resulte, de forma automática, uma concomitante expansão da pluriatividade (intersetorial ou tradicional). Esse é um fato que os dados não confirmam para a região mais desenvolvida, entre as duas em análise – região Sul.

Seguindo essa linha de raciocínio, uma questão que se impõe é: diante do exposto, a pluriatividade perde sua importância enquanto alternativa para a reprodução social de inúmeras famílias rurais pobres? Compreendemos que não! Particularmente em se tratando das famílias rurais pobres nordestinas (metade de todo o efetivo nacional). Contudo, o que se quer salientar é que a maneira como tem sido historicamente tratada a agricultura familiar e também como têm sido conduzidas as políticas públicas orientadas para as áreas rurais, no Brasil, a exemplo até mesmo do maior Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar que o país já criou (o PRONAF), tem reduzido o espaço para priorizar o desenvolvimento de uma "cultura propriamente pluriativa" tanto no seio da agricultura familiar como também no interior das famílias de assalariados rurais.

Conforme se tentou explicitar no Capítulo 1, basta ver que na lógica inerente ao próprio PRONAF, conforme atestam vários especialistas[70], prevalece o objetivo de "viabilizar", do ponto de vista mercadológico, os produtores rurais agropecuários familiares mais estruturados (tecnológica, financeira, produtiva e comercialmente), a um só tempo em que excluem do seu escopo de abrangência os demais produtores rurais familiares pouco (ou nada) estruturados (os "inviáveis"). Dita lógica conduz inexoravelmente à concentração e centralização da produção agropecuária em um cada vez menor número de unidades familiares, sejam elas exclusivamente agrícolas ou pluriativas.

[69] Alguns autores que sustentam esse imperativo são, por exemplo, Graziano da Silva (2001); Schejtman y Berdegué (2003); Nascimento (2002); entre outros.
[70] Carneiro (1997; 2000); Ferreira, Silveira e Garcia (2001), entre outros.

Nesses termos, a região Nordeste deve repetir o caminho da "modernização dolorosa" ocorrida no Centro-Sul do Brasil? Procuramos mostrar para onde apontam os dados – relativos à região Sul – caso essa seja a opção das autoridades políticas.

A partir das considerações acima, um ponto importante a ser ressaltado neste trabalho é o de que se os diferentes segmentos da sociedade decidirem imputar à pluriatividade o papel de servir de instrumento para fortalecer a agricultura familiar para que esta também cumpra seu papel de suporte para o desenvolvimento econômico rural, então, o Estado terá que intervir, através de políticas específicas, para que isso se concretize.

Sem a intervenção pública, o resultado é o que mostra a tendência dos dados apresentados, traduzida em queda do número de famílias pluriativas, redução das famílias agrícolas e, subseqüentemente, diminuição do universo representativo da agricultura familiar; e, de outro lado, o crescimento das famílias de conta-próprias não agrícolas e das famílias de assalariados e das famílias de não ocupados. Esse é o cenário, *grosso modo*, que se pode esperar que também ocorra no Nordeste em um contexto de crescimento econômico (nas 'economias locais') e modernização tecnológica das unidades familiares produtivas, na ausência do planejamento e intervenção estatais.

A pluriatividade deve ser, portanto, em grande medida, planejada e forjada "conscientemente" através de políticas públicas voltadas para promovê-la. Ela pode surgir "espontaneamente" como resultado da combinação[71] de fatores externos[72] e internos[73] ao ambiente familiar. Entretanto, ela só prospera – ou seja, tende a crescer – se tiver por trás dela o suporte das políticas públicas, evitando o declínio do número de pequenos produtores. Em regiões e países que experimentam processos de crescimento econômico e modernização de suas estruturas produtivas e das relações de trabalho, para que a pluriatividade exiba trajetória ascendente ela deve ser, primeiramente, compreendida e aceita socialmente como instrumento importante para o futuro do mundo "rural". Portanto,

[71] Sacco dos Anjos (2003) e Kageyama (1998) sugerem que é importante considerar a combinação de fatores externos e internos ao ambiente familiar para explicar a especificidade da pluriatividade em diferentes regiões.
[72] Mattei (1999) e Souza (2000) ressaltam a importância das transformações no ambiente externo sobre as decisões familiares por diversificarem atividades.
[73] Schneider (2003) dá maior ênfase, para o entendimento da pluriatividade, às dinâmicas "microssociais" internas às famílias (as "estratégias familiares").

deve ser pensada, planejada e provocada. Nesse sentido, a pluriatividade somente manifestará tendência de crescimento se ela for estimulada "conscientemente" (ou "inconscientemente", dependendo das circunstâncias históricas), já que não dá para esperar que ela "floresça" (não somente "brote") automaticamente pela influência dos mecanismos de mercado, nem tampouco pelas iniciativas internas às unidades familiares (as chamadas "estratégias familiares").

Nesses termos, assim como a pluriatividade é um "fenômeno" a ser planejado e construído (para que brotado, floresça), da mesma forma o mesmo deve ocorrer em relação às chamadas "estratégias familiares". Ou seja, as tomadas de decisões internas dos membros familiares no que toca às alternativas (quando as têm) de recorrer a determinadas fontes de ocupação e renda também precisam ser provocadas.

A decisão da família por diversificar setores de atividades conjuntamente com a agricultura responde a estímulo externo ao seu microcontexto. Não há "estratégia familiar" pró-pluriatividade que seja totalmente imune a um "bom" estímulo externo. As "estratégias familiares" pró-pluriatividade podem ocorrer aqui e acolá, contudo, não a ponto de se tornarem um "fenômeno" em ascensão. Para tal, necessitam ser fomentadas. Quanto mais atrativos forem os estímulos externos mais as "estratégias familiares" (sobrevivência ou reposição de ativos produtivos) se inclinarão para a pluriatividade. Convém deixar claro que estamos falando de estímulo no sentido de se evitar que pequenos produtores familiares abandonem suas "tradicionais" atividades agrícolas, uma vez que isso vindo a ocorrer deixarão de ser pluriativos.

É assim que ocorre nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) – conforme Nascimento (2005) –, onde a prosperidade da pluriatividade decorre não da cultura "campesina" do seu passado, mas, sobretudo, de um conjunto de políticas de organização do setor agrícola por parte do Estado, consubstanciadas na Política Agrícola Comum (PAC), em cada um de seus momentos, especialmente a partir da reforma de 1988. Tais políticas fomentaram a busca obsessiva por inovações tecnológicas que foram extremamente bem-sucedidas em elevar a produtividade e, por meio desse sucesso, as unidades produtivas familiares puderam liberar parte da força de trabalho familiar para se

ocupar em outras atividades, tornando-se famílias pluriativas. Essa é parte da explicação do "fenômeno" da pluriatividade da CEE.

A outra parte, a nosso ver, decorre da idéia que estamos querendo desenvolver, a de que a pluriatividade é um "fenômeno" forjado, "consciente" ou "inconscientemente". Nos primeiros anos da PAC – pré-reforma – a pluriatividade foi viabilizada não somente pelos elevados níveis de produtividade, mas também porque a atividade agrícola entre os pequenos produtores era "viabilizada" pela garantia de realização de toda a sua produção[74]. No ímpeto de atender a amplos interesses (setores e países), através da sua política de preços altos comuns, a PAC garantiu o atendimento prioritário aos produtores mais eficientes e produtivos sem, contudo, penalizar, pela exposição às leis do mercado, os menos eficientes, garantindo a esses últimos a realização da sua produção com preços elevados, não permitindo, desse modo, que houvesse uma ampla exclusão ou ajuste estrutural sobre suas unidades produtivas, as quais sem essa garantia, inerente à PAC, seriam excluídas do processo (Marques, 1988). E, nessa conjuntura, a nosso juízo, ficaria comprometida a configuração de casos crescentes de pluriatividade.

Baptista (2000) mostra que a discussão acerca da "viabilidade" ou "inviabilidade" dos estabelecimentos familiares, baseada em critérios de tamanho de área, foi deslocada pela pluriatividade para um outro patamar. A pluriatividade, para esse autor, veio para encerrar a discussão sobre os "inviáveis", à medida que a família não tende mais à "ruína"[75], já que pode tornar-se pluriativa com o Estado intervindo para garantir a sua "viabilidade".

Dentro dessa ótica de raciocínio, entende-se porque não é sem razão que a PAC reformada[76] contém em seu discurso a idéia do "*fortalecimento*" da pluriatividade como um

[74] O Artigo 39 do tratado de Roma especificava que a PAC deveria ter os seguintes objetivos (os quais, em conjunto, possibilitaram indiretamente as condições favoráveis para o desenvolvimento da pluriatividade na CEE): a) aumentar a produtividade agrícola promovendo o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola; b) assegurar um padrão justo de vida para a comunidade agrícola, em particular pelo crescimento dos ganhos individuais das pessoas inseridas nas atividades agrícolas; c) estabilizar os mercados; d) assegurar a disponibilidade da oferta; e) assegurar que a oferta alcance os consumidores a um preço razoável (HILL, 1998).

[75] *À la* Lênin – conquanto seja parte do processo de proletarização (porém, não de "ruína").

[76] A PAC reformada em 1988 trazia embutidos alguns objetivos que orientariam os fundos estruturais destinados a dar cabo ao novo objetivo consubstanciado na idéia de desenvolvimento rural, a saber: objetivo 1: desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões em atraso de desenvolvimento, com PIB *per capita* inferior a 75% da média comunitária; objetivo 2: ajuda e reconversão das regiões em declínio industrial;

instrumento "descoberto" – e que deve ser *fomentado* – para solucionar em grande medida os problemas advindos da crise urbano-industrial e dos processos de "desertificação" rural.

No caso de regiões como o Nordeste brasileiro, a sua especificidade repousa precipuamente na sua realidade de atraso econômico, extrema pobreza e por deter o mais expressivo nível de desigualdade de renda do país[77]. Nesse tipo de ambiente, sim, pode-se alegar que o *crescimento* de casos de pluriatividade decorre em grande medida de "estratégias familiares" de sobrevivência, muito mais que de estímulos externos provocados por mercados de trabalho dinâmicos de setores estranhos à agropecuária, já que se trata de mercados precários em economias locais economicamente debilitadas.

Um ponto importante a ser desenvolvido é o de que na região Sul – que vivenciou transformações econômicas e tecnológicas que alteraram para patamares mais elevados seus sistemas produtivos (aprofundamento das trajetórias de modernização) – a pluriatividade somente se expandirá – ou seja, somente crescerá o número de famílias pluriativas sulinas – com o suporte de políticas públicas específicas criando as condições para sua ampliação. Esse é o caso dos países da CEE, mas não é o caso do Sul do Brasil, onde se verificaram transformações econômicas que de certo modo o aproximam muito mais da realidade dos países da CEE do que da economia nordestina. Por qual razão, então, acusa-se crescimento da pluriatividade no meio rural da CEE[78] e naquela área brasileira (região Sul) mais beneficiada pelo progresso econômico ocorrido no país *vis-à-vis* a região Nordeste, particularmente no período pós-Segunda Guerra, os dados referentes às décadas de 1980[79] e 1990 denunciam tendência contrária?

---

objetivos 3 e 4: inserção profissional dos jovens e ajuda aos desempregados de longa duração; objetivo 5: ajuda ao desenvolvimento rural: 5a) adaptação das estruturas agrícolas, modernização e estruturação da pesca; 5b) desenvolvimento e ajustamento estrutural de zonas rurais. A reforma de 1992 trouxe como ponto central, o qual nos interessa mais de perto, a mudança da política de preços altos para uma política de *ajudas diretas*, como forma de garantir o complemento de renda aos produtores rurais, independentemente da sua produção (um "bom" estímulo para facilitar as decisões internas às "estratégias familiares" pró-pluriatividade!).

[77] Comparando as regiões do país (entre elas São Paulo), Hoffmann (1999) observou que a escala da distribuição da renda familiar *per capita* tem numa extremidade a região Nordeste exibindo a maior desigualdade e, na outra ponta, o estado de São Paulo com as medidas de desigualdades menos elevadas; as demais regiões ficavam numa situação intermediária. O estudo desse autor também mensura a situação da pobreza nas regiões. Mais uma vez a região Nordeste se destaca "com medidas de pobreza cujo valor está próximo do dobro do observado para o país como um todo" (p. 24); e São Paulo – juntamente com a região Sul – apresenta as medidas de pobreza mais baixas.

[78] Arkleton Trust Project (1992), OECD (1998), Nascimento (2005).

[79] Mais adiante serão apresentados os dados sobre a década de 1980.

Ocorre que na CEE a sociedade entendeu que para a pluriatividade cumprir o seu papel de segurar a população no campo, há que se criar políticas públicas orientadas para lhe proporcionar o suporte necessário. Sem esse apoio, as tendências reveladas por diversas pesquisas[80] servem de evidências para se aguardar a inexorável inocuidade da pluriatividade diante das dimensões dos desafios quanto à ocupação e geração (e elevação) de renda da população rural e sua contenção em seu lugar de origem, entre outros benefícios.

Schneider reconhece – embora ele não imprima ao seu texto a mesma conotação que aqui se procura enfatizar – que o conjunto de políticas resultantes da reforma da PAC em 1988 teve *"um papel decisivo no estímulo à pluriatividade e ao desenvolvimento econômico regional e descentralizado"* (Schneider, 2000: 161; grifos nossos). Há que se ter em mente que a PAC continha, mesmo antes da sua reforma, um conteúdo pró-pluriatividade, embora "inconsciente", à medida que assegurava aos grandes e aos pequenos produtores ("ineficientes" ou não) a realização de toda a sua produção, de modo que tal política (preços altos comuns e "Preferência Comunitária") estimulava a produção (e a produtividade) de todos e o conseqüente resultado em termos de agricultura a tempo parcial (*part time*), liberando mão-de-obra para se empregar em outras atividades. Muitos pequenos, mesmo "ineficientes", mantinham-se no "páreo" porque tinham apoio para tanto e isso certamente favoreceu, entre outras coisas, que muitas famílias diversificassem atividades além da agrícola.

Através da determinação de substituir parte dos subsídios à garantia de preços pelas ajudas diretas (reforma de 1992), mantém-se garantido o sustento da agricultura familiar (do "novo agricultor"[81]), das "atividades agrícolas" (não necessariamente voltadas para os mercados de produtos) e, com isso, pretende-se atenuar, se não eliminar, os fluxos migratórios da população rural para as áreas urbanas. Nessa conjuntura, a pluriatividade passou a ser vista como um instrumento de esperança *"como se fora um novo modo de organização social capaz de resolver muitos dos dilemas com que se defrontam as sociedades*

[80] Desemprego estrutural na indústria e na agricultura, sem completa compensação pelo lado do setor de serviços. Sobre essa temática, consultar Gorz (2003), Antunes (1995), Mattoso (1994), entre outros.
[81] Muitos dos agricultores, antes beneficiados pela PAC, para continuarem a sê-lo terão que aceitar a nova identificação com os "jardineiros da natureza" (Etxezarreta, 1995; Hervieu, 1996).

contemporâneas nos mais distintos contextos" (Miren Etxezarreta, apresentação do livro de Sacco dos Anjos, 2003: viii; grifo nosso).

A pluriatividade não é, portanto, algo que espontaneamente ou "naturalmente" prospera, isento de concepções políticas, de conflitos de classe, de projetos norteadores de construção de algum tipo de sociedade e de Nação. Certamente, são os motivos brevemente descritos acima, e tantos outros apoios governamentais, que explicam o crescimento da pluriatividade nos países da CEE.

No Sul Brasil[82], como não existe tal apoio ao fomento à pluriatividade, esta apenas existe espontaneamente, mas diminui ano a ano (no agregado) e também *não* está cumprindo a contento o papel a ela atribuído de ser o sustentáculo da agricultura familiar, no sentido de evitar o declínio do número de produtores familiares, especialmente nessa região onde mais estariam reunidas as condições histórico-culturais para esta se manter, se não crescendo, pelo menos se manter. Mas, ocorre o contrário. Reforçando os vários dados apresentados acima, a Tabela 9, a seguir, ilustra empiricamente essa sentença. Essa tabela mostra as taxas de variação da participação percentual do contingente da agricultura familiar (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas *com* ou *sem* as famílias de empregadores – agrícolas e pluriativas – com até dois empregados) no total de famílias residentes nos rurais agropecuários do Nordeste e do Sul.

Tabela 9: Evolução da participação (%) da agricultura familiar (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos, sem e com empregadores – agrícolas e pluriativos – com até 2 empregados) no total das famílias rurais agropecuárias, segundo as regiões: 1992/1999 e 1995/1999.

REGIÕES	1992 (%)	1993 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	tx cresc. (% aa.) 1992/99 [a]	tx cresc. (% aa.) 1995/99 [a]
Sem **empregador com até 2 empreg.**									
Nordeste	55,3	52,4	57,0	51,0	54,9	53,0	56,7	0,2	0,3
Sul	61,4	60,9	58,0	54,8	54,4	51,2	50,0	-3,0 ***	-3,6 ***
Com **empregador com até 2 empreg.**									
Nordeste	56,8	53,6	58,1	52,2	56,1	54,2	57,6	0,1	0,2
Sul	62,8	62,3	59,8	55,9	56,2	52,4	51,3	-3,0 ***	-3,6 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

[82] Não apenas no Sul do país, mas particularmente no Sul, que é o caso por nós abordado.

Vê-se na Tabela 9 que nos espaços rurais agropecuários da região Sul houve uma redução significativa da participação da agricultura familiar no total de famílias (conta-próprias, assalariados, empregadores com até dois empregados e não ocupados)[83], em ambos os períodos abordados. Na região Nordeste, diferentemente, verifica-se uma estabilidade da proporção da agricultura familiar no universo das famílias em consideração. Pode-se perceber também que as proporções se alteram: no começo da década passada (1992), proporcionalmente a agricultura familiar tinha maior peso no Sul (61,4% ou 62,8%) do que no Nordeste (55,3% ou 56,8%). Contudo, ao final da década (1999), é no Nordeste que a agricultura familiar apresenta maior participação percentual (56,7% ou 57,6%) em relação ao Sul (50% ou 51,3%). Essas evidências, mais uma vez, reforçam as considerações anteriores de que é no Nordeste e não no Sul que a pluriatividade tem contribuído significativamente para sustentar a agricultura familiar.

A Tabela 10, por sua vez, mostra que na década de 1980 a participação percentual do contingente de produtores da agricultura familiar (famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas) também diminuiu significativamente, na região Sul, embora de forma menos intensa. Dito de outra maneira, importante perceber que, ao comparar com os dados da Tabela 9, nos anos 90 a agricultura familiar perde participação entre as famílias rurais de forma mais acelerada do que na década anterior. Esse é um indício que corrobora com nossa hipótese de que em fases de acirramento da concorrência entre os capitais agrícolas individuais – configurando-se numa "crise" agrícola, como expressão da contradição interna à dinâmica do modelo agrícola especificamente capitalista, sem a regulação hegemônica pelo Estado –, na região Sul intensifica-se a redução de famílias pluriativas e da agricultura familiar. Diferentemente, percebe-se que em ambas as décadas a participação da agricultura familiar nordestina no conjunto das famílias rurais da região Nordeste (de agricultura predominantemente tradicional) permanece estável (Tabelas 9 e 10).

[83] Como vínhamos trabalhando só com as famílias conta-próprias e assalariados, resolvemos nessa tabela fazer os cálculos ora só com as referidas famílias, ora incluindo as famílias de empregadores com até dois empregados agrícolas e pluriativos (que também compõem junto com as famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos o universo da agricultura familiar). Todavia, pode-se ver que as diferenças são irrelevantes.

Tabela 10: Participação (%) da agricultura familiar (conta-próprias agrícolas e pluriativos) no total de famílias rurais agropecuárias em análise, por região: 1981/1990.

REGIÕES	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)	1985 (%)	1986 (%)	1987 (%)	1988 (%)	1989 (%)	1990 (%)	1981/1990 tx cresc. (% aa.)
Nordeste	48,7	52,9	40,5	53,6	52,8	51,4	46,7	46,6	50,2	46,9	-0,3
Sul	62,9	61,8	60,1	61,1	62,9	58,6	58,3	59,6	57,4	57,0	-1,0 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Segundo o relatório do INCRA/FAO[84], do ponto de vista das características regionais da agricultura familiar, a região Sul se destaca possuindo 90,5% de seus estabelecimentos rurais dentro dos critérios metodológicos que os definem como familiares, os quais respondem por 57,1% do Valor Bruto da Produção – VBP agropecuário – e 83,9% do pessoal ocupado numa área correspondente a 43,8% da área total da região e recebem 43,3% dos financiamentos totais da região. A região Nordeste também possui, sob os mesmos critérios, 88,3% dos estabelecimentos classificados como familiares. Contudo, eles ocupam uma área relativamente menor (43,5%). Enquanto os estabelecimentos familiares dessa região representam 49,7% do total de estabelecimentos do país e ocupam quase a metade (49,4%) também das pessoas ligadas à agricultura nacional (e 82,9% do total regional), só recebem 14,3% do montante de financiamento destinado a essa categoria. A região Sul, por sua vez, possui menos da metade dos estabelecimentos familiares do Nordeste (21,9% do total nacional), mas concentra 55% dos recursos totais nacionais destinados aos agricultores familiares – o que justifica seu maior desempenho na participação na geração do VBP nacional (47,3%). Esse quadro reforça a idéia de "construção"; a idéia de que o mais "viável", o mais "eficiente", não é uma característica inata, mas construída, forjada.

As duas regiões, Nordeste e Sul, representavam juntas, segundo o censo agropecuário 1995/1996, 71% dos estabelecimentos familiares do país. Entretanto, enquanto a agricultura familiar da região Sul distingue-se por ser mais dinâmica social e economicamente, capitalizada e integrada aos mercados, na região Nordeste ela se apresenta assinalada por uma realidade marcada pelo empobrecimento, por se manter

[84] Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

excluída dos circuitos econômicos e das políticas públicas e com terras insuficientes e de baixa qualidade. No Nordeste, 58,8% dos estabelecimentos familiares são minifúndios com área até 5 ha (área média de 1,7 ha), os quais somados aos 21,9% dos estabelecimentos com 5 ha a menos de 20 ha (área média de 9,8 ha), atingem 80,7% do total de estabelecimentos familiares da região, conforme pode-se verificar no citado relatório do INCRA/FAO.

Em regiões pobres como o Nordeste brasileiro, cujas características da agricultura familiar são as descritas acima, quando (ou onde) o contingente de famílias pluriativas cresce certamente é por mera estratégia de sobrevivência, particularmente, de uma parcela das famílias rurais agropecuárias majoritariamente pobres, consoante exposto anteriormente. Se essa região vier a enfrentar um processo de progresso econômico com transformações ao nível de sua estrutura produtiva nos diferentes espaços das economias locais (urbano e rural), reproduzindo o modelo de modernização conservadora, sem que o Estado "possa" intervir, através de um conjunto de medidas de políticas públicas, estimulando a manutenção do vínculo à terra e a uma atividade agrícola e, simultaneamente, o acesso a mercados de trabalho em expansão fora do circuito agropecuário, o que se pode esperar em relação à pluriatividade e à agricultura familiar é exatamente o que foi posto em evidência nas tabelas apresentadas sobre a região Sul: uma contínua retração.

Nesses termos, a causa principal do sistemático declínio da pluriatividade na região Sul não é o eventual deslocamento de alguns setores coureiro-calçadistas e têxteis daquela região para outra, mas, a nosso juízo, deve-se a duas outras ordens de razões. Primeiramente, deve-se aos motivos delineados nos Capítulos 1, 2 e 4[85]. Em segundo lugar, deve-se também à ainda pouca importância dada a essa "alternativa", tanto pelos formuladores de políticas voltadas para os problemas rurais-urbanos, *como também pelos demandadores* das referidas políticas. Ambas as posições nem sequer reconhecem a importância da pluriatividade. Esse é o caso do PRONAF, que acaba reproduzindo, sustentado na imagem do 'verdadeiro agricultor' e no estímulo à competitividade, o modelo agrícola capitalista, resultando na exclusão de um amplo contingente de produtores

[85] Os quais estão sendo recorrentemente ressaltados: o histórico descaso das políticas públicas para com os pequenos produtores familiares, a hegemonia do modelo agrícola produtivista, o crescimento do mercado no papel de regulação da atividade agrícola, a internacionalização da economia, a presença de redes urbanas mais dinâmicas espalhadas pelo território da região Sul, etc.

classificados como "inviáveis" mercadologicamente ou inadequados em termos de infra-estrutura disponível (Carneiro, 2000).

O entendimento implícito na concepção original do PRONAF de que o desenvolvimento do país passaria necessariamente pela agricultura familiar fez com que essa categoria social passasse a ser "merecedora" de políticas específicas com o intuito de fortalecê-la. Contudo, seguindo à risca a idéia de tornar a agricultura familiar (os 'verdadeiros agricultores', segundo Carneiro) "viável" perante o mercado competitivo da agricultura patronal[86], os recursos do PRONAF-C têm se concentrado na fração menor dos estabelecimentos da agricultura familiar que "coincide" com os estabelecimentos classificados no grupo D (10,1% do total B, C e D), que é o grupo de estabelecimentos rurais familiares mais capitalizados e estruturados do país. Além disso, é na região Sul que se concentra a maior parte dos recursos apropriados por esse grupo (57% dos estabelecimentos do grupo D localizam-se nessa região).

> *"Assim, pode-se afirmar que a elevada participação da agricultura familiar sulina, que apresenta, em grande medida, integração à agroindústria, capacidade financeira e nível tecnológico, revela a ascendência do segmento consolidado da agricultura familiar na obtenção do crédito do PRONAF."* (Ferreira, Silveira e Garcia, 2001)

É, portanto, pela conjugação de todos os fatores delineados acima que na região Sul do país a agricultura familiar tem definhado em quantidade e proliferam as *famílias não agrícolas*.

Observando a Tabela 11, nota-se o forte e significativo encolhimento da participação das famílias agrícolas e pluriativas no total de famílias rurais agropecuárias (conta-próprias, assalariados e não ocupados) na região Sul. E que, ao contrário dessa tendência, observa-se um crescimento mais forte ainda das famílias não agrícolas no Sul (mesmo no Nordeste, embora com um nível de significância menor). Novamente, portanto, se for o caso de falar de um "fenômeno" no meio rural do Brasil nos anos 90, este pode ser visualizado fora dos estabelecimentos da agricultura familiar e não no seu interior. Trata-se

[86] "Pode-se afirmar que os mercados poderiam ser considerados competitivos entre os produtores agrícolas. Mas se considerarmos que do outro lado do mercado estão grandes capitais (...) esses mercados certamente não poderão ser considerados competitivos." Citação de Moreira (1997) em Carneiro (2000: 135), a partir da qual a autora chama atenção para essa questão que é de fundamental importância para a agricultura familiar no Brasil.

do aumento das famílias não agrícolas, entre ricos e pobres. Todos esses dados ajudam a pôr em questão a *base social* sobre a qual se deve apoiar um novo modelo de desenvolvimento rural para o país. Por entendermos que o desenvolvimento rural é um processo em construção, ganha sentido observar, então, como evolui sua *base social* e por quais tipos de famílias deve ser representada.

Tabela 11: Evolução da participação (%) das famílias não agrícolas, pluriativas e agrícolas no conjunto de famílias rurais agropecuárias (conta-próprias, assalariados e não ocupados), segundo as regiões: 1992/1999 e 1995/1999.

REGIÕES	1992 (%)	1993 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	tx cresc. (% aa.) 1992/99 [a]	tx cresc. (% aa.) 1995/99 [a]
Famílias não-agrícolas									
Nordeste	8,5	12,0	9,6	11,7	10,9	14,5	12,3	4,7 **	7,4 *
Sul	13,2	14,7	16,0	18,8	19,4	21,2	22,1	7,8 ***	8,0 ***
Famílias pluriativas									
Nordeste	25,8	31,8	25,0	20,8	23,5	30,3	27,7	-0,3	5,9
Sul	18,0	16,8	18,0	16,5	16,3	16,1	14,8	-2,1 ***	-4,0 ***
Famílias agrícolas									
Nordeste	55,1	46,8	54,5	53,4	54,2	44,8	50,2	-0,9	-3,4
Sul	62,7	62,8	59,0	58,1	57,1	54,3	53,9	-2,3 ***	-2,5 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Comparando a Tabela 11 (década de 1990) com a Tabela 12 (década de 1980), pode-se perceber, em primeiro lugar, que as famílias não agrícolas já apresentavam tendência de crescimento da sua participação no conjunto das famílias rurais desde a década de 1980. Observe-se também que são essas famílias que aumentam de forma mais intensa sua participação no conjunto. Em segundo lugar, pode-se ver que as famílias pluriativas das duas regiões também aumentaram sua participação ao longo da década de 1980. Importante verificar, todavia, que essa tendência sofre uma reversão ao longo da década seguinte (década de 1990) na região Sul do país. No Nordeste, a participação das famílias pluriativas fica estabilizada no conjunto das famílias. Quanto às famílias agrícolas, somente na região Sul, como era de se esperar, considerando as argumentações tecidas até aqui, registra-se persistente declínio significativo nas duas décadas.

Tabela 12: Participação (%) dos tipos de famílias no total de famílias rurais agropecuárias, em análise, por região: 1981/1990.

TIPOS DE FAMÍLIAS	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)	1985 (%)	1986 (%)	1987 (%)	1988 (%)	1989 (%)	1990 (%)	tx cresc. (% aa.) 1981/1990
Famílias Agrícolas											
Nordeste	56,6	62,6	44,5	63,8	61,9	60,4	52,3	56,5	55,2	53,2	-0,5
Sul	66,8	67,2	66,8	66,8	65,2	62,3	62,0	60,4	58,2	59,1	-1,7 ***
Famílias Pluriativas											
Nordeste	16,5	16,7	17,5	17,1	17,5	18,1	20,1	18,2	18,9	19,3	1,8 ***
Sul	13,8	12,8	12,1	13,5	14,1	13,5	13,0	15,1	14,5	14,2	1,3 **
Famílias Não-agrícolas											
Nordeste	18,5	13,4	30,2	11,8	13,3	14,3	19,8	17,6	17,3	19,0	0,6
Sul	14,3	14,9	15,3	14,3	15,4	18,3	20,0	19,2	20,8	21,3	5,1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

As Tabelas 13 (anos 1980) e 14 (anos 1990) apresentam as taxas de crescimento da participação percentual das famílias *conta-próprias* pluriativas[87] no total de famílias rurais. Perceba-se que novamente se configura um quadro de *reversão* da participação da pluriatividade no conjunto de famílias rurais analisadas (conta-própria, assalariados e não ocupados), de uma década para outra. Essa *reversão* é muito mais intensa na região Sul. A região Nordeste passa de um quadro de crescimento para um de estabilidade. Em adição, esses dados mostram que, na região Sul, a evolução da participação das famílias *conta-próprias* pluriativas *não* contribuiu para evitar a contração do segmento da agricultura familiar no universo das famílias rurais agropecuárias (Tabelas 9 e 10), nas duas décadas analisadas.

Tabela 13: Participação (%) das famílias de conta-próprias pluriativas no total de famílias rurais agropecuárias em análise, por região: 1981/1990.

REGIÕES	1981 (%)	1982 (%)	1983 (%)	1984 (%)	1985 (%)	1986 (%)	1987 (%)	1988 (%)	1989 (%)	1990 (%)	1981/1990 tx cresc. (% aa.)
Nordeste	12,7	14,2	13,1	14,9	14,8	15,6	15,9	14,7	15,2	15,4	1,8 ***
Sul	11,1	10,5	10,1	11,1	11,7	11,0	10,4	12,0	11,6	11,0	0,8

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

[87] Nas tabelas anteriores, apresenta-se a participação percentual do conjunto de famílias pluriativas (assalariados mais conta-próprias).

Tabela 14: Evolução da participação (%) das famílias de conta-próprias pluriativas no total de famílias rurais em análise, por região: 1992/1999 e 1995/1999.

REGIÃO	1992 (%)	1993 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	tx cresc. (% aa.) 1992/99 a	tx cresc. (% aa.) 1995/99 a
Nordeste	21,7	23,1	21,2	17,2	19,9	22,8	22,2	0,4	3,9
Sul	14,1	12,7	14,1	12,0	11,9	12,5	11,4	-2,4 **	-3,7 *

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Esses dados apontam para um outro ponto relevante para o presente trabalho. O de que o objetivo de estimular e fortalecer a pluriatividade com o intuito de contribuir na promoção de um novo modelo de desenvolvimento rural – através do subseqüente fortalecimento da fração da agricultura familiar mais desprovida de infra-estrutura, tecnologia, acesso aos circuitos mercantis (e até mesmo aos recursos do próprio PRONAF[88]) – *não é suficiente*. Nas áreas rurais agropecuárias[89] do Brasil como um todo, o universo das famílias que compõem a agricultura familiar é menos da metade (44,6%) do conjunto total de famílias domiciliadas nessas áreas. Isso significa que a maioria das famílias rurais é formada de conta-próprias não agrícolas, de assalariados, de não ocupados, além da agricultura patronal (empregadores com mais de dois empregados).

Além do mais, nesse cenário cada vez mais heterogêneo e desfavorável à manutenção do tamanho do conjunto da agricultura familiar, o verdadeiro fenômeno (se é que se pode usar esse termo) que ganha vulto no Brasil rural (especialmente na parte mais moderna) é a forte e significativa ascensão das famílias não agrícolas.

Qual o significado dessas constatações?

Muitas famílias estão permanecendo no meio rural completamente desconectadas da dinâmica agrícola (a não ser como consumidoras) e, como veremos em seção posterior, essas mesmas famílias apresentam índices de qualidade material de vida (e de rendimentos) superiores às demais (agrícolas e pluriativas). E, por essas razões – aumento significativo espetacular, melhores índices em diferentes indicadores de qualidade de vida – caberia

[88] Os quais têm se concentrado na parcela da agricultura familiar mais consolidada e mais integrada aos canais de comercialização e às agroindústrias.
[89] Relembrando que nessas áreas está domiciliada a maior fração das famílias rurais, por volta de 83% em 1999.

estimular a conversão de muitas famílias rurais em não agrícolas (já que a idéia de fundo de um novo modelo de desenvolvimento rural seria o de melhorar as condições de vida nos domicílios rurais e não apenas atender à estreiteza da concepção produtivista), particularmente as famílias de não ocupados, que também representam outro "fenômeno" no meio rural, cujas taxas de crescimento significativas também são espetaculares.

O antigo agricultor de subsistência se caracteriza hoje por "gerir" uma economia familiar, onde os trabalhos fora do estabelecimento têm um papel muito importante. Deve-se, portanto, construir políticas públicas para o meio rural, que além de tratar das questões produtivas (política agrícola *stricto sensu*), como crédito, comercialização e investimento – dando especial destaque à produção de subsistência –, incorpore os aspectos relativos à infra-estrutura econômico-social, à gestão dos territórios, aos serviços e bens públicos – tais como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, etc. – assim como, e sobretudo, ao fomento de atividades não agrícolas. Assim, as ações governamentais devem canalizar seus recursos não apenas para as atividades produtivas (também de subsistência), mas imperativamente também para o domicílio (família) e as condições de vida deste.

Em acréscimo a essas ponderações, não é demasiado lembrar que as famílias rurais não agrícolas estão crescendo mais rápido do que seus pares urbanos (conforme visto no Capítulo 2). Isso significa que se o meio urbano não oferece mais atrativos suficientes, o rural está cumprindo essa função e deve cumpri-la cada vez mais, pois a resolução dos problemas da "questão urbana" passa pelo melhor uso que se fizer do meio rural (da "questão rural")[90].

Por fim, ocorre que se deve ter em mente que não é todo o contingente de famílias de conta-próprias da agricultura familiar (agrícola e pluriativa), em declínio, que está se convertendo em famílias não agrícolas (conta-próprias ou assalariados). Os dados também ressaltam o espantoso crescimento das famílias de não ocupados, cujo universo se expandiu muito rapidamente no meio rural agropecuário da região Sul, como pode ser conferido na Tabela 15. Pode-se observar nessa tabela que o conjunto das famílias de não ocupados residentes nas áreas rurais agropecuárias do Sul cresceram muito mais rápido do que o total

[90] Moyano (1997); Schejtman (2000); Wanderley (s.d.), entre outros.

de famílias domiciliadas nas referidas áreas. Diversamente do Nordeste, no Sul esse contingente familiar cresceu mais rápido nos rurais agropecuários do que nas áreas urbanas.

Essas informações indicam que, embora as redes urbanas (economias locais) não metropolitanas sulinas sejam mais dinâmicas e espalhadas pelo território *vis-à-vis* a realidade nordestina (IPEA/NESUR, 2001), ainda assim, a região Sul depende, como o país em geral, de taxas maiores e sustentadas de crescimento do produto, como forma de ampliar as oportunidades ocupacionais.

Esses dados respaldam, mais uma vez, a importância de não se repetir no Nordeste a modernização nos moldes em que ocorreu no Centro-Sul do país, porque senão o risco de se acumular um insustentável contingente de famílias de não ocupados nos rurais do Nordeste (latente potencial gerador de tensões sociais) é muito provável, consoante as tendências apontadas acima (e reforçadas pela Tabela 15). Eliseu Alves (2001) chama a atenção para o fato de que o Nordeste é uma região com o maior potencial para provocar um êxodo rural, que segundo as suas contas pode resultar em um excedente de até 12 milhões de pessoas – considerando uma possível convergência com a região Sul em termos de produtividade: *"Como o Nordeste produz 2/5 do que produz o Sudeste, para se ter, no meio rural, uma população equivalente à da região mais ao Sul, mantendo-se a produção constante, 2,741 milhões de habitantes (2/5*6,852) seriam suficientes. O excedente da população rural [nordestina] seria, então, de 12,019 milhões de pessoas."* (E. Alves, 2001: 29)[91].

[91] Ao contrário, porém, do que pensa E. Alves, se não houver outras alternativas (estranhas à agricultura) para geração de emprego e renda no meio rural, isso sim potencializará o êxodo rural – embora, talvez, não tanto quanto nos anos 70, quando o próprio dinamismo urbano-industrial absorvia os expulsos dos campos, já que mesmo que a economia urbano-industrial volte a crescer a taxas menos medíocres (em relação às alcançadas nos anos 80 e, sobretudo, nos 90) não mais absorverá o excedente de mão-de-obra desempregada ou subempregada (Mattoso & Baltar, 1996).

Tabela 15: Evolução do total das famílias extensas e das famílias de não ocupados, segundo as regiões Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999.

ÁREAS CENSITÁRIAS / GRANDES REGIÕES	Não-Ocup (Mil fam) 1992	Não-Ocup (Mil fam) 1999	Taxa de cresc. Fam. de Não-Ocupados		Taxa de cresc. do total de famílias	
			1992/1999[a]	1995/1999[a]	1992/1999[a]	1995/1999[a]
NÃO METROPOLITANO URBANO URBANIZADO						
Nordeste	546	813	5,7 ***	3,8 ***	3,0 ***	2,7 ***
Sul	337	555	7,6 ***	7,7 ***	3,1 ***	2,7 ***
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO						
Nordeste	290	292	1,7	-3,3	1,0 ***	1,5 ***
Sul	73	110	6,4 ***	9,1 ***	0,2 ***	0,6 **

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

3.4. O caráter transitório da pluriatividade no Sul do Brasil

Nesta seção apresentaremos a análise da evolução do número de pessoas membros dos diferentes tipos de famílias aqui adotados ocupadas em atividades agrícolas ou não agrícolas. Ao realizarmos essa investigação tínhamos por hipótese que deveria estar ocorrendo uma redução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas (particularmente em atividades agrícolas), sobretudo, entre as famílias sulinas agrícolas e pluriativas. Esperávamos que houvesse aumento de pessoas ocupadas entre as famílias não agrícolas. Seguem, então, nossas observações confirmativas.

A Tabela 16 mostra evidências de que nas áreas rurais agropecuárias da região Sul ocorreu um processo de gradual abandono da atividade agrícola tanto no interior das famílias agrícolas como também entre os membros das famílias pluriativas, notadamente entre as famílias de conta-próprias, nos anos 90. Concretamente, o número de agricultores no interior das unidades produtivas familiares sulinas (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas) sofreu uma intensa e significativa diminuição, em ambos os períodos em apreço. Nessa mesma região, por outro lado, pode-se ver na mesma tabela que ocorreu um crescimento mais intenso de pessoas engajadas em atividades não agrícolas tanto dentro das famílias de conta-próprias como dentro das famílias de assalariados. Contudo, esse movimento se processou dentro das famílias não agrícolas, sendo que o contrário foi registrado no interior das famílias conta-próprias pluriativas. Esses registros podem estar

indicando um processo gradual de *esvaziamento* – no sentido de menos pessoas ocupadas, especialmente em atividades agrícolas – das famílias sulinas agrícolas e pluriativas, o que pode significar um passo para a paulatina conversão dessas famílias em famílias não agrícolas. Pode-se ver que entre estas últimas aumenta aceleradamente o número de pessoas ocupadas, sugerindo uma relativa maior "consistência" desse tipo familiar em relação aos demais.

Tabela 16: Taxas de crescimento do número de pessoas ocupadas por tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio e o ramo de atividade: 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste				Sul			
	Nr pessoas ocup agricultura		Nr pessoas ocup não-agrícola		Nr pessoas ocup agricultura		Nr pessoas ocup não-agrícola	
	tx cresc. (% aa.)		tx cresc. (% aa.)		tx cresc. (% aa.)		tx cresc. (% aa.)	
	1992/99 [a]	1995/99 [a]	1992/99 [a]	1995/99 [a]	1992/99 [a]	1995/99 [a]	1992/99 [a]	1995/99 [a]
NÃO METROPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-Própria	0,8	1,1	1,7 *	4,8 **	-4,2 ***	-4,0 ***	1,6 *	0,9
Agrícola	1,6	-0,4	- -		-4,3 ***	-4,1 ***	- -	
Pluriativo	-0,4	3,5	-0,2	4,3	-3,8 ***	-3,4 *	-2,8 ***	-2,3
Não-agrícola	- -	- -	6,0 ***	6,1 *	- -	- -	8,6 ***	5,7
Empregados	-4,0 ***	-3,1 **	3,4	11,8 *	-0,5	-1,0	5,8 ***	8,5 ***
Agrícola	-5,0 ***	-7,8 **	- -		0,1	0,2	- -	
Pluriativo	-1,9	8,8 *	-0,2	12,5	-2,4	-5,2	-1,3	-2,6
Não-agrícola	- -	- -	5,9 *	11,6 *	- -	- -	7,7 ***	11,2 ***
TOTAL	-0,4	0,2	2,3	7,6 *	-3,6 ***	-3,4 ***	3,9 ***	5,2 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Os dados da Tabela 16 são importantes, para os propósitos do presente trabalho, porque reforçam a percepção que estamos procurando realçar de que na região Sul – em virtude das características que estamos destacando neste trabalho[92] – o contingente de famílias pluriativas e de produtores familiares tende a diminuir, principalmente em momentos de adversidade para os pequenos produtores da região. E que isso poderá ser o que venha a ocorrer na região Nordeste se esta passar a apresentar características semelhantes às da região Sul.

[92] Agricultura altamente especializada, economias locais com maiores oportunidades ocupacionais *vis-à-vis* a região Nordeste e, sobretudo, com uma grande parcela de pequenos produtores familiares não integrados às agroindústrias, os quais sofreram forte impacto das políticas macroeconômicas dos anos 90 (lembrando que a região Sul de longe é a segunda maior detentora de agricultores familiares do país), etc.

Na região Nordeste, porém, a Tabela 16 não revela mencionado processo. A tabela mostra que nessa região a perda de pessoas ocupadas na agricultura ocorreu entre as famílias de assalariados, e que aumentou o número de pessoas ocupadas fora da agricultura entre as famílias não agrícolas de conta-próprias e de assalariados. Por outra parte, o número de pessoas das famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas, permaneceu estabilizado por toda a década passada, informações que consolidam as evidências de persistência da agricultura familiar e da pluriatividade na região Nordeste.

3.5. O autoconsumo como uma alternativa à pluriatividade e a baixa expressividade desse tipo familiar na regiões Sul e Nordeste

No momento atual em que o país enfrenta sérios problemas de desemprego urbano e rural, a prática de produzir para o autoconsumo alimentar da família, ou de parte dela, pode significar um alívio no orçamento de muitas famílias[93]. A Tabela 17, no entanto, mostra que essa prática pouco tem se difundido entre as famílias das áreas rurais agropecuárias sulinas. Parece ser uma característica um pouco mais em ascensão entre as famílias nordestinas residentes nas respectivas áreas rurais.

Antes de continuar a análise dos dados, contudo, convém pensar a possibilidade de considerar pluriativas as famílias não agrícolas com algum membro dedicado exclusivamente ao autoconsumo. Não se pretende aqui discutir a questão do caráter *produtivo* das atividades destinadas ao *auto-sustento familiar*, as quais, segundo observa Marx em "Formações Econômicas Pré-Capitalistas", são atividades de produção doméstica que não têm a finalidade de *criação de valor*, embora possam realizar trabalho excedente – visto que seu propósito restringe-se à "*manutenção do proprietário individual e sua família"* (Marx, 1991: 66).

A tipologia de famílias adotada no presente trabalho não considera pluriativa a família não agrícola que tenha algum membro dedicado exclusivamente ao autoconsumo. No entanto, quando preconizamos a necessidade de uma intervenção de políticas públicas para incentivar a permanência (ou, dito de outra forma, o não-abandono) dos pequenos

[93] Sacco dos Anjos (2004), Leite (2003).

produtores familiares numa atividade agrícola – não necessariamente voltada para o mercado de produtos – como forma de assegurar o crescimento da pluriatividade no Sul do país, pode-se supor que implicitamente a essa recomendação seja possível considerar pluriativa uma família não agrícola que desenvolva alguma atividade de autoconsumo em seu estabelecimento.

Nesses termos, duas questões são suscitadas. A primeira – fundamental para a problemática que ao longo deste trabalho temos destacado – diz respeito ao fato de que inexoravelmente – dadas as condições atuais que circunscrevem o modelo de produção agrícola vigente – famílias sulinas pluriativas, conformadas pela combinação de atividades agrícolas *produtivas* com atividades não agrícolas, não crescem e em alguns casos tendem ao declínio na região Sul, conforme já discutido anteriormente. A segunda questão diz respeito ao fato de que – mantidas as condições atuais – uma alternativa para fazer crescer a pluriatividade no Sul do Brasil seria, em primeiro lugar, considerar pluriativa a família que concilia atividades não agrícolas com atividades de *autoconsumo*, independentemente de esta última ser considerada ou não uma atividade *produtiva* (uma atividade *econômica*); e, em segundo lugar, criar políticas para incentivar a preservação dessas práticas valorativas da atividade doméstica de produção – com o propósito de garantir a segurança alimentar da família – entre as famílias agrícolas e pluriativas sulinas que sistematicamente estão se convertendo ou em famílias não agrícolas ou em famílias de não ocupados, além de criar formas de incentivar as mesmas práticas entre as famílias não agrícolas, atualmente, *sem* autoconsumo.

Esse é o ponto que a presente seção busca tratar. A despeito da possibilidade de se considerar pluriativa a família não agrícola *com* autoconsumo, as Tabelas 17 e 18 mostram que em todos os tipos familiares as famílias *sem* autoconsumo são bem mais numerosas do que as famílias *com* autoconsumo. Pode-se ver nessas duas tabelas que a proporção (algo próximo a 80%) de famílias não agrícolas *sem* autoconsumo em relação ao total de famílias não agrícolas é muito superior à proporção (em torno de 20%) de famílias não agrícolas *com* autoconsumo em relação ao mesmo total. Além disso, as mesmas tabelas mostram que cresce de forma mais rápida (e estatisticamente mais significativa) o número de famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariados) *sem* autoconsumo do que o número de famílias não agrícolas *com* autoconsumo, em ambas as regiões analisadas. O forte crescimento

altamente significativo (sentido estatístico) das famílias não agrícolas *sem* autoconsumo (famílias conta-próprias e assalariadas) pode ser visto em ambos os períodos analisados nas tabelas, ao contrário do que ocorre com as raras taxas de crescimento das famílias não agrícolas *com* autoconsumo.

Tabela 17: Distribuição e evolução dos tipos de famílias *com* autoconsumo, e proporção das mesmas sobre o total de cada tipo familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste				Sul			
	Mil Fam	% Fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil Fam	% Fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1999	s/ total	1992/99 [a]	1995/99 [a]	1999	s/ total	1992/99 [a]	1995/99 [a]
NÃO METROPOPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-Própria	390	21,7	3,2 **	1,6	80	11,9	-1,9	-7,5 **
Agrícola	230	22,7	2,6	-3,6	52	11,1	-1,8	-6,3
Pluriativo	141	21,6	4,8	13,0 *	15	10,5	-7,0 **	-14,8 ***
Não-agrícola	19	14,8	2,9	-2,6	14	20,6	6,8 *	-1,4
Assalariados	199	23,4	-0,7	3,1	97	22,7	-0,1	0,2
Agrícola	91	19,6	-4,0 **	-6,4	44	24,0	-2,5	-6,1
Pluriativo	55	34,3	1,9	12,1 **	9	20,8	-5,7 *	-10,8
Não-agrícola	53	23,2	4,0	16,4 **	44	21,8	4,7	13,6 *
Não-ocupados na semana	107	36,6	1,0	-7,2	61	55,3	7,1 **	12,8 *
TOTAL	697	23,7	1,6 *	0,3	238	19,7	0,6	-0,5

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

A Tabela 17 apresenta registro de crescimento significativo de famílias com algum membro ocupado em tarefas para o autoconsumo, na região Sul, entre as famílias conta-próprias e assalariados não agrícolas e entre as famílias de não ocupados. Em todos esses casos a significância estatística é a mais baixa (20%), além de que são contingentes de famílias cuja proporção no total de cada tipo é bem inferior à participação relativa das famílias *sem* autoconsumo. No entanto, é um indício de que a pluriatividade no Sul pode crescer associada às atividades para o próprio consumo familiar, que não *criam valor*. Esse é um indicativo também de que no Sul, conforme vimos argumentando ao longo de todo o texto, a pluriatividade associada à atividade agrícola, que *cria valor*, entre pequenos produtores familiares, está sistematicamente sendo abandonada ou, de acordo com a Tabela 17, sendo convertida em mera atividade voltada para o consumo da unidade doméstica familiar, combinada com atividades não agrícolas.

Em contraste, a Tabela 18 mostra que as famílias sulinas não agrícolas *sem* autoconsumo são mais numerosas, cresceram rápido e de forma mais significativa (estatisticamente) do que seus pares *com* autoconsumo, em ambos os períodos abordados. Quanto às famílias sulinas conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) *sem* autoconsumo, estas registraram queda significativa (Tabela 18) e, nesse mesmo sentido, houve um decrescimento das famílias pluriativas sulinas *com* autoconsumo (conta-próprias e assalariados), reforçando a idéia acima de contínua conversão de produtores familiares pluriativos ligados a atividades *produtivas* (econômicas) em produtores ligados a atividades para o próprio consumo, tendo em mente, todavia, que a proporção de famílias não agrícolas *sem* autoconsumo é bem superior à proporção das famílias não agrícolas *com* autoconsumo.

Tabela 18: Distribuição e evolução dos tipos de famílias *sem* autoconsumo, e proporção das mesmas sobre o total de cada tipo familiar, segundo o local de domicílio: Nordeste e Sul, 1992/1999 e 1995/1999.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste				Sul			
	Mil Fam	% Fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)	Mil Fam	% Fam	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
	1999	s/ total	1992/99 a	1995/99 a	1999	s/ total	1992/99 a	1995/99 a
NÃO METROPOPOLITANO								
RURAL AGROPECUÁRIO								
Conta-Própria	1409	78,3	1,1 *	2,0	591	88,1	-2,0 ***	-1,2 *
Agrícola	785	77,3	1,4	0,6	415	88,9	-3,1 ***	-2,2 ***
Pluriativo	513	78,4	-0,3	3,6	123	89,5	-1,4 *	-1,0
Não-agrícola	112	85,2	6,7 ***	5,3 **	53	79,4	10,2 ***	9,0
Assalariados	653	76,6	0,1	2,5 *	331	77,3	4,3 ***	6,1 *
Agrícola	371	80,4	-2,2	-4,4	141	76,0	1,6	4,8 *
Pluriativo	106	65,7	1,3	19,6 *	33	79,2	0,5	-1,3
Não-agrícola	176	76,8	6,5 *	11,3 *	157	78,2	8,4 ***	9,5 ***
Não-ocupados na semana	185	63,4	2,2	-0,6	49	44,7	5,7 ***	5,9
TOTAL	2248	76,3	0,9 ***	1,9 ***	971	80,3	0,2	1,3

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

No Nordeste, diferentemente do Sul, as famílias *com* autoconsumo cresceram não somente entre as famílias não agrícolas, mas também entre as famílias pluriativas (Tabela 17). Já as famílias nordestinas *sem* autoconsumo cresceram quase somente entre as famílias não agrícolas (Tabela 18).

3.6. As condições materiais de vida dos domicílios rurais agropecuários nas regiões Nordeste e Sul

É importante considerar que as possibilidades de desenvolvimento de atividades, por exemplo, de turismo rural – em grande medida associado à busca pelo contato com a natureza (ecoturismo) ou com o calendário das festividades tradicionais (religiosas ou não) de cada região – estão estreitamente dependentes, por um lado, de maiores e melhores condições de acesso das populações urbanas a formas diversas de lazer nas áreas rurais e, por outro lado, às condições concretas de qualidade e conforto que o meio rural pode oferecer a seus visitantes. Nesse sentido, é importante observar na Tabela 19, em seguida apresentada sobre as condições materiais de vida dos domicílios entrevistados pela PNAD de 1999, o quanto que o rural agropecuário da região Nordeste tem a progredir em face da região Sul.

Após analisar a Tabela 19 teremos uma breve noção de quanto um novo modelo de desenvolvimento rural, particularmente na região Nordeste, que abriga quase a metade da população rural do país, deve "transcender" a restrita discussão sobre a necessidade de apoiar ou não a agricultura familiar. Ou seja, o desenvolvimento rural deve abarcar para além da "produção agrícola" (do estabelecimento), condições materiais de vida (nos domicílios), saúde, educação, habitação, opções diversificadas de ocupação e renda, etc.

A proporção de domicílios com determinada infra-estrutura e com posse de algum bem foi calculada em relação ao total de domicílios com informação sobre a existência ou não de determinada infra-estrutura ou bem.

A Tabela 19 mostra que de uma forma quase geral as condições de infra-estrutura dos domicílios rurais agropecuários da região Nordeste, em 1999, continuavam muito aquém dos seus pares do Sul. Em se tratando de ter água canalizada em algum cômodo, pode-se ver que enquanto no Sul, em média, 90% das famílias estão servidas dessa infra-estrutura, no Nordeste esse número não chega a um quarto dos domicílios tanto das famílias de conta-próprias como das famílias de assalariados e de não ocupados.

Tabela 19: Porcentagem (%) de famílias com algum tipo de infra-estrutura domiciliar e com algum tipo de posse de bens, segundo o local de domicílio e a região: 1999.

LOCAL DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Água canalizada em algum cômodo do domicílio		Água canalizada da rede geral		Banheiro		Energia elétrica		Telefone	
	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul	NE	Sul
RURAL AGROPECUÁRIO										
Conta-próprias										
Agrícolas	10,0	84,1	12,6	13,4	33,5	92,0	40,6	92,4	0,4	11,3
Pluriativas	12,1	89,4	12,8	16,0	34,6	97,0	56,5	96,2	0,5	17,0
Não-agrícolas	24,1	88,0	28,6	30,2	58,6	93,1	77,3	95,7	2,4	30,1
Assalariados										
Agrícolas	13,8	83,5	9,4	12,8	34,0	87,2	53,8	84,7	1,0	5,3
Pluriativas	15,7	87,5	14,6	27,6	37,8	95,9	65,7	95,8	0,9	8,4
Não-agrícolas	24,8	91,1	25,5	43,0	54,6	97,1	78,2	95,9	1,4	14,7
Não-ocupados	10,5	78,4	12,8	24,2	35,5	90,4	53,0	83,1	1,1	7,9

Fonte: PNAD 1999 - Tabulações Especiais Projeto Rurbano (IE/Unicamp).

Com uma diferença um pouco menor, pode-se ver, na tabela acima, a defasagem das famílias rurais agropecuárias do Nordeste diante das famílias do Sul quanto à existência de banheiro em seus domicílios. Com menos diferença ainda, mas também aquém dos seus pares do Sul encontram-se os domicílios no Nordeste que têm água canalizada de rede geral e iluminação elétrica.

Um bem importante para a comunicação entre os que residem (ou estão de passeio, visita ou como turistas) no meio rural e o mundo urbano é o telefone. Pode-se ver, porém, que em todas as áreas rurais agropecuárias em análise (Nordeste e Sul) ainda é bastante reduzido o acesso a esse bem (Tabela 19). No entanto, enquanto praticamente, na média global, 14% das famílias do Sul já se utilizam desse meio de comunicação, no Nordeste apenas 1%, em média, dos domicílios estão servidos desse bem.

É muito nítida a percepção das melhores condições materiais das famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariados) em relação às famílias agrícolas e pluriativas. Dos três tipos familiares, as que apresentam piores *índices de nível material de vida* são as famílias estritamente agrícolas. No intermédio, encontram-se as famílias pluriativas.

Além do mais, esses baixos índices dos diferentes indicadores das condições de vida das famílias rurais agropecuárias do Nordeste em relação às suas congêneres do Sul refletem seus níveis de renda familiar *per capita* média (Tabela 20). Pode-se ver na Tabela

20 que as menores rendas familiares *per capita* médias são das famílias (agrícolas, pluriativas e não agrícolas) nordestinas, confirmando sua relação com os piores índices quanto aos indicadores de nível de vida apresentados por essas mesmas famílias. Mas que, por outro lado, dentro de cada região, são as *famílias não agrícolas* as que detêm a maior renda familiar *per capita* média, sendo seguidas pelas famílias pluriativas e, por último, pelas famílias agrícolas. Esse último dado subsidia uma outra observação importante. A de que praticamente, indiferentemente da região, *os melhores índices apresentados são das famílias não agrícolas* – com exceção daqueles casos em que os três tipos de famílias (agrícolas, pluriativas e não agrícolas) estão quase plenamente atendidos[94].

Tabela 20: Renda familiar *per capita* média das famílias rurais agropecuárias, segundo a região: 1999.

TIPO DE FAMÍLIA / REGIÃO	Conta-próprias		Assalariados	
	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul
Agrícola	71,72	143,99	59,55	93,54
Pluriativo	69,63	205,37	71,56	134,73
Não-agrícola	94,81	268,01	72,85	175,21

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais Projeto Rurbano NEA-IE/Unicamp.

3.7. Primeiros anos do século XXI (2001 a 2003): confirma-se a tendência de crescimento da pluriatividade no seio da pobreza rural da região Nordeste

A partir de janeiro de 1999 houve uma inflexão no regime de taxa de câmbio vigente desde a implementação do Plano Real. O sistema que há mais de quatro anos operava com o câmbio fixo e sobrevalorizado passou a funcionar com uma taxa de câmbio flutuante, com interferências pontuais do Banco Central. O resultado direto dessa mudança na política cambial foi uma desvalorização real da taxa de câmbio de 15,66% (entre 12/1998 e 12/1999), seguida de uma nova desvalorização real de 14,36%, no período compreendido entre janeiro 2000 e agosto de 2002[95].

---

[94] Essas informações são confirmadas pelos dados da Tabela 9 do Capítulo 2. Essa tabela, conforme visto, apresenta maiores detalhes relativos às diferenças das rendas médias entre os distintos tipos de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias de grupos de municípios com menos de 50 mil habitantes.

[95] Conforme www.ipeadata.gov.br

Outro efeito dessa inflexão na política cambial pode ser verificado no resultado favorável de indicadores de desempenho do setor agrícola (produção de grãos, vendas externas, relação de trocas, etc.). O novo regime cambial passou a funcionar, por um lado, como uma proteção para os produtores agrícolas nacionais contra a concorrência dos produtos importados, uma vez que o câmbio desvalorizado encarece as importações; por outro lado, em contrapartida, favoreceu os produtos de produção interna comercializáveis no mercado internacional. A agricultura, portanto, deixou de ter na taxa de câmbio uma variável negativa para seu desempenho, respondendo positivamente à mudança no regime cambial (Gasques & Spolador, 2003; Rezende, 2003).

Um efeito importante no desempenho do setor agrícola, decorrente da mudança do regime cambial, foi o crescimento da produção das lavouras, que também foi acompanhado por situações favoráveis dos preços internos. O que mais nos importa destacar como resultado dessas mudanças é que elas trouxeram uma recuperação da renda interna da agricultura. O acréscimo real do valor da produção de lavoura foi, no período 2000/2002, de R$ 5,6 bilhões, sendo que a maior parte do aumento foi registrada entre os anos 2001 e 2002 (Gasques & Spolador, 2003). Além disso, do lado dos produtores menores e mais incapacitados a responder positivamente aos ganhos com produtos exportáveis, pode-se supor também que o novo regime cambial trouxe uma redução na pressão da concorrência externa, o que rebate na diminuição da pressão, intrínseca à dinâmica da concorrência intercapitalista, por aumentos de eficiência e ajuste alocativo de fatores. Essas observações são importantes na medida em que podem explicar o comportamento quantitativo das famílias rurais aqui analisadas para o período de 2001 a 2003, especialmente em se tratando da região Sul.

Os ganhos de produtividade logrados durante o forte período de ajuste no setor – particularmente no período 1994/1999 em que se acirrou a concorrência externa –, juntamente com os montantes de recursos mobilizados pelo setor financeiro, refletiram numa situação de uma sensível melhoria da rentabilidade da agricultura nos últimos anos (Gasques & Spolador, 2003; Homem de Melo, 2001).

A conjuntura macroeconômica foi alterada e trouxe reflexos positivos para o setor agrícola. Em virtude dessa mudança, também pode ser visto seu reflexo sobre a evolução das famílias rurais no triênio 2001/2003, mostrada a seguir.

3.7.1. Confirma-se a tendência de crescimento da pluriatividade na pobreza rural nordestina – 2001/2003

Antes de apresentar os dados, cabe esclarecer que não usaremos a tipologia de famílias pluriativas detalhada por ramos de atividade – conforme usado nas seções e capítulo precedentes –, em razão da alteração ocorrida a partir da PNAD 2002 no que diz respeito à classificação de ocupações e à classificação de atividades. A partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO-Domiciliar – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar – passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Essa alteração acarretou profundas divergências entre vários tipos de atividades que até a PNAD 2001, por exemplo, eram consideradas 'Prestação de serviços' (do tipo 'Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores'), passando a ser enquadradas, a partir da PNAD 2002, como 'Comércio e Reparação' (do tipo 'Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis'). O exemplo dado nem de longe expressa o "caminho das pedras" a ser trilhado para se tentar minimamente compatibilizar as divergências trazidas pelas novas classificações de ocupação e de atividades[96].

Por essas razões, consideramos por bem trabalharmos somente com os tipos de famílias pluriativas no agregado, já que

> *"A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à CBO [anterior a 2002] no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares (...) [da mesma forma] A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE [anterior a 2002] nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura"* (IBGE/PNAD, 2002: 26; grifos nossos).

[96] No Cesit/IE/UNICAMP está sendo elaborado um projeto com o intuito de realizar as possíveis compatibilizações entre as classificações de ocupações e de atividades pré e pós-PNAD 2002.

Tomando em consideração a Tabela 21, na esteira do grande movimento observado desde 1981/1990 e 1992/1999, no tocante à evolução das famílias rurais, verifica-se que, do ponto de vista das famílias – segundo o ramo de atividade em que estão ocupadas (agrícola, pluriativa, não agrícola) – residentes nas áreas rurais agropecuárias das regiões Nordeste e Sul, no triênio 2001/2003 os microdados da PNAD registram uma quase generalizada estabilidade (estatística) no tocante à evolução quantitativa das referidas famílias.

Por outro lado, contudo, no que concerne exclusivamente ao conjunto da agricultura familiar – que aqui temos considerado como o somatório das famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas – pode-se notar na Tabela 22 a quebra da estabilidade registrada na Tabela 21, em relação à região Nordeste. Ou seja, verifica-se (Tabela 22), excepcionalmente na região Nordeste, um forte e significativo crescimento das famílias de conta-próprias pluriativas (7% a.a.) no grupo de estabelecimentos rurais com menos de 20 ha. Observe-se também que o crescimento significativo do total de famílias desse grupo foi impulsionado exclusivamente pelo crescimento, também significativo (no sentido estatístico), das famílias pluriativas.

Tabela 21: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio e Regiões, 2001/2003.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Brasil		Nordeste		Sul	
	2.003 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 2001/03 a	2.003 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 2001/03 a	2.003 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 2001/03 a
NAO METROPOLITANO						
RURAL AGROPECUÁRIO						
Conta-Própria	2955	2,0 *	1576	1,0 ***	709	1,2
Agrícola	1734	-0,3	864	-1,5	488	-1,0
Pluriativo	912	2,5	578	2,8	151	3,3
Não-agrícola	309	16,4	134	12,2	70	14,7
Empregados	2030	-0,2	822	2,1	328	1,5
Agrícola	1252	-0,3	571	5,2 *	158	3,6
Pluriativo	265	1,0	97	-0,5	46	8,0
Não-agrícola	513	-0,5	154	-6,2 **	123	-3,1
Não-ocupados	639	0,9	338	0,3	109	-5,6
TOTAL	5886	0,7	2735	1,3	1205	0,2

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Importante observar que 85,4% do conjunto da agricultura familiar nordestina (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas) pertence ao estrato inferior (menos de 20 ha) dos grupos de tamanhos de estabelecimentos adotados, e que as famílias pluriativas

desse estrato correspondem a 88% de todo o conjunto de famílias pluriativas de todos os estratos. Esses dados expressam a alta representatividade desse grupo de famílias no total geral. Vale dizer, não obstante a estabilidade geral da pluriatividade registrada na Tabela 21, os dados evidenciam a predominância da pluriatividade no interior do segmento de produtores familiares mais desprotegidos[97], o que contribui para reforçar nossa hipótese que associa a persistência da pluriatividade entre as famílias pobres nordestinas.

Tabela 22: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias conta-próprias (agricultura familiar), segundo o local de domicílio, Região e Estratos de tamanho de estabelecimento, 2001/2003.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Brasil		Nordeste			Sul	
	2003 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 2001/03 [a]	2003 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 2001/03 [a]		2003 (Mil fam)	tx cresc. (% aa.) 2001/03 [a]
NÃO METROPOLITANO							
RURAL AGROPECUÁRIO							
menos de 20 ha.	1703	1,2	1068	2,8	***	376	-1,2
Agrícola	1155	0,0	680	0,7		296	-1,8
Pluriativo	548	3,9	387	7,0	***	80	0,9
de 20 a menos de 100 ha.	550	0,8	131	-8,8		188	0,5
Agrícola	407	0,6	101	-7,7		155	-0,7
Pluriativo	143	1,5	31	-12,4		33	6,7
de 100 ha e mais.	112	2,4	52	8,8	*	24	0,8
Agrícola	75	5,5	29	24,0		19	0,9
Pluriativo	37	-3,3	23	-4,3		5	0,3
TOTAL	2365	1,2	1251	1,6		587	-0,6

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Em relação à evolução quantitativa das famílias sulinas, pode-se ver que, em ambas as situações (Tabelas 21 e 22), registra-se uma completa estabilidade, no sentido estatístico. Embora a série do triênio 2001/2003 seja expressivamente menor do que as duas séries anteriores (1981/1990 e 1992/1999), pode-se, ainda assim, atribuir à mesma – consciente dos limites[98] que ela coloca, diante das duas séries maiores – uma dissonância em relação às duas décadas precedentes no tocante à evolução da agricultura familiar – e da pluriatividade no seu interior. Ou seja, nesta última série menor a estabilidade (estatística)

[97] Segundo o relatório da FAO/INCRA/MDA (2000), baseado no CA 1995/1996, 81% dos estabelecimentos familiares do Nordeste pertencem ao grupo com até 20 ha (com área média abaixo de 9 ha). Sobre essa majoritária fração de produtores familiares da região assevera o relatório: "Considerando somente a pequena área disponível e que uma grande parte desses estabelecimentos está situada na região do Semi-Árido nordestino, estes agricultores dificilmente terão perspectivas de melhoria e potencialização de seus sistemas produtivos" (p. 27).

[98] O teste estatístico que busca captar uma tendência na evolução dos dados quantitativos no tempo possui apenas um grau de liberdade em virtude de a série comportar somente os três anos em apreço.

da evolução quantitativa dos ditos grupos de famílias contrasta com a contínua queda registrada ao longo das séries temporais que compreendem as duas décadas passadas.

Os dados apresentados na Tabela 23 seguem no mesmo sentido das observações anteriores ao mostrar, uma vez mais, a tendência de crescimento das famílias pluriativas mais pobres (abaixo da linha de pobreza adotada: renda *per capita* familiar média de meio salário mínimo em reais de setembro de 2003), registrada no grupo inferior (menos de 20 ha) de tamanho de estabelecimentos.

A Tabela 23 reforça as evidências que justificam nossa hipótese central neste trabalho. Podem-se ver nessa tabela as taxas de evolução das famílias pobres (segundo a linha de pobreza adotada) das regiões Nordeste e Sul. Verifica-se, mais uma vez, que é somente no Nordeste onde crescem significativamente (em termos estatísticos) as famílias pluriativas no interior das famílias pobres – sendo estas as mais pobres entre as pobres, e pertencentes ao grupo inferior (menos de 20 hectares) de tamanhos de estabelecimentos. Enquanto na região Nordeste a proporção das famílias pobres, segundo a linha de pobreza adotada, encontra-se numa média de 67% do total de famílias (no grupo de até 20 ha, chega a 70%), na região Sul o máximo que se alcança é 15%, no grupo de estabelecimentos com até 20 ha. Além disso, nessa última região não se registra nenhum caso de crescimento de famílias pobres pluriativas, seguindo a tendência estável indicada anteriormente.

É possível verificar, como um traço animador desse início da década atual, que a proporção de famílias de conta-próprias nordestinas pobres residentes nas áreas rurais agropecuárias em estabelecimentos com menos de 20 hectares, diminuiu significativamente, no período em apreço, conforme atesta a Tabela 24. Nessa mesma tabela pode-se notar também que essa redução se deve mais ao período 2002/2003 do que ao período imediatamente precedente (2001/2002).

Esse é um fato animador porque, diferentemente do mesmo, conforme pode ser observado na tabela 25, na década anterior, período do Plano Real, a proporção de famílias pobres nordestinas a que nos referimos, manteve-se constante; ou seja, o crescimento de famílias de conta-próprias pobres acompanhou o crescimento do número de famílias de conta-próprias totais entre 1995 e 1999.

Tabela 23: Distribuição e taxas de crescimento dos tipos de famílias conta-próprias *pobres* (agricultura familiar), segundo o local de domicílio, Região e Estratos de tamanho de estabelecimento, 2001/2003 (linha de pobreza: renda *per capita* familiar média de ½ s.m. em R$ de set/2003).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Brasil			Nordeste			Sul		
	2.003 (Mil fam)	% Fam pobres s/ total	tx cresc. (% aa.) 2001/03 [a]	2.003 (Mil fam)	% Fam pobres s/ total	tx cresc. (% aa.) 2001/03 [a]	2.003 (Mil fam)	% Fam pobres s/ total	tx cresc. (% aa.) 2001/03 [a]
NÃO METROPOLITANO									
RURAL AGROPECUÁRIO									
menos de 20 ha.	677	39,7	7,0	744	70,0	1,0	56	15,0	-20,6
Agrícola	459	39,8	7,3 **	479	70,0	-0,7 *	49	16,0	-20,7
Pluriativo	218	39,7	6,3	265	68,0	**4,3 ***	7	9,0	-20,3
de 20 a menos de 100 ha.	335	60,9	1,4	68	52,0	-10,2	14	8,0	-6,8
Agrícola	237	58,3	0,8	54	54,0	-10,3	13	8,0	-9,2
Pluriativo	98	68,2	3,1	14	45,0	-9,5	1	4,0	- -
de 100 ha e mais.	72	64,6	1,0	27	51,0	24,1	1	5,0	- -
Agrícola	52	69,4	10,1 *	14	47,0	21,3	1	6,0	- -
Pluriativo	20	54,6	-15,0	13	57,0	27,2	0	0,0	- -
TOTAL	1084	45,8	4,8 *	839	67,0	0,5	71	12,0	-17,9

Notas: i) Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra

ii) Os (- -) significam que o tamanho da amostra é não significativo (tem menos de 6 observações).

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Em relação à região Sul, contrariamente à região Nordeste, as Tabelas 24 e 25 evidenciam uma sistemática queda da proporção de famílias de conta-próprias *pobres* residentes nas áreas rurais agropecuárias. Evidência que corrobora com a nossa explicação de que na região Sul (por razões já tratadas nos capítulos precedentes) as famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) pobres e não integradas aos circuitos produtivos e comerciais do agronegócio – os considerados produtores familiares não competitivos –, tendem a abandonar o setor, mesmo permanecendo no estabelecimento – mantendo-o meramente como residência, no máximo com alguma produção para o autoconsumo –, convertendo-se em famílias não agrícolas (ou de não ocupados).

Tabela 24: Taxas de crescimento da proporção (%) de famílias de conta-próprias *pobres* no total de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), segundo faixas de tamanho de estabelecimentos e regiões, 2001/2003 (linha de pobreza: renda *per capita* familiar média de ½ s.m. em R$ de set//2003).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Brasil		Nordeste				Sul	
	2.003	tx cresc.	2.003	tx cresc.	tx. cresc.		2.003	tx cresc.
	Prop. (%) s/ total	2001/03 [a]	Prop. (%) s/ total	2001/03 [a]	2001/02	2002/03	Prop. (%) s/ total	2001/03 [a]
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO								
menos de 20 ha.	39,7	5,7 **	69,7	-1,8 *	-0,8	-2,7	14,8	-19,6 *
Agrícola	39,8	7,3 ***	70,4	-1,4	-0,6	-2,1	16,4	-19,2 *
Pluriativo	39,7	2,3	68,5	-2,5 *	-1,2	-3,8	8,9	-21,0 **
de 20 a menos de 100 ha	60,9	0,6	51,7	-1,5	4,4	-7,0	7,5	-7,2
Agrícola	58,3	0,2	53,7	-2,9	4,0	-9,4	8,3	-8,5
Pluriativo	68,2	1,5	45,3	3,3 *	2,0	4,7	3,7	33,8
de 100 ha e mais	64,6	-1,3	51,2	14,1	39,8	-6,9	4,9	- -
Agrícola	69,4	4,3	47,0	-2,2	9,9	-13,0	6,1	- -
Pluriativo	54,6	-12,1	56,5	33,0	76,4	0,3	0,0	- -
TOTAL	45,8	3,6 *	67,1	-1,1	0,3	-2,6	12,1	-17,3 *

Notas: i) Exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
ii) Os (- -) significam que o tamanho da amostra é não significativo (tem menos de 6 observações).
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Tabela 25: Taxas de crescimento da proporção (%) de famílias de conta-próprias *pobres* no total de famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar), segundo faixas de tamanho de estabelecimentos e regiões, 1995/1999 (linha de pobreza: renda *per capita* familiar média de ½ s.m. em R$ de set/1999).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Nordeste		Sul	
	1.999	tx cresc. (% aa.)	1.999	tx cresc. (% aa.)
	Prop. (%)	1995/99 [a]	Prop. (%)	1995/99 [a]
NÃO METROPOLITANO RURAL AGROPECUÁRIO				
menos de 20 ha	66,6	-0,7	29,6	-6,3 **
Agrícola	65,9	-1,0	38,7	-4,3 *
Pluriativo	67,7	-0,1	10,3	-15,8 **
de 20 a menos de 100 ha	60,2	1,0	30,1	-2,0 *
Agrícola	61,4	0,7	33,7	-2,2 *
Pluriativo	56,4	2,3	11,4	4,2
de 100 ha e mais	56,2	1,3	19,7	-4,4 *
Agrícola	51,4	-2,9	21,6	-6,6 **
Pluriativo	66,3	10,8 ***	9,3	14,9
TOTAL	64,4	-0,5	28,5	-3,9 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

No Nordeste, diferentemente, não obstante o registro de queda na proporção de famílias de conta-próprias pobres – essa proporção ainda é extremamente alta (praticamente 70%) –, o número de famílias de conta-próprias pluriativas cresceu significativamente, conforme mostrado pelas Tabelas 22 e 23.

Enfim, os dados apresentados autorizam concluir que, tomando-se em consideração as demais informações das seções precedentes, a pluriatividade persiste crescendo significativamente (no sentido estatístico, confirmando tendência) entre as famílias *pobres* da região Nordeste, independentemente da conjuntura agrícola e macroeconômica vigente. Confirma-se, assim, a associação entre pluriatividade e pobreza rural.

3.8. Últimas considerações

Em suma, os resultados da pesquisa estão indicando que a base social – a agricultura familiar – do novo modelo de desenvolvimento rural para o país diminui ano a ano na região Sul (segunda maior detentora do contingente da agricultura familiar nacional). Além disso, os resultados também sugerem que a pluriatividade sulina não tem contribuído para evitar esse declínio e que em vários casos observados o próprio conjunto de famílias pluriativas sulinas tende (no sentido estatístico) à redução.

Adicionem-se a esses resultados os dados de que entre as famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas sulinas diminui significativamente (sentido estatístico) o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas (neste último caso, entre as famílias pluriativas). Por outro lado, cresce significativamente o número de pessoas ocupadas entre as famílias não agrícolas sulinas (conta-próprias e assalariados). Essas informações sugerem que a pluriatividade (e o conjunto da agricultura familiar) sulina está se convertendo crescentemente em famílias não agrícolas (por conta-próprias e por assalariamento). Isso significa que a pluriatividade no Sul não tende a evitar a completa proletarização das famílias rurais ligadas à agricultura.

Diante disso procuramos investigar a evolução das famílias sulinas não agrícolas que tinham algum membro ocupado em atividades para o autoconsumo, com o intuito de verificar se essa possível forma de pluriatividade apresentaria um comportamento mais

promissor. No mesmo sentido investigamos também essa possibilidade entre as famílias residentes nas áreas rurais da região Nordeste.

Em todos os casos apresentados, observou-se que uma pequena parte (em torno de 20%) das famílias não agrícolas no Nordeste e no Sul (e conta-próprias pluriativas no Nordeste) mantém algum grau de produção doméstica para o autoconsumo alimentar da família, ou de alguns de seus membros. Essa observação é interessante porque sugere a importância que pode ter para essas famílias preservarem uma forma doméstica de produção de parte do seu sustento alimentar, certamente desonerando parcela do orçamento familiar, além de garantir algum grau de alimentação. No Nordeste, que apresentou uma proporção maior de famílias abaixo da linha de pobreza correspondente à renda média *per capita* familiar de até ½ salário mínimo em R$ de setembro de 1999 (Nascimento, 2005), manter uma produção doméstica para o auto-sustento alimentar da família é bastante significativo. Nesse sentido, observa-se que as famílias conta-próprias pluriativas nordestinas estão de forma crescente adotando também essa estratégia da produção doméstica para o auto-sustento, além da diversificação de atividades.

Contudo, a despeito da constatação de que, em média, 20% das famílias têm algum membro dedicado exclusivamente ao autoconsumo, pode-se concluir mais uma vez que o tipo familiar que mais cresce é das famílias não agrícolas e, no presente caso, *sem* autoconsumo. Essa conclusão mais geral pode (e deveria) ser tomada como um alerta, indicador de que: i) novamente se confirma nossa hipótese de que a pluriatividade tende ao declínio (ou não cresce) no Sul do país, e que são as famílias não agrícolas (principalmente *sem* autoconsumo) que apresentam tendência (estatística) de crescimento[99]; e ii) faz-se necessário políticas públicas *"que permitam reduzir os problemas associados ao projeto de modernização apoiado no apoio deliberado às grandes culturas que acarretam, indiscutivelmente, entre outros aspectos, um desprestígio da produção própria, o enfraquecimento dos mercados locais, a insegurança alimentar e nutricional das famílias e a perda de raízes culturais"* (Sacco dos Anjos, 2004: 17).

A pluriatividade sulina formada com atividades agrícolas *produtivas* tende ao declínio (juntamente com a agricultura familiar), e é possível se verificar algum

[99] Considera-se esse ponto como um alerta no sentido de a pluriatividade vir a ser desejável pela sociedade.

crescimento da pluriatividade formada por famílias sulinas não agrícolas com autoconsumo. É discutível, porém, considerar essa última pluriatividade como característica da "agricultura familiar".

Finalmente, duas outras conclusões podem ser retiradas dos dados apresentados. A primeira diz respeito a que as famílias rurais agropecuárias da região Nordeste carecem de um desenvolvimento rural que lhes proporcione, além de melhores condições de "convívio" com a terra, maiores níveis materiais de vida à semelhança dos já alcançados (e dos ainda por alcançar) pelas famílias do Sul. A segunda pertence ao fato de que não somente os baixos retornos econômicos da atividade agrícola podem repelir as famílias rurais dessas atividades, mas também a relação existente entre ser plenamente uma família agrícola e apresentar os piores índices de condições materiais de vida.

Em ambos os casos, o entorno rural (a economia local, o mercado de trabalho local), assim como a existência ou não de políticas públicas incentivando o não-abandono dos pequenos produtores familiares das suas atividades agrícolas "tradicionais", serão decisivos para a conformação do tipo familiar, se família pluriativa ou família não agrícola, conforme colocado sistematicamente ao longo do texto.

CAPÍTULO 4

A raiz estrutural da "crise" agrícola nos anos 1990 e do declínio da pluriatividade no Sul do Brasil

4.1. Introdução

Os anos 90 significaram para a economia brasileira uma relativa substituição do Estado pelo Mercado no papel de orientação da dinâmica econômica, a qual em grande medida passou a ser regida por critérios privados de eficiência. Nesse aspecto a agricultura foi um setor que aderiu a essa nova realidade exemplarmente (Villa Verde, 2001; Helfand & Rezende, 2001).

Karl Polanyi, em sua magistral obra "A Grande Transformação", desvelou a tensão presente no desenvolvimento das sociedades dominadas pelo modo de produção capitalista consubstanciada pela alternância entre as duas instituições fundamentais – Estado e Mercado – responsáveis pela condução das economias dessas sociedades, alertando, o autor, que essas sociedades devem ser capazes de se sobrepor à lógica cega do mercado a fim de se evitar a barbárie do "moinho satânico". No Brasil, a participação do Estado na condução da economia aprofundou-se a partir dos anos 30 e assim permaneceu até o final dos anos 70 quando sobreveio a crise da dívida externa que perpassou toda a década de 1980, provocando um intenso processo em direção à hiperinflação, o que acabou por implodir financeiramente o Estado, retirando dele, por conseqüência, o poder que o mesmo tinha de ditar regras e a ordenação das forças produtivas da economia (Cruz, 1995). A partir de meados dos anos 80 e especialmente a partir do início dos anos 90, no entanto, inicia-se uma série de alterações em nível de políticas econômicas e institucionais em direção à substituição relativa do Estado por regras de mercado para a continuidade da condução da economia.

No que respeita à agricultura brasileira – embora desigualmente entre as macrorregiões do país –, esta foi transformada em uma atividade altamente produtiva, com

uma racionalidade dominantemente empresarial, orientada objetiva e precipuamente para a valorização dos seus recursos produtivos. Ademais, até a década de 1980 era uma agricultura protegida da concorrência externa e largamente regulada pela ação interventora do Estado, de tal modo que os analistas da área atribuem a esse modelo uma farta tolerância para com muitos produtores agrícolas considerados "ineficientes" (Helfand & Rezende, 2001; Lopes, 2002). As mudanças que passaram a ocorrer a partir de meados dos anos 80 iniciaram um processo de reversão e reestruturação desse quadro em direção a um alinhamento do setor às normas estritas de mercado, simultaneamente, por princípio, a um relativo afastamento do Estado como agente ordenador da dinâmica do setor.

Esse é o ponto central da argumentação que se segue neste Capítulo. Ou seja, a congruência entre uma agricultura capitalista e uma economia que sistematicamente passa a ser regida por regras de mercado. Nesse novo ambiente regulatório, essa agricultura capitalista que já havia se modernizado nas décadas anteriores, experimenta mais uma rodada de modernização de sua estrutura produtiva, para se adequar prontamente ao novo ambiente econômico. Esse novo ambiente econômico sofre ainda outras alterações de nova ordem: não apenas os recursos da economia passam a ser alocados a partir de critérios de mercado, mas, paralelamente, a economia nacional se insere rapidamente na economia internacional, tanto pela ótica do comércio como pela esfera financeira. Esse conjunto de mudanças – a substituição relativa, embora substancial, do Estado pelas regras de mercado na orientação da melhor alocação dos recursos da economia, a inserção do país na economia internacional, especialmente via abertura comercial – leva a uma conseqüência que é por demais crucial para a compreensão da argumentação que será traçada adiante. Quer dizer, o conjunto dessas mudanças econômico-institucionais conduziu para um patamar mais elevado a *concorrência* entre os diferentes capitais agrícolas individuais, cuja conseqüência para muitos deles tem sido a saída do setor. Esse, a nosso ver, é o ponto que se encontra no cerne da crise agrícola que perpassou o campo brasileiro por toda a década de 1990, notadamente no período do Plano Real.

A crise agrícola é, portanto, a nosso ver, conseqüência e não causa do que estamos realçando; assim como também, por esse prisma, ela passa a ser uma causa apenas indireta explicativa da hipótese defendida neste trabalho – de existência de uma tendência de declínio da pluriatividade (e da agricultura familiar como um todo) na região Sul do país.

A verdadeira causa, a nosso juízo, que explica a tendência de declínio – e de empecilho ao crescimento – da pluriatividade no Sul do Brasil está associada justamente à existência de uma agricultura especificamente capitalista – de racionalidade empresarial, tecnificada, especializada, empregadora intensiva de técnicas, máquinas e insumos modernos – cujas forças produtivas são organizadas não mais predominantemente pela "mão visível" do Estado brasileiro, mas incontestavelmente pela suposta "mão invisível" do mercado.

A crise agrícola dos anos 90, na verdade, é tão-somente a expressão clara da contradição intrínseca a esse modo de produção agrícola, especificamente capitalista, regido predominantemente pelas forças do mercado. É próprio do modo capitalista de produção – na ausência da intervenção do Estado para atenuar seus efeitos – os produtores de mercadorias individuais "não reconhecerem outra autoridade além da *concorrência*, além da *coação* exercida sobre eles pela *pressão dos recíprocos interesses*, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra todos" (Marx, 1988: 408, lv. I, v. I; grifos nossos). É, portanto, no processo de concorrência – orientado substancialmente pelas normas de mercado – que se verifica a contradição entre o esforço frenético, de um lado, dos produtores agrícolas individuais por incorporarem inovações (produtos, processos, tecnologias) no interior de suas unidades produtivas (no nosso caso, explorações agrícolas) e, de outro lado, a expulsão de parcelas de produtores individuais da participação da divisão do trabalho social (no que respeita ao âmbito do mercado), por não lograrem se ajustar às exigências da concorrência por aumento de eficiência produtiva (aumento de produtividade e redução de custos). Em outras palavras, quanto mais se acirra a concorrência entre os capitais individuais, tanto mais se acirra a necessidade por aprofundar o processo de modernização dos aparelhos produtivos, o que conduz a um processo inverso traduzido em redução do número de produtores aptos a permanecerem na corrida da modernização. Trata-se, portanto, de uma dinâmica sistematicamente seletiva a favor dos mais aptos, eficientes, capazes. Aos inaptos, resta a exclusão do mercado.

Essas são, portanto, as características centrais – de maior interesse para este trabalho – da década de 1990: uma considerável substituição do Estado pelos critérios de mercado na distribuição dos recursos e na condução da dinâmica do setor agrícola, a exposição dos produtores agrícolas nacionais à concorrência externa (mais moderna e subsidiada na

origem) e a possibilidade de importar novas tecnologias (mecânicas, químicas, biológicas) a um menor custo cambial; sendo que a resultante final dessas forças tem sido, de um lado, o fortalecimento de uma base mais estreita de produtores altamente modernizados e, de outro, o alargamento da exclusão de parcelas de produtores que, a despeito do histórico descaso das políticas públicas destinadas ao meio rural, ainda se mantinham no âmbito da disputa por alguma fatia do mercado através de sua integração às cadeias do agronegócio, favorecidos que eram pela proteção contra a concorrência externa e pela ação do Estado, agora afastado.

A nosso ver, esse lado perverso de exclusão de parcelas crescentes de produtores incapacitados a se modernizar está estreitamente associado à tendência de declínio da pluriatividade no Sul do Brasil. Por definição, só existe pluriatividade entre famílias (de conta-próprias e de assalariados) cujos membros conciliam entre si ocupações em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade intersetorial) ou entre famílias de conta-próprias em que algum membro se ocupa em outro estabelecimento agrícola por assalariamento (pluriatividade tradicional). Por essa razão, o crescimento do contingente das famílias pluriativas pressupõe o crescimento de famílias com algum membro ocupado em uma atividade agrícola ou, pelo menos, a preservação das famílias agrícolas que já existem e que passam a diversificar atividades em outros setores da economia (ou, no caso dos conta-próprias, a também se assalariar em outro estabelecimento), seja no comércio ou na indústria de transformação ou da construção, etc., tornando-se famílias pluriativas.

A interseção entre os dois conjuntos de ocupações (agrícolas e não agrícolas; agrícolas por conta-própria e agrícolas por assalariamento) não pode prescindir de nenhum deles, senão desfaz-se a interseção e, por conseguinte, a pluriatividade desaparece. Uma vez que é um traço comum do desenvolvimento econômico a perda de participação relativa das ocupações e empregos agrícolas no conjunto global das ocupações e empregos (agrícolas e não agrícolas) do sistema econômico[100], consideramos de fundamental importância verificar a relação existente entre ocupações em atividade agrícola e a pluriatividade.

Com base nessa compreensão lógica formal, consideramos imprescindível associar a diminuição da pluriatividade na região Sul, nas duas décadas analisadas, à diminuição do

[100] Ver Lênin (1982).

número de produtores familiares da região. E, dessa forma, os elementos que exporemos a seguir são essenciais para justificar nossa hipótese de que a possibilidade de crescimento da pluriatividade na região Sul acha-se comprometida.

Quatro são os elementos que combinados esclarecem nossa hipótese de tendência de declínio da pluriatividade (e da agricultura familiar como um todo) no Sul do país. O primeiro diz respeito ao modo específico de produção agrícola generalizadamente difundido na região, altamente tecnificado, regido pela racionalidade empresarial, cujo objetivo é a valorização dos capitais individuais, altamente produtivo e poupador de mão-de-obra. O segundo refere-se ao novo ambiente macroeconômico-institucional construído no país ao longo da década de 1990 (com algumas reformas iniciadas já a partir de meados dos anos 80), que integrou de forma rápida a economia nacional aos fluxos de comércio e das finanças internacionais, desfazendo o aparato regulatório estatal ao mesmo tempo em que se passou a privilegiar os critérios de mercado para (supostamente) distribuir com maior eficiência os recursos da economia entre os produtores também mais eficientes. O terceiro elemento, já exposto no Capítulo 1, concerne à questão da secular ausência de políticas públicas que pudessem compensar os numerosos pequenos produtores familiares que ficaram à margem do processo de modernização da agricultura nacional, desde a sua origem até os dias atuais, especialmente no período que coincide com a industrialização pesada do país (a partir de meados dos anos 50). Um quarto elemento, paradoxal, do qual só trataremos no capítulo seguinte, diz respeito ao fato de a região Sul possuir economias locais (redes urbanas) capazes de oferecer maiores e melhores oportunidades ocupacionais para a população rural, de modo que muitas das famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas que não conseguem mais manter a atividade agrícola, porque dentro do marco atual tornou-se uma atividade cada vez menos rentável, especialmente entre aqueles produtores que não logram se atualizar tecnologicamente, passam a se converter em famílias não agrícolas – ou seja, sem nenhum membro ocupado em uma atividade agrícola, a não ser para o autoconsumo de algum membro, embora famílias não agrícolas com esse tipo de atividade sejam uma minoria, conforme será mostrado mais à frente.

A questão de fundo desses elementos explicativos refere-se ao dado fundamental de uma economia tipicamente capitalista; ou seja, tal questão, que nos importa aqui ressaltar, diz respeito à *concorrência* entre os diferentes capitais agrícolas individuais. Concorrência

que exacerbou com as reformas econômicas e institucionais no país, conforme será discorrido mais adiante, iniciadas já a partir de meados dos anos 80 e que se aprofundaram ao longo dos anos 90. E que, por conseqüência do acirramento dessa concorrência, muitos produtores familiares agrícolas abandonaram as atividades do setor, tornando-se ou famílias não agrícolas – porque a região Sul oferece essa possibilidade – ou famílias de não ocupados – porque as possibilidades de ocupações não agrícolas mais atrativas que as ocupações agrícolas para essas famílias tornadas inaptas, embora existentes, são limitadas (uma vez que esse limite não foge à situação do país como um todo que há duas décadas apresenta taxas de crescimento do Produto Interno inferior às taxas de crescimento da PEA).

Uma economia e sociedade que pretendem ser regidas por critérios de mercado realçam a contradição que é inerente ao modo especificamente capitalista de produção (no nosso caso, agrícola). Ou seja, uma contradição que se revela entre, de um lado, o aperfeiçoamento tecnológico (produtos, processos, meios de produção, frações de terras mais férteis, etc.) no interior das unidades produtivas e, de outro lado, as dificuldades de realização da produção dos distintos produtores individuais que se confrontam no mercado – o *locus* da concorrência entre os capitais individuais por conquistar novos e mais amplos espaços de valorização do valor[101]. Vale dizer, quanto mais as unidades produtivas individuais são forçadas – pela pressão da concorrência, pela cada vez mais acirrada disputa por fatias do mercado, pelo receio de não lograrem valorizar seu capital investido – a se concentrarem em incorporar inovações tecnológicas às suas explorações, de modo a rebaixar os custos por unidade de produção e assegurar a rentabilidade do capital empregado, menos certa se torna a garantia de permanência no mercado para crescentes parcelas dessas unidades produtivas.

A leitura dos autores sobre os quais este Capítulo se baseia para expor os elementos explicativos da hipótese nos leva a identificar essa questão de fundo.

Do ponto de vista da temática do não-crescimento da pluriatividade na região Sul do Brasil, queremos salientar que a "crise agrícola" é somente a expressão, o desvelamento, contundente, da contradição intrínseca à agricultura capitalista regida por critérios de

[101] Possas (1999).

eficiência de mercado e, portanto, de exclusão do seu contrário, de exclusão dos produtores familiares (e patronais) ineficientes. Escrevemos *crise agrícola* entre aspas em virtude de o termo apresentar, conforme demonstraremos adiante, diferentes *nuances*, cristalizadas entre perdedores e ganhadores – cujas tentativas de generalização são passíveis de ser seriamente equivocadas, de acordo com Helfand & Rezende (2001).

4.2. Pluriatividade e o modelo agrícola capitalista

Nas considerações finais do Capítulo 1 afirmamos que, não obstante o processo de "modernização dolorosa"[102] da agricultura brasileira – assentado no modelo de busca desenfreada da elevação da produtividade – ter, como uma de suas conseqüências, criado certas condições[103] para a proliferação da pluriatividade, por outro lado, *foram criadas também, paralelamente, as condições para a retração contínua da pluriatividade na região Sul (de agricultura mais modernizada do que a região Nordeste) ao longo do tempo*. Para se entender essa nossa afirmação cumpre recordar que a modernização da agricultura no Brasil, nos anos 60 e 70, ocorrida nos moldes da *modernização dolorosa*, cumpria um duplo objetivo. Por um lado, atender às necessidades internas do desenvolvimento capitalista a partir dos anos 50 – ou seja, aumentar a oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno, sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização; e servir como mercado para a indústria produtora de insumos, máquinas e implementos. Por outro lado, reforçava o seu desiderato histórico de ser o setor com grande peso no financiamento das necessidades nacionais de importação.

Isso significa dizer que a agricultura, no Brasil, jamais foi vista pelas políticas públicas destinadas a ela como um espaço também daqueles produtores que não têm a capacidade de se moldar às exigências de produtividade e fazer frente aos desígnios históricos do setor, conforme posto acima. Para esse segmento de produtores, que não conseguem atingir o perfil do "verdadeiro agricultor", resta partir para a "outra margem" – ou seja, para se ocuparem plenamente em ocupações rurais não agrícolas (ORNA), ou

[102] Termo cunhado por Graziano da Silva (1982).
[103] Elevação da produtividade das explorações familiares modernizadas, liberando mão-de-obra familiar para se ocupar em outras atividades – não agrícolas ou agrícolas por assalariamento (em outros estabelecimentos).

continuarem perpetuamente marginalizados na sua relação com a terra, ou se tornarem definitivamente não ocupados.

Em outras palavras, o modelo agrícola do Brasil não promete futuro promissor, simultaneamente, para ambas as partes envolvidas (de um lado, a chamada agricultura patronal – juntamente com a pequena parcela de agricultores familiares "consolidados", acoplados às agroindústrias; de outro, a massa de "condenados ao atraso") por ser um modelo sobre o qual o Estado em nenhum momento da história do país interferiu para apoiar aquela enorme parcela de agricultores "atrasados", de modo que o futuro promissor ficou reservado para uma fração menor de agricultores (convertidos pelas políticas públicas) competitivos. Trata-se de um modelo dentro do qual somente têm assegurado sua permanência os produtores que conseguem manter-se constantemente atualizados para atender às cada vez mais velozes exigências do mercado – exigências que se refletem em todos os elos da cadeia produtiva dos complexos agroindustriais, principalmente no elo mais fraco: o pequeno produtor.

A partir de meados dos anos 80 e principalmente durante os anos 90, houve no Brasil uma série de alterações na política agrícola, no papel do Estado na economia e na relação do país com a economia internacional, que criaram um ambiente mais acirrado de concorrência no mercado agrícola, entre produtores individuais, cuja implicação fundamental foi o crescimento de uma pressão sobre os agricultores para aprofundarem a modernização produtiva de suas explorações agrícolas.

Contudo, cabe registrar, além dessa pressão concorrencial – forçando a agricultura a incorporar sistematicamente inovações – provocada pelas mudanças de políticas e do papel do Estado, uma outra forma de pressão sobre a concorrência que se processa pelo lado do consumo. A adoção de novas tecnologias no elo agrícola (leia-se, agropecuário) das cadeias produtivas (estendidas aos setores de comercialização e distribuição) está cada vez mais subordinada às exigências oriundas dos segmentos da indústria a jusante e/ou da "Grande Distribuição" – há uma tendência de cada vez mais este último aumentar seu poder de coordenação da interação entre os diferentes segmentos das cadeias[104] (Belik, 2001).

[104] Conforme Green & dos Santos (1991), de "dar as ordens" à cadeia.

O resultado desse processo é que ocorre uma exigência sempre maior sobre os produtores (fornecedores de um modo geral) para se enquadrarem às especificações determinadas a partir do elo final da cadeia – cada dia mais no tocante a qualidade, pontualidade dos fornecimentos, etc.

À medida que também um novo padrão de consumo – mais diversificado, personalizado, exigindo também praticidade – passa a substituir (pelo menos entre as faixas de renda mais abastadas da população) o padrão tradicional – de massa, "fordista" –, as relações entre o "final das cadeias" e os consumidores (finais), ou seja, entre os pontos de venda e seus clientes, também se alteram, a ponto de o conjunto de atividades inerentes aos ramos envolvidos passar a ser determinado a partir das demandas dos clientes (consumidores finais).

De maneira geral, o atendimento às novas demandas por produtos de maior qualidade e diferenciados exige uma maior interação entre os diferentes segmentos das cadeias alimentares. Disso cresce a necessidade de fortalecimento da coordenação entre seus elos e, portanto, a necessidade de realização de contratos que garantam a eficiência no pronto atendimento das demandas advindas da ponta final das cadeias. A estratégia dos pontos-de-venda junto aos seus fornecedores passa a ser a adoção de novas tecnologias informacionais (*scanners,* códigos de barra, cartões magnéticos) de modo a fazer com que os pontos-de-venda e seus parceiros fornecedores possam ter bancos de dados sobre padrões de demanda dos consumidores. Além disso, essas novas tecnologias são usadas para fazer funcionar efetivamente os princípios da produção flexível (a cadeia sendo ativada a partir da ponta final e não da outra ponta, portanto, estoque zero ou mínimo, *just in time*) (Belik, 2001).

Enfim, a partir dessas últimas considerações sobre as exigências por aperfeiçoamentos constantes na relação entre os elos das cadeias produtivas, pode-se perceber o impacto da crescente necessidade de adoção dessas novas tecnologias sobre a agricultura, especificamente no que diz respeito à constante e crescente pressão sobre os produtores para adotarem técnicas cada vez mais modernas e competitivas, aumentarem a produtividade, a cumprirem as exigências de regularidade e pontualidade, levando aqueles produtores menos capacitados (do ponto de vista técnico e, sobretudo, da posse de um

capital mínimo) a saírem do mercado (do "páreo"). Ademais, a *"evolução dos hábitos de consumo aponta para produtos alimentares com um grau cada vez mais elevado de processamento e com facilidades cada vez maiores para o atendimento da demanda. Restam poucos espaços estratégicos para a produção agropecuária independente mesmo em produtos 'commoditizados' para mercados que não requerem sofisticação ou níveis elevados de qualidade"* (Belik, 2001: 161; grifo nosso).

Claro está, todavia, que num mercado de consumo profundamente desigual como o brasileiro (44 milhões de pobres[105]; apenas 20% da população detém 65% da renda nacional[106]), essa realidade das novas tecnologias e formas de consumo e hábitos alimentares ainda é algo a se expandir. Contudo, ela fornece o retrato do que é a agricultura brasileira criada pela modernização dolorosa. Uma agricultura

> *"... segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores, mas em produtores integrados ou não integrados aos CAIs. Os integrados se forem grandes capitais, estarão verticalmente relacionados às atividades agroindustriais; se forem pequenos buscarão formas sociais e políticas de aliviar essa luta frenética pela sobrevivência dessa corrida sem fim, através de organizações cooperativas sindicais onde procurarão melhorar o seu poder de barganha diante daqueles grandes capitais verticalmente integrados"* (Graziano da Silva, 1998: 169).

Quanto aos pequenos não integrados, os quais em sua maioria são nortistas e nordestinos, estes

> *"... produtores não integrados – possuam eles grandes ou pequenas extensões de terras – estarão condenados a atividades marginais do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora. Uma minoria poderá até mesmo estar envolvida em atividades altamente lucrativas, como aquelas direcionadas a segmentos sociais diferenciados com altas rendas (produção de alimentos frescos sem uso de defensivos, flores, etc.). Mas a grande maioria dos produtores não integrados aos CAIs – em particular os pequenos e localizados nas regiões Norte e Nordeste – estará condenada à produção para autoconsumo ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais com um nível tecnológico rudimentar"* (Graziano da Silva, 1998: 169; grifo nosso).

Um reflexo dessa constante exigência por aperfeiçoamento das técnicas produtiva e comercial sobre a agricultura familiar pode ser verificado pelos dados comentados a seguir. Inicialmente, a Tabela 1 mostra o forte aumento na produtividade física dos estabelecimentos familiares, cuja taxa de crescimento médio na década de 1990 foi da

[105] Takagi *et al.*, 2001
[106] Hoffmann, 2002.

ordem de 5,8% – superior à da patronal – mesmo com uma redução média da área cultivada de 2%. O que esses números revelam é de crucial importância. Ou seja, que essa relação inversa entre aumento de rendimentos físicos dos estabelecimentos e redução de área agrícola utilizada reflete duas possibilidades conjuntas: um emprego mais intensivo de tecnologias modernas (insumos químicos, máquinas, fertilizantes, etc.) e/ou a redução do número de agricultores familiares na atividade agrícola.

Tabela 1: Agricultura familiar e Patronal[107]: resultado médio dos anos 90: taxas de crescimento (Produção, Área cultivada e Produtividade Física).

	Familiar	**Patronal**
Produção	3,8	2,6
Área cultivada	-2,0	ns*
Rendimento físico	5,8	3,29

* não significativo
Fonte: Adaptado de Homem de Melo (1999).

Helfand & Rezende (2001) explicam que os ganhos na produtividade da terra não implicam necessariamente a ocorrência de mudança tecnológica. Num contexto (década de 1990) de contração de área que afetou muitos produtos, rendimentos físicos maiores devem estar associados a aumentos em eficiência ao nível do setor, na medida em que terras de menor qualidade e produtores menos eficientes deixem o setor. Essa é a questão que nos ocupa neste trabalho e que estaremos constantemente salientando; quer dizer, a vigência de uma agricultura tipicamente capitalista, orientada cada vez mais por critérios de mercado (conforme abordado na próxima seção), cuja implicação econômica e social traduz-se em sistemática seleção de uma base cada vez mais estreita de agricultores hábeis em (e com recursos para) se ajustar às exigências da concorrência, em detrimento de parcelas bem maiores de produtores ineficientes.

O aumento dos rendimentos físicos por unidade de área dos principais produtos pode estar associado à maturação dos investimentos em pesquisa (em especial as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA) e aos maiores níveis de mecanização acelerada nos anos 90 possibilitados pela defasagem cambial, segundo explicam Graziano da Silva & Del Grossi (2000). Algo semelhante foi observado em relação ao crescimento da produção agrícola nos anos 80. A despeito da perda de regulação das cadeias agroindustriais com

[107] Homem de Melo (1999) classifica como agricultores familiares os estabelecimentos com até 100 ha; e os patronais, os estabelecimentos com mais de 100 ha.

relação à organização e aos incentivos setoriais, por parte do Estado brasileiro, a produção de grãos cresceu, juntamente com as carnes de aves, cana-de-açúcar, suco de laranja e outros, na referida década; sendo que a explicação para essa *"aparente contradição"* – asseveram Belik & Paulilo (2001: 99; grifos nossos) – *"está na maturidade e estabilidade desses setores específicos assim como as suas formas de financiamento e sustentação paralelas"*. Essas explicações convergentes – relativas às décadas de 1980 e 1990 – sugerem a existência de uma contínua renovação e aprofundamento da consolidação da estrutura moderna de fortes setores da agricultura brasileira.

Considerando o número de propriedades rurais, as com menos de 100 ha de tamanho reduziram-se de um total de 5.225.162 em 1985 para um total de 4.318.861 em 1995/1996, resultando em diminuição de 906.301 propriedades (familiares, na classificação de Homem de Melo), segundo o Censo Agropecuário (Homem de Melo, 1999). Lembra, todavia, esse autor, que a crise agrícola provocada pelo Plano Real não está refletida nesses números. A redução dos estabelecimentos com até 100 ha foi de 17,3% e dos demais de apenas 6,2% no mesmo período (pré-Plano Real).

Comentando a respeito dessa redução do número de estabelecimentos observada entre os censos agropecuários 1985 e 1995/1996, Helfand & Rezende (2001) afirmam que mesmo se as porcentagens de redução do número de estabelecimentos forem menores que as reveladas pelo último CA, há evidências claras de que muitos agricultores resolveram mudar de atividade e que foram adotadas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, sob pressão da concorrência.

Numa região como a do Sul do Brasil, onde predomina uma agricultura tipicamente capitalista – com largo acesso à tecnologias e à assistência técnica, observado em todos os estratos (de renda total e de tamanho) dos estabelecimentos (Tabelas 2, 3 e 4) –, com as *nuances* que estamos realçando nesta seção, a própria dinâmica mesma dessa agricultura ocasiona a redução do número de produtores[108]. Privilegiada ainda por uma economia mais rica e espacialmente mais distribuída – comparativamente à região Nordeste, mais pobre e com sua economia mais dinâmica concentrada nas regiões metropolitanas (IPEA/NESUR, 2001) – essas condições favorecem uma saída maior de agricultores do setor agrícola para

[108] Conforme se depreende de trabalhos como os de Alves & Homem de Souza (2000); Goularti Filho (2001); E. Alves (2001); Lopes (2002).

outros setores mais atrativos (conformando-se em famílias rurais não agrícolas). Essa combinação – agricultura capitalista que privilegia agricultores eficientes e economias locais mais ricas – configura-se o cerne, juntamente com outros elementos tratados nos demais Capítulos, da explicação da nossa hipótese de declínio do número de famílias pluriativas nessa região.

Observe-se, nas Tabelas 2 e 3, que a agricultura familiar da região Sul é, entre todas as regiões do país, a que mais tem acesso à tecnologia e à assistência técnica, muito acima da média nacional, em todos os casos apresentados nas tabelas – excetuando, obviamente, o caso de uso de força manual no trabalho. Mais importante ainda é perceber que na região Sul é elevado o acesso à tecnologia e à assistência técnica de forma generalizada por todos os tipos de agricultores familiares, dos de maior aos de menor renda total (RT). A Tabela 4 reforça essas informações mostrando que os estabelecimentos agrícolas (em todas as faixas de tamanho de área) da região Sul são os que apresentam a maior proporção, comparativamente a todas as demais regiões, de número de tratores em relação ao número de estabelecimentos por classe de área. Esses dados fornecem um quadro geral do modelo agrícola largamente difundido na região Sul do país. Situações diametralmente opostas são verificadas entre os agricultores nordestinos (familiares, nos casos das Tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Agricultores familiares – Acesso à tecnologia e à assistência técnica (em %).

REGIÃO	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos			Uso adubos e corretivos	Faz conservação do solo
			Só animal	Só mecânica ou mecânica + animal	Manual		
Nordeste	**2,7**	**18,7**	**20,6**	**18,2**	**61,1**	**16,8**	**6,3**
Centro-Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	9,0	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	60,6	24,3
Sul	**47,2**	**73,5**	**37,2**	**48,4**	**14,3**	**77,1**	**44,9**
BRASIL	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	36,7	17,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, *in*: MDA/FAO/INCRA (2000: 31).

Tabela 3: Agricultores familiares, segundo tipos – Tecnologia e Assistência Técnica (em %).

REGIÃO	Tipo	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos		Usa adubos e corretivos
				Só animal	Só mecânica ou mecânica + animal	
Nordeste	A	8,2	34,0	25,2	26,8	37,4
	B	4,0	22,4	25,9	19,2	23,3
	C	2,5	17,6	23,0	16,0	16,4
	D	2,1	17,0	18,0	18,1	13,8
Sul	A	74,7	88,9	25,2	70,7	94,0
	B	54,3	81,8	42,4	50,9	86,6
	C	34,6	68,1	45,8	39,9	71,9
	D	27,6	55,7	32,9	35,9	56,9

Legenda: Tipos: A (Renda Total superior a três vezes o valor do VCO), B (RT superior a uma vez até três vezes o valor do VCO), C (RT superior à metade até uma vez o valor do VCO), D (RT igual ou inferior à metade do valor do VCO) – VCO: Valor do Custo de Oportunidade (valor da diária média estadual, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis do ano – calculado em 260).

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, *in*: MDA/FAO/INCRA (2000: 54).

Tabela 4: Distribuição do número de tratores em relação ao número de estabelecimentos (familiares e patronais) por classe de área e regiões (em %).

CLASSES (Área em Hectares)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
< 10	0,21	0,32	3,87	7,11	13,34
[10, 20]	0,39	1,08	6,48	14,38	19,09
[20, 50]	0,89	1,87	8,78	20,37	36,44
[50, 100]	1,48	3,73	14,31	28,16	49,02
[100, 200]	2,67	7,69	24,82	37,86	53,29
[200, 500]	9,45	15,40	47,24	51,01	62,10
[500, 1.000]	22,78	27,34	65,68	63,06	70,64
[1.000, 10.000]	44,5	42,24	80,35	71,68	77,09
> 10.000	67,06	75,77	88,66	70,11	66,67
Região	2,60	1,59	25,58	19,66	25,62

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, *in*: E. Alves, *et al.* (1999).

O crescimento da produtividade (inovações tecnológicas), a geração de excedentes e o desenvolvimento econômico (industrialização e urbanização), fazem-se, portanto, acompanhar pela redução do número de produtores. Alves & Homem de Souza (2000) abordam esse aspecto no caso da produção brasileira de leite, caracteristicamente de pequenos produtores. Segundo esses autores,

> *"os compradores de leite do mercado formal [agroindústrias], principalmente mediante preços mais baixos, estão se livrando da pequena produção, empurrando-a para o mercado informal"* (Alves & Homem de Souza, 2000: 21).

Assim sendo, no que concerne às perspectivas em relação ao futuro dos produtores de leite em um contexto de aumento da produtividade no setor, concluem os autores:

> *"Logo, se os produtores pautarem suas decisões de remunerar os fatores de produção, inclusive a mão-de-obra familiar, por critérios de mercado, a grande maioria deles terá de*

> *redefinir sua vida, deixando a atividade, ou modernizando-a e ampliando a escala de produção (...) Mas, se todos ampliarem a escala de produção, o mercado poderá exigir decréscimos de preços sensíveis para absorver a produção, e o ajuste, para evitar uma redução insuportável de preços, recairá na diminuição do número de produtores. Mantendo-se fixa a produção no nível obtido pelo Censo Agropecuário 1995/1996, 17.931.249.210 litros, e se a produção média se elevasse para 200 litros, apenas 246 mil produtores seriam suficientes para produzir esta produção [o número de produtores de leite, informantes do Censo Agropecuário 1995/96 era 1.810.041]. Se a média fosse 400 litros, 126 mil produtores seriam suficientes (...) As simulações feitas não levam em conta o crescimento da demanda, que amortece o efeito da oferta, dando maior sobrevivência à pequena produção. As importações de leite, também desconsideradas, têm efeito contrário, mas as simulações, que podem ser aperfeiçoadas, indicam que não se pode cuidar da modernização da produção de leite sem considerar seus efeitos no número de produtores"* (Alves & Homem de Souza, 2000: 22; grifos nossos).

Um outro exemplo de declínio do número de produtores rurais é o apresentado por Goularti Filho (2001) em seu estudo sobre o processo de reestruturação patrimonial ocorrido no complexo agroindustrial catarinense em favor de multinacionais. Segundo esse autor, o processo de desnacionalização ocorrido nos anos 90 no complexo agroindustrial catarinense foi acompanhado de redução brutal no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. De acordo com seus dados, em 1990 havia 36.050 produtores (suinocultores e avicultores) integrados às redes das empresas Sadia, Aurora, Perdigão e Chapecó. Em 1999, esse número encontrava-se reduzido a 22.198, correspondendo a uma queda geral de 38,4% em uma década. Nas palavras do autor,

> *"Com as novas exigências impostas pelos frigoríficos, como ganho de escala, novos sistemas de iluminação e ventilação e salas para matrizes melhor adaptadas, além da estratégia de trabalharem com integrados que ficaram dentro de um raio de abrangência mais próximo da empresa, o número de suinocultores teve uma queda considerável. No final de 1999, havia apenas 16.000 suinocultores, na sua grande maioria integrados (...) A Sadia chegou a ter [início dos anos 90], em nível nacional, 14.500 integrados de suínos, reduzindo para 4.890 em 1999, e a Aurora reduziu de 8.910 para 5.947. Em compensação, dado o aumento de escala, o ganho de produtividade da Aurora passou de 6,5 matrizes por propriedade para 14,34"* (Goularti Filho, 2001: 274; grifos nossos).

Em suma, essa rápida abordagem dos impactos do modelo agrícola sobre o número de produtores agropecuários possui o único intuito de mostrar a contradição, intrínseca ao modo tipicamente capitalista de produção agrícola – contradição esta exacerbada pelas alterações macroeconômicas ocorridas no país ao longo dos anos 90, mas já iniciadas em fins dos anos 80 –, que se expressa, simultaneamente, entre o aumento da produtividade no setor agropecuário – conduzido por uma base estreita de agricultores eficientes – de uma

dada região (no caso, região Sul) e o decrescimento de suas famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar).

Em outras palavras, no que respeita às famílias pluriativas, entendemos essa contradição no sentido de que o aumento da produtividade do trabalho possibilita a liberação da força de trabalho familiar para se ocupar em outras atividades, tornando-se pluriativas tais famílias, mas que, por outro lado, nas etapas subseqüentes de acirramento daquelas práticas, a tendência é a de ocorrer, por um lado, um afunilamento do número de produtores aptos a atender às exigências do mercado e, por outro, a marginalização e potencial disposição dos demais produtores de deixar o setor. O resultado é a configuração de uma tendência à redução do número de famílias pluriativas, acompanhando o declínio do número de produtores do setor.

Isso não significa necessariamente que as famílias de produtores progressivamente alijados desse processo largarão a atividade agrícola, deixando de ser famílias de conta-próprias agrícolas ou pluriativas e convertendo-se em famílias de outros tipos. Ou seja, não significa que automaticamente os produtores familiares, por não se ajustarem ao novo regime concorrencial, largarão a atividade agrícola. Contudo, por ficarem marginalizados do processo de modernização (e de integração aos circuitos comerciais e produtivos dos agronegócios), haverá sempre a tendência a abandonarem a atividade agrícola, sobretudo, tendo-se em vista alguns fatores que contribuem para essa decisão (forçada pelas circunstâncias). Quais sejam: a) a difusão, através dos meios de comunicação de massa, dos hábitos e necessidades urbanos; b) a crescente dificuldade de manter uma atividade agrícola não remuneradora; c) conjunturas duradouras de crise no setor agrícola; d) entornos rurais (economias locais) dinâmicos, do ponto de vista não agrícola, proporcionando maiores oportunidades ocupacionais fora da agricultura; e) descaso histórico do Estado – consubstanciado em políticas públicas específicas – no tocante ao amparo aos pequenos produtores "inviáveis", faltando incentivá-los, via subvenções, a permanecerem com algum tipo de atividade agrícola – à semelhança da política (agrícola) social de ajudas diretas à renda dos pequenos produtores da Comunidade Econômica Européia (CEE).

A combinação de todos esses fatores – não excludentes entre si – em acréscimo a uma realidade em que predomina uma agricultura cuja dinâmica é cada vez mais regida por

critérios de mercado, justifica nossa hipótese de que a pluriatividade – nesse contexto que é mais próximo da realidade da região Sul do que da região Nordeste – não encontra condições objetivas para crescer.

Nossa compreensão é a de que, à semelhança da PAC da CEE – consoante procuramos demonstrar em Nascimento (2005) –, o Estado brasileiro teria que intervir deliberadamente na região Sul, através de políticas específicas, para evitar o declínio de agricultores familiares "ineficientes" e, por conseguinte, da pluriatividade na região. Sem esse componente político a pluriatividade não terá, em absoluto, condições de crescer na região Sul.

A próxima seção apresentará alguns aspectos conjunturais concernentes aos efeitos das políticas macroeconômicas implementadas nos anos 90 no Brasil sobre o setor agrícola, os quais refletem negativamente sobre a pluriatividade (e os produtores familiares) na região Sul, provocando seu declínio, uma vez que são, a um só tempo, adversos à produção familiar e potencializadores dos efeitos negativos do aspecto estrutural imanente ao modelo agrícola hegemônico, qual seja, a contradição entre opostos: de um lado, o aprofundamento da modernização da produção agrícola e, de outra parte, o declínio do número de produtores agrícolas. Essas são as duas faces de uma mesma moeda: um modo de produção agrícola especificamente capitalista, regido primordialmente por decisões privadas (por critérios de mercado). Na próxima seção trataremos da "crise" agrícola provocada pelo acirramento da contradição intrínseca a esse tipo de agricultura, em decorrência das alterações macroeconômico-institucionais ocorridas no país ao longo dos anos 90, embora com início ainda na segunda metade da década de 1980.

4.3. Efeitos das políticas macroeconômicas brasileiras dos anos 90 sobre a agricultura familiar

Procuramos aqui demonstrar, com base em alguns especialistas, que as alterações ocorridas nas políticas macroeconômicas (especialmente as de comércio exterior e agrícola) no Brasil, além da alteração no papel do Estado, no que respeita à distribuição dos recursos da economia, nos anos 90, criaram um ambiente concorrencial altamente mais hostil à

permanência de uma quantidade substancial de pequenos produtores familiares no setor agrícola do que outrora.

As primeiras reformas tiveram início por volta de meados dos anos 80, em virtude da crise da dívida externa, que criou a necessidade de controle do déficit fiscal e da geração de divisas para saldar a dívida. Para tanto, foi realizado um forte ajuste macroeconômico, o qual repercutiu no setor agrícola, através da reforma da política de crédito rural – reduzindo o volume de crédito rural e indexando as taxas de juros nominais à inflação – e, simultaneamente, o governo fortaleceu a política de garantia de preços mínimos (Villa Verde, 2001).

O ambiente macroeconômico marcado pela escalada inflacionária do final da década de 1980 e início da década de 1990 encontra-se na base da nova fase de reformas que afetaram o setor agrícola: a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação de mercados agrícolas, mudanças no crédito rural e na política de preços mínimos (Helfand & Rezende, 2001).

A abertura da economia a partir do início da década de 1990 acarretou importantes implicações que nos interessam mais de perto: primeiro, aumentou substancialmente a concorrência dos produtos domésticos importáveis com os produtos externos produzidos com uma base tecnológica mais moderna e, além disso, subsidiados na origem; segundo, acarretou uma modificação das políticas anteriores – a forma como a política de garantia de preços mínimo (PGPM) foi conduzida na década de 1980, por exemplo, tornou-se incompatível com uma economia aberta, levando o governo – o que é importante para o nosso interesse – a transferir atribuições à iniciativa privada, ao mercado (Villa Verde, 2001; Helfand & Rezende, 2001; Gasques & Spolador, 2003).

A análise das políticas de crédito agrícola revela uma alteração importante na natureza das relações de financiamento da produção agrícola. Helfand & Rezende (2001) mostram que ocorreu uma troca de posições entre os agentes fornecedores do crédito agrícola. Por um lado, ocorreu uma queda dramática no volume total de crédito concedido ao setor agrícola pelo sistema oficial, ao passo que, paralelamente, o acesso dos produtores agrícolas aos recursos para financiar sua produção tem se baseado cada vez mais em empréstimos provenientes de parcelas dos depósitos à vista dos bancos privados. O

significado disso é que o papel dos bancos oficiais em fornecer recursos financeiros ao setor agrícola diminuiu sensivelmente e a importância do setor bancário privado, no cumprimento desse papel, cresceu (Villa Verde, 2001; Helfand & Rezende, 2001; Rezende, 2001). Belik & Paulilo esclarecem ainda que, na década de 1990, ao serem esvaziados os mecanismos de financiamento público da agricultura, os mesmos foram sendo gradualmente preenchidos pelo crédito privado oriundo de setores da indústria, de *trading companies* e de outros agentes, sendo que essas novas formas privadas de financiamento da atividade agrícola partem de interesses não agrários, conectados aos segmentos financeiro e industrial, cujo objetivo primordial circunscreve-se ao atendimento à agricultura moderna, representada por *"aquelas culturas que apresentam algum tipo de integração com um encadeamento agroindustrial ou estão inseridas nos corredores de exportação para Paranaguá, Rio Grande, Santos, Vitória e Itaqui"* (Belik & Paulilo, 2001: 107).

A internacionalização comercial e financeira da agricultura nacional e a substituição relativa do Estado pela participação privada (sob critérios de mercado) na alocação dos recursos no setor agrícola[109], agravaram ainda mais a necessidade de adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, entre os produtores agrícolas domésticos – para o enfrentamento da concorrência externa, principalmente contra os produtos altamente subsidiados oriundos dos países ricos. Como conseqüência desse processo, alargaram-se ainda mais as desigualdades no interior da própria agricultura nacional, entre segmentos de produtores altamente tecnificados e segmentos de produtores tradicionais, ineficientes.

Os anos 90 ficaram marcados, portanto, especialmente para o que nos interessa mais de perto, entre outras coisas, por uma forte exposição da agricultura brasileira à concorrência externa e, conseqüentemente, pelo aprofundamento da dualidade da economia entre uma base estreita de produtores modernizados, capazes de competir dentro e fora do país, e um largo espectro de produtores esperando por uma oportunidade para largar de vez o setor. Essa é uma compreensão que se depreende da leitura dos trabalhos dos analistas sobre os quais esta seção se apóia (Dias, 2000; E. Alves, 2001, Helfand & Rezende, 2001).

[109] O fato de o Estado retirar-se de seu papel tradicional de tabelar preços, gerenciar a produção e regular ou monopolizar as atividades comerciais resultou em maior competição nos setores agrícola e de processamento, reservando um papel mais amplo para o mercado na coordenação das relações entre esses dois setores (Villa Verde, 2001; Rezende, 2001).

Uma outra marca do referido período foi a longa fase de câmbio valorizado, que contribuiu para tornar os preços agrícolas (sem falar dos não agrícolas) internacionalizados (Zandonadi, 1996); ou seja, os produtores internos não puderam praticar preços acima dos preços dos produtos concorrentes estrangeiros – fortemente subsidiados em seus países de origem (CEE e EUA, principalmente). Nesse novo cenário, uma gama crescente de produtores agrícolas viram-se desmotivados a produzir (ou mesmo incapacitados de realizar novos investimentos, inovações tecnológicas, etc.), uma vez que aumentou o risco de não se realizar o retorno esperado (a valorização do capital empregado), causando um desajuste entre oferta e demanda internas – a ser corrigido pelas importações subsidiadas na origem. Por outro lado, segmentos outros de produtores lograram incorporar inovações e se consolidaram como a base competitiva capaz de enfrentar a concorrência externa.

O efeito desse novo ambiente competitivo sobre o desempenho da agricultura brasileira, em primeiro lugar, reforçou os aspectos abordados no tópico anterior – pertinente ao aumento da pressão sobre os produtores no que respeita às questões de produtividade, qualidade, regularidade, etc.; enfim, implicando o aumento da competitividade, resvalando no declínio do número de produtores. Em segundo lugar, refletiu adversamente sobre os rendimentos da produção agrícola de grandes parcelas de produtores familiares, via contenção sofrida nos preços dos produtos do setor. Em terceiro lugar, a queda generalizada dos preços agrícolas levou de imediato a uma redução na área plantada, refletindo numa contenção da própria produção agrícola, que no período 1989/1997 apresentou um *"muito modesto crescimento"* (Homem de Melo, 1999: 42). Em termos de taxa de crescimento da produção agrícola *per capita*, o desempenho foi pior, ou seja, teve uma evolução declinante (E. Alves, 2001).

O debate sobre o impacto das reformas sobre o setor agrícola tem sido muito controverso (Coelho, 1997; Homem de Melo, 1999; Helfand & Rezende, 2001; E. Alves, 2001; Mendonça de Barros & Miranda, 1998). O impacto da abertura comercial juntamente com as medidas do Plano Real (câmbio valorizado) e a mudança do papel do Estado sobre o setor agrícola são analisados pelos estudiosos por dois prismas. Por um lado, considera-se que criaram obstáculos consideráveis para o setor. Por outro, produziram ganhos importantes para o mesmo, em termos de eficiência média.

O problema, a nosso ver, reside nas análises generalizantes dessa temática. Por essa razão, optamos por nos apoiar somente nos autores (que não são muitos) que fizeram o importante esforço em separar os efeitos das reformas sobre diferentes grupos de produtos (importáveis e exportáveis), assim como por regiões e tamanhos de estabelecimentos. Conforme as palavras de Helfand & Rezende (2001: 293), *"indicadores agregados do impacto das reformas nesse período [década de 1990] podem ser altamente equivocados"*.

Uma análise generalizante, por exemplo, é realizada por Zandonadi (1996). Na opinião desse especialista, o problema central do setor agrícola nos anos 90 não diz respeito ao endividamento do setor ou à falta de crédito para o mesmo. Esses problemas, na opinião desse autor, são, na verdade, conseqüência (não causa) do forte declínio na rentabilidade da atividade do setor. Na década de 1980, os preços dos produtos agrícolas

> *"foram considerados remuneradores, permitindo que a atividade apresentasse bom desempenho, com incorporação de tecnologia, compras de máquinas, insumos e valorização de ativos, além de possibilitar o pagamento de financiamentos junto aos agentes financeiros. Destinava-se mais crédito para a agricultura e os produtores dispunham de condições econômicas para saldar seus compromissos, já que os preços eram remuneradores" (Zandonadi, 1996: 63).*

Diferentemente dos anos 80, na década de 1990 houve uma generalização de baixos preços dos produtos agrícolas praticados no mercado interno *"constituindo, ao que parece, a origem da precária situação econômica em que se encontra a agricultura"* (Zandonadi, 1996: 65), nessa última década.

Não significa, todavia, que esse autor esteja "errado". A questão que nos preocupa é identificar os presumíveis perdedores desse processo. A análise desse especialista, nesse sentido, não atende a nossa necessidade, embora sirva de sugestão de que o setor agrícola como um todo enfrentou uma necessidade de se ajustar, internamente, às novas condições mais adversas. Daí intuirmos que certamente nesse processo de ajuste houve, de um lado, segmentos de produtores agrícolas que reagiram à redução de preços reduzindo custos, através da incorporação de inovações, logrando preservar a rentabilidade do seu empreendimento; mas também houve, por outra parte, expressivas parcelas de produtores forçados a deixar o setor[110]. Mais, insistiremos a todo momento que esse processo de ajuste

[110] É possível apreender esses resultados a partir dos trabalhos de, por exemplo, E. Alves (2001); E. Alves *et al.* (2001); Lopes (2002); Dias (2000); Helfand & Rezende (2001); Graziano da Silva & Del Grossi (2001).

não é conjuntural, senão continuado, embora em determinados períodos seja mais acentuado (vide os anos 90).

Nesses termos, apoiamo-nos em Helfand & Rezende (2001) ao advertirem que a reforma (das políticas econômicas) não foi nem uniformemente benéfica nem completamente prejudicial para o setor agrícola. Com essa compreensão os autores procuraram analisar o impacto das reformas sobre a agricultura fazendo a distinção entre grupos de produtos diferentes (como os importáveis e os exportáveis), regiões geográficas e tamanhos de estabelecimentos[111].

Com esse mesmo critério de análise, Homem de Melo (1999) demonstra que para se poder apreender de forma mais clara os efeitos das políticas macroeconômicas sobre a agropecuária brasileira e, em particular, sua agricultura familiar, a análise deve tomar em consideração a heterogeneidade da agropecuária do país, em termos de produtos e produtores. Esse autor considera, por um lado, a coexistência de três grupos distintos de produtos, e, de outro, classifica como agricultores familiares aqueles em estabelecimentos com até 100 ha de tamanho (estes correspondiam a 89,3% do total de estabelecimentos rurais do país, segundo o CA 1995/1996), ao passo que os demais ele os classifica como patronais.

Para o nosso interesse em particular, essa classificação de agricultor familiar de Homem de Melo (1999), conquanto divirja da nossa – uma vez que consideramos também estabelecimentos familiares aqueles com mais de 100 ha, de produtores por conta-própria agrícolas e pluriativos *sem* empregados permanentes –, nos serve na medida em que constatamos uma tendência de concentração de famílias rurais em estabelecimentos com mais de 100 ha na região Sul do país[112]. Homem de Melo verificou que o efeito negativo sobre a rentabilidade da agropecuária provocado pelas políticas macroeconômicas dos anos 90 fez-se valer com mais severidade sobre os estabelecimentos com menos de 100 ha (agricultura familiar), o que ajuda a explicar nossa afirmação anterior. Ademais, os grupos de produtos produzidos pela agricultura familiar, os quais veremos a seguir, são os produtos

[111] Por essa razão, procuramos evitar utilizar autores que tratam do impacto das reformas de políticas sobre a agricultura de maneira generalizante (por exemplo, Mendonça de Barros & Miranda, 1998; Coelho, 1997; Arraes & Teles, 2000).
[112] Essa afirmação está melhor elucidada pelos dados apresentados no Capítulo 3.

sobre os quais os produtores sulinos têm proeminência sobre os produtores das demais regiões[113].

Salientando a importância de diferenciar o efeito das alterações de políticas segundo determinados grupos de produtos, Homem de Melo (1999) classifica três grupos de produtos agrícolas, segundo o grau de correlação existente entre a taxa de câmbio e os preços dos respectivos produtos. A classificação é a seguinte:

i) produtos cujos preços internos seriam determinados, predominantemente, pelos preços internacionais e a taxa de câmbio: soja, café, laranja/suco, cacau, fumo, açúcar, bovinos e frangos (produtos de exportação em maior ou menor grau); trigo e algodão (produtos de importação – o algodão mais recentemente);

ii) produtos cujos preços seriam determinados, predominantemente, por variáveis internas (oferta *vs.* demanda) – a taxa de câmbio teria um efeito indireto, com o passar do tempo (efeito-substituição – produtos do grupo acima pelos produtos deste grupo): produtos perecíveis (batata, tomate, frutas, verduras e cebola) e produtos com pouca demanda internacional (feijão e mandioca);

iii) produtos do mercado doméstico e que são comercializáveis no mercado internacional – basicamente produtos com os quais o Brasil tem pouca ou nenhuma competitividade no mercado externo: milho, arroz e suínos[114] são os principais. São, todavia, afetados pela taxa de câmbio, direta ou indiretamente.

Homem de Melo observou ainda que os estabelecimentos com até 100 hectares (classificados como agricultura familiar) produzem, predominantemente, produtos domésticos, ainda que nem todos sejam produtos alimentares (fumo, por exemplo). Os estabelecimentos com mais de 100 hectares (agricultura patronal), por sua vez, produzem, predominantemente, produtos direcionados ao comércio exterior, embora alguns deles sejam produtos alimentares importantes (trigo, por exemplo). Homem de Melo aponta duas razões para essa divisão de especialidades: a) a subcapitalização dos pequenos produtores

[113] Segundo o relatório FAO/MDA/INCRA (2000: 36), os dados sobre a participação de produtos no VBP (Valor Bruto da Produção) total da agricultura familiar revelam que a região Sul influencia muito a média nacional, *"em virtude de sua maior participação no VBP total dos agricultores familiares (47,0% do total)"*.

[114] No caso dos suínos, talvez não fossem competitivos até a data da pesquisa de Homem de Melo. Mas, segundo a revista Exame (nov/2001), as exportações de suínos brasileiros (em milhões de dólares) apresentou uma trajetória ascendente entre 1995 e 2001.

age como uma verdadeira barreira à entrada nas demais atividades agropecuárias; e b) o ritmo diferenciado de inovações tecnológicas atua para acentuar essa divisão.

Helfand & Rezende (2001) trabalharam com seis produtos importáveis (feijão, milho, algodão, arroz, trigo e leite) e quatro produtos exportáveis (cacau, laranja, soja e café), considerados como os mais importantes. Segundo esses autores, as reformas do final da década de 1980 beneficiaram os produtos exportáveis na medida em que eliminaram impostos e restrições quantitativas às exportações agrícolas. Em 1996 foi retirado o ICMS de 13% sobre as exportações primárias. Outro elemento de ganho desse grupo de produtos refere-se ao retorno e aumento dos fluxos de capital internacional no início da década de 1990. Medidas governamentais foram criadas a fim de liberalizar as operações externas do país em relação às finanças e ao comércio exterior, possibilitando o acesso mais fácil ao financiamento externo a taxas de juros mais baixas. O governo facilitou ainda mais o acesso dos produtores agrícolas ao financiamento externo ao eliminar, em 1995, o IOF incidente sobre a captação de recursos externos destinados ao setor agrícola. Essa operação ficou conhecida como o "63 caipira"[115]. Outra forma de benefício das reformas deve-se à possibilidade de importar fertilizantes e outros insumos através de financiamento internacional a juros mais baixos com prazos de até um ano.

No que concerne aos produtos importáveis, que perderam sua proteção tarifária e não tarifária, para a maior parte desses produtos as tarifas foram reduzidas de um patamar variável de 35% a 55% antes de 1988 para aproximadamente 10% em 1991. Em acréscimo a esse efeito adverso para os importáveis, cabe mencionar que o Brasil, ao assinar o Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, sujeitou-se a eliminar as tarifas sobre produtos importados da Argentina e Uruguai – dois países com setores agrícolas bastante competitivos.

O mais importante a destacar – para os nossos propósitos – é que os efeitos diferenciados das reformas sobre os diferentes grupos de produtos (importáveis e exportáveis) resultaram em uma substituição de importáveis (predominantes entre os agricultores familiares) no conjunto da produção agrícola. Entre 1985/1989 e 1995/1998, o índice médio da quantidade produzida para os cinco produtos importáveis caiu 14%,

[115] "63" refere-se ao número da resolução original do Banco Central que regulava a entrada de capital estrangeiro no país (Helfand & Rezende, 2001).

diferentemente do índice médio de produção para os cinco exportáveis que se elevou em 13%[116]. Em decorrência disso, processou-se um ajuste estrutural no setor, que se traduz em declínio do número de produtores, refletindo em elevação da eficiência média do setor (Helfand & Rezende, 2001).

Evitando generalizações, as análises subseqüentes resumirão os efeitos das reformas no setor agrícola no tocante a grupos diferenciados de produtos (importáveis e exportáveis) e de produtores. Cada autor, sobre os quais nos apoiamos, a partir de suas bases de dados próprias, apresentam resultados convergentes. O mais importante dessas análises é apreender a existência de uma inexorável (mantendo-se as condições reinantes) tendência de redução do número de pequenos produtores familiares agrícolas, cuja causa, do nosso ponto de vista, repousa, para além da "crise" agrícola, na contradição interna do próprio modelo de produção agrícola especificamente capitalista, conforme já mencionado.

Importa destacar logo de início que, em virtude das reformas, as importações triplicaram entre 1985/1989 e 1995/1998. Enquanto, a despeito da taxa de câmbio valorizada, as exportações agrícolas cresceram 34%, cujo valor médio saltou de US$ 11.029.258 mil para US$ 14.788.598 mil, entre 1985/1989 e 1995/1998, as importações agrícolas variaram 300%, cujo valor médio passou de US$ 2.098.302 mil para US$ 6.263.002 mil, no mesmo período. Como resultado, a área colhida de produtos importáveis caiu 6 milhões de hectares (Tabela 5). Diferentemente, a área colhida dos exportáveis expandiu-se em 1,6 milhão de hectares, indicando que uma substancial quantidade de área foi liberada para ser empregada com atividades mais produtivas, ou não é mais utilizada por não ser lucrativa (Helfand & Rezende, 2001).

Pode-se ver ainda na Tabela 5 que a área e a produção de soja cresceram mais do que as de qualquer outro produto nos anos 90 e quase toda a expansão praticamente ocorreu no Centro-Oeste. A cana-de-açúcar e a laranja também ampliaram – embora menos que a soja – a área colhida e a produção, nos anos 90. Ambas as lavouras cresceram principalmente no estado de São Paulo, que responde por 75% da laranja e 50% da cana-de-açúcar nacionais. A retirada do subsídio da produção de cana-de-açúcar no Nordeste levou a uma contração da área e da produção dessa região (Helfand & Rezende, 2001).

[116] Excluindo o cacau, que foi atingido pelo fungo devastador "vassoura de bruxa", o índice sobe para 24% (Helfand & Rezende, 2001).

Tabela 5: Área colhida, quantidade produzida e rendimentos físicos para os principais produtos em períodos selecionados.

Produção	Área colhida (Milhares de hectares)			Quantidade produzida (1985-1989 = 100)			Rendimentos físicos (1985-1989 = 100)		
	1985/89	1990/94	1995/98	1985/89	1990/94	1995/98	1985/89	1990/94	1995/98
Importáveis									
Feijão	5392	4924	4362	100	115	111	100	126	139
Milho	12774	12688	12510	100	114	135	100	115	138
Milho (CO)	1533	1589	1904	100	114	161	100	111	131
Algodão	1771	1291	828	100	76	51	100	104	109
Algodão (CO)	115	155	223	100	127	217	100	95	114
Arroz	5506	4316	3567	100	90	88	100	115	135
Arroz (CO)	1859	1057	779	100	64	62	100	113	149
Arroz (RS + SC)	923	1017	1005	100	119	123	100	108	113
Trigo	3349	1903	1430	100	48	43	100	86	100
Área Total	28792	25122	22697						
Índice Médio	100	87	80	100	89	86	100	109	124
Exportáveis									
Cacau	663	699	710	100	84	70	100	80	65
Café	2801	2554	1981	100	85	81	100	94	113
Laranja	757	954	953	100	123	141	100	97	112
Soja	10240	10541	11683	100	112	147	100	109	130
Soja (CO)	3186	3656	4407	100	121	167	100	106	122
Cana-de-açúcar	4074	4179	4790	100	105	128	100	103	109
Cana-de-açúcar (SE)	2012	2198	2811	100	115	146	100	105	105
Cana-de-açúcar (NE)	1373	1291	1203	100	88	85	100	93	97
Área Total	18535	18928	20116						
Índice Médio	100	102	109	100	102	113	100	96	106
Índice Médio sem cacau				100	106	124	100	101	116

Legenda: CO = Centro-Oeste; RS = Rio Grande do Sul; SC = Santa Catarina; SE = Sudeste; NE = Nordeste
OBS 1: Antes de 1989 Tocantins fazia parte de Goiás. Para maior consistência, inseriu-se o mesmo na região CO no período 1989/98
OBS 2: Os índices médios são médias simples dos totais nacionais
Fonte: IBGE, adaptado de Helfand & Rezende (2001)

A queda na área colhida de importáveis e não comercializáveis conduziu a uma alta na produtividade média do setor (dos respectivos segmentos), à medida que os produtores menos competitivos foram expulsos do setor (Helfand & Rezende, 2001). Competir com as importações também deveria pressionar os *produtores remanescentes* de importáveis a buscarem formas de elevar cada vez mais a produtividade e rebaixar os custos de suas atividades, de modo a assegurar a sua rentabilidade (Helfand & Rezende, 2001; E. Alves, 2001; Lopes, 2002).

Helfand & Rezende (2001) chamam a atenção para o fato de que a maioria dos exportáveis já era altamente competitiva no mercado internacional, de modo que os efeitos de curto prazo na produtividade provavelmente não seriam tão fortes para esse grupo de

produtos (Tabela 5). Esta pode ser uma razão para crer que o ajuste recaiu com maior força sobre os produtos importáveis (predominantes entre os pequenos produtores familiares, na concepção de Homem Melo, 1999).

Comentando o trabalho de Quiroz & Opazo (1998), Helfand & Rezende (2001) salientam que as mudanças em termos de possibilidade de maior uso de tecnologias importadas (insumos, tratores, equipamentos de irrigação, fertilizantes) mais competitivas com a produção nacional, provavelmente não seriam neutras no que concerne aos tamanhos dos estabelecimentos, de modo que o processo possivelmente favoreceria as operações de grande escala e poderia levar a *uma maior migração para fora do setor agrícola*.

A Tabela 6 fornece uma idéia desse efeito *negativo* sobre o número de produtores agrícolas na região Sul do país. Pelo fato de essa ser uma região com larga difusão da adoção de práticas modernas na produção agrícola (conforme revelado pelas Tabelas 2, 3 e 4, acima), pode-se ver que é quase uma constante a redução do número de estabelecimentos, ao longo das últimas três décadas, registrada pelos censos agropecuários de 1970 a 1995 – a exceção foi o período 1980/1985, ocasião em que houve um forte apoio à produção agrícola no contexto do esforço de geração de divisas via exportação. Esses dados são fundamentais para a argumentação que estamos construindo no sentido de mostrar que a redução do número de produtores familiares da região Sul – e, subseqüentemente, do número de famílias pluriativas – não decorre unicamente de aspectos conjunturais, senão, sobretudo, da contradição inerente ao modelo de produção agrícola assentado no emprego massivo de técnicas modernas, poupadoras de mão-de-obra e de seleção dos produtores mais eficientes, cuja contrapartida resulta na expulsão de frações de produtores incapacitados de se ajustar às crescentes exigências da concorrência por aumento de produtividade. Agregue-se a isso a histórica ausência de políticas públicas *compensatórias* para evitar o abandono do setor, por parte desses segmentos de produtores "ineficientes" (conforme expresso no Capítulo 1).

Tabela 6: Evolução do número de estabelecimentos agropecuários da região Sul (1970 a 1995).

	1970	1975	1980	1985	1995/96
Número de Estabelecimentos	1.274.009	1.156.580	1.145.548	1.198.542	1.003.180
		1975 - 1970	1980 - 1975	1985 - 1980	1995/96 - 1985
Taxa de cresc. (%) do Nr de Estabel.		-9,2	-1,0	4,6	-16,3
Taxa de cresc. (% a.a.) do Nr de Estabel.		-1,9	-0,2	0,9	-1,8

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br) – Censos Agropecuários (1970 a 1995/96) – elaboração do autor.

No contexto de maior concorrência na década de 1990, em função das reformas, é provável que os ganhos de eficiência em nível de setor, além dos ganhos em nível de estabelecimento, sejam decorrentes de uma série de fatores presentes na referida década, responsáveis pelo aumento da produtividade média do setor agrícola, mesmo na ausência de transformações tecnológicas. Tais fatores são: i) os agricultores menos eficientes preferem sair de uma determinada atividade porque não lhes é mais rentável; ii) as parcelas de terras menos produtivas deixam de ser usadas; iii) atividades são deslocadas de regiões menos produtivas para regiões mais produtivas (Helfand & Rezende, 2001).

Outros fatores que devem ter levado a uma maior eficiência na alocação dos recursos: 1) a mudança para um sistema privado de crédito que elevou os custos da inadimplência para os tomadores de crédito[117] – segundo Dias (2002), mais de 50% dos inadimplentes são produtores cujo futuro é incerto e que deverão passar por *"imensas transformações para sobreviver"*; 2) a reformulação da PGPM, já que esta havia servido para expandir a produção em terras marginais no Centro-Oeste (Villa Verde, 2001); 3) a reforma da política de comercialização/estocagem por parte do governo elevou os incentivos para os agricultores melhorarem a qualidade do seu produto (Villa Verde, 2001; Helfand & Rezende, 2001).

Helfand & Rezende analisaram os padrões de crescimento da produtividade segundo o tamanho do estabelecimento para as lavouras de milho e feijão *"porque cada um é produzido por mais de 2 milhões de estabelecimentos, podendo assim esperar que a viabilidade a longo prazo do pequeno agricultor familiar dependerá, em parte, de sua habilidade em competir na produção desses produtos"* (*op. cit.*: 285). Constataram esses autores que, em relação ao

[117] Uma fração considerável de recursos oriundos do crédito agrícola altamente subsidiado dos anos 70 e início dos anos 80 foi desviada para fins não agrícolas. "Mesmo no âmbito do setor o grau de subsídio implicou que o crédito nem sempre era dirigido às atividades com benefícios privados (ou sociais) mais altos" (Helfand & Rezende, 2001: 265).

milho, os rendimentos físicos dos estabelecimentos com mais de 100 hectares cresceram mais de 75%, enquanto para os estabelecimentos com menos de 20 hectares, os rendimentos cresceram menos de 30%, o que pode ser traduzido em ganhos de vantagem competitiva para os estabelecimentos de grande porte.

Quanto ao feijão, entre os estabelecimentos com mais de 100 hectares os rendimentos físicos cresceram entre 80% e 165%, mas, em contraste, cresceram menos de 30% entre os estabelecimentos com menos de 100 hectares. O resultado desse processo foi o aumento da participação dos estabelecimentos de grande porte na produção total, que passou de 21% para 29%.

Com o objetivo de analisar o comportamento dos preços dos distintos grupos de produtos agrícolas, Helfand & Rezende (2001) usaram uma metodologia que isolou o impacto das mudanças de políticas nos preços agrícolas domésticos. Decompuseram os movimentos dos preços domésticos reais em três componentes: variações nos preços internacionais reais, variação na taxa de câmbio real e um resíduo que captasse as alterações nas políticas (de comércio exterior e agrícola).

O efeito das reformas para os produtos exportáveis – eliminação dos impostos de exportação, de restrições quantitativas à exportação e do ICMS de 13% sobre as exportações – foi positivo. No entanto, esses produtos foram atingidos pelos preços internacionais, que estavam em média 28% mais baixos em 1990/1994 do que em 1987/1989. Esse choque negativo mais do que compensou os ganhos da reforma no início da década de 1990. Como balanço geral, os autores afirmam que a influência compensatória dos preços internacionais fez com que os preços relativos internos não variassem a seu favor na década de 1990, implicando a necessidade de redução de custos.

Conforme Homem de Melo, os preços dos produtos domésticos foram atingidos negativamente em virtude do efeito conjunto de dois fatores: i) efeito-substituição na produção, o qual ocorre através do mercado de fatores (são exemplos: soja, milho, feijão, mandioca, arroz); e ii) efeito-substituição no consumo, via preços relativos nas funções

demanda no mercado interno (o melhor exemplo dado pelo autor é o do trigo em relação a seus substitutos nos hábitos alimentares)[118].

A possibilidade de importar insumos químicos (fertilizantes, etc.) mais baratos contribuiu para atenuar, embora não compensar, a queda dos preços dos produtos de maior competição no mercado internacional, os quais estavam encarecidos pela paridade cambial vigente por vários anos. Certamente, essa é uma das razões por que os preços dos produtos produzidos pela agropecuária patronal sofreram menor impacto negativo das políticas macroeconômicas dos anos 90 do que os preços dos produtos da agropecuária familiar.

Como resultado de toda a série de fatores adversos à produção agropecuária, as taxas anuais médias dos índices de preços reais recebidos pela agropecuária brasileira entre 1989 e 1999, segundo Homem de Melo (1999), foram as seguintes: a) para o grupo de produtos da agricultura familiar (estabelecimentos com até 100 ha, na classificação de Homem de Melo), a taxa média de crescimento *negativo* foi de 4,74%, estatisticamente significativa; b) para o grupo de produtos da agropecuária patronal (estabelecimentos acima de 100 ha), a taxa média de crescimento, também *negativa*, foi de 2,56%, menor, em termos absolutos, do que a taxa dos produtos domésticos (agricultura familiar), porém, também estatisticamente significativa.

Os preços agrícolas, em síntese, declinaram drasticamente no decorrer do período analisado, o que provocou um aumento considerável da pressão sobre o setor para reduzir os custos médios – fato que, por sua vez, reforçava o declínio dos preços no setor. O mais importante de tudo – que diz respeito ao objeto que nos ocupa – é que a reação do setor a essa situação resultou em um processo de ajuste estrutural em que parte dos produtores tornaram-se mais competitivos, consolidando-se no setor, enquanto outras parcelas tiveram que sair do setor por não se adaptarem aos novos critérios de eficiência. Para os importáveis, o maior impacto adveio da maior exposição ao comércio exterior forçando os produtores desses bens a competir ou a sair do mercado.

[118] A valorização cambial, ao rebaixar o preço do trigo (produto de importação), *"levaria, através de substituições no consumo, também a menores preços de seus produtos substitutos; tanto mais isso ocorreria quanto maior fosse o período de tempo da valorização cambial. Esta, foi de uma década"* (Homem de Melo, 1999: 21; grifo nosso).

A redução de preços, em nível de produtores, sinaliza para que se reduzam as áreas cultivadas e os custos de produção. Os produtores que modernizaram suas explorações compensaram, pelo menos em parte, as perdas ocasionadas pela queda de preços, via redução de custos, assegurando seus ganhos de rentabilidade

Quem não pôde reduzir custos certamente viu a renda cair a um nível insuportável e, por fim, sentiu-se forçado a abandonar a atividade agrícola, embora permanecendo no estabelecimento – servindo-se dele como moradia. No Sul, esse desfecho é mais claro (aumento do número de famílias não agrícolas e de não ocupados, residentes nas áreas rurais agropecuárias[119]); no Nordeste, não, provavelmente em virtude da agricultura de subsistência e pelas demais razões levantadas nos capítulos precedentes.

O ajuste, para evitar a queda indefinida de preços, ocasiona redução da área plantada, acompanhada de diminuição do número de produtores, cuja renda proporcionada pela agricultura perde competitividade com alternativas não agrícolas (mais próprio da realidade da região Sul do que da região Nordeste). Um ajuste que já se observa ao longo dos anos 80 (no Sul, declina sistematicamente o número de agricultores familiares e de famílias pluriativas) e que se aprofunda nos anos 90, em decorrência da abertura comercial (inserção rápida do país na economia globalizada) e das reformas de políticas agrícolas (afastamento do Estado). Nesse novo contexto de globalização da economia, os agricultores são afetados tanto pelas inovações que ocorrem no território nacional como em outros campos.

Quando uma queda de preços é provocada por inovações tecnológicas, o ajuste do nível de preços acaba ocorrendo num patamar mais baixo do que o anterior, conduzindo a um ajuste estrutural, selecionando os estabelecimentos mais produtivos e com menor estrutura de custos.

As alternativas para quem não inova – não se atualiza junto ao processo de modernização – serão ou deixar a atividade agrícola, substituindo-a por uma atividade não agrícola (se assim a economia local possibilitar); ou buscando diversificar atividades fora da agricultura (ou se assalariando na mesma), em vistas de recompor o padrão de vida habitual (no limite, garantindo a sobrevivência), como famílias pluriativas; ou resignar-se a

[119] Conforme pôde ser visto pelos dados apresentados em Capítulos anteriores.

sobreviver com rendas "sociais" (aposentadorias, pensões), como famílias de não ocupados. Nessa coexistência de estabelecimentos modernos e tradicionais, uma agricultura dual, tornar-se-á difícil suportar indefinidamente a baixíssima rentabilidade desses últimos (estabelecimentos tradicionais) servindo-se de outras fontes de renda, a não ser que seja para mantê-los exclusivamente para o autoconsumo da família. Nesse sentido, novamente, potencializa-se uma tendência de abandono, por parte dos mesmos, da atividade agrícola, numa região como a do Sul do país, impactando negativamente no número de famílias pluriativas.

Quanto ao índice de preços relativos medido pela razão entre os preços recebidos pelos agricultores e os preços pagos pelos agricultores, registrou-se, segundo Helfand & Rezende (2001), ausência de tendência no período 1986/1992, subindo mais de 50% entre junho de 1992 e dezembro de 1994, a partir de quando sofreu uma queda de 20%, estabilizando-se pelo restante do período (1995/1998) no nível de cerca de 25% acima do nível anterior a 1992. O resultado desse comportamento do índice de preços relativos deve ter contribuído, como pensam os autores, para elevar a rentabilidade das atividades agrícolas. Contudo, deve-se depreender das análises desenvolvidas que esse aumento de rentabilidade deve ter se dado entre os produtores que lograram ajustar-se ao novo ambiente concorrencial mais acirrado.

Graziano da Silva & Del Grossi (2000) enumeram mais um elemento dificultador para as atividades dos produtores rurais que dependiam do emprego de pouca mão-de-obra assalariada permanente ou mesmo somente de empregados temporários. Esses autores chamam a atenção para a recuperação do salário mínimo real durante o governo de Itamar Franco (1992/1994), que se refletiu em elevação dos custos de produção, uma vez que o salário mínimo funciona como um "farol" orientador para os salários rurais.

Nos anos 80, a redução do valor real do salário mínimo resultou em uma contração da demanda interna de alimentos – também a própria retração da atividade econômica como um todo contribuiu para esse resultado – deslocando a produção de alimentos (característica dos pequenos produtores) para a produção de *commodities*, cuja implicação mais imediata foi a elevação do número de empregadores e, subseqüentemente, do nível de emprego agrícola. Nos anos 90, esse ciclo é revertido pela recuperação do valor real do

salário mínimo, conforme já mencionado, implicando elevação dos custos de produção, os quais, em conjunto com a abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado, dificultaram o retorno financeiro dos produtores rurais, implicando, em contrapartida, a retração do número de empregadores (Graziano da Silva & Del Grossi, 2000).

Por outro lado, esse aumento dos custos da mão-de-obra poderia, pelo menos em parte, ser atenuado pelo crescimento da demanda por produtos alimentares (produtos do mercado doméstico, da agricultura familiar) induzida pela elevação do poder de compra decorrente da recuperação real do salário mínimo. Ocorre, entretanto, que a elevação da demanda no mercado interno foi, como resultado da abertura comercial (redução expressiva de tarifas alfandegárias) e da paridade cambial, em grande parte atendida pela produção externa subsidiada nos países de origem (EUA, Canadá, CEE). Essa substituição de grande parte da oferta interna pela externa, portanto, impediu que o crescimento dos custos da mão-de-obra fosse compensado pela elevação da demanda.

Um outro fator importante, explicativo da redução da rentabilidade de segmentos de produtores agrícolas, está associado à redução do ritmo de inovação no setor (Graziano da Silva & Del Grossi, 2000). A redução dos recursos públicos para pesquisa e o desmantelamento das agências estatais de assistência técnica e extensão rural impactaram sobretudo sobre os pequenos produtores que não conseguiram ter acesso a novas tecnologias por mecanismos privados.

A partir da segunda metade dos anos 60, o Estado brasileiro passou a incentivar com mais força a modernização da estrutura econômica produtiva. No que concerne à agricultura, o objetivo era o aumento das produtividades da terra e do trabalho agrícola. No bojo desse esforço, a pesquisa agropecuária passou a pautar-se por esses parâmetros, estimulando o uso intensivo de capital, objetivado no uso crescente de tratores, máquinas, insumos químicos, etc.

Perseguindo o objetivo de acelerar o processo de modernização da agropecuária nacional, o Estado brasileiro promoveu alterações nos órgãos de pesquisa e nas universidades, objetivando maior aprofundamento nos estudos técnicos agronômicos, cujos resultados a ser aplicados no campo deveriam elevar as produtividades da terra e do

trabalho. Nesse contexto é que ocorreu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1972 (Ichikawa, 2000).

Segundo Ichikawa, a criação da EMBRAPA teve profundas repercussões nos estados da Federação, no sentido da implantação de empresas estaduais de pesquisa subordinadas ao sistema nacional. Criadas, em grande parte na década de 1970, as empresas estaduais de pesquisa, de modo geral, experimentaram um período de constante crescimento na época do regime militar. Nesse período elas conseguiram um aumento paulatino de suas bases físicas, laboratórios, quadros de pessoal, atividades de pesquisa e difusão, intercâmbios científicos e relacionamentos interinstitucionais (Ichikawa, 2000).

Em fins da década de 1980, sob a onda neoliberal carregada pelo discurso de redução do tamanho do Estado – assim como também pela própria crise fiscal do mesmo – muitos órgãos públicos ligados à área agrícola foram extintos: IBC (Instituto Brasileiro do Café), IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Atualmente, o que está havendo, de acordo com Ichikawa, é uma restrição de recursos para atender às demandas do setor. Em situações como essa – semelhante ao que vem acontecendo desde a década de 1980 e se arrasta até os dias atuais – e diante da necessidade de buscar financiamento junto ao setor privado, os segmentos de produtores rurais mais dinâmicos (capitalizados) são beneficiados em detrimento de outros segmentos que não têm condições de acesso a financiamentos para atender às exigências crescentes de utilização de novas tecnologias.

Enfim, até mesmo do ponto de vista da pesquisa científica agronômica pública, a tendência é de aumentar o leque dos pequenos produtores familiares alijados do acesso a esse serviço que o Estado poderia prestá-los. Mas, por se encontrar fragilizado pela insolúvel crise fiscal que se arrasta há duas décadas, o Estado está tendo dificuldade de oferecer esse serviço com a abrangência necessária. Como se pode deduzir, essa nova realidade apresenta-se como mais um complicador para a permanência de muitos pequenos produtores familiares ligados a uma atividade agrícola.

4.4. 2001 a 2003: atenuação dos efeitos negativos da contradição intrínseca ao modelo agrícola capitalista sobre os pequenos produtores da região Sul

Foi mostrado no Capítulo 3 (seção 3.7.1) que no período 2001 a 2003 o número de famílias sulinas conta-próprias agrícolas e pluriativas (agricultura familiar) não apresentou nenhuma tendência (estatística) de queda ou de crescimento; ou seja, apresentou uma relativa estabilidade[120].

Nossa avaliação é a de que essa relativa estabilidade registrada nos três primeiros anos do novo milênio decorre de uma sucessão, ao longo da década anterior, de momentos adversos ao setor agrícola como um todo e da reação a essas circunstâncias por parte dos diferentes segmentos produtivos da agricultura. Vale dizer, a referida estabilidade pode ser entendida como um reflexo de todas as transformações ocorridas no setor. Referimo-nos às transformações sofridas pelo setor agrícola em função dos efeitos provocados pelas mudanças nas políticas macroeconômicas nos anos 80 e 90, assim como também na mudança de postura do Estado no que concerne à sua intervenção na política para o setor, conforme tratado anteriormente. Em linhas mais gerais (sem querer repetir os argumentos expostos ao longo do presente capítulo), as mudanças ocorridas nas políticas macroeconômicas e na forma de intervenção do Estado no setor desencadearam um processo de aprofundamento da dinâmica interna própria do modelo agrícola capitalista – modelo que é a base do tipo de modernização do sistema produtivo da agricultura da região Sul (Sacco dos Anjos, 2003).

A opção histórica pela modernização da agricultura foi realizada via introdução de práticas (e "pacotes tecnológicos") da revolução verde, privilegiando apenas uma parcela menor dos produtores agrícolas do país; e, por outro lado, completamente desprovida de instrumentos e políticas de compensação social para a imensa massa de produtores alijados do processo. Procuramos, então, ressaltar, no que se refere à questão da evolução da pluriatividade e da agricultura familiar na região Sul, um aspecto – central para nosso trabalho – contido nesse modelo agrícola[121]. O de que tal modelo possibilita, por um lado,

[120] No Nordeste, ao contrário, as famílias conta-próprias pluriativas cresceram significativamente (sentido estatístico), nos estabelecimentos com menos de 20 hectares (segmento mais expressivo no total).

[121] Não nos interessa aqui fazer um apanhado mais geral do processo de modernização da agricultura. O único aspecto que nos importa destacar desse processo é o de que o modelo agrícola adotado contém a contradição

liberar força de trabalho no interior de uma certa parcela das unidades familiares agrícolas para se ocupar em outros setores da economia, provocando, dessa forma, como resultante do processo, a proliferação de casos de famílias pluriativas[122]. Mas que, por outro turno, esse modelo agrícola não oferece, assim como ocorre em qualquer outro setor produtivo da economia capitalista, espaço, simultaneamente, para todos os produtores familiares. Isso significa que em um determinado horizonte de tempo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no interior da agricultura, cada vez menos produtores familiares lograrão permanecer participando da dinâmica do *hard core* dos circuitos produtivos e de comercialização. Adicionando a essa redução do número de produtores familiares selecionados o seu possível abandono das atividades agrícolas tradicionais, reduz-se também o número de famílias pluriativas.

Como já tivemos oportunidade de argumentar em outro momento deste capítulo, esse processo não implica um automático e inexorável abandono do setor pelas famílias pluriativas e agrícolas "ineficientes", seguido de sua conversão em famílias não agrícolas ou de não ocupados. Essa é uma questão que dependerá do grau de dinamismo econômico dos entornos rurais (as economias locais[123]). Para os produtores familiares descapitalizados e incapacitados de competir por um espaço no mercado, se o entorno rural (as redes urbanas) que os envolve for dinâmico do ponto de vista não agrícola, pode-se supor, então, haver uma plausível tendência de parte dessas famílias tornar-se famílias não agrícolas (esta é a explicação que damos para o caso da região Sul, notadamente nos anos 90). No caso de as redes urbanas circunvizinhas às áreas rurais (economias locais) não serem dinâmicas o suficiente para oferecer oportunidades ocupacionais não agrícolas capazes de incentivar a substituição das atividades agrícolas ineficientes, nesse contexto sim essas famílias tenderão a se tornar cada vez mais pluriativas (julgamos ser esse o caso que explica o

---

interna que procuramos realçar e sobre a qual argumentamos no presente capítulo e, seguindo essa linha de raciocínio, procuramos interpretar o significado dos dados relativos à região Sul no triênio 2001/2003.

[122] No sentido adotado neste trabalho, isto é, uma pluriatividade associada à modernização da agricultura que disseminou a especialização do trabalho no interior das unidades produtivas, ampliando, a um só tempo, a divisão do trabalho na sociedade (Carneiro, 1996)

[123] No caso do Nordeste, um entorno rural precarizado resulta em mais pluriatividade. No Sul, que comparativamente ao Nordeste, possui redes urbanas mais ricas, entendemos que o referido processo resulta em mais famílias não agrícolas, em contrapartida de menos famílias agrícolas e pluriativas (conforme visto no Capítulo 2).

crescimento da pluriatividade no seio da pobreza da região Nordeste), por uma questão de natural estratégia de sobrevivência.

Trata-se, portanto, de um modelo contraditório – no que concerne à sua relação com a criação de casos de pluriatividade –, cuja contradição, interna, desnuda-se visivelmente nos momentos de crise do setor. Ou seja, em tais momentos acirra-se a luta entre os diferentes capitais privados individuais por fatias do mercado – como é o caso dos anos 90 no Brasil, influenciado pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado, implicando exacerbação da concorrência externa –, cuja resultante é o aumento da produtividade daquelas unidades com maior capacidade de reação ao novo ambiente econômico adverso – e, por meio desse processo, possibilita-se, em tese, a criação de mais casos de pluriatividade no interior das unidades familiares agora mais produtivas. Porém, a outra face do mesmo processo refere-se ao ajuste estrutural das unidades produtivas em que aquelas que não lograram adaptar-se às novas condições de concorrência, ou aceitarão permanecer no setor marginalizadas do processo, com rendimentos da exploração inferiores ao que obtinham em outra situação, ou abandonarão de vez o mesmo – e, entre estas, podem estar muitas famílias pluriativas que deixarão de sê-lo.

Isso não significa que, de outro modo, nas conjunturas mais favoráveis ao setor – como é o caso do triênio que estamos tratando nesta seção (2001/2003) – a mencionada contradição interna ao modelo agrícola deixe de existir. Na verdade, ela sempre estará presente, mantidas as condições predominantes (modelo agrícola organizado por critérios privados de eficiência, etc.), especialmente numa economia globalizada como a brasileira. O que ocorre é que uma conjuntura favorável atenua a força interna da contradição inerente a esse modelo tipicamente capitalista de produção agrícola, de modo que uma parcela mais larga dos produtores familiares se beneficia do ambiente menos conflitivo.

Nesses termos, a explicação da relativa estabilidade da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar na região Sul, no período 2001/2003, passa por esta análise. Dois elementos conjugados entre si contribuem para essa estabilidade. Ambos se complementam. O primeiro diz respeito à inflexão no regime cambial a partir de 1999, revertendo o impacto negativo que o regime anterior provocava sobre o desempenho da agricultura. O novo regime cambial passou a funcionar como uma proteção, contra a

concorrência, para um leque maior de produtores familiares, particularmente em relação aos produtores sulinos. O segundo elemento concerne ao efeito resultante do processo de ajustamento da estrutura produtiva agrícola, tornando-a mais eficiente à medida que selecionou os mais capazes a permanecerem na disputa no mercado (mais globalizado) – processo esse que se desenrolou ao longo das duas últimas décadas, de forma mais aprofundada na década de 1990. O efeito resultante levado a cabo pelo ajuste estrutural das unidades produtivas na região Sul possui o significado de que o conjunto de produtores rurais que foram selecionados (que puderam se proteger) durante a crise dos anos 90 iniciou a presente década com mais possibilidades de preservação da sua capacidade de reprodução social. Alia-se a essa condição estrutural a conjuntura macroeconômica mais favorável (o primeiro elemento), que não está exercendo pressão, pelo menos não na mesma intensidade exercida nos anos 90, por novos ajustes na estrutura produtiva do setor, traduzindo-se em uma menor pressão à (tendência de) expulsão de mais agricultores do setor.

Dentro dessa lógica de análise, consideramos plausível supor que, dada a permanência latente da referida contradição no interior do modelo agrícola disseminado na região Sul do país (muito mais do que na região Nordeste), a alteração das condições macroeconômicas poderá acirrar o movimento contraditório intrínseco à estrutura agrícola predominante na região Sul, e novamente os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD virem a registrar a continuidade do processo de redução da base familiar (particularmente, das famílias pluriativas) de produção agrícola sulina.

4.5. Últimas Considerações

O objetivo do Capítulo consistiu em apontar para uma tendência de declínio do número de produtores agrícolas familiares e, subseqüentemente, do número de famílias pluriativas. E que a raiz dessa tendência reside na contradição intrínseca ao modelo agrícola orientado por novas bases regulatórias (a substituição relativa do Estado por critérios privados de eficiência alocativa dos fatores produtivos e dos recursos financeiros). A "crise" agrícola (no que respeita ao lado prejudicado) nada mais é do que a forma aparente, a forma superficial de agudização dessa contradição em decorrência das alterações sofridas

nas políticas macroeconômicas (de comércio exterior, agrícola, monetária, fiscal, cambial, institucional). Contradição que se expressa pelo aprofundamento da modernização da agricultura às custas da expulsão de largas frações de pequenos produtores familiares do setor. Esse é, a nosso ver, o cerne da impossibilidade – caso não se alterem essas condições – de crescimento de famílias pluriativas na região Sul do país, a região com maiores índices de difusão (em todas as faixas de tamanhos de estabelecimentos agrícolas) desse modelo especificamente capitalista de produção agrícola.

Este Capítulo, portanto, procurou realçar uma tendência que é gerada por um modelo de produção agrícola, cujo funcionamento interno é marcado por uma contradição que lhe é imanente. Uma contradição que se revela – é o que se tentou destacar no corpo do texto –, simultaneamente, na ampliação dos espaços produtivos (comerciais e de financiamento) ocupados por uma parcela cada vez menor de produtores atualizados com esse modelo, e na perda dos mesmos espaços por contingentes de produtores cada vez mais amplos – levados, paulatinamente, a abandonar as atividades do setor.

A gravidade desse processo no Brasil se dá pela ausência, no âmbito da política agrícola, de um conteúdo *social* para compensar a incapacidade (ou mesmo, a impossibilidade) de uma vastidão de produtores familiares para se ajustar ao processo de modernização.

O aumento da produtividade do setor agrícola brasileiro nos anos 90 é visto pela chefe de estudos agrícolas do IBRE/FGV, não apenas como o resultado da incorporação generalizada de tecnologias pelos produtores, mas reflete também, em larga medida, *"o efeito da eliminação de grande número de produtores ineficientes, incapazes de vencer o desafio da competitividade"* (Lopes, 2002: 37; grifo nosso).

Nesse sentido, a tendência que se configura no interior da agricultura brasileira é a de uma agricultura cindida, cada vez em maior profundidade, entre agricultores integrados e não integrados aos complexos agroindustriais – CAIs (Graziano da Silva, 1998; Favaret Filho, 2002). Em relação ao financiamento desses dois grupos de produtores, ressalta-se ainda que a mudança na orientação do financiamento para a agricultura brasileira põe em evidência

> *"a clara separação entre a agricultura empresarial, articulada para a frente junto à indústria, exportadores e distribuição e a pequena agricultura (familiar, na maioria das*

> *vezes) amparada apenas pelos mecanismos 'sociais' de sustentação. Fica evidente que com a perda do poder de regulação por parte do Estado expresso através da administração dos velhos mecanismos do crédito, que a distância entre estas duas agriculturas só tende a aumentar no futuro. Neste quadro, há pouca margem de manobra para a condução de uma política agrícola que possa reverter a perspectiva de concentração da produção e da renda no campo"* (Belik & Paulilo, 2001: 118; grifo nosso).

Diante dessa realidade de uma agricultura dual entre agricultores "viáveis" e agricultores "fadados a desaparecer" com uma atividade agrícola que mais onera do que remunera, restam três alternativas possíveis para esse último grupo de agricultores. Primeira, a de permanecer marginalizado do processo, numa agricultura rudimentar, de subsistência, no máximo atendendo mercados locais diminutos, ou se tornar cada vez mais famílias pluriativas, em reação "estratégica" à sua realidade adversa (esse é o caso da região Nordeste). Segunda, abandonar a atividade agrícola pouco remuneradora, substituindo-a por outras atividades mais atrativas em outros setores da economia, tornando-se famílias não agrícolas (esse é o caso da região Sul, que possui uma rede urbana economicamente mais dinâmica e mais espalhada pela região, comparativamente à região Nordeste (IPEA/NESUR, 2001)). Terceira, tornar-se famílias de não ocupados, dependentes, em boa parte dos casos, de rendas "sociais" (via transferências governamentais).

Acrescente-se que se trata de uma contradição imanente a uma agricultura moderna – nos moldes já descritos – conjugada à realidade de um país que não possui políticas públicas de cunho social capazes de atender à vasta demanda de pequenos produtores agrícolas familiares; que tem uma renda *per capita* baixa e altamente concentrada; e que, por essas razões, apóia-se em um mercado consumidor extremamente estreito. Mesmo que se eleve a renda *per capita* nacional, o efeito sobre a demanda por produtos agrícolas alimentares será pequeno, em decorrência da alta concentração da renda *per capita* no seu estrato superior[124], o que se traduz em baixa elasticidade renda da demanda de alimentos. Tal realidade exige, portanto, impreterivelmente uma política maior de redistribuição da renda nacional.

[124] Cf. Hoffmann (2002).

Considerações Finais e Conclusões

Este trabalho procurou avançar no estudo sobre a pluriatividade no contexto da construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil.

A discussão central do trabalho girou em torno da questão de se, no Brasil, a pluriatividade pode ser encarada como um instrumento no qual a agricultura familiar, particularmente seu segmento mais desestruturado residente nas áreas rurais das regiões Nordeste e Sul, poderá se apoiar.

Partimos do princípio de que o desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro avançou de maneira desigual entre as regiões do país – manifestando-se de forma mais intensa na região Sul, comparativamente à região Nordeste, consolidando na primeira um modelo de agricultura calcado na especialização do trabalho e da produção, e no emprego intensivo de insumos químicos e máquinas.

A partir dessa compreensão, buscamos orientar a discussão proposta, realizando uma análise comparativa da evolução das famílias pluriativas entre as regiões Nordeste e Sul. Escolhemos essas duas regiões por duas razões elementares: primeiro, porque abrigam aproximadamente 77,4% das famílias do universo da agricultura familiar (famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas); segundo, porque correspondem – Nordeste, de um lado, e Sul, de outro – a extremos resultantes da "modernização dolorosa" da agricultura do país.

Para a consecução do trabalho utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, referentes às décadas de 1980 e 1990 e aos anos mais recentes, 2001 a 2003. Com eles pudemos construir uma tipologia de famílias especialmente para os propósitos do trabalho. As famílias foram classificadas pela posição na ocupação (conta-próprias, assalariadas e não ocupadas) e, em seguida, pelo ramo de atividade (agrícola, pluriativo e não agrícola).

Os dados apresentados revelaram que a pluriatividade, no Brasil, tende a crescer e persistir na região mais pobre do país (Nordeste) e que, ao contrário, na região Sul tende a diminuir e perder participação no total das famílias rurais. Os dados sugerem também que

no Nordeste a pluriatividade contribuiu, nas décadas de 1980 e 1990, para a não-redução do universo da agricultura familiar (famílias conta-próprias agrícolas e pluriativas) da região, ao contrário do que ocorreu na região Sul.

A análise indica que na região Sul a redução da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar sulina corresponde ao período 1992/1999 – fase de agravamento nas condições econômicas dos pequenos produtores familiares da região. Obtém-se esse resultado comparando o referido período com os anos da década precedente, na qual pode-se observar uma certa estabilidade da pluriatividade (famílias conta-próprias pluriativas) em relação ao total de famílias rurais, embora não tenha evitado a redução da participação do conjunto da agricultura familiar nesse total.

Em várias situações criadas para análise – tabulações por estratos de tamanho de estabelecimentos, famílias pluriativas no agregado e por diferentes tipos, famílias pobres, diferentes períodos, famílias de proprietários, etc. – ficou explícito que a pluriatividade tende a crescer e persistir na região Nordeste, particularmente entre suas famílias rurais pobres (em torno de 65% das famílias rurais agropecuárias dessa região encontram-se abaixo da linha de pobreza adotada: renda média familiar *per capita* de ½ salário mínimo em R$ de setembro de 1999). Nas mesmas situações de análise, a pluriatividade mostrou trajetória contrária na região Sul.

Na década de 1980 a pluriatividade entre as famílias de conta-próprias e de assalariados, tanto no Nordeste como no Sul, mostrou crescimento na participação relativa no total das famílias rurais agropecuárias, embora mais no Nordeste. Na década de 1990, contudo, na região Sul houve uma *reversão* nesse quadro anterior. A década de 1990 foi marcada por dois eventos importantes para nossa análise: o despontar (e agudização) do fenômeno do *desemprego aberto* e uma série de acontecimentos adversos para o setor agrícola, especialmente para os pequenos produtores familiares.

O primeiro desses eventos (desemprego aberto), certamente o problema mais grave a ser enfrentado pelas sociedades contemporâneas, possui um certo elemento favorável à pluriatividade. Quer dizer, a persistente situação de *instabilidade* e *insegurança* presente no mercado de trabalho brasileiro (Mattoso, 1994; Pochmann, 2000) sinaliza para as famílias agrícolas e pluriativas a importância de se preservar algum nível de atividade agrícola que

compense a instabilidade do mercado de trabalho. Na região Nordeste esse certamente pode ser um fator determinante para o quadro descrito acima. Nessa região predominam os municípios com menos de 50 mil habitantes (92% do total de municípios), em sua maioria pertencentes ao Semi-Árido, com economias locais generalizadamente precárias (IPEA/NESUR, 2001). Ademais, 84% das famílias aqui analisadas residiam nas áreas rurais agropecuárias desses municípios, em 2000.

A região Nordeste recebeu, nos anos 90, plantas industriais que se deslocaram de outras regiões – especialmente da região Sul. Esse fato contribuiu para o aumento da oferta de empregos não agrícolas na região. Contudo, a capacidade de geração de emprego desses novos investimentos produtivos que migraram para a região é limitada, uma vez que os efeitos multiplicadores locais restringem-se em muito aos empregos diretos gerados, já que os efeitos indiretos são "vazados" para outras regiões do país (Souza & Cavalcanti Filho, 2004). Por outro lado, predomina nessa região, conforme vimos, a prática de uma agricultura tradicional ou mesmo rudimentar que oferece baixa capacidade de geração de renda para as populações locais (as rendas médias de todos os tipos de famílias rurais nordestinas se encontram abaixo das médias nacionais, e as rendas das famílias estritamente agrícolas são as menores de todas, embora não muito diferentes das rendas das famílias pluriativas). Por essa razão, essas populações rurais agrícolas buscam na pluriatividade – na diversificação de atividades com outros setores econômicos, nas aludidas economias locais com uma frágil estrutura produtiva – uma forma de complementar a carência da renda (a renda *per capita* média das famílias não agrícolas nordestinas também se encontra abaixo da média nacional). Isso, no entanto, certamente explica o fato de não haver sinais, entre os dados, de conversão de famílias nordestinas agrícolas e pluriativas em famílias não agrícolas, uma vez que estas cresceram sem que as famílias agrícolas e pluriativas diminuíssem, como parece ser, por outra parte, o que ocorreu na região Sul, nos anos 90. Talvez seja essa também a explicação para a estabilidade do número das famílias rurais agropecuárias nordestinas de não ocupados, ao contrário da região Sul, que registrou crescimento rápido do contingente dessas famílias na década passada.

Portanto, com essa combinação de predomínio de práticas agrícolas tradicionais (ou mesmo com técnicas rudimentares: "broca, derrubada e queima da vegetação") com economias locais pobres e pouco diversificadas, com baixíssimo dinamismo econômico, a

pluriatividade só pode ser entendida como uma estratégia das inúmeras famílias rurais pobres nordestinas em busca de sobreviver nessa realidade de pobreza, através da diversificação de atividades em diferentes setores econômicos precarizados. Por essa razão, a "cultura da pluriatividade" evidenciada pelos dados se confunde com a "cultura da pobreza" da região.

Nesse sentido, o crescimento e a persistência da pluriatividade na região Nordeste, especialmente entre o contingente da agricultura familiar, são explicados justamente pela fraqueza de suas economias locais no sentido de não oferecerem oportunidades ocupacionais e de emprego que justifiquem a substituição da agricultura por outros setores da atividade econômica – mesmo sendo uma agricultura atrasada tecnologicamente.

Num ambiente econômico com capacidade produtiva agrícola e não agrícola precarizada e, em certo sentido, estática (no sentido schumpeteriano), a pluriatividade tende a acompanhar a dinâmica das famílias que convivem nesse ambiente, ou seja, a crescer contínua e adaptativamente. No Nordeste brasileiro, a pluriatividade passa a ser a alternativa à pobreza 'estática', à pobreza recorrentemente reproduzida entre as famílias rurais agropecuárias daqueles já citados municípios com até 50 mil habitantes (92% do total).

Em suma, o fato de as famílias rurais agropecuárias nordestinas tornarem-se pluriativas não está contribuindo para evitar o processo de proletarização com empobrecimento, posto que se tornam crescentemente pluriativas permanecendo pobres.

A região Sul, por sua vez, corrobora a hipótese de que as adversidades enfrentadas pelos segmentos agrícolas familiares, ao longo da década passada, particularmente pelos impactos das políticas do Plano Real, provocariam um efeito negativo sobre a pluriatividade da região, especialmente entre as famílias de conta-próprias. Nessa região, a sugestão de que a instabilidade do mercado de trabalho estimularia os pequenos produtores familiares a preservar alguma atividade agrícola – resultando assim em persistência da pluriatividade – não se confirma plenamente em decorrência dos efeitos adversos da crise agrícola sobre os pequenos produtores familiares, os quais se apresentaram mais fortes do que o efeito da instabilidade do mercado de trabalho (crise do emprego industrial) e, conseqüentemente, sobre a pluriatividade. Em um momento de crise econômica e de

emprego há uma tendência, em princípio, de fortalecimento da permanência de explorações agrárias pluriativas, conforme sugerem Etxezarreta *et al.* (1995). Mas, segundo esses autores, a explicação para o desaparecimento de muitas dessas explorações agrárias reside no fato de que a crise agrícola deve ser mais forte do que a crise industrial.

Por essa ótica de análise, na região Sul, portanto, o crescimento significativo (sentido estatístico) e acelerado da PEA desempregada – à taxa de 17,3% a.a. e de 19,5% a.a. nos períodos 1992/1999 e 1995/1999, respectivamente –, cuja população não foi absorvida pelas ocupações e empregos não agrícolas (a PEA rural não agrícola sulina cresceu a taxas menores na ordem de 3,9% a.a. e 4% a.a., nos citados períodos), e a instabilidade existente no mercado de trabalho não foram suficientes para evitar (no sentido colocado acima) a *reversão* da trajetória da pluriatividade em relação aos anos 80, na região.

Entendemos que pesou contra a pluriatividade na região Sul exatamente a forte crise agrícola enfrentada pelos pequenos produtores familiares da região, ao longo da década passada. Mostramos que essa crise é a expressão da contradição interna ao modelo agrícola especificamente capitalista largamente difundido na região Sul, cuja lógica repousa na contínua seleção dos produtores mais aptos ao mercado e, de outro lado, exclui os inaptos. Essa contradição foi acirrada pelas políticas econômicas adotadas nos anos 90 – abertura comercial com indiscriminada exposição à concorrência de produtos importados fortemente subsidiados na origem, encarecimento do crédito, taxas de juros elevadas, câmbio defasado barateando os produtos concorrentes, etc. Mostramos que a crise, na verdade, ocorreu para os pequenos produtores que não tinham recursos para se proteger do ajuste no setor promovido pelo novo ambiente concorrencial. Nesse novo contexto, os produtos e os produtores que mais perderam com as políticas implementadas no período foram os da agricultura familiar (em estabelecimentos com menos de 100 ha). E são exatamente os produtos com os quais os produtores familiares da região Sul têm proeminência sobre os produtores das demais regiões.

Essas razões certamente são centrais na explicação do abandono de muitas unidades familiares sulinas da atividade agrícola, nos anos 90. Porém, os dados apresentados sugerem que, diferentemente do que aponta Schneider em sua pesquisa, a baixa

rentabilidade da pequena agricultura familiar da região Sul levou muitas famílias agrícolas a "recorrerem a um novo tipo de inserção profissional" tornando-se, *não* famílias pluriativas (como sugere Schneider, 2003: 223), mas famílias não agrícolas (com rendas médias maiores, e melhores indicadores materiais de vida). Assim como também boa parte das próprias famílias pluriativas sulinas se tornaram famílias não agrícolas, nos anos 90. Cabe insistir em dizer também que foram as famílias sulinas não agrícolas *sem* autoconsumo as que mais cresceram nos anos 90, além de serem as mais numerosas (em média, 80%) no total das famílias não agrícolas. Obviamente que essas afirmações competem para aquelas famílias que deixaram de ser agrícolas e pluriativas e que permaneceram com algum membro ocupado, uma vez que muitas delas podem também ter se convertido em famílias de não ocupados.

Um dos resultados desses efeitos foi, conforme mostramos no Capítulo 3, a contração do universo da agricultura familiar sulina, nos estratos de tamanho de estabelecimentos inferiores a 100 ha. Essa redução foi registrada tanto entre o conjunto das respectivas famílias como também quando consideramos somente as famílias conta-próprias de proprietários. Por outro lado, registrou-se também o crescimento do número de produtores familiares em estabelecimentos com tamanho acima de 100 ha (mas não pluriativos, que registraram queda). Esses dados confirmam as ponderações acima, ao evidenciar o efeito negativo da crise agrícola sobre os pequenos produtores familiares (agrícolas e pluriativos) da região Sul e a crescente concentração de famílias de conta-próprias agrícolas em estabelecimentos a partir de 100 ha.

A explicação para esse processo de concentração de famílias em estabelecimentos com 100 ha e mais, na região Sul, foi fornecida pelos Capítulos 3 e 4. Está relacionada com a conjugação de uma série de fatores: o modelo agrícola capitalista bastante difundido pela região; as políticas macroeconômicas dos anos 90 altamente desfavoráveis aos pequenos produtores familiares porque exacerbaram a contradição inerente ao modelo agrícola acirrando a concorrência entre os capitais individuais e a seleção dos mais eficientes; a existência de maiores oportunidades de ocupação em atividades não agrícolas nos entornos rurais, possibilitando a conversão dos "não selecionados" em famílias não agrícolas (sem contar que muitos estão se tornando não ocupados); por fim, outro fator que pode ter contribuído para essa concentração de famílias no estrato superior (100 ha) deve ser o fato

de os recursos do PRONAF-C terem se concentrado no *conjunto menor* dos estabelecimentos da agricultura familiar que "coincide" com os estabelecimentos classificados no grupo D (10,1% do total B, C e D), que é o grupo de estabelecimentos rurais familiares mais capitalizados e estruturados do país, uma vez que é na região Sul que se concentra a maior parte dos recursos apropriados por esse grupo (57% dos estabelecimentos do grupo D localizam-se nessa região).

Enfim, os momentos adversos para a maioria dos pequenos produtores familiares (crise agrícola) põem de manifesto um certo caráter relativamente *transitório* que a pluriatividade contém para muitas famílias rurais, especialmente as da região Sul, em um contexto que combina os seguintes elementos: um modelo agrícola capitalista calcado em (e responsável por) uma agricultura dual, cindida entre um segmento de produtores rurais integrados às cadeias produtivas e comerciais das agroindústrias (segmento cada vez menor), e um outro segmento de produtores familiares descapitalizados e sem condição de lograr se integrar àqueles circuitos; uma região com economias locais mais dinâmicas do ponto de vista da oferta de oportunidades ocupacionais e de empregos em atividades não agrícolas; as rendas não agrícolas bastante superiores às rendas agrícolas; e, por fim, mas não menos importante, em absoluto, a ausência do poder público (políticas públicas) assegurando compensação das perdas dos segmentos mais desprotegidos da agricultura familiar nos momentos adversos. Esse relativo caráter *transitório*, no entanto, não tem o sentido de as famílias pluriativas voltarem a ser famílias agrícolas, senão de se tornarem famílias não agrícolas. Ou seja, a pluriatividade é parte de um *rito de passagem* de famílias agrícolas para famílias não agrícolas.

Reforçam essa percepção do caráter *transitório* das famílias pluriativas (e agrícolas) sulinas (as características acima são mais próprias do Sul do que do Nordeste) e do *rito de passagem* os dados sobre a evolução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no interior das famílias pluriativas e não agrícolas. Essas estatísticas podem estar sugerindo que a pluriatividade pode estar associada a processos graduais de abandono da atividade agrícola (no caso de uma região com as características do Sul). Ou seja, os registros podem estar indicando um processo gradual de *esvaziamento* das famílias sulinas agrícolas e pluriativas – no sentido

de menos pessoas ocupadas, especialmente em atividades agrícolas –, o que pode significar um passo para a paulatina conversão dessas famílias em famílias não agrícolas.

No Nordeste, o número de famílias conta-próprias pluriativas era cinco vezes maior que o número das famílias conta-próprias não agrícolas, em 1999. No Sul, essa relação cai para duas vezes apenas. E, considerando que no Sul as famílias rurais não agrícolas (conta-próprias e assalariados) cresceram mais rápido do que todos os demais tipos familiares (também em relação às famílias nordestinas), nos anos 90, pode-se ver que as considerações acima convergem com esses dados, uma vez que no Sul, e bem menos no Nordeste, as famílias agrícolas e pluriativas tendem a se tornar (aceleradamente, dada a ordem das taxas de crescimento e o alto nível de significância) famílias não agrícolas – especialmente se forem considerados os períodos de intensificação das dificuldades econômicas para os segmentos dos pequenos produtores rurais.

Convém esclarecer que quando falamos em *reversão* (em termos de crescimento) da pluriatividade na região Sul, especialmente nos momentos de crise na agricultura, não estamos afirmando que a pluriatividade tende a desaparecer e, junto com ela, a agricultura familiar. Apesar de termos apontado como causa principal para a diminuição de ambos os segmentos sociais a crise agrícola – expressão do modelo agrícola capitalista regido cada vez mais por regras de mercado – que acorreu sobre os pequenos produtores da região, que sem o apoio do Estado para compensar os produtores mais frágeis, favoreceu os produtores mais eficientes, estamos conscientes de que muitas unidades produtivas familiares não se orientam única e decisivamente pelo cálculo capitalista visando ao lucro. A orientação de muitas explorações familiares pode estar associada mais às necessidades de consumo da família (Chayanov, 1985; Reinhardt & Barlett, 1989), principalmente se forem unidades produtivas que não conseguem o êxito (cada vez mais exigente) de se integrar aos circuitos dos complexos agroindustriais. Certamente essa lógica familiar, distinta da lógica de mercado, do cálculo capitalista, tenha sido responsável por manter ativas muitas pequenas unidades familiares, a despeito das políticas agrícolas indiferentes (ou desfavoráveis) a elas, ao longo das últimas décadas de aprofundamento do modelo agrícola capitalista.

O que estamos cogitando, todavia, a partir dos dados apresentados é que na região Sul, se não houver políticas específicas voltadas para evitar o abandono das atividades

"tradicionais" entre aquele contingente de agricultores familiares mais pobres, a agricultura familiar não se constituirá na base social para um novo modelo de desenvolvimento rural nem haverá possibilidade de crescimento da pluriatividade. Pelo contrário. Acreditamos que na crise da agricultura nos anos 90 – em que os governos brasileiros adotaram um modelo econômico no qual a ação do Estado ficou ainda mais limitada, agora mais dificultada, para atender aos interesses dos agricultores "periféricos", legando ao mercado a primazia na organização do setor – a tendência à redução gradual da pluriatividade e do conjunto da agricultura familiar tornou-se mais patente, na região Sul.

Não discordamos com o fato de que nessa região – mais rica (em termos de PIB por setores e *per capita*) e de agricultura mais modernizada do que a região Nordeste – a pluriatividade continuará existindo e sendo importante para o que ainda resta de agricultura familiar. Apenas alertamos que a tendência dos dados sugere que a existência da agricultura familiar sulina corresponderá a um universo cada vez mais estreito (o conjunto dessas unidades produtivas diminuiu significativamente na ordem de 2,8% a.a., puxado, na mesma medida, pelas famílias de conta-próprias tanto agrícolas como pluriativas, nos anos 90). Sem o apoio das políticas, as tendências reveladas por diversas pesquisas (desemprego estrutural na indústria e na agricultura, sem completa compensação pelo lado do setor de serviços) podem evidenciar a inexorável inocuidade da pluriatividade diante da dimensão dos desafios quanto à ocupação e geração (e elevação) de renda da população rural e sua contenção em seu lugar de origem, entre outros benefícios.

Reconhecemos que a pluriatividade é um instrumento importante de apoio à agricultura familiar, particularmente sua parcela menos capitalizada. A despeito disso, contudo, este trabalho mostra que a *base familiar* para um *novo modelo de desenvolvimento rural* torna-se cada vez mais estreita no Sul. Se a sociedade (elaboradores de políticas para o rural e seus demandantes) quiser evitar esse processo, faz-se necessária a intervenção de políticas específicas para apoiar a permanência da população rural (com algum tipo de acesso à terra) em atividades agrícolas, mesmo que seja apenas para o autoconsumo (atividades "tradicionais").

Chamamos a atenção para o fato de que as constatações extraídas da análise dos dados sugerem que *não* é o dinamismo *não agrícola* de um determinado entorno rural

(economia local) o determinante último para a configuração de um quadro de *crescimento* de casos de pluriatividade em uma região. Se essa relação fosse verdadeira, seriam de esperar trajetórias opostas às que foram descritas pelos dados nos Capítulos 2 e 3, tanto para a região Nordeste (economias locais muito precárias) como para a região Sul (economias locais mais dinâmicas).

Em outras palavras, se por um lado concordamos com a existência de uma relação direta entre o crescimento econômico de uma *economia local* e o *surgimento* de casos de pluriatividade nas suas vizinhanças rurais (conforme averiguaram Mattei, 1999 e Souza, 2000), por outro lado, todavia, queremos enfatizar que o crescimento econômico de um dado entorno rural, ampliando a oferta de ocupações rurais não agrícolas – ORNA –, não é condição suficiente, embora necessária, para assegurar uma trajetória de *crescimento* da pluriatividade em uma área rural.

A presença de ORNA nos entornos rurais é necessária, mas não suficiente para o crescimento da pluriatividade. Para garantir a *suficiência*, faz-se necessária ainda, do nosso ponto de vista, a presença ativa do Estado, através de políticas que incentivem a permanência da população rural (que detém algum acesso à terra) com alguma atividade agrícola – isto é, evitando o abandono dessas atividades. Ou seja, não haverá pluriatividade se as atividades agrícolas não forem também valorizadas.

Chegamos à conclusão de que, entre outras coisas, *a dinâmica da pluriatividade em uma determinada região rural encontra-se muito diretamente relacionada à dinâmica da sua PEA agrícola, talvez mais do que à dinâmica das ORNAs presentes no seu entorno*. Em um outro trabalho (Nascimento, 2005), procuramos enfatizar a importância fundamental que teve a preservação de inúmeros pequenos estabelecimentos agrícolas (ineficientes para enfrentar o mercado) na Comunidade Econômica Européia, através da sua Política Agrícola Comum, para a configuração de casos crescentes de pluriatividade (crescimento considerado *sustentável* pelo Arkleton Trust, 1992). No Brasil, como jamais houve uma política agrícola com esse conteúdo *social*, o declínio da pluriatividade em regiões modernizadas (região Sul, com perfil socioeconômico mais próximo da CEE do que do Nordeste brasileiro) torna-se evidente, especialmente em momentos de crise no setor agrícola.

Concordamos plenamente com a análise de que os processos de industrialização difusa ocorridos no interior da região Sul – anteriormente aos anos 80 – convergiram, em combinação com as características da agricultura camponesa da região, para a proliferação de casos de famílias rurais pluriativas (Sacco dos Anjos, 1995; Schneider, 1999). Contudo, as informações fornecidas no presente trabalho nos levam a crer que as próprias condições econômicas criadas pela industrialização difusa, no tocante às redes urbanas da região (Capítulo 2), juntamente com o efeito do aprofundamento das práticas capitalistas na agricultura dessa região, não mais conduzem as famílias rurais a se tornarem pluriativas, senão a se tornarem progressivamente famílias não agrícolas.

No Nordeste, a *base familiar* do novo modelo de desenvolvimento rural continua resistindo ao tempo e ao descaso público. Outrossim, mediante as conclusões até aqui tecidas, podemos conjeturar que – na ausência de políticas públicas com um conteúdo social compensando as perdas dos pequenos produtores perante o modelo agrícola capitalista – em um contexto de adoção de "tecnologias verdes" (aprofundamento das práticas capitalistas na agricultura) e de uma hipotética conjuntura futura de crescimento econômico descentralizado para as economias locais da região, o resultado será aquele cenário que os dados mostraram para o Sul do país: sistemático estreitamento da *base familiar* e da pluriatividade.

O Nordeste é a região com maior potencial de êxodo rural, porque contém 47,5% de todos os estabelecimentos do país (2,3 milhões), 94,2% deles com área inferior a 100 hectares (E. Alves, 2001). Um maior ritmo de modernização dos estabelecimentos agrícolas conduziria a mais desemprego agrícola (redução da PEA agrícola) e, se não houver outras alternativas (estranhas à agricultura), isso sim potencializará o êxodo rural, embora, talvez, não tanto quanto nos anos 70, quando o próprio dinamismo urbano-industrial absorvia os expulsos dos campos, já que mesmo que a economia volte a crescer a taxas menos medíocres (segundo as alcançadas nos anos 80 e, sobretudo, nos 90s) não mais absorverá o excedente de mão-de-obra desempregada ou subempregada (Mattoso & Baltar, 1996).

A relevância dessas ponderações reside em que se a sociedade considerar importante elaborar políticas para fomentar de maneira *sustentável* mais casos de pluriatividade, a fim de esta servir de instrumento para combater o desemprego rural e urbano (e para segurar a população rural em seu local de origem) e para a "*revitalização das economias locais e de sua sociabilidade"* (Schneider, 2001: 439), não será apenas fomentando ORNAs que aquele objetivo será alcançado. Poderá resultar simplesmente em mais

crescimento de famílias não agrícolas – não que esse resultado não seja desejável, pelo contrário, uma vez que essa também poderá vir a ser perfeitamente outra alternativa da sociedade, que também poderá ser forte aliada na resolução dos problemas contemporâneos. Contudo, a questão aqui é: se a sociedade quiser apostar em um crescimento da pluriatividade como uma das formas de enfrentamento do desemprego rural-urbano e de desafogo das cidades, tem-se que incentivar a permanência da população com alguma atividade agrícola, além de lhe proporcionar mais oportunidades ocupacionais *não agrícolas*.

É nesse sentido que o estudo da *evolução* da pluriatividade faz mais sentido neste trabalho do que o estudo da pluriatividade em si mesma. Nesse ponto o elemento político (políticas públicas) é fundamental. Sem esse elemento fica difícil compreender por que, por exemplo, a pluriatividade na região Sul do país apresenta taxas negativas de crescimento, notadamente em períodos de crise do setor agrícola.

A importância de analisar a evolução dos diferentes tipos de famílias – e não apenas suas especificidades em si mesmas – é a de que nos permitiu visualizar um quadro mais dinâmico das alterações das configurações sociais nas áreas rurais agropecuárias das duas regiões com predomínio da agricultura familiar. Dessa forma, pudemos perceber que as demandas sociais (não patronais) das áreas rurais agropecuárias são crescentemente bem mais amplas do que as demandas da agricultura familiar (que perde posição relativa).

A observação da evolução dos diferentes tipos de famílias nos permitiu perceber ainda que ao longo das duas últimas décadas foram as famílias não agrícolas as que mais ganharam espaço nas áreas rurais agropecuárias. E o bom sinal desse movimento é que são famílias que detêm os melhores indicadores de renda e de qualidade material de vida.

Nesse sentido, do ponto de vista das políticas públicas, as constatações da pesquisa significam que as demandas sociais no campo não são somente as da agricultura familiar modernizada – por apoio à intensificação da competitividade –, nem tampouco apenas as da agricultura familiar mais frágil (“inviável” para a concorrência de mercado) – para a qual seriam destinados os estímulos (e recursos) à pluriatividade. Mas, orientando-se pelas tendências, sobretudo, deve-se considerar a crescente presença de famílias não agrícolas (conta-próprias e assalariadas) domiciliadas nas áreas rurais agropecuárias do país e avaliar

se não deve ser pelo atendimento de suas demandas – sem negligenciar a importância de atender aos distintos segmentos da agricultura familiar – que devem seguir as políticas destinadas a redesenhar as instituições "rurais" empenhadas com a construção do novo modelo de desenvolvimento rural[125].

Por mais virtudes que possam ser identificadas na pluriatividade, não se pode ancorar nela resposta para todos os problemas relativos à temática do desenvolvimento rural. Os dados mostram que se se pode falar em "fenômeno" no meio rural, nos anos 90, este se encontra muito mais fora do âmbito da agricultura familiar do que dentro dela. Está-se falando do forte crescimento das famílias rurais não agrícolas (e de não ocupados).

Procuramos pôr em evidência a forte heterogeneidade de segmentos sociais que povoam e estruturam o mundo rural brasileiro. O que está implícito nessas considerações[126] é que o tratamento a ser dispensado às áreas (e famílias) rurais não deve ser orientado para um único segmento, exclusivamente.

Se o novo modelo de desenvolvimento rural não pode ser ancorado unicamente no apoio público à agricultura familiar mais estruturada, tampouco se deve supor que alargando o suporte público para a parcela (majoritária) da agricultura familiar desconectada dos circuitos econômicos dos complexos agroindustriais – através da *construção* de uma cultura da pluriatividade no seio desse segmento –, estar-se-á atingindo todo o espectro de demandas a serem atendidas em prol do referido novo modelo de desenvolvimento rural.

Mostramos que a cada ano o conjunto da agricultura familiar perde espaço, notadamente na região Sul, para as famílias de conta-próprias não agrícolas e de assalariados (agrícolas, pluriativos e não agrícolas), e famílias de não ocupados. Em 1999, a agricultura familiar já representava menos da metade do universo de famílias residentes nas áreas rurais.

---

[125] Não cabe neste trabalho discutir a capacidade orçamentária do Estado para fazer frente a todas as demandas sociais que estão delineadas ao longo do texto. Ao levantar o rol de demandas sociais (cada dia mais heterogêneas) existentes no meio rural, procuramos apenas construir um quadro mais dinâmico das tendências das famílias rurais com o intuito de subsidiar futuras (opções de) políticas públicas.

[126] Del Grossi, Graziano da Silva, Campanhola (2001) já advertiam para a importância de considerar essa heterogeneidade.

Considerando que dentro do rol de famílias rurais são as famílias não agrícolas (de conta-próprias e de assalariados) as que mais apresentam elevadas taxas de crescimento significativas (em relação também a seus pares urbanos) e que, em acréscimo, são as que proporcionam melhores indicadores materiais de condição de vida, conviria, portanto, direcionar parte dos recursos sociais (financeiros, criatividade/pesquisa, etc.) para criar formas de promover a conversão do também crescente contingente de famílias de não ocupados em famílias *não agrícolas*. Por que não promover também a conversão de parte de famílias mais pobres agrícolas e pluriativas em famílias não agrícolas residentes do meio rural (completar o processo de proletarização reduzindo a pobreza)?

A resposta a essa pertinente indagação – polêmica, dado o contexto de impasse no processo de reforma agrária no país – não depende somente de uma constatação empírica de que as condições materiais de vida das famílias não agrícolas são superiores às dos demais tipos ou de alguma outra constatação estatística, assim como tampouco da mera vontade de acadêmicos.

Assim como a pluriatividade e a agricultura familiar devem ser *construídas politicamente* da mesma forma deve ser a conversão de famílias agrícolas pobres em famílias não agrícolas. Em outras palavras, para que essa conversão aconteça, faz-se necessária a criação de políticas públicas direcionadas para essa finalidade. E, para tanto, é necessário primeiro que essa *opção política* seja requerida e aceita por ambas as partes envolvidas; vale dizer, não apenas pelos formuladores de políticas, mas impreterivelmente pelos demandantes delas. É necessário que os atores sociais e seus interlocutores as desejem, reconheçam e as reivindiquem; vale dizer, é necessário que as validem socialmente como importantes para um novo desenvolvimento rural.

Um exemplo claro disso é o próprio PRONAF. Conforme mencionado no primeiro capítulo, esse Programa foi fruto de anos de reivindicação dos movimentos sociais e das lideranças dos grupos de agricultores historicamente excluídos do raio de cobertura das políticas agrícolas. No entanto, por outro lado, entre os atores sociais envolvidos diretamente nesse Programa predominam os interesses em torno do *crédito agrícola*. Ou seja, os beneficiários desse Programa em sua grande maioria são famílias de agricultores (apenas 4,8% são famílias não agrícolas, conforme resultado da pesquisa do

IICA/MDA/FECAMP, 2002: 50[127]), cujo maior interesse repousa nos recursos destinados para a produção agrícola e não para atividades não agrícolas. Da mesma forma, pelo lado dos formuladores do Programa, o incentivo maior reside na destinação dos recursos para a produção agrícola e não para o estímulo à geração de outras formas de atividade em outros setores da economia.

Nesse sentido, a questão da conversão das famílias agrícolas pobres em famílias não agrícolas passa primeiro pela aceitação de uma outra alternativa de reprodução familiar por parte dos próprios potenciais beneficiários (demandantes) das políticas públicas e de seus interlocutores – os que dialogam com eles e os que dialogam por eles: a alternativa não agrícola, a qual não necessariamente substituirá por completo a ligação a uma atividade agrícola (mesmo que seja para o auto-sustento alimentar) das famílias rurais com algum tipo de acesso à terra. Ou seja, *a priori* deve haver a aceitação de que a família não dependerá mais exclusivamente da renda gerada da atividade agrícola, mas que esta será secundária, em última instância, complementar da renda não agrícola.

[127] Esse percentual refere-se apenas às atividades principais dos residentes dos domicílios pesquisados. Considerando, todavia, a distribuição dos domicílios segundo as atividades principais e secundárias de seus residentes, a participação dos domicílios não agrícolas no conjunto de domicílios ainda é menor (2,4%).

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R., VEIGA, J. E. (1998). *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPE/USP. Programa seminários Acadêmicos, n. 21/98.

ALENTEJANO, P. R. (1999). Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO (org.): *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, p. 147-173. 394p.

ALVES, E. (2001). Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 39, n.3, jul/set, pp.09-40.

ALVES, E., SOUZA, G. S., BRANDÃO, A. S. P. (2001). A situação do produtor com menos de 100 hectares. *Revista de Política Agrícola*, Ano X, n.1, jan/fev/mar., pp. 27-36.

ALVES, E. R. A., SOUZA, D. P. H. (2000). Produção brasileira de leite. *Economia Rural*. Viçosa, MG, 1 (11), jan./jul.

ALVES, E., LOPES, M., CONTINI, E. (1999). O empobrecimento da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola*, Ano VIII, n.3, jul/ago/set., pp. 05-19.

ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Cortez/Unicamp.

AQUINO, J. R., TEIXEIRA, O. A., TONNEAU, J. (2004). Pronaf: política agrícola discriminatória?! *IX Encontro Nacional de Economia Política – ENEP* (CD-ROM). Uberlândia, MG.

ARRAES, R. A., TELES, V. K. (2000). Fatores causadores e mantenedores da inadimplência rural. *Estudos Econômicos*, n.9. Fortaleza, CE: CENER/CAEN/UFC.

ARKLETON TRUST (1992). *Adaptation des Menages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles*. Luxembourg, Commission Européenne.

BAPTISTA (2000). *Agricultura e Territórios*. Celta Ed., Lisboa.

BARDAJÍ, I., JIMÉNEZ, M. M. (1995). La iniciativa Leader I y su contribución a la pluriactividad en Castilla y León. *Agricultura y Sociedad*, n.77, oct/dic, pp. 147-172.

BELIK, W. (2000). PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. [orgs] (2000). *O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, pp. 93-115.

BELIK, W. (1999). *Muito Além da Porteira: Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil***.** Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia.

BELIK, W., BALSADI, O. V., BORIN, M. R., CAMPANHOLA, C., DEL GROSSI, M. E., GRAZIANO DA SILVA, J. (2003). O Emprego Rural no Brasil, *in*: PRONI, M. W.,

HENRIQUE, W. [orgs.]. *Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos anos 90*. (coleção economia contemporânea). São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 358p.

BELIK, W., PAULILO, L. F. (2001). O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade, *in*: LEITE, S. [org.] (2001). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS. 249p.

BELLUZZO, L. G. M. (1998). *Valor e capitalismo: um ensaio sobre economia política*. 3ª ed. – Campinas, SP: Instituo de Economia/UNICAMP (30 Anos de Economia – UNICAMP, 3).

BITTENCOURT, G. A. (2003). *Abrindo a Caixa Preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp. (dissertação de mestrado)

BITTENCOURT, G. A. (1997). As políticas agrícolas e a agricultura familiar no Sul do Brasil, in: CEBRAP (1997). *Políticas públicas e inclusão social: a visão das organizações não governamentais*. Cadernos de Pesquisa, n. 7.

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente, IE/Unicamp, 2000. (4 volumes)

CARNEIRO, M. J. (2000). Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente, IE/Unicamp, 2000. (4 volumes), v.4.

CARNEIRO, M. J. (1997). Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro 8: 70-82 (abril).

CARNEIRO, M. J. (1996). Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, ano 11, out. 1996, pp. 89-104.

CARVALHO, F. F. (2001). *Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)

CEE (1998). *El Futuro del Mundo Rural*. Madrid, MAPA. 149p.

CHAYANOV, A. (1985). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión

COELHO, C. N. (1997). O Plano Real e o desempenho da agricultura. *Revista de Política Agrícola*, Ano VI, n.4, out/nov/dez., pp.17-27.

CRUZ, P. D. (1995). Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. *Nova Economia*. v. 5, n. 1, ago.

DELGADO, G. (1985). *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone.

DEL GROSSI, M. E. (1999). *Evolução das Ocupações Não-Agrícolas no Meio Rural Brasileiro, 1981-1995*. Campinas, SP, IE-Unicamp. (tese de doutoramento)

DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. (1998). A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nr 11, out. 1998. pp. 26-52.

DIAS, G. L. S. (2000). As dores da transição. *Revista Globo Rural*, agosto 2000, p. 46.

ETXEZARRETA, M. (1995). *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid, Ministerio Agricultura (Série Estudios)

ETXEZARRETA, M.; ROSELL, J.; VILADOMILE, L. (1989). El replanteamiento Del proteccionismo agrario y la política de estructuras. *Revista de Economia*. Madrid. 666: 75-100, febrero.

FAVARET FILHO, P. (2002). Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite. *BNDES Setorial*, n. 16, set/2002, pp. 31-56.

FERREIRA, B., SILVEIRA, F. G., GARCIA, R. C. (2001). A Agricultura Familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (orgs.); FERREIRA, B. ..... [et al] (2001). *Transformações da Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA.

FIGUEIREDO, N. M. S., HOFFMANN, R. (1998). A dinâmica da modernização da agricultura em 299 microrregiões homogêneas do Brasil: 1975, 1980 e 1985. *ANAIS do XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*. Poços de Caldas: SOBER, pp. 439-450.

FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies***.** N. 6 (4), pp. 361-373.

GASQUES, J. G., SPOLADOR, H. F. S. (2003). Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura. *Texto para Discussão*, n. 952. IPEA: Brasília.

GOLDIN, I., REZENDE, G. C. (1993). *A agricultura brasileira na década de 80: crescimentos numa economia em crise*. Rio de Janeiro, IPEA.

GOODMAN, D. *et al.* (1985). Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais. *Revista de Economia Política*, 20. vol 5, nr. 4, p. 31-56.

GORZ, A. (2003). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume. 248p.

GOULARTI FILHO, A. (2001). *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*. IE/UNICAMP (tese de doutoramento).

GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP-IE. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. (1998). *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP-IE.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1982). *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 192 p (Coleção Agricultura e Sociedade).

GRAZIANO DA SILVA, J. (1981). *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec. (Economia & Planejamento)

GRAZIANO DA SILVA, J. (2001). Quem precisa de uma estratégia de uma estratégia de desenvolvimento? In: NEAD (2001). *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem*

O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. 110p.

GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M. E. (2000). A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. (org.). *O Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo, Edusp. P. 139-158.

GREEN, Raul & R. dos SANTOS, R. (1991). *Economia de Red y Reestruturacion del Sector Agroalimentario*. Paris, INRA.

GRUPO DE BRUGGE (1996). *Por um Cambio Necessário em la Agricultura Europea*. Córdoba (Espanha), IESA, 69p.

HELFAND, S. M., REZENDE, G. C. (2001). Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas, *in:* GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. [orgs.] (2001). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 539p.

HERVIEU, B. (1996). Los Campos del Futuro. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion. *Serie Estudios*, n. 118.

HILL, B. F. (1984). *The Common Agricultural Policy: Past, Present and Future*. London, Methuen.

HOFFMANN, R. (2002). A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. *Economia e Sociedade*. Campinas, SP, v.11, n.2 (19), p.213-236.

HOFFMANN, R. (1999). *Distribuição da Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco*. Campinas, SP. Unicamp-IE.

HOFFMANN, R. (1992). A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.30, n.4, pp.271-290.

HOMEM DE MELO, F (1999). Os feitos negativos da Política Cambial sobre a agricultura Brasileira. *Economia Aplicada*, São Paulo (n° especial): 35-46 (março).

HOMEM DE MELO, F. (2001). A década de 90 e o desempenho da agropecuária brasileira. *Informações Fipe*, n. 243, pp. 20-23.

ICHIKAWA, E. Y. (2000). O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, 34 (3): 89-101, mai/jun 2000.

IBGE (2002). *Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio – PNAD*. Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, RJ.

ICHIKAWA, E. Y. (2000). O Estado no apoio à pesquisa agrícola: uma visão histórica. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, 34 (3): 89-101, mai/jun 2000.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA. v. 4, 263p. (Série de 6 volumes)

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: IPEA. v. 6, 206p. (Série de 6 volumes).

KAGEYAMA, A. (1998). Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.

LEITE, S. (2003). Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar: uma aproximação à experiência brasileira. Trabalho apresentado no Seminário *"Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina"*. Campinas, SP: NEA/IE/UNICAMP-FAO/ONU-FODEPAL.

LÊNIN, V. I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas)

LIMA, A. A. (2001). *A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990*. Campinas, SP. IE-UNICAMP. (dissertação de mestrado)

LOPES, I. V. (2002). Revolução: menos crédito oficial, mais produtividade. *Conjuntura econômica*, jun/2002, pp.34-38 .

MAIA GOMES, G. (2001). *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA. 326p.

MARQUES, M. (1988). *A Política Agrícola Comum da CEE*. Brasília, CFP (Estudos Especiais, 22).

MARX, K. (1991). *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARX, K. (1988). *O Capital*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, lv. I, vl. I.

MATTEI, L. F. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento)

MATTOSO, J. E. L. (1994). O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. In: Oliveira et alii. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século***.** Campinas**,** Ed Página Aberta. MTb / PNUD / Unicamp-IE-Cesit, 1994 p.p. 521-562.

MATTOSO, J. E. & BALTAR, P. E. A. (1996). *Transformações estruturais e emprego nos anos 90***.** Campinas, SP: UNICAMP. IE. CESIT (Cadernos do CESIT, n. 21), 23p.

MEDEIROS, N. H. & BELIK, W. (2000). Fragilidade da Organização Cooperativa na Agroindústria: Um Ensaio Teórico In: GARCIA, M. F. *Tecnologia e Trabalho no Capitalismo em Mudanças*. Maringá: Textual.

MENDONÇA DE BARROS, J. R., MIRANDA, E. F. (1998). *Agricultura e estabilização no Brasil. Coletânea de artigos 1995-1998*. Brasília: Embrapa-SPI/Ministério da Fazenda, 183p.

MDA/INCRA/FAO (2000). *Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto*. Brasília.

MOUTINHO, L. M. G. & CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. (2004). Estratégias empresarias e políticas industriais: as políticas de incentivos às empresas calçadistas

na grande João Pessoa. *IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia. CD-ROM.

MOYANO ESTRADA, E. (1997). Las Políticas de Desarollo Rural. In: SHIKI, S. et al (orgs). *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro***.** Uberlândia. EMBRAPA/UNICAMP/UFU.

NASCIMENTO, C. A. (2005). A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais agrícolas em atividades não-agrícolas. Artigo aprovado para apresentação no *X Encontro Nacional de Economia Política* a ser realizado no período de 24 a 27 de maio de 2005 em Campinas, SP, no IE/UNICAMP.

NASCIMENTO, C. A. (2004a). Pluriatividade, Pobreza Rural e Serviço Doméstico Remunerado. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília-DF, v. 42, n. 2, pp. 341-364.

NASCIMENTO, C. A. (2004b). Agricultura Familiar, Pluriatividade e Políticas Públicas no Brasil: significados e perspectivas. *IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia. CD-ROM.

NASCIMENTO, C. A. (2002). *Evolução das famílias extensas no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)

NASCIMENTO, C. A., CHRISTIAN, P. F., DEL GROSSI, M. E., GRAZIANO DA SILVA, J. (2001). Evolução das famílias rurais no Brasil, 1992-1999. *XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*. Recife, PE.

OECD (1998). *Agricultural Policy Reform and the Rural Economy in OECD Countries*. Paris, France: OECD Publications.

OLIVEIRA, H. S. (2003). *A divisão inter-regional do trabalho brasileira nos anos 90*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)

PARLAMENTO EUROPEO (1998). *El Desarrollo Rural: Políticas Aplicadas, Sictuaccion actual del Debate y Perspectivas del Futuro a nível Europeo***.** Doc. Trabajo AGRI-OG.

POCHMANN, M (2001). *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto.

POCHMANN, M (2000). *A Epidemia do Desemprego no Brasil: atualidade e perspectiva*. Campinas: Unicamp/Cesit/IE.

POLANYI, K. (1980). *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Ed Campus.

POSSAS, S. (1999) *Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

REINHARDT, N., BARLETT, P. (1989). The persistence of family farms in United States agriculture. *Sociologia Ruralis,* v. XXIX, 3/4, pp. 203-225.

REZENDE, G. C. (2003). *Estado, Macroeconomia e Agricultura*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (Coleção estudos rurais), 246p.

REZENDE, G. C. (2001). Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados, *in*: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. [orgs.] op. cit.

SACCO DOS ANJOS, F. (2004). Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. *Anais do XLI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER*. Cuiabá, MT.

SACCO DOS ANJOS, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 374p.

SACCO DOS ANJOS, F. (1994). A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários da Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPEL. 169p.

SANTOS**,** M., SILVEIRA, M. L. (orgs.) (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC.

SCHEJTMAN, A. (2000). La cuestión urbana en el desarrollo rural: elementos para una reformulación de las políticas. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente, IE/Unicamp, 2000. (4 volumes), v.4.

SCHEJTMAN, A. & BERDEGUÉ, J. A. (2002). *Desarrollo Territorial Rural*. BID.

SCHNEIDER, S. (2003). *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 354p.

SCHNEIDER, S. (2001). Pluriatividade como fator de desenvolvimento regional: uma análise da agricultura familiar no Sul do Brasil. *IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, pp. 431-440.

SCHNEIDER, S. (2000) *Pluriatividade e Agricultura Familiar*. Campinas, SP. Unicamp/IFCH. (tese de doutoramento)

SCHNEIDER, S. (1999). *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 205p

SCHNEIDER, S. & NAVARRO, Z. (2000). Emprego Agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente, IE/Unicamp, 2000. (4 volumes), v.3.

SORJ, B. (1980). *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES. 152p.

SPOLADOR, H. F. S. (2001). *Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura*. Piracicaba, SP: ESALQ/USP. (Dissertação de mestrado)

SOUZA, M. (2000). *Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná*. Campinas, SP. Unicamp-FEAGRI. (tese de doutoramento)

SOUZA, T. R. V., CAVALCANTI FILHO, P. F. (2004). Arranjos produtivos locais: uma análise dos APL´s coureiro-calçadistas gaúcho e paraibanos. *IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia. CD-ROM.

SOUZA, R. F., KHAN, A. S. (2001). Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.39, n.2, abr./jun., pp.81-104.

TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. (2001). Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação no Brasil. Campinas, SP: IE/UNICAMP, jul 2001. (*Texto para Discussão*, n. 101)

VILLA VERDE, C. M. (2001). Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos, *in*: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. [orgs.] op. cit.

VIOTTI DA COSTA, E. (1987). Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos, *in: Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Ed. Brasiliense.

WANDERLEY, M. N. B. (s.d). *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. Texto capturado da internet sem registro de data (www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/publicaciones/fcatalogo.html)

ZANDONADI, R. (1996). *Fundamentos Técnicos para o Diagnóstico da Agricultura Brasileira. Período Analisado 1980-95*. Brasília: CNA.

Anexo Metodológico

Metodologia Usada na Pesquisa

Alguns aspectos metodológicos foram tratados nesse trabalho.

O primeiro deles refere-se à *unidade de análise da pluriatividade*. Del Grossi e Graziano da Silva (1998) encontraram incongruências nos conceitos de domicílio e de família das PNADs para o tratamento dessa questão. Nesse sentido é que esses autores escolheram como unidade de análise dos dados das PNADs apenas os *domicílios particulares permanentes*, deixando de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, a unidade de análise utilizada para os estudos da pluriatividade, desenvolvidos no âmbito do Projeto Rurbano, passou a ser o que se convencionou chamar de *família extensa*[1], de modo que compreende, para além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.

Com a finalidade de estudar a pluriatividade das famílias rurais (e agrícolas residentes no meio urbano) para o Brasil, grandes regiões e unidades da federação, o Projeto Rurbano (IE/Unicamp) desenvolveu uma tipologia das famílias extensas, a qual será utilizada para a execução desse trabalho, conforme o local de domicílio (rural e urbano) e a posição na ocupação (empregador, conta-própria, empregados e não-ocupados)[2].

[1] No presente trabalho, quando nos referimos às famílias rurais agropecuárias das regiões Nordeste e Sul subentenda-se *famílias extensas*. Para um tratamento mais detalhado da elaboração do conceito de *família extensa* e dos problemas metodológicos envolvidos na análise da pluriatividade segundo os critérios da PNAD, ver Del Grossi & Graziano da Silva (1998). A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura, nr 11, out. 1998. pp. 26-52.

[2] As famílias extensas segundo a posição na ocupação, foram classificadas da seguinte forma: se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Assim procedemos por entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxi* da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver **nem um** empregador *e* **nem um** conta-própria, a família foi classificada como de "empregados", se pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência. No caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como de trabalhadores "não-ocupados".

Um segundo aspecto, portanto, esteve associado ao fato de que, em se tratando dos *locais de domicílios das famílias extensas*, as pesquisas do projeto Rurbano se depararam com problemas de representatividade estatística ao adotarem isoladamente os cortes urbano urbanizado, urbano não-urbanizado, rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusive, para a maioria das unidades da federação.

Apresentamos nesse trabalho os resultados para as regiões Nordeste e Sul elaborados com o reagrupamento daquelas áreas, feito pelo Projeto Rurbano, a fim de solucionar, entre outros, os problemas da representatividade estatística. O primeiro corte básico foi a separação das áreas metropolitanas das não-metropolitanas; o segundo, a reagregação das áreas não-metropolitanas num "continuum urbano-rural" a partir das aberturas geográficas pesquisadas nas PNADs: considerou-se a soma de núcleos mais rural exclusive correspondente à classificação de *rural profundo ou agropecuário*[3], para indicar que se trata de áreas pertencentes a um único proprietário, ou seja, são as fazendas e seus núcleos habitacionais (colônias, casas de morador)[4].

Um terceiro aspecto[5] referiu-se a que, para cada posição na ocupação acima mencionada, as famílias extensas foram subdivididas em agrícolas, não-agrícolas e pluriativas. As famílias agrícolas são aquelas em que todos os seus membros estavam envolvidos em atividades agrícolas como sua ocupação principal na semana de referência da pesquisa. No caso contrário, foram consideradas não-agrícolas, uma vez que todos os membros da família exerciam atividades não-agrícolas. Classificamos como famílias pluriativas aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e um outro exercia uma atividade não-agrícola, ou ainda quando pelo menos um de seus membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

---

[3] Cabe registrar que o termo "rural privado" – outrora utilizado pelos trabalhos elaborados pelo Projeto Rurbano – foi substituído em Nascimento (2002), e no presente trabalho, pelo termo "rural agropecuário", em razão de termos atentado para o fato de que as áreas que consideramos como "rural profundo", pertencem a um único proprietário, embora este possa ser tanto privado quanto público.

[4] A não abertura das áreas metropolitanas, apesar da disponibilidade dessas mesmas informações se deve ao fato de, por definição, serem espaços conurbados e com intenso "*commuting*", o que torna muito mais complexa a análise da diferenciação dos locais de residência para variáveis como a ocupação das pessoas, por exemplo. Ver a respeito, Cromartie, J. Calvin, B. (1997). População Rural dos EUA se recupera nos anos 90. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro.17(3): 7-9 (mar).

[5] Nesse aspecto não há nenhuma novidade em relação à tipologia de famílias extensas usada nos trabalhos anteriores do Projeto Rurbano.

Em trabalho anterior Del Grossi & Graziano da Silva (1998)[6] haviam levantado a questão de considerar ou não como *pluriativa* a pessoa que declarou ter sua ocupação *principal e outra secundária no próprio setor agrícola*. Esses autores concluíram, naquela ocasião, que esta *forma tradicional de pluriatividade* no meio rural brasileiro, superestimaria aquilo que existe de "novo" na pluriatividade atual, que é a *combinação intersetorial*, quer dizer, a combinação de atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura. E procuraram resolver a questão subdividindo os domicílios pluriativos em *pluriativos agrícolas*, e em domicílios *pluriativos agrícolas-não-agrícolas*[7]. Os dados revelaram que no Brasil em 1995 apenas 383 mil famílias – apenas 3,5% do universo pesquisado de 10.896 milhões de famílias que residiam no meio rural ou tinham pelo menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas – podiam ser consideradas do tipo de pluriatividade tradicional, combinando atividades agrícolas na ocupação principal e na secundária[8].

Em razão da baixa freqüência da pluriatividade tradicional, os trabalhos desenvolvidos durante a fase II do Projeto Rurbano, optaram por apresentar apenas o total das famílias pluriativas sem discriminar o tipo de combinação de atividades a que se referiam.[9] Até então, não se tinha percebido que se estava deixando de considerar como pluriativas aquelas famílias de conta-própria em que todos os membros trabalham em atividades agrícolas, mas que pelo menos um deles também trabalhasse como assalariado, ainda que sazonalmente, numa outra propriedade que não a da sua família[10]. Essa forma

---

[6] Del Grossi & Graziano da Silva. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura, nr 11, out. 1998. pp. 26-52.

[7] *Pluriativos agrícolas*, quando todos os membros das famílias rurais extensas exercem apenas atividades agropecuárias , mas pelo menos um deles declarou ter também uma ocupação secundária na própria agricultura; e *pluriativos agrícolas-não-agrícolas*, quando pelo menos um dos membros exerce uma atividade agrícola e um outro uma atividade fora desse setor, independente delas serem sua ocupação principal ou secundária.

[8] Del Grossi, M. & Graziano da Silva, José. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. Estudos Economia e Agricultura, nr11, out. 1998. pp. 26-52.

[9] Os textos e publicações produzidos ao longo das fases I, II e III do Projeto Rurbano estão disponibilizados na sua *homepage* ( ). Na fase II foi quando se iniciaram as pesquisas acerca da pluriatividade, buscando captar, entre outras coisas, os efeitos das diversas combinações de atividades sobre as rendas das famílias extensas.

[10] A rigor não temos essa informação nas Pnads mas estamos supondo que se um dos membros da família de conta-própria trabalha como assalariado na sua ocupação principal ou secundaria, ele o faz em outra propriedade uma vez que o trabalho familiar costuma ser não remunerado quando realizado nas suas próprias terras. No caso das famílias de empregados, a combinação agrícola-agrícola não configura pluriatividade pois

que talvez seja a mais importante da pluriatividade tradicional no Brasil, não estava sendo considerada na tipologia, uma vez que essas famílias foram consideradas como exclusivamente agrícolas. Isso pode ser o motivo de termos encontrado um decréscimo das famílias pluriativas em estados onde predomina a produção familiar, como é o caso de Santa Catarina.[11]

Um quarto aspecto, diz respeito ao fato de que, além de se procurar corrigir essa falha no cômputo da *pluriatividade tradicional* (conta-própria agrícola *com* assalariamento agrícola) e de preservar a abertura das famílias pluriativas *intersetoriais* (agrícolas *com* não-agrícolas), também foram *desagregadas as famílias pluriativas intersetoriais* em diferentes combinações de ramos de atividades: 11 deles combinando atividade agrícola[12] com um ramo específico de atividade não agrícola[13]; e um outro tipo de família pluriativa que concilia atividade agrícola com mais de um ramo de atividade não agrícola (agrícola *com* mais de um ramo não agrícola). Portanto, 12 tipos de famílias pluriativas *intersetoriais*, além da pluriatividade tradicional (agrícola *com* agrícola, entre as famílias de conta-próprias), cujo resultado são 13 tipos de famílias pluriativas: i) agrícola *com* agrícola; ii) agrícola *com* mais de um ramo não agrícola; iii) agrícola *com* indústria de transformação; iv) agrícola *com* indústria da construção; v) agrícola *com* outras atividades industriais; vi) agrícola *com* comércio de mercadorias; vii) agrícola *com* transporte e

---

significa que pelo menos um dos membros da família agrícola tem uma ocupação secundária também na agricultura, caso típico dos trabalhadores temporários ou sazonais. Optamos por incluir esse contingente entre as famílias de empregados agrícolas por entendermos que aí não se configura um caso de pluriatividade pois na verdade é o mesmo trabalhador com mais de um empregador. Os dados processados para Brasil isolando esses casos de famílias de trabalhadores com atividades secundárias também na agricultura somaram apenas 122 mil em 1999; além disso não mostraram tendência significativa de variação no período 1992/99 para nenhuma das aberturas de áreas não-metropolitanas que estamos utilizando.

[11] Por exemplo, ver Mattei, L. F. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento) e também Souza, M. de (2000) *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*. Campinas, SP. FEAGRI-Unicamp. (Tese de Doutoramento), que também estão disponíveis na homepage do Projeto Rurbano.

[12] Agrícola entenda-se por agropecuária.

[13] Os ramos de atividade não agrícolas correspondem aos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – agrega nas seguintes categorias descritivas: i) indústria de transformação; ii) indústria de construção; iii) outras atividades industriais; iv) comércio de mercadorias; v) prestação de serviços (*sem* SDR – serviço doméstico remunerado); vi) serviços auxiliares da atividade econômica; vii) transporte e comunicação; viii) serviços sociais; ix) administração pública; x) outras atividades; xi) o crescimento e expansão do número de casos de emprego doméstico no país tem se revelado um fenômeno tão expressivo e relevante que o próprio IBGE resolveu classificá-lo, a partir das novas PNADs de 1992 em diante, como uma posição na ocupação em separado da categoria de trabalhadores ocupados. Por essa razão consideramos também a combinação 'agrícola *com* SDR (serviço doméstico remunerado)'.

comunicações; viii) agrícola *com* serviços auxiliares da atividade econômica; ix) agrícola *com* prestação de serviços (*sem* SDR – serviço doméstico remunerado); x) agrícola *com* serviço social; xi) agrícola *com* administração pública; xii) agrícola *com* outras atividades (não agrícolas); xiii) agrícola *com* SDR (serviço doméstico remunerado).

O penúltimo aspecto refere-se ao fato de que essa pesquisa incorporou, além das PNADs da década de 1980, os anos recentes, 2001 a 2003, já disponibilizados pelo IBGE, proporcionando a análise completa de uma série de duas décadas (1980 e 1990) mais os anos do presente século.

Pluriatividade (Conceito e Unidade de Análise)[14]

As mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de organização do trabalho entre as famílias rurais tem despertado o interesse de pesquisadores, em especial, pelo "fenômeno" da crescente participação de fontes de renda não-agrícolas na composição dos orçamentos das famílias rurais – trata-se da pluriatividade. As transformações do regime de dedicação do tempo de trabalho na agricultura, no sentido de diversificação de atividades, estariam sendo mais eficientes na sustentação da renda rural do que as alternativas tradicionais de privilégio à agricultura como atividade *full-time* (Fuller, 1990).

Kageyama (1998) levanta vários questionamentos acerca da precisão do conceito de pluriatividade. Segundo esta autora o estudo da pluriatividade pode ser feito em vários níveis analíticos e que esse termo apresenta significados distintos conforme o nível de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto. No nível micro, a autora identifica dois planos de análise: o da unidade familiar, seja no sentido estritamente geográfico do termo, seja enquanto unidade de produção; e o do indivíduo, em que as qualificações e estratégias profissionais dos membros da família agregam-se, sendo a atividade agrícola já restrita a um papel secundário. Ao mesmo tempo, exerce-se esta segunda atividade num contexto territorial que deve constituir um outro nível analítico: o mesoeconômico decorrente do vínculo da propriedade rural com outras atividades (em indústrias, comércio e serviços) e em mercados de trabalho locais não muito distantes.

[14] Texto adaptado de Nascimento (2002). Para quem quiser ler uma extensa resenha sobre a evolução da discussão sobre o conceito e a unidade de análise da pluriatividade, sugerimos Schneider (2000).

Assim, a noção de pluriatividade, tomando-se como referencial a atividade agrícola, não pode ser analisada no âmbito exclusivo da unidade produtiva, já que existem relações mercantis com outros setores econômicos, com os mercados de trabalho e com mercados de produtos e insumos.

O conceito de pluriatividade, diferentemente do conceito de *part-time*, adota a família como unidade de análise[15] introduzindo no centro das atenções atividades não-agrícolas dos membros da família – independente de serem exercidas dentro ou fora da exploração agrícola – que têm significância na geração da renda familiar. Para Fuller (1990), o termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *strictu sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda (*off-farm activities)*, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Assim, Fuller, amplia a análise do trabalho *part-time* (que enfatiza a contraposição do trabalho *in-farm* e *on-farm)* para atividades **rurais** realizadas pelo conjunto familiar.

Em relação ao debate sobre qual termo é mais pertinente para a análise de determinada realidade no campo, se é o termo "*part-time farming*", ou "*multiple-job-holding*", ou "*farm-diversification*", ou ainda "*pluriactivity*", Evans & Ilbery (1993) concluem que o termo pluriatividade faz subsumir dentro de si os demais termos que também tentavam descrever a agricultura combinada com outras atividades externas às propriedades. Para esse autores a vantagem do termo pluriatividade sobre os demais é deste incluir o reconhecimento de que a agricultura não é necessariamente a principal atividade na composição do emprego e da renda no âmbito de uma família rural e que, em razão disso, as políticas voltadas para as áreas rurais não necessariamente devem ser exclusivamente agrícolas.

Foi dentro do contexto de crise agrícola (excesso de produção nos países desenvolvidos) – obrigando a uma revisão do modelo produtivista fundado na chamada "Revolução Verde" – e de elevados custos sociais e agressão ao meio ambiente gerados pela própria "Revolução Verde", que o enfoque dado à agricultura em tempo parcial (*part-time farming)* foi superado pela noção de pluriatividade. A pluriatividade propicia uma

[15] A unidade de análise se tornou uma das questões mais relevantes no debate sobre a pluriatividade.

separação dos padrões tradicionais do trabalho, tanto em termos dos membros familiares como no que se refere às atividades produtivas, além de descrever uma unidade de produção multidimensional na qual a agricultura e as outras atividades estão compreendidas (Fuller, 1990).

A unidade de análise relevante da pluriatividade, portanto, deixou de ser a exploração agrícola e passou a ser a família. Por outro lado, há que se considerar as estratégias individuais dos membros da família, visto que esta vive em permanente transformação e cujas atividades nem sempre se relacionam diretamente com a exploração agrícola. Dessa forma, quando o objeto de estudo é o emprego, a unidade de análise relevante é a pessoa. De outra forma, quando se busca compreender a pluriatividade, a unidade de análise relevante passa a ser a família ou o domicílio, contudo, é importante ressalvar que tanto a família quanto o domicílio podem ser adotados como unidades relevantes para o estudo da pluriatividade. Segundo Fuller (1990), a escolha entre ambas possui mais um cunho prático do que teórico.

No caso brasileiro, conforme já dito, Del Grossi & Graziano da Silva (1998) encontraram incongruências nos conceitos de domicílio e de família das PNADs para o tratamento dessa questão. As limitações inerentes a esses dois conceitos na PNAD dizem respeito ao fato de que, em se tratando da família, considera-se apenas a unidade nuclear, o que em muitos casos separa grupos que vivem sob um mesmo teto e que têm dependência econômica entre si; quanto aos domicílios, estes juntam, às vezes, famílias nucleares economicamente independentes simplesmente porque não possuem em entrada privativa para seus aposentos[16]. Dessa forma, os conceitos de família e de domicílio próprios da PNAD não são inteiramente adequados para se avaliar a pluriatividade no meio rural brasileiro.

Por esta razão esses autores, buscando superar esse problema conceitual, escolheram como unidade de análise dos dados da PNAD apenas os *domicílios particulares permanentes*, deixando de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e

[16] A forma como foi construída a amostra relativa ao conceito de domicílio na PNAD, não é possível separar as duas situações que são criadas pela utilização dos critérios básicos que definem o domicílio – critérios de *separação* e *independência* –, quais sejam: uma situação em que uma família com dependência em relação a uma outra (alimentação ou moradia) vive sob o mesmo teto desta; e uma outra situação que é caracterizada por uma situação física, de modo que uma família independente economicamente não tem acesso isolado ao seu lar (Del Grossi & Graziano da Silva; 1998).

os parentes dos empregados domésticos. Com isso, a unidade de análise utilizada para os estudos da pluriatividade, desenvolvidos no âmbito do Projeto Rurbano, passou a ser o que se convencionou chamar de *família extensa*, de modo que compreende, para além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados – ou seja, são as pessoas que habitam em um mesmo domicílio, independentemente do grau de parentesco que possuem entre si, excluídas as empregadas domésticas e pensionistas, bem como seus familiares.

A abertura geográfica "adequada"[17]

Graziano da Silva (2000) chamou atenção para o fato de que dependendo do critério de definição do que seja uma área rural ou urbana pode haver uma estimação da população residente em determinado território para mais ou para menos, classificando uma fração de uma população como urbana quando de fato esta seria rural, e vice-versa. No Brasil, esses eventuais equívocos ocorrem em virtude das PNADs serem pesquisas intercensitárias e que se orientam pela mesma base cadastral do último censo demográfico imediato ao período intercensitário em vigor, utilizada para a definição da situação do domicílio – se rural ou urbano – em conformidade com a legislação municipal então vigente. Isso significa basicamente que a definição de rural e urbana é mantida inalterada nos períodos intercensitários. Ou seja, "ainda que a legislação vigente tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, aquelas definidas como urbanas e rurais por ocasião do censo demográfico de 1980 assim foram mantidas para as pesquisas da PNAD realizadas de 1981 a 1990". (IBGE, 1996)

Da mesma forma o período abrangido por este trabalho, 1992 a 1999, tem por base a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico ocorrido em 1991, de modo que a situação do domicílio permanecerá a mesma por todo o período.

Em decorrência da heterogeneidade das transformações ocorridas nas áreas rurais nos diversos países tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos, cuja heterogeneidade criou situação diversas, a delimitação entre as áreas rurais e urbanas passou a ser feita de maneira bastante diversa também.

[17] Texto adaptado de Nascimento (2002).

Segundo Wanderley[18], vários países utilizam o critério da dimensão da população residente para classificar uma área como rural ou urbana, enquanto outros adotam outros tipos de critérios. Os EUA e a Alemanha são dois exemplos de uso do critério da dimensão populacional. Nos EUA, por exemplo, é considerada população rural a que reside em aglomerado com menos de 10 mil habitantes ou nos limites externos de uma cidade de mais de 50 mil habitantes, com densidade inferior a 100 habitantes por milha quadrada. Na Alemanha, por sua vez, são consideradas áreas rurais aquelas que têm uma densidade inferior a 100 habitantes por quilômetro quadrado e não possuem cidades de mais de 100 mil habitantes. Na França, diferentemente daqueles países, a população rural compreende todos os habitantes das pequenas aglomerações, quaisquer que sejam as atividades que exerçam, de modo que "um pequeno comerciante residente num '*village*' francês, sem ser agricultor, é para a França um rural, enquanto um agricultor brasileiro que more na cidade é aqui considerado um legítimo urbano" (p. 18).

Nos EUA, Cromartie e Swanson[19] propuseram novas aberturas geográficas em substituição à simples dicotomia das áreas dos domicílios em urbanas e rurais, de modo a captar com mais detalhes o *continuum* rural-urbano – pois, para os autores as grandes cidades norte-americanas expandiram-se além dos perímetros tradicionais para formar regiões urbanas dispersas; as atividades econômicas difundiram-se nos subúrbios, quando os avanços nos sistemas de transportes e de comunicações aumentaram a integração espacial das economias urbana e rurais. Em contextos assim, os autores acreditam que as regiões censitárias podem ser utilizadas de forma mais precisa para definir as áreas e populações rurais. A proposta desses autores, então, procurando combinar padrões demográficos tradicionais (por exemplo, fluxos da atividade econômica com deslocamento dos trabalhadores), correspondeu ao desdobramento do corte metro/não-metropolitano em cinco novas categorias: centro metropolitano, entorno metropolitano, adjacências não-metropolitanas, não-adjacentes com cidade, não-adjacentes sem cidade[20]. Nesta proposta as

---

[18] WANDERLEY, M. N. (1994). Rural, uma categoria esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. *V Jornada de Ciências Sociais*, Marília, SP, 32p. (dat.)

[19] CROMARTIE, J., SWANSON, L. (1996). Census tracts more precisely define rural population and areas. In: *Rural Development Perspectives*. Washington, 11 (3): 31-39. (...)

[20] Centro metropolitano: onde 50% ou mais da população do condado ou da região censitária deve estar localizada em área urbanizada; entorno metropolitano: regiões com alto grau de integração econômica e social, sendo que os fluxos de *commuting* em direção ao núcleo e a partir dele constituem-se na unidade de medida; adjacências não-metropolitanas: condados ou regiões fisicamente adjacentes às regiões

atividades dos residentes, se agrícolas ou não-agrícolas, não são consideradas com critério de classificação domiciliar.

Cromartie e Swanson concluem que as regiões censitárias fornecem uma delineação mais precisa tanto em termos territoriais quanto da população em diferentes tipos de áreas, e que, para compreender de forma completa o sistema de povoamento dos Estados Unidos, um *continuum* rural-urbano é crucial e que a escolha de unidades geográficas afeta a exatidão do *continuum*.

Souza (2000) destaca, referenciado em Abramovay (1999) e Mathieu (1990), que a idéia de um *continuum* rural-urbano surgiu pelos anos 60, período de forte expansão urbana, alargamento do emprego, do consumo e de melhoria dos níveis de vida. Segundo esses autores a idéia de um *continuum* baseia-se na constatação de uma crescente "urbanização dos campos". Mais ainda, compreende-se esse processo de continuada expansão urbana como um movimento irreversível, no qual a abordagem sobre o "rural" deve privilegiar a assimilação, a integração dos campos, dos rurais, e logo dos camponeses, pela difusão da cultura, dos produtos de consumo e das práticas urbanas.

Conforme Graziano da Silva (2000), a grande heterogeneidade de critérios de análise demográfica adotados em um grande números de países, indica o quanto que há de relativa arbitrariedade na introdução de um parâmetro de corte relacionado à atividade exercida por um indivíduo (se agrícola ou não-agrícola) - ou na introdução de um parâmetro ligado a questão do acesso a serviços básicos (água, luz ,etc) - para definir a situação de rural e urbano do aglomerado onde residem as pessoas, mesmo porque vários estudos já demonstraram que a grande novidade nos anos 80 e 90 é o persistente aumento das atividades não-agrícolas nas áreas rurais, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos.

Em decorrência do processo de urbanização do meio rural, concretizado pela multiplicação das atividades não-agrícolas e pela crescente universalização do acesso aos serviços tipicamente urbanos (água encanada, saneamento básico, luz elétrica, educação

---

metropolitanas, mas que contêm pelo menos 2% de sua força de trabalho empregada, deslocando-se pendularmente para as áreas metropolitanas; não adjacentes com cidade: condados ou regiões não-adjacentes a áreas metropolitanas, mas que contêm toda ou parte de uma cidade de dez mil ou mais residentes; não adjacentes sem cidades: condados ou regiões não-adjacentes a uma área metropolitana, não contendo qualquer parte de uma cidade de dez mil ou mais residentes incluídos.

saúde, etc), "a idéia de dois mundos que se opõem vai cedendo lugar à idéia de um *continuum* espacial, seja do ponto de vista da sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social" (Graziano, 2000: 64)

De acordo com Cromartie e Swanson (1996), em virtude da crescente complexidade dos padrões de povoamento modernos, a escolha das unidades geográficas apropriadas para a construção de um "*continuum* rural-urbano" afeta tanto o rigor da análise como sua aplicabilidade a determinado conjunto de questões.

Graziano da Silva (1999) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 80 (1990), e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocadas pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados:

1. Áreas Urbanas (Urbanizadas): áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores;
2. Áreas Urbanas Não Urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas *(não contíguas àquelas dos itens 1.i e 1.ii acima);*
3. Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

A propósito dos aglomerados rurais, dois critérios foram considerados: o tamanho e a densidade dos mesmos. A partir desses critérios classificou-se:

4. Áreas Rurais – Extensão Urbanas (critério de **contigüidade**): áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km),

resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;

5. Áreas Rurais – Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou disposto ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores, do seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de segundo grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo;
6. Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispões ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados;
7. Áreas Rurais – Outros: são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;
8. Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Importa ressaltar que as aberturas urbano não urbanizado e rural extensão do urbano, foram criadas com o intuito de corrigir as distorções, acima mencionadas, na definição do perímetro urbano dos municípios, quer seja na extensão demasiada dos seus limites, quer na não atualização do perímetro.

Os trabalhos elaborados durante as fases I e II do Projeto Rurbano, apresentaram seus resultados baseados em cinco aberturas geográficas distintas, a saber: urbano urbanizado, urbano não-urbanizado, rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleos e outros) e rural exclusive. Infelizmente, a pequena representatividade estatística de cada uma destas categorias isoladamente comprometeu a sua análise desagregada para a maioria dos estados.

Em razão disso, na fase III resolveu-se testar um novo reagrupamento dessas áreas. As categorias "urbana não-urbanizada" e "rural extensão do urbano", que procuram justamente dar conta do problema da extensão de fato das áreas urbanas sobre as rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do censo, foram agrupadas em *periferia*; os povoados, distritos e outros aglomerados, foram agregados em *povoados*; e a soma de núcleos mais rural exclusive denominou-se de *rural agropecuário* para destacar a vinculação dos domicílios aí existentes a um único proprietário (público ou privado), como é o caso das "colônias" de fazendas, por exemplo.

A partir destas novas aberturas, o Projeto Rurbano agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios:

a) **Urbano (Urbanizado)**: situação 1;

b) Periferia: situações 2 e 4;

c) Distritos e Povoados: situações 3, 5 e 7;

d) **Rural Agropecuário**: situações 6 e 8.

Dessa forma, é importante notar que na classificação adotada no Projeto Rurbano, uma área legalmente urbana (situação 3) será tratada como rural, e outra, legalmente rural (situação 4), considerar-se-á como urbana. O motivo dessa escolha é que a primeira tem sua economia basicamente dependente da agricultura e características mais próximas das áreas rurais, ao passo que a segunda não passa de uma simples área de periferia urbana.

A criação da categoria *periferia* representa uma nova proposta de abertura que tem como objetivo captar a extensão propriamente dita das áreas urbanas sobre as rurais, uma das expressões do *continuum* rural-urbano. A categoria *povoado* agrega as áreas não vinculadas a um único proprietário e que possuem serviços para atender seus moradores e as áreas urbanas isoladas, dada a similaridade das suas funções bem como, os limites da desagregação com um conseqüente comprometimento da representatividade estatística. Por fim, a categoria *rural agropecuário* é a conjunção das áreas que possuem um único proprietário independentemente da presença de serviços. A idéia de separar o rural agropecuário é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado), além do

fato de que já foi constatado o crescimento preponderante de atividades não-agrícolas nesses espaços (Graziano da Silva, 1999).

Conforme já foram dadas as razões na introdução desse trabalho, as análises se concentraram sobre a evolução dos diferentes tipos de famílias residentes nas áreas *rurais agropecuárias* (as áreas *rurais agropecuárias* concentram mais de 80% da população rural total do conjunto das três áreas rurais). Algumas vezes foram abordadas as famílias residentes nas áreas *urbanas urbanizadas* (onde também se concentra a maior parcela da população).

A possibilidade de erro estatístico dos dados a partir das novas aberturas[21].

A importante conclusão a esse respeito que o Projeto Rurbano chegou na fase I é que a mudança fundamental anteriormente identificada – qual seja, a criação de atividades não-agrícolas no meio rural em substituição às atividades agrícolas – tem um forte impacto também nas áreas consideradas exclusivamente rurais dos municípios não auto-representativos, que podem ser considerados os municípios pequenos e médios. As transformações que foram identificadas no meio rural se devem apenas em parte a uma invasão das antigas áreas rurais periféricas das regiões metropolitanas e das grandes cidades; outra parte significativa se deve a mudanças internas nas próprias regiões exclusivamente rurais do interior (Graziano da Silva, 1999).

É importante tomar em consideração que, segundo o IBGE, os erros nos dados das PNADs podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não-probabilística (erros alheios à amostragem), sendo praticamente impossível, em geral, avaliar a dimensão dos erros alheios ao delineamento amostral. A comparação entre rendimentos declarados nas PNADs e resultados da Contabilidade Nacional permite avaliar, por exemplo, a ordem de grandeza da subdeclaração dos rendimentos.

O IBGE chama a atenção ainda para o fato de que o cálculo do erro de amostragem deve levar em consideração duas fontes de variação: i) erro de amostragem proveniente da

[21] Texto adaptado de Nascimento (2002).

seleção dos domicílios para a amostra; e ii)erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Nas publicações das PNADs são fornecidos coeficientes de regressão que permitem obter, para cada tipo de informação (número de pessoas, domicílios ou famílias, com determinada característica e em determinada área geográfica), a estimativa do respectivo coeficiente de variação. O coeficiente de variação associado ao dado aumenta à medida que diminui o número de pessoas, famílias ou domicílios com certa característica. Obviamente, ao se analisar os dados das PNADs faz-se necessário levar em consideração que a imprecisão da informação se torna maior (o coeficiente de variação se torna maior), quando se consideram situações menos comuns, que podem estar representadas, na amostra por um número muito pequeno de observações (HOFFMANN, 1996)[22].

[22] HOFFMANN, R. (1996). *Atualização dos dados sobre Distribuição de Renda no Brasil, 1992/95*. Campinas, IE/UNICAMP (dat).

Anexo estatístico

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias esegundo o local de domicílio: Nordeste.
(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO							
Conta-Própria	1615	1533	1712	1542	1718	1688	1799
Agrícola	924	797	1004	935	1007	878	1015
Pluriativo	598	627	592	476	571	662	653
Agrícola com Agrícola	211	140	217	173	213	196	199
Agrícola com não-agrícola	178	229	168	153	186	235	239
Agrícola com ind transf	38	43	32	19	18	26	19
Agrícola com ind const	16	47	19	18	21	41	48
Agrícola com out ativ ind	3	3	1	1	4	8	6
Agrícola com comércio	35	29	35	20	23	30	21
Agrícola com transp e comunic	3	3	3	3	6	4	6
Agrícola com serv aux ativ eco	2	3	1	2	1	2	1
Agrícola com prest serv	32	34	29	16	19	26	22
Agrícola com serv social	58	67	47	43	49	63	55
Agrícola com admin pública	5	9	13	3	8	9	11
Agrícola com outras ativ	1	0	1	1	1	1	1
Agrícola com SDR	17	21	27	24	25	22	26
Não-agrícola	93	108	115	131	140	148	131
Empregados	846	934	783	836	828	914	852
Agrícola	593	476	522	544	550	422	462
Pluriativo	112	238	108	101	105	217	161
Agrícola com não-agrícola	38	100	39	39	37	99	71
Agrícola com ind transf	13	6	7	3	8	8	9
Agrícola com ind const	12	51	10	7	7	58	25
Agrícola com out ativ ind	1	3	1	2	3	1	2
Agrícola com comércio	2	3	1	4	1	2	3
Agrícola com transp e comunic	1	2	2	1	1	1	1
Agrícola com serv aux ativ eco	0	2	0	1	0	2	2
Agrícola com prest serv	3	2	2	3	3	3	3
Agrícola com serv social	19	28	16	13	13	12	20
Agrícola com admin pública	4	25	5	5	5	6	3
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	1	0	1
Agrícola com SDR	20	18	26	23	26	27	23
Não-agrícola	140	220	153	192	173	274	230
Não-ocupados na semana	290	254	304	390	329	302	292
TOTAL	2751	2721	2798	2768	2875	2904	2944

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias pobres segundo o local de domicílio: Nordeste.

(1000 famílias) (linha de pobreza: renda familiar per capita média de 1/2 s.m. R$ 1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO					
Conta-Própria	1042	915	1088	1027	1072
Agrícola	637	569	661	544	616
Pluriativo	344	278	354	398	392
Agrícola com Agrícola	127	107	132	124	124
Agrícola com não-agrícola	91	84	112	139	139
Agrícola com ind transf	15	12	12	18	13
Agrícola com ind const	7	7	8	25	29
Agrícola com out ativ ind	1	1	1	4	4
Agrícola com comércio	23	10	13	15	9
Agrícola com transp e comunic	2	1	4	1	2
Agrícola com serv aux ativ eco	1	1	0	1	1
Agrícola com prest serv	19	10	11	15	13
Agrícola com serv social	29	28	34	36	34
Agrícola com admin pública	9	2	7	4	8
Agrícola com outras ativ	1	0	0	0	0
Agrícola com SDR	19	15	19	15	17
Não-agrícola	62	68	73	85	63
Empregados	519	564	550	589	570
Agrícola	359	393	386	270	324
Pluriativo	76	64	67	156	105
Agrícola com não-agrícola	27	24	20	74	48
Agrícola com ind transf	5	1	4	4	5
Agrícola com ind const	3	4	6	43	16
Agrícola com out ativ ind	1	1	2	1	0
Agrícola com comércio	0	2	1	1	3
Agrícola com transp e comunic	1	0	0	0	1
Agrícola com serv aux ativ eco	0	1	0	2	1
Agrícola com prest serv	1	2	2	2	2
Agrícola com serv social	12	8	8	8	12
Agrícola com admin pública	5	3	4	4	2
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	1
Agrícola com SDR	22	18	19	19	16
Não-agrícola	84	108	98	164	141
Não-ocupados na semana	113	204	146	85	77
TOTAL	1674	1683	1784	1701	1719

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias segundo o local de domicílio e faixas de tamanho de estabelecimentos: **Nordeste**.

(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO							
FAMÍLIAS CONTA-PRÓPRIAS							
menos de 20 ha.	826	857	1051	872	966	921	1022
Agrícola	516	489	687	577	604	521	618
Pluriativo	310	368	364	295	362	400	404
Agrícola com Agrícola	103	88	139	111	140	130	131
Agrícola com não-agrícola	95	138	102	94	113	137	143
Agrícola com ind transf	19	21	17	11	13	17	12
Agrícola com ind const	9	22	12	11	13	23	28
Agrícola com out ativ ind	2	2	1	1	2	4	4
Agrícola com comércio	15	18	21	12	13	17	9
Agrícola com transp e comunic	1	1	2	2	4	2	5
Agrícola com serv aux ativ eco	2	1	1	1	0	2	1
Agrícola com prest serv	17	15	18	12	10	17	11
Agrícola com serv social	34	43	25	24	30	35	33
Agrícola com admin pública	4	6	10	3	5	4	8
Agrícola com outras ativ	1	0	0	1	1	0	0
Agrícola com SDR	9	12	17	13	19	12	18
de 20 a menos de 100 ha.	278	248	287	292	363	342	368
Agrícola	192	151	186	210	265	219	251
Pluriativo	86	97	102	82	98	123	116
Agrícola com Agrícola	31	24	39	23	33	28	35
Agrícola com não-agrícola	28	35	28	26	32	42	46
Agrícola com ind transf	4	5	3	5	2	5	2
Agrícola com ind const	3	9	3	3	3	9	7
Agrícola com out ativ ind	1	1	0	0	1	1	1
Agrícola com comércio	5	2	7	3	5	6	5
Agrícola com transp e comunic	1	0	1	0	0	1	1
Agrícola com serv aux ativ eco	1	0	0	1	0	0	0
Agrícola com prest serv	3	4	3	2	3	4	2
Agrícola com serv social	8	12	13	12	15	20	16
Agrícola com admin pública	0	1	2	1	2	4	2
Agrícola com outras ativ	0	0	1	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	3	3	7	3	4	1
de 100 ha e mais.	77	77	76	102	104	108	103
Agrícola	50	52	49	75	75	73	70
Pluriativo	27	25	27	26	28	35	33
Agrícola com Agrícola	8	2	10	8	12	6	9
Agrícola com não-agrícola	7	10	8	10	9	13	14
Agrícola com ind transf	2	2	2	1	0	3	1
Agrícola com ind const	0	2	1	1	1	3	1
Agrícola com out ativ ind	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com comércio	1	0	1	1	1	2	1
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	1	0	0
Agrícola com prest serv	4	3	1	1	1	2	3
Agrícola com serv social	4	5	2	5	3	6	3
Agrícola com admin pública	1	0	1	0	1	1	0
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	0	1	2	1	1	1	2

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias *pobres* segundo o local de domicílio e faixas de tamanho de estabelecimentos: Nordeste.
(1000 famílias) (linha de pobreza: renda familiar per capita média de 1/2 s.m. R$ 1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO					
menos de 20 ha.	735	575	686	625	681
Agrícola	483	377	431	349	408
Pluriativo	251	198	254	276	273
Agrícola com Agrícola	98	81	100	94	88
Agrícola com não-agrícola	67	59	78	93	97
Agrícola com ind transf	9	8	10	14	9
Agrícola com ind const	6	5	5	17	20
Agrícola com out ativ ind	1	0	1	3	4
Agrícola com comércio	15	7	8	9	4
Agrícola com transp e comunic	1	1	3	1	2
Agrícola com serv aux ativ eco	1	1	0	1	1
Agrícola com prest serv	13	8	8	11	8
Agrícola com serv social	20	18	22	20	23
Agrícola com admin pública	8	2	4	3	5
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	14	9	16	10	13
de 20 a menos de 100 ha.	158	181	226	213	222
Agrícola	108	136	168	136	154
Pluriativo	50	45	58	77	68
Agrícola com Agrícola	17	12	19	17	22
Agrícola com não-agrícola	14	12	19	26	24
Agrícola com ind transf	2	2	2	3	1
Agrícola com ind const	1	2	2	6	5
Agrícola com out ativ ind	0	0	0	1	1
Agrícola com comércio	4	2	3	4	3
Agrícola com transp e comunic	1	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	3	2	1	1	1
Agrícola com serv social	6	8	9	12	9
Agrícola com admin pública	1	0	2	2	2
Agrícola com outras ativ	1	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	5	3	4	1
de 100 ha e mais.	40	62	65	64	58
Agrícola	28	48	50	45	36
Pluriativo	11	13	15	19	22
Agrícola com Agrícola	4	4	6	3	7
Agrícola com não-agrícola	3	5	5	8	9
Agrícola com ind transf	1	1	0	1	1
Agrícola com ind const	0	0	0	2	1
Agrícola com out ativ ind	0	0	0	0	0
Agrícola com comércio	1	0	1	1	1
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	0	0	0	1	2
Agrícola com serv social	1	3	3	4	1
Agrícola com admin pública	1	0	1	0	0
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	1	1	1	2

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias segundo o local de domicílio: **Sul**.
(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO							
Conta-Própria	772	761	721	729	699	688	671
Agrícola	566	570	510	516	497	473	467
Pluriativo	169	150	164	144	139	153	138
Agrícola com Agrícola	38	33	34	32	32	28	27
Agrícola com não-agrícola	52	45	48	52	56	55	51
Agrícola com ind transf	20	17	21	9	16	13	15
Agrícola com ind const	2	3	2	1	3	6	5
Agrícola com out ativ ind	2	1	3	1	1	2	2
Agrícola com comércio	9	10	9	9	4	10	6
Agrícola com transp e comunic	3	2	2	2	1	4	2
Agrícola com serv aux ativ eco	1	1	2	0	1	1	2
Agrícola com prest serv	7	7	7	6	3	3	4
Agrícola com serv social	15	17	16	11	10	9	8
Agrícola com admin pública	6	2	6	3	1	4	3
Agrícola com outras ativ	0	1	0	1	1	0	1
Agrícola com SDR	13	11	14	17	11	19	13
Não-agrícola	37	41	48	69	62	62	67
Empregados	353	352	360	397	387	431	428
Agrícola	185	172	176	184	171	190	185
Pluriativo	47	48	45	55	52	45	42
Agrícola com não-agrícola	14	16	15	22	14	13	18
Agrícola com ind transf	8	8	5	9	7	8	5
Agrícola com ind const	1	1	1	1	2	0	0
Agrícola com out ativ ind	3	1	1	0	1	0	0
Agrícola com comércio	2	1	3	0	3	0	1
Agrícola com transp e comunic	0	0	1	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	1	0	0	0	1	1	1
Agrícola com prest serv	0	2	1	1	0	1	1
Agrícola com serv social	5	3	2	2	3	3	2
Agrícola com admin pública	2	1	1	3	1	1	1
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	11	17	15	18	20	18	14
Não-agrícola	121	132	139	157	165	196	201
Não-ocupados na semana	73	67	81	79	84	102	110
TOTAL	1198	1180	1162	1205	1170	1221	1209

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias *pobres* segundo o local de domicílio: Sul.

(1000 famílias) (linha de pobreza: renda familiar per capita média de 1/2 s.m. R$ 1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO					
Conta-Própria	233	214	215	201	179
Agrícola	197	183	178	161	151
Pluriativo	28	19	25	29	18
Agrícola com Agrícola	11	8	10	8	5
Agrícola com não-agrícola	2	1	5	6	6
Agrícola com ind transf	4	1	2	2	2
Agrícola com ind const	0	0	1	1	0
Agrícola com out ativ ind	1	1	1	1	0
Agrícola com comércio	3	1	1	2	1
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	1	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	2	2	0	1	0
Agrícola com serv social	2	3	1	2	1
Agrícola com admin pública	1	1	0	0	0
Agrícola com outras ativ	0	0	1	0	0
Agrícola com SDR	2	4	4	6	3
Não-agrícola	8	12	11	11	9
Empregados	124	112	118	122	129
Agrícola	89	74	74	79	82
Pluriativo	10	7	10	8	9
Agrícola com não-agrícola	2	2	1	1	2
Agrícola com ind transf	0	1	0	1	0
Agrícola com ind const	0	0	1	0	0
Agrícola com out ativ ind	0	0	0	0	0
Agrícola com comércio	0	0	0	0	1
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	1	0	1
Agrícola com prest serv	1	1	0	0	1
Agrícola com serv social	1	0	0	0	0
Agrícola com admin pública	1	0	0	0	0
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	5	4	7	6	5
Não-agrícola	26	31	34	35	38
Não-ocupados na semana	24	22	29	16	23
TOTAL	381	349	361	339	330

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias segundo o local de domicílio e faixas de tamanho de estabelecimentos: **Sul**.
(1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO							
FAMÍLIAS CONTA-PRÓPRIAS							
menos de 20 ha.	222	209	186	153	149	136	142
Agrícola	166	151	128	110	104	95	97
Pluriativo	56	58	57	43	45	41	45
Agrícola com Agrícola	14	17	9	12	10	7	9
Agrícola com não-agrícola	19	16	20	19	22	20	17
Agrícola com ind transf	7	6	7	3	2	5	7
Agrícola com ind const	1	2	1	0	1	1	1
Agrícola com out ativ ind	1	0	2	0	1	1	1
Agrícola com comércio	1	3	5	1	1	1	2
Agrícola com transp e comunic	1	1	1	1	0	1	1
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	2	3	3	1	2	0	1
Agrícola com serv social	5	7	5	2	2	2	2
Agrícola com admin pública	2	0	1	1	0	0	1
Agrícola com outras ativ	0	1	0	0	1	0	1
Agrícola com SDR	3	3	4	4	3	4	3
de 20 a menos de 100 ha.	416	404	397	402	394	381	355
Agrícola	334	341	317	326	316	291	288
Pluriativo	82	63	80	76	77	89	68
Agrícola com Agrícola	18	14	19	15	15	18	12
Agrícola com não-agrícola	24	18	18	26	29	27	27
Agrícola com ind transf	11	8	11	5	13	6	6
Agrícola com ind const	1	1	1	1	2	4	4
Agrícola com out ativ ind	1	1	1	0	0	0	1
Agrícola com comércio	3	4	4	8	3	7	1
Agrícola com transp e comunic	2	1	1	1	1	2	1
Agrícola com serv aux ativ eco	1	0	2	0	0	0	2
Agrícola com prest serv	2	1	2	2	1	3	2
Agrícola com serv social	8	8	8	8	6	7	5
Agrícola com admin pública	2	1	3	2	1	2	2
Agrícola com outras ativ	0	0	0	1	0	0	0
Agrícola com SDR	8	7	10	8	7	13	7
de 100 ha e mais.	69	73	65	80	81	83	82
Agrícola	49	59	52	64	69	73	70
Pluriativo	20	14	14	16	12	10	13
Agrícola com Agrícola	4	1	3	4	6	2	4
Agrícola com não-agrícola	4	3	3	3	3	2	1
Agrícola com ind transf	1	2	1	1	1	1	1
Agrícola com ind const	1	0	0	0	0	0	0
Agrícola com out ativ ind	1	0	1	1	0	0	0
Agrícola com comércio	3	1	0	1	0	2	2
Agrícola com transp e comunic	1	0	1	0	0	1	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	1	1	0
Agrícola com prest serv	2	1	1	2	0	1	1
Agrícola com serv social	1	2	3	1	1	1	1
Agrícola com admin pública	2	2	2	0	1	1	1
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	1	0	3	1	1	2

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Distribuição dos tipos de famílias *pobres* segundo o local de domicílio e faixas de tamanho de estabelecimentos: **Sul**.
(1000 famílias) (linha de pobreza: renda familiar per capita média de 1/2 s.m. R$ 1999)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999
NÃO METROP RURAL AGROPECUÁRIO					
FAMÍLIAS CONTA-PRÓPRIAS					
menos de 20 ha.	76	52	48	46	42
Agrícola	62	45	39	40	37
Pluriativo	14	7	9	7	5
Agrícola com Agrícola	5	4	5	3	1
Agrícola com não-agrícola	1	0	1	2	2
Agrícola com ind transf	2	0	1	0	0
Agrícola com ind const	0	0	0	0	0
Agrícola com out ativ ind	0	0	1	1	0
Agrícola com comércio	2	0	0	0	0
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	1	1	0	0	0
Agrícola com serv social	1	0	0	0	0
Agrícola com admin pública	1	0	0	0	0
Agrícola com outras ativ	0	0	1	0	0
Agrícola com SDR	1	2	1	1	2
de 20 a menos de 100 ha.	129	129	133	120	106
Agrícola	116	119	119	101	97
Pluriativo	13	10	14	19	9
Agrícola com Agrícola	6	3	5	5	2
Agrícola com não-agrícola	1	0	4	4	3
Agrícola com ind transf	2	1	1	2	1
Agrícola com ind const	0	0	1	1	0
Agrícola com out ativ ind	1	0	0	0	0
Agrícola com comércio	1	1	1	1	1
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	1	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	0	1	0	1	0
Agrícola com serv social	1	3	0	2	1
Agrícola com admin pública	1	1	0	0	0
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	2	2	2	3	1
de 100 ha e mais.	17	18	18	20	16
Agrícola	16	16	17	19	15
Pluriativo	1	2	2	1	1
Agrícola com Agrícola	1	1	1	0	1
Agrícola com não-agrícola	0	0	0	0	0
Agrícola com ind transf	0	0	0	0	0
Agrícola com ind const	0	0	0	0	0
Agrícola com out ativ ind	0	1	0	0	0
Agrícola com comércio	0	1	0	1	0
Agrícola com transp e comunic	0	0	0	0	0
Agrícola com serv aux ativ eco	0	0	0	0	0
Agrícola com prest serv	0	1	0	0	0
Agrícola com serv social	0	0	0	0	0
Agrícola com admin pública	0	0	0	0	0
Agrícola com outras ativ	0	0	0	0	0
Agrícola com SDR	0	0	1	1	1

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp.

Tabela: Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, o ramo e setores de atividades. PEA restrita. Sul, 1992-1999.

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992 (1.000)	1993 (1.000)	1995 (1.000)	1996 (1.000)	1997 (1.000)	1998 (1.000)	1999 (1.000)	1992/97 (%aa)	1992/99 (%aa)	1995/99 (%aa)
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Não-agrícola										
emprego doméstico	74	69	84	92	86	106	92	5,8 *	4,8 ***	3,1
construção	39	38	38	52	54	59	65	10,1 **	8,4 ***	12,4 ***
industria de madeiras	30	30	33	31	32	30	37	1,1	1,8 *	2,5
Indústria de calçados	27	35	21	23	27	32	35	-3,9	1,8	14,2 ***
comércio alimentos	23	33	20	35	20	27	32	-2,5	1,4	8,0
estab. ensino público	46	47	38	37	36	39	32	-7,2 ***	-4,6 ***	-3,1
indústria alimentos	15	23	25	32	32	35	32	20,4 ***	11,0 ***	6,1 *
administração municipal	12	14	14	16	18	21	28	10,6 ***	11,4 ***	18,5 ***
industria transformação	16	30	18	19	21	20	24	1,0	1,2	6,2 ***
Industria vestuário	6	7	7	11	10	13	21	16,7 ***	17,8 ***	27,4 ***
transporte de carga	12	15	15	16	9	14	18	-4,2	2,1	2,8
fabr. móveis	9	8	9	8	17	7	15	13,0	5,3	8,7
alfaiataria	11	17	13	21	12	12	14	3,2	-0,6	-4,8
restaurantes	12	5	13	18	15	9	13	17,5	5,9	-6,2
industria -metais	6	5	11	6	13	12	13	16,8	12,9 ***	10,4
assist. técnica - veículos	7	12	13	9	10	7	11	5,1	0,7	-4,8
produtos de fibra	16	19	18	21	20	14	10	4,9 **	-4,9	-14,0 **
produtos plásticos	3	6	7	8	3	10	10	3	10,6 *	9,6
agenc de mão de obra	-	-	-	5	6	10	9	- -		26,9 *
comércio ambulante	8	4	11	10	5	6	9	1,0	1,9	-3,2
transporte público	5	-	-	6	6	6	8	- -		7,2
comércio art construção	-	5	-	-	5	6	8	- -		
serviços sociais	-	-	3	-	4	-	6	- -		
clínicas e ambulatórios	-	-	-	4	-	5	6	- -		
comércio combustíveis	7	6	-	5	5	4	6	- -		6,8
organizações esportivas	-	6	4	4	6	4	6	- -		11,6
comércio vestuário	5	-	-	5	-	5	5	- -		
serviços de saúde públic	-	-	5	4	-	3	5	- -		
hospedagem -	3	4	4	-	-	5	5	- -		
serviços residenciais	-	-	-	-	-	-	5	- -		
Subtotal	393	438	424	496	472	521	579	5,0 **	4,9 ***	7,0 ***
Total	523	532	546	613	602	640	685	4,3 ***	3,9 ***	5,1 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Tabela: Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, o ramo e setores de atividades. PEA restrita. Paraná, 1992-1999.

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992 (1.000)	1993 (1.000)	1995 (1.000)	1996 (1.000)	1997 (1.000)	1998 (1.000)	1999 (1.000)	1992/97 (%aa)	1992/99 (%aa)	1995/99 (%aa)
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Não-agrícola										
emprego doméstico	19	18	26	24	31	43	32	13,3 **	11,0 ***	9,8
industria de madeiras	14	16	13	12	15	14	14	-1,6	-0,4	3,3
estab. ensino público	15	20	13	13	11	19	14	-11,1 *	-2,6	5,6
construção	6	6	5	10	5	11	12	4,7	10,6 **	18,5
comércio alimentos	8	13	3	8	-	11	11	- -		
adminsitração municipal	-	3	5	-	5	7	8	- -		
industria transformação	3	5	5	6	8	4	5	19,6 ***	5,0	-9,0
fabr. móveis	-	-	-	-	-	-	5	- -		
comércio ambulante	3	-	4	5	-	-	5	- -		
restaurantes	4	-	4	-	4	-	5	- -		
indústria alimentos	-	10	5	8	9	12	5	- -		-12,1
transporte de carga	-	-	-	4	-	4	5	- -		
agenc de mão de obra	-	-	-	-	-	4	5	- -		
alfaiataria	-	8	-	4	-	-	4	- -		
organizações esportivas	-	-	-	-	-	-	4	- -		
assist. técnica - veríclos	-	-	-	-	-	-	-	- -		
comércio vestuário	-	-	-	-	-	-	-	- -		
arte e decoração	-	-	-	-	-	-	-	- -		
industia vestuário	-	-	-	-	-	-	-	- -		
transporte público	-	-	-	-	-	-	-	- -		
telefones	-	-	-	-	-	-	-	- -		
serviços sociais	-	-	-	-	-	-	-	- -		
associações civis	-	-	-	-	-	-	-	- -		
papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	- -		
comércio art construção	-	-	-	-	-	-	-	- -		
supermecados	-	-	-	-	-	-	-	- -		
clínicas e ambulatórios	-	-	-	-	-	-	-	- -		
mineração não especific	-	-	-	-	-	-	-	- -		
industria -metais	-	-	4	-	6	4	-	- -		
equip mecânicos	-	-	-	4	-	-	-	- -		
Sut-total	74	99	86	99	94	133	133	5,0	7,3 ***	12,2 ***
Total	116	132	123	131	137	182	167	3,4 *	5,5 ***	9,8 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.
***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Tabela: Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, o ramo e setores de atividades. PEA restrita. Santa Catarina, 1992-1999.

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992 (1.000)	1993 (1.000)	1995 (1.000)	1996 (1.000)	1997 (1.000)	1998 (1.000)	1999 (1.000)	1992/97 (%aa)	1992/99 (%aa)	1995/99 (%aa)
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Não-agrícola										
construção	15	15	18	23	19	20	25	8,9 *	6,9 ***	5,2
emprego doméstico	18	15	19	24	17	17	24	3,8	3,5	1,5
Industia vestuário	4	5	7	6	6	12	16	9,9 *	18,9 ***	27,3 **
indústria alimentos	6	3	10	12	8	9	13	20,8	14,1 **	2,5
industria de madeiras	11	9	12	11	14	9	12	6,8	1,4	-2,5
produtos de fibra	15	19	17	19	20	12	10	5,4 **	-5,7 *	-14,6 *
produtos plásticos	3	6	7	8	3	10	10	3,5	11,3 *	9,6
adminsitração municipal	-	5	-	5	7	7	8	- -		-
industria transformação	5	8	4	6	7	9	7	6,7	5,5	16,3 **
fabr. móveis	5	-	5	5	8	-	6	- -		-
alfaiataria	-	-	-	4	6	6	6	- -		-
estab. ensino público	6	9	9	12	6	7	6	1,6	-2,3	-13,0
transporte de carga	4	6	5	6	5	-	5	1,8		
comércio alimentos	6	8	-	6	6	6	5	- -		-5,7
industria -metais	4	-	5	-	-	4	4	- -		
comércio art construção	-	-	-	-	-	-	4	- -		
assist. técnica - veríclos	-	4	-	-	-	-	3	- -		
transporte público	-	-	-	-	-	-	3	- -		
restaurantes	4	-	5	12	3	-	-	- -		
equip mecânicos	-	-	-	-	-	-	-	- -		
agenc de mão de obra	-	-	-	-	-	-	-	- -		
serviços de saúde públic	-	-	-	-	-	-	-	- -		
serviços sociais	-	-	-	-	-	-	-	- -		
papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	- -		
comércio combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	- -		
comércio de varejo	-	3	-	-	3	-	-	- -		
serviços de segurança	-	-	-	-	-	-	-	- -		
jardineiro	-	-	-	-	-	-	-	- -		
serviços residenciais	-	-	-	-	-	-	-	- -		
clínicas e ambulatórios	-	-	-	-	-	-	-	- -		
Sut-total	105	114	122	158	137	127	168	8,9 **	5,5 ***	4,4
Total	149	152	177	219	190	182	218	8,9 **	5,1 ***	2,4

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Tabela: Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, o ramo e setores de atividades. PEA restrita. Rio Grande do Sul, 1992-1999.

ÁREA CENSITÁRIA / SETOR PRINCIPAL	1992 (1.000)	1993 (1.000)	1995 (1.000)	1996 (1.000)	1997 (1.000)	1998 (1.000)	1999 (1.000)	1992/97 (%aa)	1992/99 (%aa)	1995/99 (%aa)
NÃO METROPOLITANO										
RURAL AGROPECUÁRIO										
Não-agrícola										
emprego doméstico	37	37	39	44	38	46	36	2,2	1,2	-1,0
Indústria de calçados	26	32	20	22	26	31	34	-4,1	2,0	15,5 ***
construção	18	18	15	19	30	28	28	11,3	8,7 ***	17,9 **
comércio alimentos	9	12	14	20	12	10	17	12,5	5,0	-3,4
indústria alimentos	7	10	10	12	14	14	14	16,7 ***	9,8 ***	8,2 ***
estab. ensino público	25	18	17	12	19	13	12	-8,4	-7,4 **	-5,0
industria transformação	8	16	10	8	6	7	12	-13,0	-3,8	3,8
adminsitração municipal	7	6	6	9	6	7	12	2,6	6,2 *	10,8
industria de madeiras	6	6	7	8	3	7	11	-6,3	5,6	7,7
transporte de carga	5	7	7	7	-	7	8	- -		
industria -metais	-	-	-	-	5	4	8	- -		
restaurantes	4	-	4	3	8	4	5	- -		6,3
pedras preciosas	7	-	5	4	-	-	5	- -		
hospedagem -	-	-	-	-	-	5	5	- -		
assist. técnica - veríclos	3	6	8	6	7	-	5	15,2		
comércio combustíveis	4	-	-	-	-	-	4	- -		
alfaiataria	8	7	10	13	6	4	4	-1,3	-10,0 *	-26,8 ***
comércio ambulante	4	-	6	-	-	4	3	- -		
clínicas e ambulatórios	-	-	-	-	-	4	3	- -		
serviços residenciais	-	-	-	-	-	-	-	- -		
pedras	5	-	6	6	6	4	-	- -		
fabr. móveis	4	-	3	-	6	5	-	- -		
industia vestuário	-	-	-	5	3	-	-	- -		
serviços sociais	-	-	-	-	-	-	-	- -		
biscates	-	-	3	-	-	-	-	- -		
comércio art construção	-	4	-	-	-	4	-	- -		
comércio de varejo	-	-	-	-	-	-	-	- -		
serv. contabilidade e ecn	-	-	-	-	-	-	-	- -		
serviços de saúde públic	-	-	-	-	-	-	-	- -		
policia militar	-	-	-	-	-	-	-	- -		
Sut-total	188	177	192	198	195	208	226	1,8	2,7 ***	3,9 ***
Total	258	248	247	263	275	276	300	1,8	2,2 ***	4,5 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de familia com menos de 6 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Tabela: Estrutura do PIB total e por setores,1992-1998

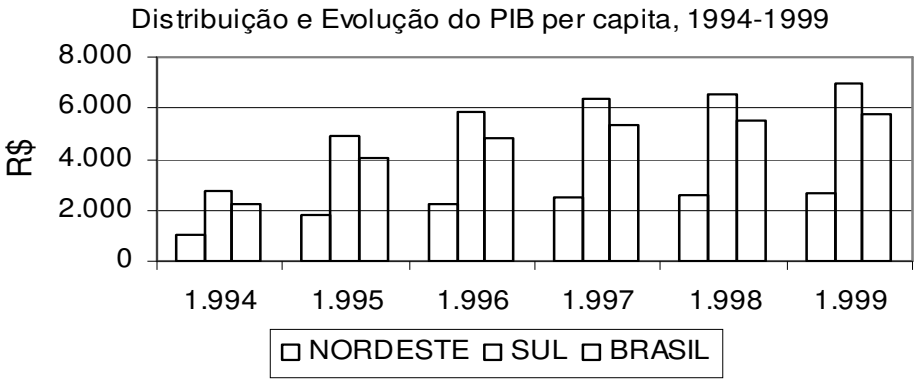
Regiões	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Esturutura do PIB total							
NORDESTE	12,20%	11,90%	12,50%	12,50%	12,40%	12,30%	12,70%
SUL	16,70%	17,40%	17,20%	16,70%	15,90%	15,80%	15,90%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB da Agropecuária							
NORDESTE	17,50%	14,10%	15,70%	16,80%	17,00%	16,00%	16,40%
SUL	26,70%	26,90%	26,60%	27,20%	27,40%	27,70%	27,20%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB da Indústria Geral (Extrativa e Transformação)							
NORDESTE	7,60%	6,90%	7,60%	7,60%	7,70%	7,70%	7,90%
SUL	17,00%	17,60%	15,80%	14,90%	15,30%	15,90%	16,10%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB da Construção							
NORDESTE	15,80%	16,80%	16,60%	14,90%	14,20%	16,00%	17,60%
SUL	11,60%	12,50%	12,60%	14,20%	12,80%	12,80%	12,90%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)							
NORDESTE	12,50%	14,40%	12,30%	12,60%	12,90%	12,50%	13,50%
SUL	23,40%	22,20%	25,30%	23,90%	22,40%	21,40%	21,00%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB do Comércio							
NORDESTE	16,20%	16,80%	16,90%	17,20%	17,40%	16,80%	17,40%
SUL	21,20%	23,50%	22,80%	22,30%	21,30%	21,70%	21,40%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB do Transportes							
NORDESTE	8,90%	8,30%	8,50%	8,60%	8,60%	8,70%	9,10%
SUL	21,30%	22,70%	23,00%	22,30%	20,60%	20,70%	20,10%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB das Comunicações							
NORDESTE	11,20%	11,40%	11,60%	12,50%	13,20%	13,00%	12,60%
SUL	14,40%	15,10%	16,00%	15,50%	15,30%	15,20%	15,50%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estrutura do PIB dos Outros Serviços							
NORDESTE	12,90%	12,90%	12,90%	13,00%	13,00%	13,10%	13,20%
SUL	14,30%	14,30%	14,30%	14,30%	14,10%	14,10%	14,20%
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IPEA (www.ipeadata.gov.br)

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DO BRASIL, NORDESTE E SUL - 1994 a 1999.

BRASIL e GRANDES REGIÕES	1994 (R$)	1995 (R$)	1996 (R$)	1997 (R$)	1998 (R$)	1999 (R$)
NORDESTE	1.004	1.824	2.241	2.461	2.549	2.699
SUL	2.784	4.874	5.850	6.337	6.500	6.950
BRASIL	2.227	4.064	4.830	5.327	5.518	5.800

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1994-1999, microdados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1994-1999, microdados.